

SOCIOLOGIA

VOL. XLVII | JULHO – DEZEMBRO 2023

Carlos Manuel Gonçalves

David Tavares

Noémia Lopes

Rúben Elias

Filipe Nunes

Carmen Diego Gonçalves

Maria Beleza Juncal

André Ries

Francisco Fontes

Nino Zhghenti

José Madureira Pinto

Virgílio Borges Pereira

Gaspar Martins Pereira

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

SOCIOLOGIA



**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS
DA UNIVERSIDADE DO PORTO**

**VOL. XLVII | JULHO – DEZEMBRO
2023**

Departamento de Sociologia | FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO

U. PORTO
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

DIRETOR:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco, UPV/CEIC; Espanha; Bernard Lahire, ENSL; França; Carolina Pimentel Corrêa, UFRGS; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Luísa Pinheiro, IPV; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; edro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, Portugal, ISSSP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Assistência editorial: Marta Pereira de Sousa

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc47>

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDB/00727/2020

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW

SUMÁRIO

Editorial

Helena Vilaça.....4

ARTIGOS

Polícias, trabalho e consumos de performance

Carlos Manuel Gonçalves, David Tavares, Noémia Lopes e Rúben Elias7

O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs. 2000

Filipe Nunes33

Construction of scientific knowledge: some reflections on a cultural process

Carmen Diego Gonçalves.....53

A multidisciplinidade dos métodos etnográficos: o caso do *Espaço Raíz*.

Maria Beleza Juncal..... 69

Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto.

André Ries 87

Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital
Francisco Fontes 111

Leveraging social network analysis for a fusion of methodologies in sociology
Nino Zhgenti..... 130

FÓRUM

Sobre a génese de John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana. Esboço de análise sociológica.

Entrevista com José Madureira Pinto por Virgílio Borges Pereira.....149

Recensão: MADUREIRA PINTO, José (2023), John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica. Porto: Edições Afrontamento.

Virgílio Borges Pereira.....182

Dulce Magalhães: caminhos cruzados

Gaspar Martins Pereira.....187

ESTATUTO EDITORIAL 192

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS 195

EDITORIAL

O volume XLVII de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o último do ano de 2023, agora publicado, comporta duas partes distintas. A primeira, à semelhança de números anteriores é pautada pela diversidade temática, e também enfoques analíticos diferenciados, em domínios como as profissões, elites, cultura, educação e desporto para o desenvolvimento comunitário, redes sociais e construção científica e reflexões sobre diferentes metodologias. A segunda parte diz respeito a um Fórum composto por uma entrevista a um dos sociólogos mais proeminentes da sociologia portuguesa, José Madureira Pinto, uma recensão e o texto da palestra proferida na sessão mais recente de atribuição do Prémio Dulce Magalhães.

A secção relativa aos artigos, é iniciada com o texto, da autoria de Carlos Manuel Gonçalves, David Tavares, Noémia Lopes, Rúben Elias, intitulado “Polícias, trabalho e consumos de performance”. O artigo apresentado resulta de uma investigação acerca da relação entre a especificidade do trabalho da Polícia de Segurança Pública e o consumo de produtos (farmacológicos e naturais) que virtualmente contribuem para a performance física e intelectual deste grupo profissional, cujas funções implicam risco, pressão social e condições laborais entendidas como inadequadas.

Filipe Nunes apresenta um artigo que, partindo da sua tese de doutoramento, realizada em 2012, e incorporando, numa perspetiva comparativa, novos dados (uns mais atuais, outros anteriores), analisa o impacto da *Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública* (CReSAP) no perfil da elite administrativa portuguesa. O período escrutinado abarca duas décadas (2000-2020) e revela tanto a reprodução nos perfis dos dirigentes do Estado como o seu envelhecimento.

Construção do conhecimento científico: Algumas reflexões sobre um processo cultural é o título do terceiro artigo deste número de *Sociologia*. Carmen Diego Gonçalves procede a um sucinto estado do conhecimento no quadro da sociologia da ciência, procurando fornecer elementos operatórios para a compreensão, descrição e análise de um grupo de trabalho científico, como é o caso de uma unidade de investigação.

O artigo seguinte, “A multidisciplinidade dos métodos etnográficos: o caso do *Espaço Raiz*”, da autoria de Maria Beleza Juncal reflete sobre as metodologias de natureza etnográfica do espaço urbano, elegendo como foco de pesquisa empírica o *Espaço Raiz – Centro Comunitário de Ramalde*, na cidade do Porto. A autora, seguindo o duplo registo de conhecimento e ação, equaciona as virtualidades da cultura e da educação no desenvolvimento comunitário, evidenciando as práticas

de sociabilidade e os laços de pertença como elementos nodais.

O quarto artigo, assinado por André Ries Pereira, tem como título “*Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto*”. Com um enquadramento teórico sobre a inclusão social e o desporto com o recurso a técnicas da metodologia qualitativa, são aqui avaliados os impactos de um projeto social desportivo no desenvolvimento de competências socioemocionais e na inclusão dos jovens numa comunidade escolar inserida num espaço desfavorecido do distrito do Porto.

Francisco Fontes é o autor do artigo “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”. Escolhendo um objeto de toda a atualidade e ainda insuficientemente estudado, Francisco Fontes analisa o efeito da ação dos influenciadores digitais não somente nos consumos, mas, de igual modo, nos valores e representações dos seus seguidores, considerando os primeiros como mediadores ou (re)produtores de práticas que incorporam estratégias simbólico-ideológicas. Através de uma ingressão de natureza teórica e empírica multidisciplinar, o artigo apresenta como propósito central indicar eixos analíticos deste recente fenómeno social.

O último artigo desta secção, “*Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology*”, tem como autora Nino Zhghenti da Universidade de Bissli (Georgia) e propõe um novo paradigma na compreensão do comportamento social através da aplicação de um design de métodos mistos na análise de redes sociais (ARS). Concretamente, é proposto um desenho de investigação que procura abranger as dimensões macro, meso e micro através a fusão de metodologias sociológicas nas redes sociais.

Na segunda parte deste volume, o Fórum, o primeiro texto consiste numa entrevista dirigida por Virgílio Borges Pereira a José Madureira Pinto e tem como enfoque o seu novo livro *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana. Esboço de análise sociológica*. Hoje, Professor aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, este sociólogo de referência, que iniciou a sua trajetória académica na área da economia, identifica os fatores que estão na génese da obra e as inquietações que o conduziram a revisitar e a explorar de modo aprofundado a vida e o legado científico de John Kenneth Galbraith.

A entrevista é complementada pela recensão da autoria de Virgílio Borges Pereira à obra atrás referida, um dos responsáveis pela sua apresentação pública em outubro passado na Casa Comum da Reitoria da Universidade do Porto: MADUREIRA PINTO, José (2023), *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.

O historiador Gaspar Martins Pereira foi o conferencista convidado da sessão de entrega do

VILAÇA, Helena (2023), “Editorial”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 4 – 6

“Prémio Dulce Magalhães” em dezembro de 2023. A palestra, sob o título “Dulce Magalhães: caminhos cruzados”, foi convertida no texto que fecha este volume de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* e recorda a trajetória académica e a amizade que Gaspar Martins Pereira partilhou com a colega socióloga, durante cerca de trinta anos, e precocemente interrompida porque a Dulce nos deixou em 2016.

Ótimos momentos de leitura!

Helena Vilaça

Diretora de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Polícias, trabalho e consumos de performance

Carlos Manuel Gonçalves

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

David Tavares

Escola Superior de Tecnologia de Saúde de Lisboa

Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Noémia Lopes

Instituto Universitário Egas Moniz

Instituto Universitário de Lisboa, CIES-ISCTE

Rúben Elias

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O equacionamento das relações entre natureza do trabalho e os consumos de performance (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social do grupo profissional dos polícias, que integram a Polícia de Segurança Pública, é o objeto central do presente artigo. O recurso a tal tipo de consumos é um fenómeno social com relativa disseminação cultural no âmbito dos processos de farmacologização. O presente estudo baseou-se numa metodologia mista que incluiu análise documental, entrevistas semidiretivas, grupos focais e inquérito por questionário. Conclui-se que os fatores de pressão social integrantes da natureza e condições do trabalho policial configuram um contexto laboral, diverso em tarefas, permeado pelo risco e pelo julgamento público e institucional, em que os consumos de performance são relevantes no desempenho profissional.

Palavras-chave: polícias; consumos de performance; trabalho.

Police officers, work and performance consumption

Abstract

Equating the relationship between the nature of work and performance consumption (medicines, food supplements and other natural products) to enhance physical, intellectual and social performance of the professional group of police officers (*Polícia de Segurança Pública*) is the object center of this article. The use of such consumption is a social phenomenon with relative cultural dissemination within the scope of pharmacologization processes. The present study was based on a mixed methodology that included documental analysis, semi-directive interviews, focus groups and questionnaire survey. As can be concluded, the social pressure factors inherent to police activity

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

configure a work context, diverse in tasks, permeated by risk and by public and institutional judgment, in which performance consumption is relevant to professional action.

Keywords: police officers; performance consumptions; work.

Polices, travail et consommations de performance

Résumé

L'évaluation des relations entre la nature du travail et les consommations de performance (des médicaments, des compléments alimentaires et d'autres produits naturels) pour l'amélioration du travail physique, intellectuel et social du groupe professionnel des polices (*Polícia de Segurança Pública*), est l'objet central de cet article. Le recours à ce types de consommations est un phénomène social avec une certaine diffusion culturelle dans le cadre des processus de pharmaceuticalization. La présente étude était basée sur une méthodologie mixte comprenant une analyse documentaire, des entretiens semi-directifs, des groupes de discussion et une enquête par questionnaire. On peut conclure que les facteurs de pression social intégrantes de la nature du travail policier constituent un contexte, diversifié dans les tâches, imprégné de risque et du jugement public et institutionnel, où les consommations de performance sont pertinentes pour l'accomplissement professionnel.

Mots-clés: polices; consommations de performance; travail

Polícias, trabajo y consumos para el desempeño profesional

Resumen

A relación entre la naturaleza del trabajo y consumos para el desempeño (medicamentos, complementos alimenticios y otros productos naturales) físico, intelectual y social del grupo profesional de policías, que integran la Policía de Seguridad Pública, es el objeto central de este artículo. El uso de ese tipo de consumo es un fenómeno social con relativa difusión cultural en el ámbito de los procesos de farmacologización. El presente estudio se basó en una metodología mixta que incluyó análisis de documentos, entrevistas semidirectivas, grupos focales y una encuesta por cuestionario. Como se puede concluir, los factores de presión social que forman parte de la naturaleza del trabajo policial configuran un contexto de trabajo, diverso en tareas, permeado por el riesgo y por el juicio público e institucional, en el que el consumo para el desempeño es relevante en el desempeño profesional.

Palabras-clave: policías; consumos para el desempeño profesional; trabajo.

Introdução

A análise sociológica sobre a polícia e o grupo profissional dos polícias¹ adquiriu, no pós anos 1980, uma maior visibilidade na Europa continental, produzindo, em conjunto com estudos

¹ O conceito grupo profissional face ao de profissão, tão peculiar da sociologia anglo-saxónica, é mais abrangente, esbatendo as contínuas discussões sobre as disjunções entre profissões e ocupações (Dubar e Tripier, 1998; Burns, 2019). Atributo que potencia o seu valor heurístico para a análise das profissões que não se enquadram integralmente no modelo das ditas profissões liberais. Os polícias apresentam atributos que permitem qualificá-los como grupo profissional conquanto com especificidades face à natureza do seu trabalho, às funções e objetivos que a instituição a que pertencem tem nas sociedades democráticas. Referimo-nos a uma formação específica, monopólio da sua atividade, valores e código de ética, traços identitários particulares e associações sindicais próprias. A sedimentação social como grupo profissional e a sua assunção no campo mais vasto do mercado de trabalho estatal têm conduzido a debates sobre a natureza da profissão (Durão, 2010; Jobard e Maillard, 2015).

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

realizados na sociologia, antropologia, psicologia, história e criminologia, para além dos estudos jurídicos e da ciência política, um património importante de conhecimentos (Fernández, 1990; Favre, 2001; Monjardet, 2003; Jobard e Maillard, 2015). Em Portugal os trabalhos de Durão (2008; 2010, 2012 e 2015) e de Lisboa e Teixeira (2015), entre outros, são um contributo a reter. É um património que incorpora abordagens teórico-metodológicas diversas, balizadas por contextos espaço-temporais particulares, em que ressaltam os modos como sociologicamente podemos investigar a polícia e os polícias no sentido da sua determinação biunívoca (Robles, 1993; Fernández, 1992).

A Polícia é uma entidade estatal corporativa, de natureza pública, com o monopólio legítimo do uso da força, da violência e do controlo social, exercido de acordo com regras estabelecidas por órgãos políticos do Estado. É, por sua vez, inteligível considerar a polícia como uma instituição e organização, sendo constituída por um grupo profissional específico, os polícias (Monjardet, 1985; Bayley, 2016; Fernández, 1992). Instituição que, por delegação do poder político, aplica e reelabora os valores e normas, socialmente instituídos e permitidos juridicamente, vigia as atitudes e comportamentos da população e faz a proteção e segurança pública, sendo configurada na sua natureza e objetivos pelo poder político. Organização de cariz burocrático (Weber, 1983) de perfil militar, hierarquizada, com processos de standardização de comando, controlo e de imposição da disciplina interna, com modelos de operacionalização singulares, socialmente diferenciada, segmentada pela especialização, com cultura e clima organizacional próprios. Grupo profissional integrado por funcionários públicos com um mandato e uma licença (Hughes, 1981), formados no seio da própria organização policial, com carreiras, cuja natureza do trabalho é enformada pela incerteza, diversidade, perigosidade e risco, com códigos disciplinares e éticos, com elementos identitários e instâncias de representação política próprias (associações sindicais). Podemos considerá-lo como um grupo profissional de Estado. Note-se que só faz sentido sociológico perceber as plurais dinâmicas sociais que vão reconfigurando tal grupo profissional, se as enquadrarmos no contexto social onde insere a polícia como instituição e organização.

Sublinhe-se que no âmbito das transformações do trabalho, em Portugal, ocorre, nas décadas mais recentes, uma tendência para a afirmação dos grupos profissionais. Afirmação pela constituição de associações de autorregulação, que fecham os respetivos campos profissionais e estabelecem monopólios, a par da reafirmação dos grupos profissionais já instituídos². Pretendem reafirmar a sua indispensabilidade social e assim ampliar as condições para a obtenção de um acréscimo de ganhos materiais, sociais e simbólicos, sedimentando as suas posições no mercado de trabalho ou para a reivindicação de novos atributos profissionais. Reconfiguram-se, por exemplo, em termos da natureza do seu trabalho, do uso das tecnologias de informação e comunicação e da (re)construção dos traços identitários (Champy, 2009; Vezinat, 2016). Encontramos alguns desses processos nos

² Entre nós têm expressão os trabalhos sobre o campo das profissões: Carapinheiro (1993); Rodrigues (1999); Lopes (2001); Gonçalves (2007); Tavares (2007); Rocha (2004); Rego (2013).

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

polícias, grupo profissional que adquiriu protagonismo na discussão e reivindicação quanto às suas atividades e condições de trabalho.

Tomando em consideração o indicado, no presente artigo propomos uma análise das relações entre a natureza do trabalho e os consumos de performance (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social, no grupo profissional dos polícias da Polícia de Segurança Pública (PSP).

O recurso aos consumos de performance para a gestão do desempenho, tanto no âmbito laboral como nos demais domínios da vida quotidiana, é um fenómeno emergente com a atual modernidade, que se inscreve num quadro mais global de novos usos dos medicamentos. Isto é, de usos que se situam para além das finalidades da saúde e da doença, às quais está associada a génese e o uso tradicional dos medicamentos (Gabe *et al.*, 2015; Lopes *et al.*, 2015). Trata-se de um fenómeno social com relativa disseminação cultural, designado na literatura sociológica como processos de farmacologização. Na sua aceção concetual, a farmacologização é definida como “a transformação de condições humanas em questões farmacológicas passíveis de tratamento ou melhoria” (Williams *et al.*, 2008, pp. 851).

Não obstante a farmacologização se encontrar disseminada na vida quotidiana, esta adquire diferente amplitude em diferentes estruturas e contextos sociais. Os contextos de trabalho, em particular os respeitantes a grupos profissionais sujeitos a elevada pressão social, comportam uma injunção de condições propícias às disposições de adesão e de normalização dos novos usos dos medicamentos, designadamente para finalidades de gestão ou melhoria do desempenho. As mudanças na natureza do trabalho (e no seu *modus operandi*) e a especificidade dos fatores de pressão que daí decorrem, designadamente a intensificação dos ritmos de trabalho e novas modalidades de competitividade, constituem pressões apelativas para a procura de resposta na oferta medicamentosa. Os contextos de trabalho são igualmente espaços de sociabilidades, de experiências e expectativas partilhadas, onde se difunde informação e se valida - pela experiência prática - resultados de eficácia ou ineficácia de medicamentos e suplementos para finalidades de performance (Lopes e Rodrigues, 2015; Leon *et al.*, 2019; Pawson e Kelly, 2021). Esta relação entre recurso a medicamentos em resposta a necessidades de performance é, por sua vez, indissociável das lógicas neo-liberais de individualização, nas quais, como referem Bloomfield e Dale (2015), os medicamentos dão uma solução individualizada a problemas que frequentemente têm uma origem estrutural de cariz social.

Para o equacionamento da problemática apontada, no presente texto, abordaremos, em primeiro lugar, a natureza do trabalho policial e, em segundo, os consumos de performance no seio do grupo profissional. Sublinhe-se que os resultados que apresentaremos inserem-se numa investigação mais ampla acerca das dinâmicas sociais subjacentes aos consumos de performance dos

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

enfermeiros, polícias e jornalistas, cuja atividade de trabalho ocorre em contextos de elevada pressão para o seu desempenho profissional³.

1. Metodologia

O nosso estudo baseou-se numa metodologia mista que incluiu análise documental e, em fases sequenciais, grupos focais, inquérito por questionário e entrevistas semidiretivas. O trabalho de campo decorreu de 2019 a 2021 em todo o território de Portugal continental com predominância nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Na primeira fase, com o objetivo de aprofundar a informação sobre a problemática em estudo e contribuir para as fases posteriores de desenvolvimento da pesquisa, incluindo a elaboração do formulário de inquérito, realizaram-se 2 grupos focais (um no Porto e um em Lisboa que envolveram 11 participantes). Na fase seguinte, com o objetivo de obter informação quantitativa sobre as perceções e práticas dos polícias relativamente ao objeto de estudo, foi aplicado o inquérito por questionário, via online, a um total de 195 polícias. Especificamente a população inquirida, apresenta os seguintes atributos: predominância dos homens, 92,8%; 49,2% com uma idade entre os 40 e os 49 anos, com 50 e mais anos, 35,9% e até aos 39 anos, 14,8%; impera o ensino secundário como nível de habilitações escolares, 82,5% e o ensino superior queda-se pelos 12,7%. Em termos de áreas funcionais da PSP, 78,5% são operacionais, 18,5% estão em serviços de secretaria e 3,1% em funções de direção e comando. Por sua vez, 7,2% têm 10 anos ou menos de antiguidade na profissão, 19,0% entre 11 e 20 anos e 76,4% mais de 20 anos. Os dados obtidos foram analisados com recurso ao SPSS. Na fase final do projeto, com o objetivo de aprofundar a informação obtida com o questionário, foram realizadas 14 entrevistas, através de videoconferência. Os dados foram codificados com recurso ao MAXQDA, a exemplo do que sucedeu com os grupos focais.

Contou-se com o apoio do Sindicato Nacional da Polícia e da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia para a constituição do conjunto de participantes no estudo⁴. Os instrumentos de recolha e tratamento de informação foram aprovados pela Comissão de Ética do Instituto Universitário Egas Moniz. A todos os participantes foi disponibilizada informação sobre o projeto e indicaram o seu consentimento informado. Garantiu-se o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos.

³ Projeto de investigação “Medicamentos e suplementos alimentares em consumos de performance: práticas sociais, contextos e literacia” (PTDC/SOC/30734/2017) — ConPerLit, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, da responsabilidade das entidades parceiras CIES-Iscte, Instituto Universitário Egas Moniz e o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

⁴ O Sindicato Nacional da Polícia e a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia divulgaram junto dos seus associados, por email, o convite para responderem ao inquérito por questionário.

2. Trabalho policial

2.1. Natureza e ritmo

Um dos eixos da investigação sociológica sobre os polícias concretiza-se na análise do que fazem para, deste modo, avaliar a natureza do seu trabalho. Manning (1977), Monjardet (2003), Robles (1997), Bittner (2003), Durão (2008) e Fassin (2013), alicerçados nas suas investigações etnográficas sobre os quotidianos do trabalho policial, explicitam respostas a tal questão. Incerteza, imprevisibilidade e enfrentamento de situações singulares que oscilam entre a violência física e a mediação, perigosidade e risco, aconselhamento e apoio, discricionariedade e autonomia na ação são atributos que se destacam, conjugados com tarefas rotineiras e modos de as operacionalizar, regulamentados pela organização policial. Atributos que, igualmente, variam com os modelos de policiamento e o posicionamento dos polícias na divisão de trabalho e na estrutura hierárquica da corporação. Os polícias afetos à designada “execução”, sobretudo os que realizam patrulhas (“patrulheiros”), estão necessariamente sujeitos à incerteza no decorrer do seu turno e à variabilidade de tarefas de acordo com o contexto social, económico e cultural da sua zona geográfica de atuação. Ao que se acrescenta o uso de meios baseados na informatização, redes de comunicação e da inteligência artificial como ferramentas de vigilância, controlo e recolha de prova para possíveis efeitos punitivos.

Perspetivamos a natureza do trabalho a partir de fatores como: horário; ritmos de trabalho; atividades profissionais; exigências e a exposição aos riscos profissionais. No presente ponto, abordaremos os dois primeiros e no seguinte os restantes.

O tempo dedicado ao trabalho, na qualidade sempre de tempo social, é estruturante da trajetória de vida, instituindo-se como um separador entre diferentes vivências dos agentes sociais. Dos polícias inquiridos (195), 54,9% têm um horário diário até 8 horas e os restantes 9 horas e mais. A maioria indica um regime de horário com turnos (75,4% e destes 87,6% com rotatividade noturna), 20,0% com horário fixo e os outros, um horário “flexível sem turnos”, o que não se afasta do padrão de outras atividades profissionais. Mensalmente, 12,8% dos polícias não estão habitualmente de serviço no sábado, 8,2% uma vez, 25,6% e 53,3%, respetivamente duas, três e mais vezes. Situação idêntica encontramos face ao domingo. O trabalho nestes dias é disjuncto das temporalidades dos respetivos agregados familiares com ou sem conjugalidade, conquanto seja inerente ao trabalho policial, que igualmente impõe a total disponibilidade temporal. Por sua vez, 63,5% assinalaram que, no mês que antecedeu a aplicação do inquérito, foram convocados para o trabalho, em menos de 24 horas (entre uma e três vezes, 49,7% e quatro e mais, 13,8%), como indica um dos entrevistados: *“É muito imprevisível, ligam-nos de um momento para o outro, surgiu isto...portanto, nós temos uma matriz que muitas vezes não é seguida por circunstâncias do serviço e acontece muito isso nos*

eventos, os próprios dias de folga são cortados muitas vezes, porque são necessários os meios policiais» (E10).

Ao serviço normal juntam-se os “serviços remunerados”⁵ (“gratificados”), exercidos por 45,1% dos inquiridos. Em média de horas semanais, 70,5% trabalham 10 horas ou mais (menos de 5 horas, 11,4% e de 5 a 9 horas, 18,2%). Provavelmente a adesão dos polícias, a tais “serviços” traduz a procura de um complemento remuneratório, concretizando-se num prolongamento do tempo de trabalho semanal.

Quer seja na distribuição e organização semanal das horas de trabalho, quer na intensidade, assiste-se a uma reconfiguração, nas décadas mais recentes, do ritmo, sempre no sentido de uma mobilização mais intensiva da mão de obra (Svendsen, 2013). No caso dos polícias, provavelmente tal processo também ocorreu. Em termos de ritmo de trabalho percebido, 63,1% apontam como muito/excessivamente intenso e 36,4% como normal. O primeiro grau caracteriza-se por 73,2% serem operacionais e 40,6% terem uma idade superior aos 50 anos. Daqui decorre talvez a menor capacidade para desempenhos mais intensos, sobretudo no enfrentamento de contextos violentos que requerem capacidade acrescida de resistência e destreza física. A conjugação do prolongamento do horário de trabalho com a imprevisibilidade da ação e os ritmos podem constituir para os polícias um fator de pressão social global para o seu desempenho profissional.

2.2. Exposição aos riscos

Os fatores de pressão social indicados permitiram-nos obter uma primeira leitura sobre a natureza do trabalho policial. Importa aprofundar tal aspeto convocando as atividades que enformam o quotidiano de trabalho, que são indissociáveis dos demais aspetos caracterizadores daquela natureza (Tabela 1). Atividades do tipo emocional (controlo emocional, gestão de conflitos e capacidade de comunicação) e intelectual (concentração, memorização e agilidade mental) registam valores mais elevados nos graus muito/extremamente exigente, enquanto do tipo físico (força, resistência e agilidade físicas) prepondera o normal. Em parte, contrapõem-se à imagem estereotipada do polícia como tendo um trabalho fundamentalmente físico. Tal atributo depende das mudanças na natureza do trabalho deste grupo profissional, que têm vindo a ocorrer no passado recente, incorporando para além das funções tradicionais de vigilância/patrolha (roubos ou acidentes rodoviários e de trânsito, por exemplo), tarefas polivalentes cada vez mais diversificadas e que exigem a mobilização das emoções, como a intervenção em conflitos interpessoais, violência

⁵ De acordo com a legislação vigente, a Polícia de Segurança Pública, Polícia Municipal e Guarda Nacional Republicana podem prestar serviços a entidades públicas e privadas mediante pedidos destas. Esses serviços são pagos e uma parcela é, por sua vez, transferida para os polícias.

doméstica ou relações de vizinhança: “*se eu contar as vezes que usei o físico, nem são tantas, em 20 anos, vinte/trinta vezes e talvez já esteja dando um número exagerado*” (E12).

Tabela 1: Exigência diária da atividade profissional (% em linha).

	Nada / Pouco exigente	Norma 1	Muito / Extremamente exigente	Média	Desvio-padrão
Força física	17,4	55,4	27,2	3,09	.892
Resistência física	13,3	48,2	38,5	3,24	.842
Agilidade física	12,3	55,4	32,3	3,18	.833
Concentração	0,5	16,4	83,1	4,08	.661
Memorização	0,5	22,6	76,9	3,94	.647
Agilidade mental	0,5	19,0	80,5	4,01	.650
Controlo emocional	-	10,8	89,2	4,36	.669
Gestão de conflitos	0,6	13,8	85,6	4,34	.732
Capacidade de comunicação	-	17,9	82,1	4,13	.688

(N=195)

Nota: a) Numa escala de 1 (nada exigente) a 5 (extremamente exigente).

Questionar a natureza do trabalho policial e o grau de exigência que lhe subjaz implica ter presente as determinantes enquadradoras da função da polícia no seio do Estado, as suas formas de organização, cultura e clima organizacional e os modelos de policiamento (Bayley, 2002). Desde a década de 2000, a PSP vem afirmando o seu cunho civilista (Torres, 2020), adjetivando-a parcialmente como uma “polícia da tranquilidade pública” (Monjardet, 1996) em que existem práticas integrantes do modelo de policiamento de proximidade de apoio, ajuda e resolução de conflitos (Durão, 2012). A mudança de modelo de policiamento conduz à reconfiguração da natureza do trabalho (tarefas e procedimentos) como, por exemplo, o relacionamento com a população. É a assunção da tendência europeia de reconfiguração dos corpos policiais (Newburn, 2008), no sentido da rutura com a militarização, o aumento da especialização interna por tipos de ações e simultaneamente a sua diversificação, a formação cada vez mais específica dos polícias e, especialmente, o desenvolvimento de modelos de policiamento de proximidade ou de comunidade (Bayley, 2016).

Face às atividades que caracterizam a natureza do trabalho policial, quais os tipos de exigência que são requeridos? Várias evidências empíricas importantes para questionamento sobressaem dos dados da Tabela 2⁶. Abordamos duas.

⁶ Aos inquiridos foi pedido a indicação somente de dois tipos de exigência para cada atividade.

Em primeiro, a exigência emocional destaca-se quanto ao “Lidar com a violência doméstica/contra idosos” (83,1%) e com a violência verbal (78,5%). Ações que vincam o atributo relacional da polícia como estruturante da sua vivência profissional. A última coloca em causa a autoridade do polícia, isto é, o seu mandato e licença (Hughes, 1981). A outra remete para a noção de cidadania, extravasando o seu *ethos* profissional. Ambas envolvem as emoções e as relações com a população, destacando-se o aumento do escrutínio por parte desta. Constitui-se um processo de interação particularmente exigente que gera diferentes formas de pressão sobre o desempenho profissional policial. As culturas policiais são um dos elementos que enformam a ação dos polícias e por isso mesmo são importantes na problematização das emoções e daquele tipo de relação (Monjardet, 1996; Westmarland, 2008). O destaque da exigência emocional vai de encontro ao atual interesse da sociologia pelas articulações entre trabalho e emoções, após um longo período em que estas foram invisíveis aos sociólogos quando estudavam as organizações (Lively, 2006). Problematizar as emoções como a interseção entre o sujeito, por via da sua expressão corporal, e o social é uma rutura com a versão psicologista e naturalista (Turner, 2007; Jeantet, 2018; Hochschild, 1983). As emoções são estruturantes da vivência em contextos de trabalho. O cruzamento entre as disposições e as práticas dos sujeitos, neste caso os polícias, e a natureza do seu trabalho (ao nível micro do quotidiano imprevisível e polivalente e ao nível macro da organização da instituição policial) é crucial para a análise das emoções. O polícia é um ator, no sentido dado por Goffman (1975), interpretando um papel prefigurado pela corporação policial, em que a ocultação das suas emoções, quando em ação, é imperativa. A construção da condição de ator ocorre na sua formação para a profissão, mas fundamentalmente na socialização interpares. Na vida quotidiana, o papel do polícia vai sendo recomposto, conforme, entre outros aspetos, a natureza das situações enfrentadas (perigosidade, população abrangida, local geográfico e número de polícias envolvidos), bem com os valores, a ética e cultural policial (Bayerl *et al.*, 2014).

Tabela 2: Tipos de exigência do trabalho policial (%) a).

Atividades	Exigência física	Exigência intelectual	Exigência emocional	Nenhuma das anteriores
Lidar com a violência física	72,3	28,2	55,9	6,2
Lidar com a violência verbal	3,1	61,0	78,5	4,1
Lidar com a violência doméstica/contra idosos	10,8	41,5	83,1	10,8
Trabalhar em equipa	7,7	69,7	50,3	10,8
Lidar com a conflitualidade inter-pares (colegas, chefias)	0,5	68,2	68,7	6,7
Comunicar com a população	1,5	83,1	58,5	5,1

Lidar com a delinquência juvenil	19,5	67,2	54,4	10,3
Lidar com o crime organizado	46,2	58,5	37,4	12,8
Lidar com o escrutínio dos meios de comunicação social/redes sociais	0,5	69,7	66,7	9,7

(N=195)

Nota: a) Valores referentes a respostas múltiplas.

Em segundo, “Lidar com o escrutínio dos meios de comunicação social/redes sociais” apresenta valores percentuais elevados na exigência intelectual e emocional, a par de “Comunicar com a população”. O escrutínio é um instrumento de vigilância, de julgamento e de (re)construção das representações sociais sobre os polícias como grupo profissional, e da polícia como instituição de Estado. Pode influenciar o desempenho dos polícias: «*Hoje em dia, toda a gente filma, toda a gente vê, a contenção é maior, a pressão é maior, temos de ter ali um rigor*» (E09). Com efeito, o uso das tecnologias de informação e comunicação conduz à tecnovigilância (Tavares *et al.*, 2022), nas suas múltiplas formas, que se expande aceleradamente na atualidade. A polícia e população vigiam-se mutuamente. Por sua vez, numa relação imbricada com o anterior fator, “Comunicar com a população”, num modelo de policiamento de proximidade e de aconselhamento e ajuda, faz apelo a competências de saber-estar e de saber-fazer que estão nas antípodas da imagem tradicional dos polícias.

O trabalho policial é uma atividade caracterizada pelo alto grau de exposição ao risco que se inscreve e institucionaliza na sua vida profissional. Aos inquiridos foi-lhes pedido que classificassem o seu grau de exposição face a determinados riscos (que são elementos das condições de trabalho e fatores de pressão sobre o desempenho). É um exercício de perceção sobre o risco (subjetivo e avaliativo) que ocorreu algures, que implica memorização, seleção e tipificação. Tal perceção é produto do cruzamento entre as dimensões individuais, sociais e culturais, que proporciona outra leitura, a agregar às já enunciadas, sobre os polícias. Centrando-nos no grau muito/extremamente elevado, salienta-se a perda de autoridade dos polícias e a sujeição a agressões físicas (Tabela 3). Numa situação de intervenção policial tais riscos podem acontecer em simultâneo, reforçando-se entre si. Manter a autoridade é axial para a organização policial e para os seus profissionais. Não o fazer é anular um dos pilares que justificam a existência de uma instituição de controlo da denominada “ordem pública” e, assim, não sustentar e proteger o próprio sistema político (Bayley, 2016). Vários estudos sobre o quotidiano de trabalho dos polícias, como por exemplo o de Robles (1997) e Monjardet (2003), apontam para a centralidade da autoridade no quadro das relações entre os polícias e população. Por sua vez, essa autoridade pode estar associada a práticas discricionárias, no sentido da interpretação da aplicação da lei (Newburn e Reiner, 2012).

Tabela 3: Grau de exposição aos riscos em contexto de trabalho (% em linha).

	Nenhum	Reduzido / Pouco elevado	Elevado	Muito / Extremamente elevado	Média	Desvio-padrão
Intervir em ocorrências que envolvem armas de fogo	2,5	36,9	22,1	38,5	4,02	1.401
Intervir em ocorrências que envolvem outras armas (ex.: facas, objetos cortantes, arremesso de pedras)	2,0	27,2	28,7	42,1	4,22	1.310
Sofrer acidentes em viaturas de serviço	4,6	32,9	25,6	36,9	3,89	1.371
Sofrer acidentes no manuseamento ou manutenção das armas	4,1	61,0	22,6	12,3	3,12	1.178
Sofrer agressões físicas	2,6	21,5	24,6	51,3	4,42	1.346
Perda de autoridade no exercício das suas funções	1,5	22,1	18,5	57,9	4,53	1.371
Intervir em incidentes de ordem pública sem o número adequado de agentes	2,8	13,8	25,6	57,8	4,65	1.337
Competitividade entre colegas	4,7	56,9	20,5	17,9	3,26	1.229
Pressão para obtenção de resultados	2,5	22,6	31,8	43,1	4,22	1.222
Correr risco de vida	3,1	25,6	24,6	46,7	4,29	1.410

(N=195)

A violência física contra os polícias, que geralmente é acompanhada pelas verbais, foi adquirindo um espaço analítico cada vez mais significativo. Como indica um dos nossos entrevistados:

«A primeira vez que sou confrontado com a iminência de ser agredido, fizeram-me mesmo frente (...) Há sempre um tipo de pressão, já me ameaçaram tirar a farda não sei quantas vezes, já perdi a conta, somos muitos confrontados (...) Já estive perante situações em que deitei a mão ao braço de um indivíduo, a dissuasão não funcionou, porque ele partiu para a situação pior, mas usei o gás e com a força de outros colegas, estava eu e mais dois, conseguimos manietar o indivíduo, sem danos corporais para ele, sem danos corporais para nós também» (E08).

Para Dieu (2017), os polícias são sujeitos a uma violência simbólica e social vinculadas por representações sociais que diabolizam o grupo. Violência que tem consequências. Ellrich (2018)

demonstra a existência de um decréscimo do empenhamento na organização policial por parte dos polícias violentados (no caso da Alemanha), enquanto Simmler et al. (2019) concluem, pelo contrário, que existe um acréscimo da punitividade por parte daqueles. Ainda que se verifiquem agressões físicas, a percepção dos polícias não é independente, na conjuntura atual, da forte mediatização deste tema (agressões a polícias) e do conteúdo ideológico dos próprios discursos profissionais que tendem a enfatizar a perda de autoridade deste grupo profissional, ao longo do tempo. A perda de autoridade no exercício das suas funções e as agressões físicas aos polícias surgem predominantemente associadas nos discursos destes atores a fatores de índole político-social.

Revisitando a Tabela 3, é ainda relevante um outro aspeto: se associarmos os graus elevado e o muito/extremamente elevado, o risco principal é "a intervenção em incidentes de ordem pública sem o número adequado de agentes" (83,4%), que está relacionado com fatores organizacionais associados à escassez de recursos humanos, fator muito presente no discurso dos polícias (conforme pudemos constatar nas entrevistas e nos grupos focais) e das organizações representativas do grupo profissional.

3. Consumos de performance na gestão do desempenho profissional

Abordámos um conjunto de fatores caracterizadores do trabalho policial na PSP – horário, ritmos, atividades e exigências profissionais e exposição aos riscos. A análise aponta para que se possam qualificar como fatores de pressão no quotidiano daquele trabalho. Passaremos a equacionar a interligação entre eles e os consumos de performance (medicamentos, suplementos alimentares e outros produtos naturais) para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social no seio dos profissionais de polícia.

3.1. Âmbito e natureza dos consumos de performance

Para a problematização do nosso tema, é relevante, em primeiro lugar, caracterizar os consumos de performance no quotidiano dos polícias. Para o efeito, elaborou-se uma tipologia de dez finalidades de uso de medicamentos e suplementos, que foram incluídas no questionário já referido na metodologia. Estas finalidades de uso⁷, foram posteriormente organizadas em duas categorias mais amplas relativas ao âmbito dos consumos: (i) consumos de âmbito cognitivo relacional – dormir, manter-se acordado, concentração, memória, descontrair e melhorar o humor; (ii) consumos de âmbito físico- corporal – aumentar a energia física, emagrecer, desempenho sexual e aumentar a massa muscular. Por sua vez, cada uma das finalidades foi desdobrada por

⁷ Finalidades indicadas na Tabela 5 e que desenvolveremos mais adiante.

“medicamentos” e “suplementos/produtos naturais”, de modo a captar-se a proporção de cada uma destas categorias nas diferentes finalidades de uso.

A dimensão global destes consumos e a sua expressão por finalidades foi aferida a partir de diferentes tipos de indicadores: indicadores simples (referentes a cada finalidade) e indicadores compósitos (resultantes da agregação de diferentes finalidades). Como se pode observar na Tabela 4, o indicador global de consumo (74,4%) – constituído pelo total de inquiridos que indicaram “já usou ou costuma usar” medicamentos ou suplementos para alguma ou várias das finalidades elencadas - aponta para uma expressiva disseminação deste tipo de consumos. De entre aqueles que indicaram recorrer a esses consumos, 23,4% estavam a usar medicamentos ou suplementos para essas mesmas finalidades no período em que o questionário foi aplicado. Também 34,5 % daqueles que consumiam já o tinham feito para quatro ou mais finalidades.

Tabela 4: Indicadores globais de consumo (%)

Indicadores de consumo	
Indicador de consumo global a)	74,4
Indicador de consumo atual b)	23,4
Consumo (<i>per capita</i>) para quatro ou mais finalidades c)	34,5

Nota: a) Total de inquiridos que “já usou ou costuma usar” para uma ou mais finalidades; b) Total de consumidores que “estava a usar”; c) Total de consumidores que já tinha consumido para quatro ou mais finalidades

Passando dos indicadores globais para um nível de leitura mais fino, obtém-se uma panorâmica mais explícita da preponderância de cada uma das finalidades em análise no quadro mais global dos consumos de performance. Essa leitura remete para a tabela abaixo, onde se identifica a percentagem de inquiridos com consumos em cada uma das finalidades. Dos consumos com maior prevalência no âmbito *cognitivo-relacional*, destacam-se os usos para dormir (36,4%), memória (32,3%) e descontraír/acalmar (31,3%); no âmbito *físico corporal*, destacam-se a energia física (39,0%) e massa muscular (20,0%).

Tabela 5: Finalidades de consumo (medicamentos e suplementos) e total por finalidade (%) a)

Finalidades	Já usou ou costuma usar
Dormir	36,4
Manter-se acordado	6,7
Concentração	25,6
Memória	32,3
Descontrair/acalmar	31,3
Humor/boa disposição	11,3
Energia física	39,0
Emagrecer	18,5
Desempenho sexual	12,8
Massa muscular	20,0

(N=195)

Nota: a) Valores referentes a respostas múltiplas.

A duração dos consumos - tendo por referência a “última vez que usou” o medicamento ou suplemento - é outro dos indicadores a considerar⁸. Trata-se de um indicador que permite aferir do teor pontual ou prolongado da necessidade de apoio para o desempenho em questão. De entre os consumos com maior regularidade de uso pontual (1 a 3 dias), destacam-se os destinados a dormir (21,6%), descontrair/acalmar (22,6%) e desempenho sexual (34,3%). De entre os consumos de maior durabilidade (mais de 1 mês), destacam-se os destinados à concentração (66,7%), melhorar o humor/boa disposição (66,7%), emagrecer (62,3%) e massa muscular (78,7%). Constata-se que, globalmente, o padrão dominante de durabilidade é o consumo de longa duração.

Este padrão de consumos, inclui tanto o uso de fármacos como de suplementos, os quais são geralmente usados em alternância ou em complementaridade e, com menor frequência, usados em exclusividade. Nos consumos com recurso predominante a fármacos, prevalecem as finalidades destinadas a: humor (40,9%), dormir (40,8%), descontrair (39,3%) e desempenho sexual (36,0%); nos consumos com recurso predominante a suplementos, prevalecem as finalidades de: massa muscular (74,4%), energia (50,0%) e emagrecer (47,2%); nos consumos com predomínio de uso, alternado ou simultâneo, de ambos os tipos de recursos, prevalecem as finalidades de: concentração (62%), descontrair (52,5%) e memória (50,8%). Constata-se, nestes resultados, a relativa intermutabilidade entre o farmacológico e o natural, que vem caracterizando o universo dos consumos de performance, e que vem contribuindo para a expansão destes, igualmente constatada em estudos anteriores (Lopes, 2010; Lopes *et al.*, 2012; Rodrigues *et al.*, 2019).

⁸ Todas as percentagens de duração do consumo estão calculadas tendo por base o total de inquiridos que “usou ou costuma usar” em cada uma das finalidades.

A componente geracional expressa nestes consumos, aferida através da variável idade (até 39 anos; 40-49 anos; 50 e mais anos), revela-se na desigual prevalência das finalidades de consumo, na comparação dos segmentos etários. A faixa etária mais jovem é a que apresenta maior incidência de consumos nas finalidades de âmbito *físico-corporal*, com decréscimo progressivo na proporção inversa da idade (p.0.031). Nas finalidades de âmbito *cognitivo-relacional* o efeito etário de diferenciação é residual, o que evidencia a maior transversalidade desta categoria de consumo na amostra em estudo. Contudo, a variação etária readquire expressão na análise nominal dos consumos por finalidades. A faixa etária mais jovem prevalece nos consumos para: energia física (55,2% - p.0.004), massa muscular (44,8% - p.0.000) e emagrecer (24,1%), aos quais acrescem os consumos para a concentração (37,9% - p.0.035). A faixa etária intermédia prevalece no consumo para: “descontrair/acalmar” (36,5%) e apresenta, também, elevada expressão no consumo para a “energia física” (44,8%). A faixa etária mais velha prevalece nos consumos para: “dormir” (41,4%), “memória” (38,6%) e desempenho sexual (22,9% - p.0.007).

As diferenças geracionais que se acentuam nos consumos de performance físico-corporal remetem para um duplo ângulo de análise sobre a instrumentalidade corporal neste grupo profissional. Para além do investimento corporal tradicionalmente associado aos requisitos do trabalho policial, expresso nesta categoria de consumos, acrescem investimentos de ordem estética e identitária (Westmarland, 2017). Note-se que, apesar da prevalência dos consumos físico-corporais na faixa mais jovem, a exigência física da profissão é avaliada abaixo do grau médio de exigência (3,17)⁹ de outras componentes da atividade profissional (exigência intelectual, 4,1 e exigência emocional, 4,28). Indicia-se nestes dados um novo padrão de culturas corporais – alimentadas pelas transformações no trabalho e pelo crescente contexto de farmacologização das opções estéticas e corporais (Featherstone, 1991) – cujo impacto identitário justifica futuros aprofundamentos analíticos. Esta emergente componente estético-corporal/profissional revelou-se também nas entrevistas, como o ilustram os seguintes excertos:

“Eu acho que os polícias mais novos, um bocadinho pelo culto do corpo e do ginásio, andam nos ginásios, consomem muita proteína, não digo que sejam substâncias proibidas, mas as proteínas, aquelas substâncias próprias do ginásio” (E05).

“Certos colegas é mais por aí, passa mais pela imagem, do que pela compleição física para o serviço, penso que é mais por aí; alguns sim, mais pela imagem, os metrossexuais, do que pelo serviço” (E04).

“(…) é sem dúvida uma questão de estética, o polícia onde estiver é o centro das atenções, toda a gente olha para nós, o polícia se estiver fardado numa praça, toda a gente olha para o polícia.

⁹ Valor médio numa escala de 1 (nada exigente) a 5 (extremamente exigente)

(...) eu não me considero velho, gosto de me sentir bem com a minha aparência, gosto de vestir a farda e sentir-me bem com ela” (E02).

3.2. Consumos de performance e fatores de pressão laboral

A par das diferentes motivações e das finalidades diversas do recurso a consumos de performance neste grupo profissional, como veremos os dados obtidos apontam para uma associação entre estes consumos e os fatores de pressão laboral. Retomando os resultados apresentados sobre o posicionamento dos polícias face ao seu trabalho, atrás analisados, elegemos três fatores de pressão laboral: ritmos de trabalho; exigência da atividade profissional¹⁰; exposição a riscos¹¹.

Como se pode verificar na síntese dos resultados que se apresenta na Tabela 6, as médias globais de cada um dos fatores de pressão mostram níveis de intensidade mais elevados entre os profissionais que recorrem a consumos de performance do que entre aqueles que não apresentam quaisquer consumos neste âmbito. Essa diferença é estatisticamente significativa nos dois primeiros fatores e menos diferenciada no terceiro (a exposição aos riscos).

Considerando as categorias de finalidades de consumo com maior expressão, atrás identificadas (Tabela 5) – designadamente para a energia física (39,0%), dormir (36,4%) e descontraír/acalmar (31,3%) – constata-se a consonância da tipologia de consumos com a natureza dos fatores de pressão aqui referenciados. Saliente-se que, de entre os indicadores que constituem a variável exigência profissional, é preponderante a “exigência emocional” (média 4,26), e na variável “exposição a riscos” é preponderante a “perda de autoridade” (média 4,53). O que estes resultados revelam é também o efeito das disposições de adesão ao uso de auxiliares de performance - suscitado pela sua progressiva difusão social e cultural (Williams *et al.*, 2008; Gabe *et al.*, 2015) – e nas quais se reconfigura a avaliação da própria pressão e a maior intolerância a esta. É neste contexto de exigências, de pressão e de subjetividades partilhadas, que se vai constituindo a legitimidade cultural e a hierarquia de legitimidade dos consumos de performance. Uma hierarquia de legitimidade assente, no caso dos contextos de trabalho, na expectativa de melhoria e/ou facilitação do desempenho e da competitividade (Ballantyne, 2021; Leon *et al.*, 2019).

¹⁰ A variável (compósita) exigência da atividade profissional é constituída pelos indicadores “exigência física” (média 3,17), “exigência intelectual” (média 4,01) e “exigência emocional” (média 4,28)

¹¹ A variável (compósita) exposição a riscos é constituída pelos indicadores “envolvimento em situações de perigo e uso de armas” (média 4,10), “perda de autoridade” (média 4,53) e “pressão para obter resultados e competitividade” (média 3,74).

Tabela 6: Intensidade dos fatores de pressão (indicadores globais) e variação nos consumos de performance

Fatores de Pressão	Consumos de performance	Média	Desvio-padrão	Sig. t-test
Ritmos de trabalho	Com consumo	3,78	0,629	p=0,010
	Sem consumo	3,54	0,613	
Exigência da atividade profissional	Com consumo	3,86	0,479	p=0,014
	Sem consumo	3,69	0,503	
Exposição a riscos	Com consumo	4,10	0,986	p=0,197
	Sem consumo	3,96	1,048	

(N=195. Com consumo=145; sem consumo=50)

A satisfação com a profissão é um outro dado passível de ser lido como um duplo indicador (de causa e efeito) de pressão laboral. Encontrou-se uma expressiva associação entre a “insatisfação profissional” e a maior prevalência de recurso a consumos de performance. Entre os profissionais que recorrem a estes consumos, cerca de metade (49,7%) posiciona-se em “extremamente/muito insatisfeitos ou insatisfeitos com a profissão”; entre aqueles que não consomem, a insatisfação apresenta uma proporção significativamente menor (32% - p.0.050). Esta diferenciação em torno da variável consumo é mais acentuada quando se consideram os consumos de âmbito cognitivo-relacional, onde a insatisfação profissional corresponde a 54,1% daqueles que recorrem a este padrão de consumo e a 33,7% dos que não consomem (p.0.016). Relativamente aos consumos de âmbito físico-corporal, as diferenças são substantivamente menores: entre os que consomem e os que não consomem, os valores são, respetivamente, 49,5% e 45,1% (p.0.050).

3.3. Consumos de performance: entre a aceitação, rejeição e invisibilidade

Não obstante a expressão que os consumos de performance apresentam no quotidiano dos polícias, a relação destes profissionais com esses consumos reveste-se de alguma ambivalência quanto à sua aceitação.

Para aferir das disposições sociais de aceitação e/ou rejeição deste tipo de consumos, bem como da perceção dos profissionais sobre a disseminação dos mesmos em contexto laboral, recorreu-se a um conjunto de asserções, incluídas no questionário, que se apresentam na Tabela 7. Como se pode verificar, os consumos para a gestão das exigências físicas, intelectuais e de interação – asserções 1, 2 e 3 – apresentam uma distribuição média de manifesta concordância com o recurso a medicamentos e/ou suplementos, para lidar com as exigências físicas e intelectuais, e manifestamente abaixo da concordância no que respeita às exigências da interação. Corroborar-se

nestes dados uma hierarquia de legitimidade para estes consumos (Lopes *et al.*, 2015; Lopes e Rodrigues, 2015), já atrás constatada, que privilegia as exigências intrínsecas à natureza do trabalho e à adesão aos recursos que facilitem a capacidade de respostas a tais exigências. Diferentemente, as exigências de interação, em geral perspetivadas como competências extrínsecas à natureza do trabalho, torna-as (culturalmente) menos ilegíveis para a legitimidade dos consumos. São resultados que também corroboram análises equivalentes, produzidas noutros estudos sobre medicamentos e suplementos em contextos de trabalho (Sales *et al.*, 2019; Leon *et al.*, 2019).

Tabela 7: Disposições e perceções sobre os consumos de performance (% em linha)

	Discordância total/ parcial (%)	Concordância Total / parcial (%)	Média a)
1. As exigências físicas do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para aumentar a energia.	37,8	62,2	3,62
2. As exigências intelectuais do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para melhorar o desempenho.	41,8	58,2	3,53
3. As exigências de interação do trabalho de polícia tornam aceitável o recurso a medicamentos e/ou suplementos para gerir o relacionamento com os outros.	56,4	43,6	3,18
4. Apenas um reduzido número de polícias recorre a medicamentos e/ou suplementos para melhorar o seu desempenho profissional e/ou pessoal.	53,3	46,7	3,35
5. Nos locais de trabalho, em geral, há alguma relutância em os(as) polícias falarem dos seus próprios consumos de medicamentos e/ou suplementos para melhorar o desempenho profissional e/ou pessoal.	25,6	74,4	4,25

(N=195)

Nota: a) Numa escala de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente). Ponto médio 3,5.

Esta hierarquia de legitimidade, atribuída aos consumos de performance, também apresenta variações em função das duas variáveis já atrás consideradas: idade e consumo. Os profissionais mais novos (até 39 anos) apresentam médias de concordância mais elevadas e de discordância mais reduzida [asserções: 1 (4,07), 2 (3,79), 3 (3,32)]. Os mais velhos (50 e mais anos) apresentam médias mais baixas de concordância e de discordância mais elevada [asserções: 1 (3,52), 2 (3,54), 3 (3,18)]. Esta discreta variância estatística não deixa de reconfirmar o efeito geracional, já atrás sinalizado, presente nas disposições culturais de aceitação e rejeição do recurso a estes consumos. Quanto à variável consumo, o seu efeito diferenciador é particularmente evidente: a concordância é mais elevada entre quem recorre a consumos de performance [asserções: 1 (3,79), 2 (3,70), 3 (3,35)]; e a discordância acentua-se entre aqueles que não recorrem a estes consumos [asserções: 1 (3,13), 2

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

(3,04), 3 (2,69)]. A variação em torno do consumo apresenta-se estatisticamente significativa para cada uma das 3 asserções [T-test $p=0,002$ (1); 0,000 (2); 0,019 (3)].

Quanto à percepção da disseminação destes consumos entre o grupo profissional dos polícias – asserção 4 da Tabela 7 – verifica-se que prevalece a ideia de que os consumos estão relativamente disseminados (53,3%), o que é expresso na discordância com a afirmação de que “apenas um reduzido número de polícias recorre a estes consumos”. Esta discordância é também mais acentuada entre aqueles que recorrem a estes consumos (55,3%) do que entre os que não recorrem (47,6%). Também em termos etários se registam variações que reconfirmam o efeito geracional: a discordância com a asserção 4 é mais generalizada entre os mais novos (72,0%) do que entre os mais velhos (52,5%). A percepção de que estes consumos estão relativamente disseminados foi manifesta também nas entrevistas.

“Sei que há muita gente que toma calmantes, toma outras coisas, mesmo prescritas, toma bastante, isso é o que os faz aguentarem-se” (E09).

“Existe [consumos] nos dois lados, da parte psicológica e da parte também do culto do corpo, tenho essa noção e, às vezes, é notório, nota-se perfeitamente, mesmo que não falem sobre o assunto” (E03).

“Não tenho dúvidas que mais de metade do efetivo, se não recorreu, em breve vai recorrer a um médico para que seja prescrito, seja para dormir, seja para andar menos tenso, seja para o que for (E08).

Paralelamente à percepção da disseminação destes consumos, há igualmente a percepção de que existe uma certa invisibilidade social sobre os mesmos – asserção 5 da Tabela 7. Regista-se uma elevada concordância (74,4%) quanto à afirmação de que, nos locais de trabalho há alguma relutância em falar dos seus próprios consumos de performance. Esta percepção é mais generalizada entre quem consome (77,6%) e menos entre quem não consome (65,2%). Também neste item, a idade introduz uma significativa variação, sendo que a percepção da relutância é mais generalizada entre os mais velhos (82,2%) e menos entre os mais novos (57,7% - $p=0,044$).

De entre os fatores que potenciam a relutância na partilha da informação sobre os próprios consumos, e a mantêm no domínio privado, é de referir a presença de um certo conflito ideológico entre a imagem profissional e o recurso a consumos de performance. Desde logo, porque são consumos socialmente passíveis de ser imputados a uma imagem de “insuficiência pessoal”, com efeito estigmatizante e impacto na própria identidade profissional (Cooper, 2021); por outro lado, o estrito controlo institucional (por via clínica) sobre diferentes tipos de consumos, a que estes profissionais estão sujeitos, e o desvio social que estes consumos (mesmo sendo legais) possam

representar, com as eventuais sanções daí decorrentes, contribuem para este relativo fechamento ou “consumo oculto” (Smith e Land, 2014).

Este conflito ideológico e institucional foi encontrado também nas entrevistas:

“[Consumo de antidepressivos, ansiolíticos] É um tabu, ninguém fala disso (...) Por duas situações, uma porque é sinal de fraqueza, quem assume, parece que está a dar um sinal de que não é mentalmente forte para aguentar. Segundo, o que o Comando vai pensar de mim.” (E12).

“É sempre um tabu o uso desse tipo de medicamentos, é normal (...). Nós estamos numa esquadra, no mínimo, 50 a 60 homens numa esquadra, há sempre um comentário, há sempre um cochicho, eu acredito que haja em todas as instituições, em que trabalhe muita gente junta.” (E02).

Esta invisibilidade dos consumos e a relutância em falar dos seus próprios consumos desvanece-se em circuitos mais fechados de sociabilidades, os quais, não raro, se constituem como fontes de informação e validação das opções e finalidades desses mesmos consumos.

“Eu com as pessoas que tenho mais proximidade, elas falam do produto, dos efeitos, do que faz, se este faz perder peso, não vejo nenhuma relutância, aqui estamos a falar na parte física. Na outra parte, aí sim, já é diferente” (E03).

“As pessoas depois de começarem a falar das enxaquecas, da dor de cabeça, «não estou a conseguir dormir tão bem» e há um ou outro colega que indica, dá ali uma sugestão, isso é recorrente” (E01).

O percurso analítico, aqui apresentado, sobre os consumos de performance entre os profissionais de polícia, deixa em evidência a coexistência entre a expressiva disseminação do recurso a medicamentos/suplementos para gerir as pressões do quotidiano, pessoais e laborais, ou para investimentos hedonistas e identitários, e uma relativa parcimónia e discrição na partilha desta informação com os outros. Embora estes consumos não se circunscrevam aos requisitos das pressões laborais, como foi sendo sinalizado, é nestes que aparentemente adquirem tração e legitimidade social.

Conclusão

A análise sociológica dos polícias como profissionais confronta-se com obstáculos decorrentes da natureza e funções que toma a polícia, como instituição de Estado, no âmbito das dinâmicas sociais e especificidades que as atividades daqueles tomam face às dos outros profissionais. Não deixámos de ter isto presente quando, ao longo do texto, fomos equacionando as

relações entre a natureza do trabalho e os consumos de performance para a melhoria do desempenho físico, intelectual e social dos polícias da PSP. O trabalho policial caracteriza-se pela imprevisibilidade e ação face a situações de mediação, de aconselhamento, de apoio, de violência, a par de tarefas rotineiras e regulamentadas em que é possível a existência de autonomia, sendo enformado por fatores de pressão social de ordem diversa. É, por sua vez, um trabalho investido de autoridade de Estado, que confere um poder legítimo aos polícias, conquanto sujeitos a um escrutínio, cada vez mais denso, interno à polícia, das magistraturas judiciais e da população e meios de comunicação social, usando frequentemente as tecnologias de informação e comunicação.

A conjugação do prolongamento do horário de trabalho com a imprevisibilidade da ação e os ritmos são fatores relevantes que se enquadram nos processos de reorganização da PSP, em curso nas últimas décadas, com a existência de outros modelos de policiamento. Constituem-se como fatores de pressão que, no quotidiano de trabalho, se interligam com outros, como a exigência da atividade profissional e a exposição aos riscos. Ao invés da ideia corrente de que a ação policial se baseia estritamente na violência física, é dada, pelos inquiridos, uma ênfase à dimensão emocional face aos vários tipos de exigência, que se configuram como ações específicas das forças de segurança, embora algumas delas exigindo um forte empenhamento pessoal como, por exemplo, a violência doméstica/contra idosos. Por sua vez, o trabalho policial é enformado pelo elevado grau de exposição ao risco, em particular face à eventual perda da autoridade e violência física, elemento relevante nas mudanças nas relações com a população.

O mapeamento das atividades dos polícias adquire outro significado se o equacionarmos face aos consumos de performance. Desde logo, observa-se a importância que o uso de medicamentos e suplementos tem no grupo profissional, com uma predominância não só daqueles que se inscrevem nas finalidades de âmbito cognitivo-relacional, mas concomitantemente a associação entre os produtos de natureza farmacológica e os naturais e o consumo de longa duração para quase todas as finalidades. Uma parcela significativa dos inquiridos mais jovens dirige os seus consumos para as finalidades de âmbito físico-corporal expressando, deste modo, uma motivação para uma cultura corporal que não subsiste nos outros grupos etários. Estamos perante um padrão que, relacionado com os fatores de pressão social sobre o trabalho policial, permite concluir que os polícias mais expostos a tais fatores são os que mais recorrem aos consumos de performance. No mesmo sentido, encontram-se os polícias que avaliam de modo insatisfatório a sua situação profissional. Os consumos de performance são genericamente aceites pelos polícias, justificados principalmente pelas exigências físicas do seu trabalho, e sendo percecionados como disseminados no seio do grupo profissional. Contudo, o controlo, e possível penalização, que a instituição policial exerce sobre os consumos, a desvalorização social e profissional face aos pares, a dissonância entre a imagem formal e pública dos polícias, como representante do Estado, e o uso dos consumos de performance concorrem para a invisibilidade destas práticas.

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

A reflexão que desenvolvemos permite concluir da associação entre os consumos de performance, como uma prática corrente, e o desempenho físico, intelectual e social dos polícias da PSP. Fatores de pressão social integrantes da natureza do trabalho policial constituem-se como configuradores de um contexto laboral, diverso em tarefas, permeado pelo risco e pelo julgamento público e institucional, funcionando como geradores daquela associação. As atuais transformações na natureza do trabalho da polícia (ou no seu *modus operandi*) e o lugar que os consumos de performance ocupam enquanto “auxiliares de desempenho” requerem a ampliação e aprofundamento futuro deste enfoque analítico. É de realçar que a nossa incursão analítica sobre a expressão dos consumos de performance entre os polícias, que revela os novos fatores de pressão sobre esses consumos e a transformação nas formas de gestão do desempenho profissional, é um equacionamento analítico ainda em início.

Bibliografia

BALLANTYNE, Peri (2021), “Drugs at work – implicated in the making of the neo liberal worker”, in Peri Ballantyne & Kath Ryan (ed.), *Living pharmaceuticals lives*, London, Routledge, pp. 12-27.

BAYERL, Petra Saskia et al. (2014), “Perspectives on the police profession: an international investigation”, *Policing: An International Journal of Police Strategies and Management*, 37(4), pp. 728-745.

BAYLEY, David (2016), “The Complexities of 21st Century Policing”, *Policing*, 10(3), pp. 163-170.

BAYLEY, David (2002), *Padrões de policiamento*, São Paulo, Edusp.

BITTNER, Egon (2003), *Aspectos do Trabalho Policial*, São Paulo, Edusp.

BLOOMFIELD, Brian; DALE, Karen (2015), “Fit for Work? Redefining “Normal” and “Extreme” Through Human Enhancement Technologies”, *Organization*, 22(4), pp. 552–569.

BURNS, Edgar Alan (2019), *Theorising Professions. A Sociological Introduction*, London, Palgrave.

CARAPINHEIRO, Graça (1993), *Saberes e Poderes no Hospital, uma sociologia dos serviços hospitalares*, Porto, Afrontamento.

CHAMPY, Florent (2009), *Sociologie des Professions*, Paris, Presses Universitaires de France (PUF).

COOPER, Richard James (2021), “Opioid analgesics, stigma, shame and identity”, in Peri Ballantyne & Kath Ryan (ed.), *Living Pharmaceuticals Lives*, Routledge, pp. 155-165.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- DIEU, François (2017), “Police et violence. Approches sociologiques”, *Cahiers de la Sécurité et de la Justice*, 39, pp. 5-12.
- DUBAR, Claude; TRIPIER, Pierre (1998), *Sociologie des Professions*, Paris, Armand Colin.
- DURÃO, Susana (2008), *Patrulha e Proximidade: uma etnografia da Polícia em Lisboa*, Coimbra, Edições Almedina.
- DURÃO, Susana (2010), “Ser ou não ser polícia. Uma profissão?”, in Ana Delicado, Vera Borges & Steffen Dix (Eds.), *Profissão e vocação. Ensaios sobre Grupos Profissionais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 275-300.
- DURÃO, Susana (2012), “Policiamento de proximidade em Portugal: limites de uma metáfora mobilizadora”, in Susana Durão & Marcio Darck (org.), *Polícia, segurança e ordem pública: perspectivas portuguesas e brasileiras*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 101-133.
- DURÃO, Susana (2015), “Da polícia e do policiamento urbano em Portugal. Mudança e perspectivas do terreno”, in Manuela Ivone Cunha (org.), *Do Crime e do Castigo. Temas e Debates Contemporâneos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 129-146.
- ELLRICH, Karoline (2018), “Violent victimisation, professional self-esteem, and punitivity of German police officers”, *Policing and Society*, 28(7), pp. 787-805.
- FASSIN, Didier (2013), *Enforcing Order. An Ethnography of Urban Policing*, Malden, Polity Press.
- FAVRE, Pierre (2001), “Around Dominique Monjardet’s Sociologie de la force publique: recent books and articles in French in the field of sociology of the police”, *Revue française de sociologie*, 42, supplement, An annual English selection, pp. 175-186.
- FEATHERSTONE, Mike (1991), “The Body in Consumer Culture”, in Mike Featherstone, Mike Hepworth and Bryan Turner (eds), *The Body: Social Process and Cultural Theory*, London, Sage, pp. 170–196.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín (1990), *La profesión de policía*, Madrid, CIS.
- FERNÁNDEZ, Manuel Martín (1992), “Policía, profesión y organización: Hacia un modelo integral de la Policía en España”, *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 59, pp. 205-222.
- GABE, Jonathan et al. (2015), “Pharmaceuticals and society: Power, promises and prospects”, *Social Science & Medicine*, 131, pp. 193-198.
- GOFFMAN, Erving (1975), *A representação do eu na vida cotidiana*, Petrópolis, Vozes.
- GONÇALVES, Carlos (2007), “Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras*, 17, p. 177-224.
- HOCHSCHILD, Arlie (1983), *The managed Heart*, Berkeley, University of California Press.
- HUGHES, Everett Cherrington (1981), *Men and their work*, Westport, Greenwood Press.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- JEANTET, Aurélie (2018), *Les Emotions au travail*, Paris, CNRS Editions.
- JOBARD, Fabien; MAILLARD, Jacques de (2015), *Sociologie de la police. Politiques, organisations, réformes*, Paris, Armand Colin.
- LEON, Matthew R.; HARMS, Peter D.; GILMER, Declan O. (2019), “PCE Use in the Workplace: The Open Secret of Performance Enhancement”, *Journal of Management Inquiry*, 28(1), pp. 67-70.
- LISBOA, Manuel; TEIXEIRA, Ana Lúcia (2015), *Policiamento de proximidade. Representações e práticas da população e inovação organizacional na Polícia*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.
- LIVELY, Kathryn J. (2006), “Emotions in the Workplace”, in Jan E. Stets, Jonathan H. Turner (eds.), *Handbook of the Sociology of Emotions*, New York, Springer.
- LOPES, Noémia (2001), *Recomposição Profissional da Enfermagem. Estudo Sociológico em Contexto Hospitalar*, Coimbra, Quarteto.
- LOPES, Noémia (org.) (2010), *Medicamentos e Pluralismo Terapêutico: práticas e lógicas sociais em mudança*, Porto, Afrontamento.
- LOPES, Noémia et al. (2012), “O natural e o farmacológico: padrões de consumo terapêutico na população portuguesa”, *Saúde & Tecnologia*, 8, pp. 5-17.
- LOPES, Noémia et al. (2015), “Medications, Youth Therapeutic Cultures and Performance Consumptions: A Sociological Approach”, *Health*, 19(4), pp. 430–448.
- LOPES, Noémia; RODRIGUES, Carla (2015), “Medicamentos, consumos de performance e culturas terapêuticas em mudança”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 78, pp. 9-28
- MANNING, Peter K. (1977), *Police Work: The Social Organization of Policing*, Cambridge, MA, MIT Press.
- MONJARDET, Dominique (1985), “Police et sociologie: questions croisées”, *Déviance et société*, 9 (4), pp. 297-311.
- MONJARDET, Dominique (1996). “Règles, Procédures et Transgressions dans le Travail Policier”, in Jacques Girin & Michèle Grosjean (Eds.), *La Transgression des Règles au Travail*, Paris, L’Harmattan, pp. 83-94.
- MONJARDET, Dominique (2003), *O que faz a Polícia. Sociologia da Força Pública*, São Paulo, Edusp.
- NEWBURN, Tim (2008), *Handbook of Policing*, London, Willian Publishing.
- NEWBURN, Tim; REINER, Robert (2012), “Policing and the police”, in Mike Maguire, Rod Morgan, & Robert Reiner (eds.), *The Oxford Handbook of Criminology*, Oxford, Oxford University Press.

- GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.
- PAWSON, Mark; KELLY, Brian (2021), “Drug normalization and Conventional Social Institutions: the unusual case of prescription drugs misuse”, *Sociology Forum*, 37(1), pp. 48-69.
- REGO, Raquel (2013), “Professional regulation: Portuguese Occupational group trends running counter to EU policies”, in Raquel Rego (ed.), *The trend towards the European deregulation of professions and its impact on Portugal under crisis*, London, Palgrave Pivot.
- ROBLES, Diego Torrente (1993), “Las profesiones blanca y azul”, *REIS: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 59, pp. 364-378.
- ROBLES, Diego Torrente (1997), *La sociedad policial: poder, trabajo y cultura en una organización local de Policía*, Madrid, CIS.
- ROCHA, Cristina (2004), *Da botica à universidade: Continuidades e mudanças na construção da profissão farmacêutica em Portugal*, Porto: Livpsic.
- RODRIGUES, Carla; LOPES, Noémia; HARDON, Anita (2019), “Beyond health: medicines, food supplements, energetics and the commodification of self-performance in Maputo”, *Sociology of Health and Illness*, 41(6), pp. 1005-1022.
- RODRIGUES, Maria de Lurdes (1999), *Os Engenheiros em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- SALES, Paloma et al (2019), “Burning the candle at both ends: motivations for non-medical prescription stimulant use in the American workplace”, *Drugs-Educ. Prev. Polic*, 26:4, pp. 301-308.
- SIMMLER, Monika; STEMPKOWSKI, Monika; MARKWALDER, Nora (2019), “Punitive attitudes and victimization among police officers in Switzerland: an empirical exploration”, *Police Practice and Research*, 10, pp. 1-21.
- SMITH, Charlotte; LAND, Chris (2014), “Pharmacological routes to everyday exceptionality”, *Culture and Organization*, 20(4), pp. 269-287.
- SVENDSEN, Lars (2013), *Le Travail: gagner sa vie, à quel prix?*, Paris, Autrement.
- TAVARES, David (2007), *Escola e Identidade profissional. O caso dos técnicos de cardiopneumologia*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto Politécnico de Lisboa.
- TAVARES, David; LOPES, Noémia; GONÇALVES, Carlos Manuel (2022), “Transformações do trabalho em contextos de pressão para o desempenho profissional”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 99, pp. 29-46.
- TORRES, José (2020), “Uma Polícia para o século XXI: Breves reflexões”, *Separata da Revista Polícia Portuguesa*, V (2), pp. 1-27.
- TURNER, Jonathan H. (2007), *Human Emotions. A sociological theory*, London, Routledge.
- VEZINAT, Nadège (2016), *Sociologie des groupes professionnels*, Paris, Armand Colin.
- WEBER, Max (1983), *Economia y Sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*, México, Fondo de Cultura Económica.

GONÇALVES, Carlos Manuel; TAVARES, David; LOPES, Noémia, ELIAS, Rúben (2023), “Polícias, trabalho e consumos de performance”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 7 – 32.

WESTMARLAND, Louise (2008), “Police cultures”, in Tim Newburn (Ed.), *Handbook of Policing*, London, Willian Publishing, pp. 253-280.

WESTMARLAND, Louise (2017), “Putting their Bodies on the Line: Police Culture and Gendered Physicality”, *Policing: A Journal of Policy and Practice*, 11(3), pp. 301–317.

WILLIAMS, Simon *et al.* (2008), “Waking up to sleepiness: Modafinil, the media and the pharmaceuticalisation of everyday/night life”, *Sociology of Health and Illness*, 30(6), pp. 839–855.

Agradecemos a colaboração da Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP) e do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP/PSP).

Carlos Manuel Gonçalves (autor para correspondência). Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Via Panorâmica, s/n 4150-564 Porto. Portugal. Email: cmgves@gmail.com

David Tavares. Professor coordenador. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte, Lisboa, Portugal. Endereço de correspondência: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício II, Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 1600-189, Lisboa, Portugal. Email: david.tavares@estesl.ipl.pt

Noémia Lopes. Professora associada. Instituto Universitário Egas Moniz, Monte da Caparica, Portugal; Instituto Universitário de Lisboa, CIES-Iscte, Lisboa, Portugal. Endereço de correspondência: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Edifício II, Avenida Professor Aníbal Bettencourt, 1600-189, Lisboa, Portugal. Email: nlopes@egasmoniz.edu.pt

Rúben Elias. Doutorando em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço de correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Via Panorâmica, s/n. 4150-564 Porto. Portugal. Email: rubenelias028@gmail.com

Artigo recebido a 25 de setembro de 2023 e aceite a 18 de dezembro de 2023.

O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000¹

Filipe Nunes

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE

Resumo

Este artigo mostra-nos um quadro de grande continuidade nos perfis dos dirigentes do Estado, praticamente imune às recentes mudanças nos métodos de recrutamento. Independentemente dessas mudanças, a elite administrativa portuguesa segue um padrão de envelhecimento e continua a ser recrutada essencialmente no interior da administração pública, e frequentemente dentro do próprio ministério onde exerce funções. As variações que existem dizem respeito à antiguidade de determinados ministérios ou de carreiras específicas. Não significa isto obviamente que entre 2000 e 2020 nada tenha mudado no perfil da elite administrativa portuguesa. Simplesmente essas mudanças parecem estar menos associadas aos novos métodos de recrutamento do que a dinâmicas que lhes são anteriores ou exteriores.

Palavras-chave: Elite administrativa, autonomia, politização.

The impact of CRESAP on the profile of the Portuguese administrative elite: 2020 vs 2000

Abstract

This article shows us a picture of great continuity in the profiles of top officials, practically immune to recent changes in recruitment methods. Regardless of these changes, the Portuguese administrative elite follows a pattern of ageing and continues to be recruited essentially within the public administration, and often within the ministry where those management functions are exercised. The variations that exist relate to the seniority of certain ministries or the statute of specific careers. This obviously does not mean that between 2000 and 2020 nothing has changed in the profile of the Portuguese administrative elite. These changes simply seem to be less associated with new recruitment methods than with dynamics that precede or are external to them.

Keywords: Administrative elite, politicization, autonomy

L'impact du CRESAP sur le profil de l'élite administrative portugaise: 2020 vs 2000

Résumé

Cet article nous montre une grande continuité dans les profils des hauts fonctionnaires, pratiquement insensibles aux récents changements dans les méthodes de recrutement. Indépendamment de ces

¹ Este artigo tem como ponto de partida a tese de doutoramento realizada pelo autor no ICS/UL (Nunes, 2012), acrescentando dados novos e recuperando outros mais antigos para efeitos de comparação (Nunes, 2003).

changements, l'élite administrative portugaise suit une tendance vieillissante et continue d'être recrutée essentiellement au sein de l'administration publique, et souvent au sein du ministère où ces fonctions de gestion sont exercées. Les variations qui existent concernent l'ancienneté de certains ministères ou le statut de carrières spécifiques. Cela ne veut évidemment pas dire qu'entre 2000 et 2020 rien n'a changé dans le profil de l'élite administrative portugaise. Ces changements semblent simplement moins liés aux nouveaux modes de recrutement qu'à des dynamiques qui les précèdent ou leur sont extérieures.

Mots-clés: Élite administrative, politisation, autonomie

El impacto del CRESAP en el perfil de la élite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000

Resumen

Este artículo nos muestra un cuadro de gran continuidad en los perfiles de los altos funcionarios, prácticamente inmunes a los recientes cambios en los métodos de contratación. Independientemente de estos cambios, la elite administrativa portuguesa sigue un patrón de envejecimiento y continúa siendo reclutada esencialmente dentro de la administración pública y, a menudo, dentro del ministerio donde se ejercen esas funciones de gestión. Las variaciones que existen se relacionan con la antigüedad de ciertos ministerios o el estatuto de carreras específicas. Evidentemente, esto no significa que entre 2000 y 2020 nada haya cambiado en el perfil de la élite administrativa portuguesa. Estos cambios simplemente parecen estar menos asociados con nuevos métodos de reclutamiento que con dinámicas que los preceden o son externas a ellos.

Palabras clave: Élite administrativa, politización, autonomía

Introdução

Ao estudarmos o recrutamento das elites, isto é, ao retratarmos um grupo de poder, não estamos obviamente apenas a satisfazer uma mera curiosidade; estamos, acima de tudo, a indagar o elo de ligação entre os atores (neste caso as elites administrativas) e as instituições (administrativas e políticas) em que atuam e com as quais interagem.

É isso que justifica que a análise dos perfis ou dos padrões de recrutamento surja como dimensão essencial em estudos de referência sobre a relação entre políticos e burocratas,² uma questão que evidentemente não se esgota na análise das suas atitudes políticas ou dos papéis desempenhados no processo de decisão.

Longe vão os tempos em que o estudo das relações entre política e administração em Portugal era secundarizado (Magone, 2011: 758), e em que estávamos reduzidos a investigações exploratórias (Portas e Valente, 1990; Lopes, 2000), com o caso português ausente dos estudos comparativos internacionais (Page e Wright, 1999).

² Por exemplo, os de Armstrong (1973), Suleiman (1979) ou Aberbach *et al.* (1981).

Conhecemos hoje melhor, por exemplo, as relações entre governos, partidos políticos e administração pública (Silva e Jalali, 2016; Silveira, 2021) e até mais especificamente os padrões de recrutamento das elites administrativas, quer numa perspetiva histórica, quer principalmente no período democrático (Almeida, 2007; Matos, 2000; Nunes, 2003, 2015; Teixeira, 2010; Bilhim, 2014; Ferraz, 2020).

Apesar de até ao XIX Governo Constitucional (2011-2015) o método da nomeação política ter prevalecido na provisão dos cargos dirigentes de topo, a literatura disponível aponta para o predomínio de critérios de profissionalização na escolha dos dirigentes de topo da administração central: recrutamento interno à administração pública; escolha de pessoas com carreiras longas nos ministérios em que exercem funções dirigentes; peso significativo das carreiras especiais do Estado (Carmo, 1987; Rocha, 2001; Nunes, 2015; Ferraz, 2020). Onde a politização se tem manifestado de forma um pouco mais saliente é nas estruturas mais recentes, institutos públicos e gabinetes ministeriais, bem como na administração periférica do Estado (Almeida, 2007; Nunes, 2015; Silva *et al.*, 2016; Silva, 2017).

Nem mesmo quando analisamos o fenómeno da politização da administração pública apenas a partir do número de nomeações políticas ao dispor de cada governo (enquanto patrocínio), como sugerem Kopecky e Mair (2006) ou mesmo Suleiman (2003), obtemos um quadro muito diferente (Mascio *et al.*, 2010).

Apesar disso, persiste no imaginário político do Portugal democrático a ideia de uma administração pública “partidarizada”, um pouco à semelhança aliás do que se passava durante o período da Regeneração³ (Almeida, 2007; Nunes, 2015).

É assim que, num balanço de final de mandato em matéria de reforma do Estado, vemos o XIX Governo constitucional (PSD+CDS) apresentar da seguinte forma a criação da CRESAP: «*Para acabar com a partidarização da Administração Pública [itálico nosso]*, o Governo criou a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP), uma entidade independente que organiza os concursos para os altos cargos da Administração Pública»⁴.

Antes da criação CRESAP, e de acordo com o estatuto do pessoal dirigente de 1999, o recrutamento de diretores-gerais, subdiretores-gerais e equiparados era feito por escolha, isto é, por

³ A imprensa, a literatura e mesmo os protagonistas do Liberalismo retratam a administração pública da época como uma entidade dominada pelo patrocínio e pela “empregomania” (Almeida (2007).

⁴ [Consult a 02/01/2024] Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-temas/20150504-reformas-estruturais/adm-publica/adm-publicas-1.aspx>

nomeação política, «de entre dirigentes e assessores ou titulares de categorias equiparadas da Administração Pública, para cujo provimento é exigível uma licenciatura»⁵.

Com a criação da CRESAP⁶, o membro do governo competente para assinar o despacho de nomeação passou a ter de escolher um entre três dos candidatos propostos por um júri. Simultaneamente, o mandato dos dirigentes de topo foi alargado para 5 anos (renováveis uma vez), o que pode ser visto como um reforço da autonomia destes face aos ciclos de 4 anos das legislaturas (Bilhim, 2014).

Esta medida não foi de resto revertida pelo Governo seguinte, do Partido Socialista, que se limitou a sugerir a possibilidade de, mantendo os procedimentos concursais, passar a nomear conjuntamente a equipa de diretores-gerais e subdiretores-gerais (ou equiparados) (Público, 2022).

Ao mesmo tempo, ao abrigo do programa PREMÁC (Programa de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado), lançado pelo Governo PSD/CDS em 2011, e de acordo com dados divulgados pelo próprio Governo no referido exercício de balanço, «foi possível reduzir 37% das estruturas e de cargos dirigentes das Administrações Públicas, 20% da Central, 67% da Periférica, 24% da Indireta e 49% dos órgãos consultivos e outros»⁷. Ao mesmo tempo, terão sido extintos 290 cargos de direção superior de um total de 715.

Esta tendência para a redução de estruturas e cargos dirigentes, de resto, já vinha de trás e está fortemente associada ao contexto de restrições orçamentais que marcou o País desde a viragem do século e que se traduziu, logo entre 2005 e 2009 (Governo PS), no programa PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado).

Na sequência destes dois programas de reestruturação administrativa, o número de estruturas desceu para quase metade: de 444 para 220. Essa redução terá sido até em geral mais acentuada no PRACE (corte de 33,3%) do que no PREMÁC, já que neste último caso a eliminação de estruturas foi acompanhada pela criação de outras de tipo semelhante (Portugal, 2013: 57). Onde o PREMÁC se distingue do PRACE é na eliminação de estruturas da administração periférica do Estado (Portugal, 2013: 57), o que não deixa de ser significativo, já que estas eram desde sempre mais permeáveis a uma politização de tipo partidário e clientelar (Nunes, 2015).

⁵ Lei n.º 49/99, de 22 de Junho.

⁶ Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro.

⁷ [Consult. Em 2/01/2024] Disponível em: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-temas/20150504-reformas-estruturais/adm-publica/adm-publicas-1.aspx>

Deste modo, se medirmos a politização apenas em função do número de cargos de nomeação à disposição dos Governos partidários, podemos dizer que houve lugar a uma despolitização da administração pública, iniciada em 2005 e intensificada a partir de 2011 com o PREMAC e a CRESAP, que vieram reduzir e limitar as nomeações do pessoal dirigente de topo.

Interessa, contudo, continuar a olhar para o fenómeno da politização não apenas a partir do número de cargos e estruturas (patrocinato), mas também a partir dos perfis dos nomeados, na linha, por exemplo, dos trabalhos de Tavares de Almeida (1995) e Luc Rouban (2004).

Trata-se aqui de saber se haverá um antes e um depois da CRESAP e das reestruturações da administração central do Estado (PRACE e PREMAC) em matéria de politização e autonomia do pessoal dirigente de topo.

1. Operacionalização e conceptualização

A introdução de concursos para a nomeação do pessoal dirigente de topo, combinada com a continuação da obrigatoriedade de publicação dos currículos dos nomeados em Diário da República⁸, oferece-nos a oportunidade de avaliar o impacto daquela reforma institucional nos graus de autonomia e politização revelados pelo perfil de recrutamento da elite administrativa portuguesa.

Para medir esse impacto, podemos comparar o perfil dos dirigentes de topo da administração pública, traçado há 20 anos (Nunes, 2003), portanto bastante antes da redução das estruturas administrativas e da introdução dos procedimentos concursais para pessoal dirigente de topo, com o perfil dos diretores-gerais, gestores públicos e equiparados, nomeados já após estas reformas administrativas mais recentes.

Foi esse exercício que nos propusemos realizar aqui, colocando em confronto os perfis das nomeações de dois governos de natureza semelhante: o XIV Governo Constitucional (GC) e o XXII GC; dois governos do mesmo partido (Partido Socialista) e com o mesmo tipo de maioria no parlamento (relativa). Só se distinguem precisamente nas condições de recrutamento da sua elite administrativa: o segundo Governo já se encontra condicionado pelos procedimentos concursais da CRESAP no provimento dos cargos de direção superior.

Note-se que o XXII GC (2019-2021) é o primeiro Governo em que os dirigentes de topo em funções já foram todos nomeados depois da introdução dos procedimentos concursais da CRESAP, e já sem terem estado durante um período demasiado alargado em regime de substituição ou mesmo em nomeação sem concurso, como ainda aconteceu entre 2011 e 2013, o que teoricamente pode ter

⁸ Lei n.º 49/99, de 22 de junho.

dado uma vantagem competitiva aos dirigentes que se submeteram a concurso já na segunda metade do Governo Passos Coelho.

Procuraremos também matizar esta confrontação entre dois governos separados por 20 anos, contextualizando-a no âmbito mais vasto de dados (quantitativos e qualitativos) já apresentados para um período mais longo, de 1999 a 2009 (Nunes, 2015).

Para garantir comparabilidade com essas investigações anteriores (Nunes, 2003; Nunes, 2015), optou-se por analisar aqui também apenas os currículos dos dirigentes equiparados a diretores-gerais (a grande maioria) ou a gestores públicos: diretores-gerais, diretores regionais, diretores de serviços de estudo e conceção, secretários-gerais, inspetores-gerais e presidentes de institutos públicos.

Estamos, portanto, a falar dos dirigentes de topo de todas as estruturas da administração direta e indireta do Estado, sendo que neste último caso (indireta) só incluímos os institutos públicos, deixando de fora entidades administrativas independentes, órgãos consultivos e estruturas semelhantes. A tabela seguinte mostra-nos o número de estruturas dos serviços centrais (administração direta e indireta) e desconcentrados da Administração do Estado existentes, antes e depois das eestruturções da Administração Central do Estado (PRACE e PREMAC), e o número de dirigentes que cujos currículos obtivemos através de pesquisas no Diário da República.⁹

Tabela 1 - Estruturas administrativas e casos analisados.

Estruturas antes do PRACE (2005) ¹⁰	444
Estruturas pós-PRACE e PREMAC (2005-2015)	224
Currículos Governo Guterres (1999-2002)	187
Currículos Governo Costa (2019-2021)	140

Fontes: Portugal, 2013 e autor.

Recorrendo a investigações anteriores, vamos assim complementar os resultados do método prosopográfico¹¹ da análise curricular com informações qualitativas complementares obtidas através

⁹ No caso do Governo Guterres, como se trata de um segundo Governo do mesmo partido os casos reportam-se aos dirigentes em funções em março de 2000 e foram analisados num estudo anterior (Nunes, 2003). No caso do Governo Costa, incluímos os dirigentes de topo em funções durante o XXII Governo Constitucional e nomeados a partir de 2018, isto é, 5 anos depois do final do governo de coligação liderado por Passos Coelho (PSD+CDS), tempo suficiente para as comissões de serviço publicadas pelo Governo de centro-direita já terem cessado. São, portanto, todas nomeações feitas por este Governo PS.

¹⁰ Utilizamos aqui como referência o relatório da Direção Geral da Administração e do Emprego Público de 2013 (Portugal, 2013).

¹¹ Método que visa basicamente investigar estatisticamente as diferentes dimensões dos percursos de um determinado grupo social num determinado momento (Charle, 2001).

de entrevistas¹² realizadas com membros do governo que estiveram em funções na primeira década deste século, em ministérios, posições e ciclos políticos diferentes (Nunes, 2012).

Também para garantir comparabilidade com as referidas análises anteriores, voltamos agora também a seguir as mesmas referências para a identificação dos indicadores de politização, entendida como politização de controlo, conforme apresentado na tabela seguinte (Page e Wright, 1999; Rouban, 2004).

Assim, consideramos de novo os seguintes indicadores de politização: o facto de se chegar a um cargo dirigente de topo em idade jovem (inferior a 40 anos); o facto de se ter feito carreira no sector privado; a passagem por gabinetes ministeriais; a ausência de experiência dirigente; e o exercício de cargos políticos¹³.

Consequentemente, foram identificados como indicadores de autonomia profissional: o facto de se ter mais de 50 anos; carreira no sector público; carreira no ministério onde os dirigentes exercem essas funções; experiência dirigente; experiência dirigente de topo em diferentes ciclos políticos; pertença a uma carreira especial do Estado.

Tabela 2 - Politização vs autonomia profissional.

Padrões de recrutamento	Indicadores
Politização clientelar	Partidarização das nomeações
Politização de controlo	Ligação a partidos, mas também (e principalmente) ligação personalizada a políticos. Perfil típico: elites administrativas mais jovens e oriundas do setor privado ou dos gabinetes ministeriais.
Autonomia profissional	Perfil típico: elites administrativas mais velhas, com carreiras longas na administração pública.

Fonte: Elaboração própria do autor.

¹² Entrevistas realizadas entre janeiro e maio de 2012 a 15 antigos membros do Governo (Nunes, 2012) que, entre 1999 e 2009, exerceram os seguintes cargos (com estas designações ou outras equivalentes): ministro da Administração Interna (1); ministro do Ambiente (1); ministro dos Assuntos Parlamentares (1); ministro da Cultura (1); ministro do Equipamento Social (1); ministro da Educação (4); ministro das Finanças (1); ministro da Presidência (1); ministro da Saúde (1); ministro do Trabalho e da Solidariedade Social (2); secretário de Estado dos Assuntos Europeus (1); secretário de Estado da Defesa Nacional (1); secretário de Estado das Florestas (2); secretário de Estado da Administração Pública (1); secretário de Estado do Ordenamento do Território (1); secretário de Estado da Proteção Civil (1). Entre os entrevistados, à data em que exerceram funções, oito eram militantes de um dos partidos do governo e sete independentes. Treze são homens e duas são mulheres. A todos foi assegurado o anonimato.

¹³ Membros do Governo ou titulares de cargos políticos eletivos nacionais, regionais ou locais.

2. Uma grande continuidade

Pensando nos indicadores de autonomia profissional, o primeiro que salta à vista é o da elevada percentagem de dirigentes recrutados com 50 ou mais anos. Eram 66,2% na viragem do século e representam agora 65,9%, perfeitamente em linha com o que já se verificara para toda a primeira década deste século (Nunes, 2012: 140).

Tabela 3 – Idade.

Idade	XIV GC		XXII GC	
	N	(%)	N	(%)
< 40	3	2,0	1	0,7
40-49	47	31,8	46	33,3
50-59	79	53,4	61	44,2
> 60	19	12,8	30	21,7
TOTAL	148	100	138	100

Fonte: elaboração própria do autor

Há aqui uma aparente estabilidade nos critérios etários de recrutamento, sendo que numa análise mais fina até se verifica uma intensificação do número daqueles que são nomeados para estes cargos já depois dos 60 anos, o que acompanha a tendência geral de envelhecimento verificada na administração pública em geral, onde a idade média também subiu de 43,64 em 2011 para 47,42 anos em 2020 (Público, 2022).

Não será completamente de excluir a hipótese de estarmos perante o efeito acrescido dos júris da CRESAP na valorização do fator experiência. É que recordando igualmente o que se conhece dos perfis de recrutamento durante os Governos Barroso e Sócrates, parece que a entrada em cena dos procedimentos concursais coincide com a travagem da tendência para o aumento do recrutamento de quadros mais jovens (menores de 40 anos) (Nunes, 2012: 141): 8,5% durante o Governo PSD/CDS; 9,6% no Governo Sócrates; e apenas 0,7% agora.

Mas, tendo em conta o envelhecimento geral da administração pública, também não podemos rejeitar outra hipótese explicativa, que é a de estarmos perante a mesma geração de dirigentes que já exercia estes cargos no passado e que os continua a exercer agora, numa idade mais avançada.

De facto, 73% dos atuais dirigentes revelam já ter exercido este tipo de cargos (intermédios e de topo) no passado, uma percentagem que em todo o caso também não difere muito da verificada há 20 anos (69,2%), como se pode ver na tabela seguinte:

Tabela 4 - Recrutamento e Experiência de Chefia.

Recrutamento e Experiência de Chefia	XIV GC		XXII GC	
	N	%	N	%
Carreira no sector privado	18	9,8	15	10,8
Carreira no sector público administrativo	162	89,0	124	89,2
Carreira no ministério onde é diretor-geral	99	55,6	77	55,8
Foi anteriormente dirigente da função pública	130	69,5	100	73,0

Fonte: elaboração própria do autor.

Os dados desta tabela 4, de resto, confirmam e reforçam um padrão geral de recrutamento com baixos níveis de politização, independente do enquadramento legal vigente.

Não havendo limitações legais em relação ao lugar de origem para o provimento destes cargos dirigentes, a verdade é que a elite administrativa portuguesa continua a ser recrutada no interior da administração pública e frequentemente no próprio ministério onde exerce as atuais funções, o que sugere forte especialização e persistência de baixos níveis de mobilidade interministerial, só possível com quadros mais generalistas ou politizados.

A percentagem de dirigentes oriundos da administração pública e recrutados no mesmo ministério em que exercem funções de topo é praticamente a mesma ao fim de duas décadas, não se registando assim, em geral e a este nível, qualquer influência das doutrinas mais privatísticas da chamada Nova Gestão Pública¹⁴.

Deste modo, cruzando este dado com os intervalos etários atrás mencionados, não surpreenderá notar que 72,2% dos diretores-gerais em funções no XXII Governo Constitucional tem já mais de 20 anos de função pública, percentagem que acentua muito ligeiramente a tendência verificada no período de 1999-2009, estudado anteriormente (Nunes, 2012: 161).

Deste modo, mais do que um efeito imediato da introdução de regras concursais, tudo indica que estamos perante padrões de recrutamento muito consolidados ao longo do tempo, certamente motivados pela baixa competitividade salarial destes cargos em relação ao que é praticado no setor privado¹⁵, mas provavelmente privilegiados pelos próprios ministros e secretários de Estado. Veja-se o testemunho de um antigo governante entrevistado: «Nunca tive problemas com as remunerações

¹⁴ Sobre as implicações desta corrente, pode ler-se Hood (1991, p. 3) ou Kopecky e Mair (2006, p. 10).

¹⁵ Sem prejuízo da preferência declarada pelos funcionários de carreira, ao ouvirmos os membros do governo, fica-se igualmente com a ideia de que o recurso a pessoas do sector privado não acontece mais vezes em parte também por causa dos níveis remuneratórios praticados pela administração pública: «Fiz muitos convites a pessoas do sector privado que me disseram que não tinham condições de vir perder dinheiro» (citado in Nunes, 2012: 162). O que é coerente com o que se sabe acerca do défice de competitividade dos salários do pessoal dirigente em relação ao que é praticado para funções equivalentes no setor privado (Campos, 2009).

porque privilegiava escolhas no universo da administração pública ou na área da atuação do Ministério. Nunca escolhi pessoas fora do ambiente», confessa um antigo ministro entrevistado (Nunes, 2012: 162).

Esta outra frase de um antigo ministro incluído no referido conjunto de entrevistas resume bem o espírito dominante: «Uma das escolhas que fiz e que falhou foi de uma pessoa que vinha do privado e sobre a qual tinha as melhores referências. Teve enorme dificuldade e não conseguiu fazer a apreensão do organismo e das suas regras. Tinha de lhe estar sempre a dar orientações... Há lugares em que o conhecimento das regras da administração pública é importante», considera ainda outro dos ministros entrevistados (citado in Nunes, 2012:195).

Continuando a explorar os resultados das entrevistas, há outra ideia que importa reter: «Há uma espécie de bloco tecnocrático com pessoas com simpatias políticas mais à direita e mais à esquerda que roda nos cargos. Pareceu-me uma regra não-escrita, mas conhecida de todos os quadros com carreiras longas no ministério» (citado in Nunes, 2012: 173).

De facto, só assim se explica que mais de metade das elites administrativas em funções quer no XIV GC, quer no XXII, tenha exercido essas funções em diferentes ciclos políticos, independentemente da existência de regras concursais (ver tabela seguinte). Ou que metade dos dirigentes de topo do Governo Guterres com experiência de gabinetes ministeriais tenham tido essa experiência durante governos PSD, sendo que mais de um quarto dos atuais dirigentes com esse tipo de experiência estão na mesma situação, apesar de o PSD só ter estado no Governo durante 6 anos desde 1995.

Tabela 5 - Indicadores de Politização.

Indicadores de Politização	XIV GC		XXII GC	
	N	%	N	%
Dirigente durante governos PSD	95	52,2	69	50,4
Participação em gabinetes ministeriais	31	16,6	43	30,7
Participação em gabinetes de membros do governo PSD	17	9,2	12	8,6
Participação em gabinetes de membros do governo PS	14	7,6	31	22,1
Exercício de cargos políticos	19	10,0	4	2,9

Fonte: elaboração própria do autor.

3. Algumas variações temporais e institucionais

Este quadro de perfis estáveis num período de 20 anos não nos deve fazer ignorar algumas variações temporais e institucionais relevantes.

Em primeiro lugar, de acordo com os dados da tabela 5, é muito mais frequente hoje entre a elite administrativa a passagem por gabinetes ministeriais do que era há 20 anos, o que não pode deixar de ser lido como um reforço da politização e do papel da chamada “administração paralela” no recrutamento do pessoal dirigente de topo, e conseqüentemente no controlo da administração tradicional pelos governos partidários nos processos de decisão e implementação das políticas públicas – a chamada politização de controlo¹⁶ (Thiel, 2004; Silva, 2017).

É certo que, como vimos atrás, no XXII GC um quarto desses casos diz respeito à passagem por gabinetes de membros de um governo liderado por um partido que está na oposição no momento em que exercem os cargos dirigentes. De qualquer modo, sabemos que não só se trata de cargos de livre nomeação (ainda que não assegurem vínculo à função pública) como os próprios membros do Governo reconhecem que em parte seguiram critérios de confiança política para os preencher: «O gabinete ministerial tem uma componente técnica e uma componente política, tem de ser uma escolha pessoal e política, e em alguns casos até tem de haver confiança partidária» (citado in Nunes, 2012: 180).

No entanto, dificilmente este aumento da frequência de dirigentes de topo com experiência de gabinetes ministeriais, que atinge agora os 30,7%, será explicável pela valorização destes percursos por parte dos júris da CRESAP, tanto mais que o fenómeno vinha a consolidar-se desde os Governos Barroso (27%) e Sócrates (25,6%) (Nunes, 2015).

Esta tendência deverá estar antes associada à expansão das nomeações para os gabinetes ministeriais, que começa precisamente no período em que o grosso dos atuais dirigentes de topo terá entrado para os quadros do Estado.

Recorde-se que logo em 1988, o Governo Cavaco Silva (maioria absoluta PSD), através da Lei 262/88, de 23 de julho, atualizou as regras relativas à composição e organização dos gabinetes ministeriais. O diploma esclarecia que as medidas não se destinam a «substituir os serviços da Administração Pública», mas ao criar a figura dos colaboradores de gabinete e ao prever o recurso à prestação de serviços externos, sem limitar em termos quantitativos essas inovações, veio abrir a porta a uma composição muito mais alargada destas estruturas de confiança pessoal e política dos membros do Governo.¹⁷

¹⁶ Esta politização de controlo não deve ser entendida necessariamente em sentido pejorativo. Numa perspetiva mais positiva do fenómeno (entendido como articulação político-administrativa e responsabilização dos governos) leia-se Carboni (2008, p.1).

¹⁷ A imprensa tem dado conta destas nomeações. No Governo Passos Coelho terão sido recrutadas para os gabinetes ministeriais 750 pessoas, das quais 239 sem vínculo à função pública. Este número compara com as 946 do Governo de Santana Lopes (em dois meses e meio) e com as 940 do Governo Durão Barroso (D’Épinay 2012). Os primeiros meses de Passos Coelho e António Costa terão sido assim menos “produtivos” deste ponto de vista: 750 nomeações em 7 meses e 859 em 100 dias, respetivamente (Monteiro, 2016), tendo este último

Em segundo lugar, e agora em sentido inverso (despolitização, despartidarização), temos outra mudança de padrão na frequência de recrutamento de pessoas com experiência de cargos políticos eletivos ou executivos: nunca fora muito relevante (10% em 1999-2001); havia descido para a casa dos 6% durante os Governos Barroso e Sócrates (Nunes, 2012: 182) mas caiu agora para uma percentagem bem mais residual (2,9%).

Mais uma vez podem colocar-se várias hipóteses explicativas: desde o eventual crescimento do fenómeno das “portas giratórias” entre os cargos políticos e o setor privado (Louçã *et al.*, 2014), que afastaria as elites políticas de percursos na administração do Estado, até ao próprio efeito dos critérios de recrutamento da CRESAP que tenderão a sobrepor o profissionalismo e a especialização setorial em relação à experiência política. Mas também aqui estamos a falar de uma tendência que começa antes da criação da CRESAP e dos procedimentos concursais.

Seja como for, esta contradição entre os dados referentes à passagem pelos gabinetes ministeriais e os dados sobre as experiências políticas, comum a outras democracias ocidentais (Veit e Vedder, 2023) pode ser apenas aparente, na medida em que, como havíamos notado em análises anteriores, a politização partidária e clientelar (associada ao recrutamento de pessoal político) pode conviver, e até estar a dar lugar, à referida politização de controlo, mais assente na lealdade pessoal e mais ancorada nos gabinetes ministeriais (Nunes, 2015).

A substituição progressiva da politização clientelar pela politização de controlo pode perfeitamente ter-se acentuado com a drástica redução das estruturas da administração periférica, mais intensa do que a verificada nos institutos públicos e nos gabinetes ministeriais (estes, pelo contrário, registaram basicamente uma consolidação).

Finalmente, uma outra dimensão em que a criação da CRESAP também não parece estar a ter um impacto muito evidente é no reforço da influência de algumas carreiras especiais da administração do Estado enquanto fontes de recrutamento, pelo menos nalguns dos ministérios em que atuam mais privilegiadamente.

O padrão de recrutamento interno à administração pública, por vezes circunscrito à pasta setorial, tem-se traduzindo ao longo do tempo numa presença significativa das carreiras especiais nos cargos de topo de certos ministérios: docentes na Educação, diplomatas nos Negócios Estrangeiros, militares na Defesa Nacional ou médicos na Saúde (Nunes, 2015: 119).

Ora como podemos ver na tabela seguinte, esse “corporativismo” estará a esbater-se um pouco na Educação e principalmente na Defesa Nacional:

Governo (Costa) chegado às 1439 nomeações ao fim de um ano e meio (Jornal Sol, 2017).

Tabela 6 – Peso das Carreiras.

Peso das Carreiras	XIV GC		XXII GC	
	N	%	N	%
Docentes na Educação	9	69,2	3	30
Diplomatas no MNE	9	64,3	6	85,7
Militares na Defesa Nacional	4	44,4	1	14,2
Médicos na Saúde	3	37,5	7	50

Fonte: elaboração própria do autor.

No caso do Ministério da Educação, parece confirmar-se que o período pós-Guterres marcou um ponto de viragem dos padrões de recrutamento (Nunes, 2015: 120), plenamente confirmado agora, nos Governos António Costa: se durante o Governo Guterres quase 70% dos dirigentes de topo deste ministério provinha da carreira docente, e no período mais vasto de 1999-2009 essa percentagem já havia caído para os 50%, agora não passa dos 30%.

A perda de influência dos militares nos departamentos civis do Ministério da Defesa Nacional é mais surpreendente, já que nas referidas entrevistas a antigos titulares da pasta este surgia invariavelmente naquele tipo de ministérios onde as escolhas dos dirigentes estavam pré-condicionadas por “regras tácitas” e, neste caso, por equilíbrios entre os Ramos das Forças Armadas (Nunes, 2012: 176).

Mais: nessas entrevistas notava-se uma diferença de atitude consoante se tratava de “corporativismos” nas áreas sociais ou nas áreas de soberania, já que enquanto o “partido da educação” ou o “partido da saúde” combinam interesses profissionais com determinados posicionamentos ideológicos e programáticos que podem ser contraditórios com os do Governo, nas áreas de soberania (nomeadamente Defesa e Negócios Estrangeiros) o consenso nacional é mais alargado e a agenda política está estatutariamente ausente da intervenção pública dos corpos do Estado (Nunes, 2012: 178).

Apesar de tudo, no caso da Saúde, e em contraste com a Educação, temos vindo a assistir a uma consolidação da presença da carreira médica no topo do Ministério, quer em relação ao Governo Guterres quer face ao período 1999-2009 (Nunes, 2015).

Finalmente, no caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é evidente que a redução de estruturas não foi acompanhada por uma redução da influência da carreira diplomática enquanto

fonte de recrutamento, desde logo porque a própria Lei Orgânica do Ministério prevê que, em regra, os titulares de cargos dirigentes são designados de entre funcionários diplomáticos¹⁸.

Não será assim por acaso que o MNE já havia sido o ministério que menos mudanças sofrera nos saneamentos políticos que se seguiram ao 25 de abril de 1974, limitados «a uns poucos membros do corpo diplomático que tinham exercido funções governativas no anterior regime» (Pinto, 1999: 35)⁹. Trata-se de um ministério antigo igualmente dominado por uma das carreiras mais antigas do Estado, com um papel próprio, estatutário, nos processos de recrutamento do pessoal dirigente.

A situação é um pouco diferente na Defesa Nacional, onde a antiguidade da carreira (militar) não é acompanhada pela antiguidade do ministério, criado precisamente para responder a compromissos internacionais (NATO) e consolidar o controlo do poder civil sobre as Forças Armadas, que têm o seu monopólio de representação próprio nas chefias do Estado Maior General e dos Ramos.

Já em estudos anteriores, centrados no período 1999-2009, havíamos visto como os dirigentes de ministérios mais antigos e com carreiras mais consolidadas, como os Negócios Estrangeiros, a Justiça e as Finanças¹⁹ resistiam melhor às lógicas de controlo político (Nunes, 2012: 202).

Também entre os dirigentes nomeados no XXII GC vemos a mesma tendência: metade dos dirigentes de topo do Ministério da Justiça são magistrados de carreira; nas Finanças, 5 em 8 dirigentes de topo fez carreira no próprio ministério, todos (menos um) com mais de 20 anos de funcionalismo público, metade dos quais nomeados já com mais de 60 anos.

Pelo contrário, havíamos notado que o pessoal dirigente dos institutos públicos revelava um perfil relativamente mais politizado, ainda que mesmo aí predominem padrões de alguma autonomia profissional (Nunes, 2012: 201-202)²⁰.

Ou seja, para além da antiguidade do Ministério, a antiguidade ou a natureza dos serviços em causa também conta na tensão que existe entre politização e autonomia ao nível do recrutamento. Para o responsável final pela nomeação, não será irrelevante saber se se trata de uma escolha para um serviço que executa políticas públicas (instituto público, direção-geral) ou para um serviço

¹⁸ Decreto-Lei nº 121/2011, de 29 de dezembro.

¹⁹ No estudo de Maria Fernanda Gonçalves Fernandes sobre os dirigentes do Ministério das Finanças durante o Governo PSD/CDS de 2002-2005, a autora retrata-os como um grupo recrutado no interior do ministério, que, à medida, que a antiguidade vai avançando vai ocupando lugares mais elevados na hierarquia administrativa e onde as nomeações não são baseadas tanto no critério da confiança política como na capacidade profissional para ocupar o(s) cargos(s) (2008: 139).

²⁰ Estas observações vão aliás ao encontro do que Cotta (2008) nos diz sobre a resistência dos ministérios mais antigos face às mudanças eleitorais, e do que Suleiman (2003) ou Thiel (2004) concluem acerca dos gabinetes ministeriais e dos institutos públicos, enquanto estruturas mais favoráveis ao controlo político dos governos.

destinado a apoiar administrativamente ou mesmo a controlar (e inspecionar) a execução dessas políticas.

Essa diferenciação encontrava-se de facto perfeitamente interiorizada entre os membros do Governo, mesmo antes da introdução das regras concursais: «Eu defendia que, para além dos dirigentes intermédios, alguns dirigentes de topo, como secretários-gerais, inspetores-gerais, mas não só, fossem escolhidos por concurso» (citado in Nunes, 2012: 121).

Uma vez mais, encontramos uma grande semelhança de padrões de recrutamento antes e depois da CRESAP. Se até ao Governo Sócrates, era nos institutos públicos que se encontravam níveis mais elevados de politização (mais casos de dirigentes jovens, oriundos dos gabinetes e do setor privado) mais recentemente a percentagem de presidentes deste tipo de serviços recrutados no privado atinge os 19,2%, ao mesmo tempo que não há registo de qualquer secretário-geral ou inspetor-geral recrutado fora do setor público²¹.

Compreende-se assim por que razão um antigo ministro entrevistado dizia que o critério para as escolhas variava em função do tipo de serviço em causa: «Os critérios eram adequados à natureza dos serviços. Nuns casos, salvaguardando perfis que garantam a independência, noutros precisamente o oposto» (citados in Nunes, 2012: 195).

Conclusões

Do que atrás fica exposto resulta um quadro de grande continuidade nos perfis dos dirigentes do Estado, praticamente imune à introdução dos procedimentos concursais.

A elite administrativa portuguesa, independentemente do seu método de recrutamento, segue um padrão de envelhecimento e continua a ser recrutada essencialmente no interior da administração pública, e frequentemente dentro do próprio ministério onde exerce funções.

A permanência das mesmas pessoas em lugares de topo parece resistir aos ciclos políticos ou às regras de recrutamento em vigor.

Mesmo a perda de influência de algumas carreiras especiais (militares, docentes) não parece corresponder a um padrão geral, já que há outras que vão mantendo ou recuperando poder ao longo do período em análise (diplomatas, médicos, magistrados).

²¹ Para este universo dos presidentes de institutos públicos nomeados durante o XXII GC não fizemos distinção entre estatuto remuneratório mas fica de novo clara a tendência para um maior recrutamento no setor privado neste tipo de serviços.

As variações de perfil no seio da elite administrativa surgem associadas a fatores institucionais estranhos à passagem do tempo ou às reformas administrativas mais recentes, como se viu na influência que tem a natureza dos serviços ou dos ministérios em causa.

Também a crescente passagem por gabinetes ministeriais, indicador de politização (de controlo), não pode ser certamente atribuída ao efeito CRESAP, uma vez que estamos perante mais uma tendência que vem de trás. E o mesmo se pode dizer da despolitização (partidária) resultante do caráter quase residual dos casos em que há de experiência de exercício de cargos políticos.

Se há um antes e um depois das reformas administrativas lançadas em 2005 (Governo Sócrates) e intensificadas em 2011 (Governo Passos), não será tanto a respeito do perfil dos dirigentes nomeados, mas mais quanto ao número de nomeações disponíveis, que, pelo menos ao nível destas estruturas da administração central do Estado, caiu praticamente para metade e, a partir de 2013, de forma bastante acentuada na administração periférica, onde o fenómeno da politização partidária tinha um lastro reconhecido pelos próprios membros do governo entrevistados (Nunes, 2012) e identificado para diferentes momentos históricos (Almeida 2007; Nunes, 2015)²².

Também nos gabinetes ministeriais, espaços privilegiados de politização de acordo com a literatura e com os próprios ministros, houve lugar a novas regulamentações legais²³ que incentivaram o recrutamento interno, mas que não contribuíram para reduzir o número de nomeações disponíveis.

Deste ponto de vista, é bem possível que o controlo político dos governos partidários sobre a administração, nos processos de decisão e implementação de políticas públicas, seja hoje exercido cada vez mais através destes gabinetes²⁴, de pertença transitória, do que por via dos institutos públicos, que viram o seu número reduzir-se de 95 para 55 após as referidas reestruturações administrativas (Portugal, 2013).

De resto, a ausência de mudanças significativas nos perfis dos dirigentes ao longo do tempo nos deve surpreender, mesmo tendo em conta a dimensão destes cortes nas estruturas administrativas e especialmente a introdução de procedimentos concursais.

A experiência comparada ensina-nos que requisitos legais de recrutamento semelhantes podem conviver com perfis dirigentes completamente distintos, sendo muito mais determinantes a

²² Este último aspeto é merecedor de investigação aprofundada pois pode estar a ter implicações nos equilíbrios de poder dentro dos partidos e nas relações entre as estruturas partidárias regionais e governos partidários nacionais. Os dados curriculares publicados em Diário da República são reconhecidamente insuficientes para analisar este tipo de politização mais periférica e partidária, como já havíamos concluído em estudos anteriores (Nunes, 2015).

²³ Decreto-Lei nº 11/2012.

²⁴ É o que defende Patrícia Silva (2017).

NUNES, Filipe (2023), “O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 33- 52

cultura política, a autonomização das elites, o enraizamento das carreiras do Estado ou a solidez das instituições que estas servem.

Basta lembrar que casos tão díspares como a Alemanha, a Grécia ou o Reino Unido têm em comum um recrutamento da sua elite administrativa limitado ao universo dos funcionários públicos. Também a Grécia, há mais tempo do que Portugal, introduziu mecanismos concursais para a nomeação dos seus dirigentes administrativos, e nem por isso ficou mais impermeável às dinâmicas clientelares (Sotiropoulos, 1999).

Talvez devamos considerar a hipótese desta reforma do Estado não estar a produzir um significativo reforço da autonomia profissional no perfil da elite administrativa portuguesa pela simples razão de que essa autonomia profissional, no essencial, sempre existiu, ainda que matizada, é certo, por novos mecanismos de controlo político (institutos públicos e gabinetes ministeriais) e por velhas dinâmicas de politização clientelar (na administração periférica) que podem ter sido parcialmente prejudicadas pelas recentes reestruturações administrativas.

Bibliografia

ABERBACH, Joel; ROCKMAN, Bert (2000), *In the Web of Politics: Three Decades of the U.S. Federal Executive*, Washington, Brookings.

ARMSTRONG, John (1973), *The European Administrative Elite*, Princeton, Princeton University Press.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2007), «A burocracia do Estado no Portugal Liberal (2ª metade do século XIX)», in Pedro Tavares de Almeida e Rui Branco (orgs.), *Burocracia, Estado e Território*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 53-79.

BILHIM, João (2014), “Política e administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 28, pp. 11-31.

CAMPOS, Maria Manuel (2009), “Salários e incentivos na administração pública”, in *Boletim Económico*, Verão 2009, Lisboa, Banco de Portugal, pp. 61-83.

CARBONI, Nadia (2008), “Professional Autonomy vs. Political Control: How to deal with the dilemma. Some evidence from the Italian core executive”, Paper to be presented at EGPA Conference 2008, Rotterdam, September 2008.

CARMO, Hermano (1987), *Os Dirigentes da Administração Pública em Portugal: Contribuição para o seu Estudo*, Lisboa, ISCSP.

CHARLE, Christopher (2001), “Prosopography”. In N. Smelser e P. Baltes (eds.), *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences*, Oxford, Elsevier Science, pp. 12236-12241.

- NUNES, Filipe (2023), “O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 33- 52
- COTTA, Maurizio (2008), *Democracia, Partidos e Elites Políticas: Ensaio*, Lisboa, Livros Horizonte.
- D’ESPINAY, João (2012), “Passos Coelho já nomeou mais pessoas do que o primeiro Governo Sócrates”. *Público*, 16-01-2012. [Consult. 22/09/22] Disponível em <https://www.publico.pt/2012/01/16/politica/noticia/governo-fez-pelo-menos-1193-nomeacoes-1529198>
- FERNANDES, Maria Fernanda Gonçalves (2008), «Os dirigentes do Ministério das finanças durante o XV Governo Constitucional», in *Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas*, vol. 7, nº2, pp. 131-152.
- FERRAZ, David (2020), “(A)Political administration? The public managers portrait and selection factors”. *Brazilian Journal of Public Administration*, 54(5):1166-1187
- HOOD, Christopher (1991), “A public administration for all seasons?”. *Public Administration*, 69 (Spring), pp. 3-19.
- JORNAL PÚBLICO (2022), “Quem são e quanto ganham os funcionários públicos em Portugal”. *Público*, 11-06-2022. [Consult. 12/09/22] Disponível em <https://www.publico.pt/interactivo/funcao-publica-portugal>
- JORNAL SOL (2017), “Não faltam jobs for the boys. 1500 assessores nomeados em ano e meio”, 24 de setembro de 2017. [Consult. 22/09/22] Disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/581708/nao-faltam-jobs-for-the-boys-1500-assesores-nomeados-em-ano-e-meio->
- KOPECKY, Peter; MAIR, Peter. (2006), “Political parties and patronage in contemporary democracies”. Paper prepared for the workshop on *Political Parties and Patronage*, ECPR Joint Sessions of Workshops, Nicosia, 25-30 April, 2006.
- LOPES, Fernando Farelo (2000), “Clientelismo político e consolidação da democracia: Portugal, 1983-1990”. In José Manuel Viegas e Eduardo Dias (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, pp. 63-74.
- LOUÇÃ, Francisco *et al.* (2014), *Os Burgueses: quem são, como vivem, como mandam*, Lisboa: Bertrand.
- MADUREIRA, César *et al.* (2013), *Análise da evolução das estruturas da administração central portuguesa decorrente do PRACE e do PREMAC*, Lisboa, Direção Geral da Administração e do Emprego Público.
- MAGONE, José (2011), “The difficult transformation of State and public administration in Portugal: Europeanization and the persistence of neo-patrimonialism”. *Public Administration*, 89 (3), pp. 756-782.
- MASCIO, Fabrizio. *et al.* (2010), “Southern European Party Patronage in Comparative Perspective”, Paper prepared for the PSA 60th Anniversary Conference, Edinburgh 29 March – 1 April 2010.

- NUNES, Filipe (2023), “O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 33- 52
- JORNAL PÚBLICO (2022), “Governo quer avançar com recrutamento por equipa”. *Público*, 11 de junho de 2022. [Consult. 15/09/22] Disponível em <https://www.publico.pt/2022/06/11/economia/noticia/governo-quer-avancar-recrutamento-dirigentes-equipa-2009666>
- MATOS, L. S. de (2000), *Um Estado de Ordens Contemporâneo*. Tese de doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- MONTEIRO, Fábio (2016), “Governo Costa já fez quase 1000 nomeações em 100 dias”, in *Expresso*, 7 de março 2016. [Consult. 2/1/2024] Disponível em <https://expresso.pt/sociedade/2016-03-07-Governo-de-Antonio-Costa-fez-quase-mil-nomeacoes-em-100-dias>
- NUNES, Filipe (2003), “Os directores-gerais: perfil social e político”. In A. C. Pinto e A. Freire (coords.), *Elites, Sociedade e Mudança Política*, Oeiras, Celta, pp. 97-129.
- NUNES, Filipe (2012), *Os Directores-Gerais: o Recrutamento das Elites Administrativas no Portugal Democrático, 1999-2009*. Tese de doutoramento, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- NUNES, Filipe (2015), «Autonomia e politização nas elites administrativas portuguesas, 1999-2009», in *Análise Social*, 214 L (1º), 2015, pp. 104-127.
- PAGE, Eric; WRIGHT, Vincent (1999), “Introduction”. In E. Page, V. Wright (eds.), *Bureaucratic Élites in Western European States: A Comparative Analysis of Top Officials*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1-12.
- PETERS, Guy; PIERRE, Jon (2004), “Politicization of the civil service”. In G. Peters, J. Pierre (eds.), *The Politicization of the Civil Service in Comparative Perspective*, Nova Iorque, Routledge, pp. 1-13.
- PINTO, António Costa (1999), «Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia», in Fernando Rosas (org.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 29-48.
- PORTAS, Paulo; VALENTE, Vasco Pulido (1990), “O primeiro-ministro: estudo sobre o poder executivo em Portugal”. *Análise Social*, 107, XXV (1.º), pp. 333-349.
- ROCHA, Oliveira (2001), *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, Maia, Instituto Nacional de Administração.
- ROUBAN, Luc (2004), “Politicization of the civil service in France: from structural to strategic politicization”. In G. B. Peters, J. Pierre (eds.), *The Politicization of the Civil Service in Comparative Perspective*, Nova Iorque, Routledge, pp. 81-100.
- SILVA, Patrícia; e JALALI, Carlos, 2016. «Serviço ao poder ou o poder ao serviço? Patrocinato e governos partidários em Portugal», *Análise Social*, 220 (3): 630-656.
- SILVA, Patrícia (2017), «Political advisers in Portugal: partisanship and loyalty in policy process», in *Public Administration*, 95 (2): 378-392.

NUNES, Filipe (2023), “O impacto da CRESAP no perfil da elite administrativa portuguesa: 2020 vs 2000”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 33- 52

SILVEIRA, Pedro (2021), *Os Secretários de Estado: conflito e liderança no Ministério*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

SOTIROPOULOS, Dimitri (1999), “A description of the Greek higher civil service”. In E. Page e V. Wright (eds.), *Bureaucratic Élites in Western European States: A Comparative Analysis of Top Officials*, Oxford, Oxford University Press, pp. 13-31.

SULEIMAN, Ezra (2003), *Dismantling Democratic States*, Princeton, Princeton University Press.

TEIXEIRA, Carla (2010), *Administração e Política: Os Limites da Coexistência*. Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE.

THIEL, Sandra (2004), “Trends in public sector: why politicians prefer quasi-autonomous organisations?”. In *Journal of Theoretical Politics*, 16 (2), pp. 175-201.

VEIT, Sylvia; VEDDER, Stephanie (2023), «Measuring civil service politicization with career data Backstage and frontstage political experience of top civil servants in the German ministerial administration», in *Public Administration*, pp.1-18.

Legislação

Lei 262/88, de 23 de julho, Revê o regime, composição e orgânica dos gabinetes ministeriais

Lei n.º 13/97, de 23 de maio, Regulamenta o concurso de recrutamento para os cargos de director de serviços e chefe de divisão

Lei n.º 49/99, de 22 de junho, Estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central e local do Estado

Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, Aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado

Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, Estabelece regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública

Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado

Decreto-Lei nº 121/2011, de 29 de dezembro, Lei orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Filipe Nunes. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas, Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, Lisboa, Portugal. Filipe_miguel_nunes@iscte-iul.pt, 914167793; IPPS/ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa.

Artigo recebido a 4 de janeiro de 2024 e aceite a 9 de janeiro de 2024.

Construction of scientific knowledge Some reflections on a cultural process

Carmen Diego Gonçalves

Institute of Sociology, University of Porto

Abstract

Within the scope of the sociology of science, it is proposed a brief “state of the art” that promotes the interest in understanding, to describe, analytically, a scientific work group, as a unit of investigation and production of scientific knowledge. Proposing that research based on observation methodology allows for investigation in depth, seeking to access some of the dimensions that are part of the process of construction, production, and reproduction of knowledge around a cultural standard.

Keywords: paradigms; collective thinking style; scientific socialization processes

Construção do conhecimento científico

Algumas reflexões sobre um processo cultural

Resumo

No âmbito da sociologia da ciência, propõe-se, um breve “estado da arte” que promova o interesse em compreender, descrever, analiticamente, um grupo de trabalho científico, como unidade de investigação e produção de conhecimento científico. Propondo que a investigação baseada na metodologia de observação, permite investigação aprofundada, buscando acessar algumas das dimensões que fazem parte do processo de construção, produção e reprodução do conhecimento em torno de um padrão cultural.

Palavras-chave: paradigmas; estilo de pensamento coletivo; processos de socialização científica

Construction de connaissance scientifique

Quelques réflexions sur un processus culturel

Résumé

Dans le cadre de la sociologie des sciences, un bref «état de l’art» est proposé qui favorise l’intérêt pour la compréhension et la description analytique d’un groupe de travail scientifique, en tant qu’unité d’investigation et de production de connaissances scientifiques. Proposer que la recherche basée sur la méthodologie d’observation permet une enquête approfondie, cherchant à accéder à

certaines des dimensions qui font partie du processus de construction, de production et de reproduction des connaissances autour d'une norme culturelle.

Mots-clé: paradigmes; style de pensée collective; processus de socialisation scientifique

Construcción del conocimiento científico

Algunas reflexiones sobre un proceso cultural

Resumen

En el ámbito de la sociología de la ciencia, se propone un breve “estado del arte” que promueva el interés por comprender y describir analíticamente un grupo de trabajo científico, como unidad de investigación y producción de conocimiento científico. Proponer que la investigación basada en la metodología de la observación permite indagar en profundidad, buscando acceder a algunas de las dimensiones que forman parte del proceso de construcción, producción y reproducción del conocimiento en torno a un estándar cultural.

Palabras clave: paradigmas; estilo de pensamiento colectivo; procesos de socialización científica

Introduction

This reflection falls within the scope of the sociology of science, which is interested in studying the *locus* of construction of scientific knowledge, privileging intensive analysis, based on the research tradition of cultural anthropology and symbolic interactionist, phenomenological, and ethnomethodologically sociologies¹. It seeks to give rise to a scientific product of an essentially qualitative nature, on a group of individuals, presupposing the researcher's direct and prolonged contact in the field, interacting with people and situations, implying the critical organization of research practices in a movement of articulation between concrete observations, local knowledge, and models of interpretation.

The purpose is to observe a culture through its praxis. Detecting and identifying the presence of signs characteristic of a scientific work group. In addition, how they are present in the different social processes that occur in the scientific practice of its elements, giving expression to a cultural configuration and specific identity².

¹ Although framed within programmatic evolutions of their own disciplines, they have transdisciplinary dimensions that guided us in this observation work. Cultural anthropology requires a fieldwork spending an extended period of time at the research location. Symbolic interactionist alludes to humans' particular use of shared language to create common symbols and meanings for building the product of interactions; how individuals interact to create symbolic worlds, and how these worlds shape individual and collective behaviours. Phenomenology revisits the importance of phenomena with the purpose of discovering existential structures of individual and collective acts. Ethnomethodology is the study of how social order is produced in and through processes of social interaction.

²Cf. Crane (1972) which, long before the development of relativist and constructivist currents, highlighted the importance of framing studies in the sociology of science within a much broader scope, that of the *sociology of culture*, as a way of also avoiding excessive isolation of the sociology of science.

Cultural standards, which are the basis of scientific conduct, are responsible for *worldviews* due to socialization processes and the possibility of interdisciplinary interactions. An adequate qualification of the social nature of scientific knowledge and the interactive practices of scientists becomes imperative³.

In a return to the historical-philosophical agendas of Thomas Kuhn⁴ and the structural-functional agendas of Robert Merton⁵, the study seeks to articulate, essentially, the historical perspectives of science and knowledge⁶ and the constructivist perspective of the sociology of science⁷. Aspects related to analytical perspectives connoted with other schools and visions⁸ and, in some way, surface aspects that are more directly related to the sociology of organizations⁹ and the threads of the sociology of science that, in one way or another, are concerned with issues related to scientific activity as a specific form of work¹⁰.

The reflection now presented is part of a case study carried out by the author, with a scientific working group, within the scope of Theoretical Physics, based on the Theory of Relativity.

1. Theoretical-methodological reflections for observing scientific practice

In one of the many versions written about the dynamics of the sociology of science during the last two decades of the 20th century (Martinez et al., 1994), we gave the perspective of the successive developments and demarcations of perspectives, schools, and research currents. From the strong program, in the version of Bloor (1976), or the relativist version of Barnes (1974), to the program of social constructivism and methodological relativism of Collins (1982), Collins and Yearley (1992), Pinch (1990; 1992) or Pickering (1982). From the relativist analyses of scientific discourse by Mulkay (1991) to the constructionism of Knorr-Cetina (1982), from the theory of actor networks by Callon and Latour (1991) to the reflexives' of Woolgar (1988) or Lynch's ethnomethodology of science (1985).

This dynamic has been incorporating a set of research - called laboratory studies, of anthropological inspiration - which differ from previous studies, especially in the methodology used. On the one hand, these studies choose scientific practice as the object of observation, considering

³ Focusing, in this way, on the issue of social networks, in a line of analysis also introduced by Diana Crane (1972).

⁴ Kuhn (1979; 1982; 1983; 1989).

⁵ Merton (1968; 1970; 1977).

⁶ Kuhn (1979; 1982; 1983; 1989); Holton (1988a; b; 1998).

⁷ Knorr-Cetina (1977; 1981).

⁸ Bourdieu (1976).

⁹ Mintzberg (1982); Peters and Waterman (1987); Crozier and Friedberg (1977).

¹⁰ Yearley (1993); Patrício and Stoleroff (1996).

that this is the only way to account for how scientific knowledge is constructed, and, on the other hand, they consider that such an objective can only be achieved through observation, directly and participating in the daily work of scientists.

Direct contact with knowledge producers, with their “rituals” of production and transmission, has become important to understanding which mechanisms underlie scientific production. As Latour and Woolgar (1979) refer, although our knowledge about the external effects of scientific activity may have increased, our understanding of the “complex activities” that constitute the production process of scientific activity remains to be developed. If we currently have more in-depth knowledge about the rites and myths of exotic tribes, it was because there was direct contact between researchers and these tribes. However, in current societies, we seem to remain relatively ignorant about the details of equivalent activities between groups of scientific production.

Therefore, a double effort becomes necessary: to penetrate the “rituals” that characterize scientific life and to provide a reflective understanding of the details of scientific work, according to a hybrid vision of intellectual, technical, and social activities, mutually dependent and influencing each other (Woolgar, 1988; Knorr-Cetina, 1982).

An important change that occurred in traditional sociological research methods and which was led by Edge and Mulkay (1976), whose study on the emergence of radio astronomy in England, contributed to this perspective of understanding scientific activity, due to the competition of technical and intellectual strands.

With an observational strategy thus defined, its defenders (Knorr-Cetina, 1981, 1982, 1995; Latour and Woolgar, 1979; Callon and Latour, 1991; Lynch, 1993) consider that the sociology of scientific knowledge will be able, for the first time, to cancel the social/cognitive, or exterior/interior dichotomy. Which, from his point of view, does not happen in certain disciplinary studies, based for example on the analysis of scientific controversies, as they begin by isolating and describing the cognitive problem, and then identifying the social factors that relate to it. On the contrary, in the case of laboratory studies, these distinctions and dichotomies are understood as being the result of “construction processes” anchored in the concrete practices of scientists, which are therefore chosen as a fundamental element of observation.

However, the foundations of the sociology of science, from any perspective, relativist, and constructivist, do not separate knowledge, about the substantive issues of scientific theories, and the social actors who participate in their production.

From a relativist sociological perspective, the nature of scientific knowledge is, significantly influenced by the contexts of production, implying the consideration of scientific practice as a

particular form of work (Yearley, 1993). Having, after all, studies of scientists' practices, as a goal, the “integrated understanding” of all aspects of doing science: planning and processing, construction instruments, configuration of research instruments, quantification and transcription of results, elaboration of theories, debates with colleagues, stabilization of knowledge (Pickering, 1982).

The affinity between relativist and constructivist perspectives can be explained by common intellectual influences.

Nevertheless, the constructivist perspective seeks to take a step forward with simply descriptive perspectives of doing science, based on the thesis that scientific products are specific constructions, contextually situated, around contingency, situational, and structural (Knorr-Cetina, 1981; 1982)¹¹.

Based on the aforementioned studies, in the sociology of science, lately, instead of asking the general question of the relationship between science and society, it prefers to observe the specific contexts in which science is produced, expanding a line of investigation that already had, however, been initiated by Robert Merton (1970) and Thomas Kuhn (1983).

Merton - recognized as the founder of the sociology of science - in addition to analyzing the influence of society on science, and then the influences of science on society, was also concerned with how social factors participate in the construction of scientific facts (Merton, 1977). He also dedicated himself to the analysis of the social relations internally constitutive of scientific institutions and scientific production processes. Worrying about the mediations between theory and the possibilities of analysis in diverse sociocultural contexts, and with the contradictions and conflicts in the structures and the ambivalences in the motivations and perceptions of the actors, implying, from this point of view, a concern with the contextualization of scientific production (Martinez *et al.*, 1994; Zuckerman, 1988).

Kuhn, after Merton, and like him, would become a reference of undeniable importance for the sociology of science. Especially within the scope of the history and philosophy of science, it produced a schematic and strongly heuristic model for sociology that is concerned with the sociocultural and sociocognitive interactions present in research practices and the structuring processes of scientific communities, and theoretical change that occur in them (Kuhn, 1983; 1989).

Kuhn's theory reaches the positivist conception of the unity of science and its constant cumulative progress: it effectively shows that such knowledge proceeds discontinuously, through successive changes in paradigms.

¹¹ See, also, Traweek (1992).

Acceptance of the heuristic capacity of a paradigm requires the evaluation and orientation of the problems offered to scientific research and the criteria according to which experts decide on what should be considered an admissible problem or a legitimate solution.

Kuhn's model has had an impact on the sociology of science, constituting a reference point for analytical perspectives whose main focus is the observation and interpretation of research practices carried out by scientists, as well as the processes of producing scientific statements, taking into account determined social contexts and characterizable social processes. In the words of Callon and Latour (1991), it could be said that Kuhn's proposals aim at an understanding of “science as it is done”.

The protagonists of this current sociology of science have been developing sociological investigations of the social processes of the production of scientific knowledge. The strong point of this current lies in the construction of objects of analysis that allow the sociological understanding of this particular social sphere that is science, as well as the processes and products of scientific research, and the development of observational research strategies of contexts and agents.

The problem of the contextual organization of scientific action has been posed in terms of two distinct questions: the first refers to organizational units, and has generally been answered by research in scientific communities; whilst the second refers to the integration mechanism that characterizes the respective communities.

The characteristics of the different communities of scientists. The forms of organization of scientific laboratories, the formal and informal interactions between participants and the influence of relationships with interests outside of science, the communicative processes and forms of contact between scientists have already been subjected to careful analysis (Latour and Woolgar, 1979; Knorr-Cetina, 1981; Knorr-Cetina and Mulkay, 1983; Gilbert and Mulkay, 1982).

Since the first sociological conception of science, answers to the second question have been dominated by economic analogies. The development of these analogies highlights a postulate of relatively isolated economic mechanisms - a metaphor for competition.

Merton was one of the first to use the idea of quasi-economic competition. The idea was developed in his study of struggles over the priorities of discoveries, and later redefined in his work on the “Matthew effect” (Merton, 1968) to mean imperfect competition - that is, recognition goes to those who already have the reputation established, illustrating that it is those who have the most who receive the most. It shows how in the scientific universe reward distribution systems tend, due to their structural functioning, to accentuate inequalities¹². He also shows how, in the scientific field,

¹² On the structuring of scientific capital, see (Ávila, 1997), which confirms the strong stratification of the

the capital of scientific recognition achieved tends to self-reproduce and, correlatively, its lack can tend to negatively self-reproduce (Merton, 1977).

The line of investigation introduced by Merton underwent many developments, especially from the mid-1960s onwards. Among the set of works that were carried out at that time, it is worth highlighting that of Hagstrom (1965) on the logic of structuring scientific communities and the specificity of the reward system, that of Ben-David (1971). On the development of the social role of scientists and the evolution of forms of organization of scientific institutions, Crane (1972). On communication patterns in science and their relationship with the development of scientific communities, referring to the so-called “invisible colleges” as a way of seeking prestige (Cole and Cole, 1973) on social stratification in science, Zuckerman (1977) on Nobel Prize-winning scientists, among others.

The explicit use of the pre-capitalist model can be found in Hagstrom (1965; 1982), who sees the normal functioning of scientists according to a mechanism in which scientific acquisitions are “exchange currency” in favor of specific rewards. This exchange mechanism is more directly related to the idea of “gift-giving” in normatively integrated communities, than to the idea of maximizing profits in an antagonistic market.

Reiterations of the basic ideas of this model can be found in several other authors - notably, Storer (1966), who saw science as a form of art for art's sake. Storer combines an archaic exchange model with the notion that science is the answer to the desire to create, which is already found in human nature.

The transition from a pre-capitalist exchange model to a capitalist market model appeared ten years later at the hand of Pierre Bourdieu (1976). The scientific field is no longer seen as a community of experts competing for creative achievement but as a place of a competitive struggle for the monopoly of scientific “credit”.

The concept of “credit” should not be confused with that of “recognition” advanced in early studies. “Recognition” has been defined as a specific form of reward, and concerns the operation of a system similar to the psychological stimulus-reward situation.

By contrast, “credit” is defined as symbolic capital acquired by scientists through the imposition of technical definitions and legitimate representation of scientific objects in the field. Such capital is composed of scientific skills and social authority, and like monetary capital, it can be converted into all types of resources necessary for the continuation of scientific production.

While “recognition” functions as a selector to find the best scientific behavior in an essentially cooperative universe that seeks for the system to maintain itself, Bourdieu's symbolic capital “credit” governs the market in an essentially antagonistic universe.

Latour and Woolgar (1982), to refer to capital production, propose the notion of “credibility” instead of “credit”. From this perspective, scientists invest in fields and topics that promise a better return. The credit they earn for producing more or new information is used to reinvest, which means that scientists, in addition to being interested in the subject they investigate, or in the production of more information, for its own sake, also have an interest in the acceleration and expansion of the reproductive cycle (“credibility cycles”) which produces new and credible information.

Pickering (1982), in turn, states that scientists want to have the conditions to continue producing knowledge, contextually situated and constructed. However, it does not call into question that the interests described by Hagstrom, Merton, and Latour, can be considered genuine interests of scientists, namely “recognition”, “credit” of scientific capital, “credibility”, “competition”, highlighting the “ambivalence” necessary for the adoption of possibly different strategies, proposed by Lemaine (1980).

From this perspective, scientific production to be understood cannot be seen as an abstraction that has nothing to do with social activities, as Merton (1977) already mentioned. In this sense, according to the same author, priority disputes, for example, should not only be explained by the personality characteristics of individual scientists but also by the institutional and organizational dimension of science that defines originality as the supreme value¹³.

Thus, what happens in the knowledge construction process is not irrelevant to the products obtained, which have to be seen as products internally structured by the production process itself (Knorr-Cetina, 1981; 1982).

For Kuhn (1983), who in many ways takes up the philosophical perspective of Ludwig Wittgenstein (1889-1951), all knowledge has a social root. Insofar as all learning derives, either from what is already indicated as universally accepted, or it arises through the use of rules and definitions that, by expressing meanings in the paradigmatic scope, are themselves, when referred to other rules and definitions, ultimately based on relationships of similarity apprehended through a very vast set of generally accepted examples.

If we define collective thought as a community of people exchanging mutual ideas or maintaining intellectual interaction, we will find by implication that this also provides the path for

¹³ See the perspective of scientific controversies in Bruno Latour, in terms of the process of scientific construction on a micro sociological scale (Latour, 1984; 1989).

the historical development of any field of thought, as well as for acquired knowledge and scientific styles (Fleck, 1981)¹⁴. In this sense, cognition depends on a social process and, as a result, someone recognizes something in terms of a certain cultural background, or better, as a member of a cultural environment, and even better, in terms of a particular collective thought.

Kuhn already indicated that knowledge is always a phenomenon of conventional communication, which develops within determined contexts, based on practical agreements, which are also tacit, through which the specific uses of terms emerge and the various phenomena are framed, both the usual and the new and unexpected. Therefore, scientific knowledge is acquired through training within a system of conventions, which originate in cognitive processes, including judgments and agreements, and develop over time.

In this sense, it becomes pertinent to appeal to the perspective of the historian of science, Gerald Holton (1988a,b; 1998) who, by introducing the concept of *thémata* and its stylistic interdependence, contributed to circumscribing creative freedom in science, as well as the direction and the pace of progression over new terrain¹⁵.

From his point of view, all fields that claim or claim to be scientific try to project their concepts, formal conditions, and problems onto the Cartesian x-y plane, emphasizing phenomenal and analytical-heuristic aspects. However, to supplement the analysis limited to the x-y plane, Holton suggests thematic analysis in science. Thus, in addition to the empirical or phenomenal (x) and analytical-heuristic (y) dimensions, he defined a third dimension or z-axis.

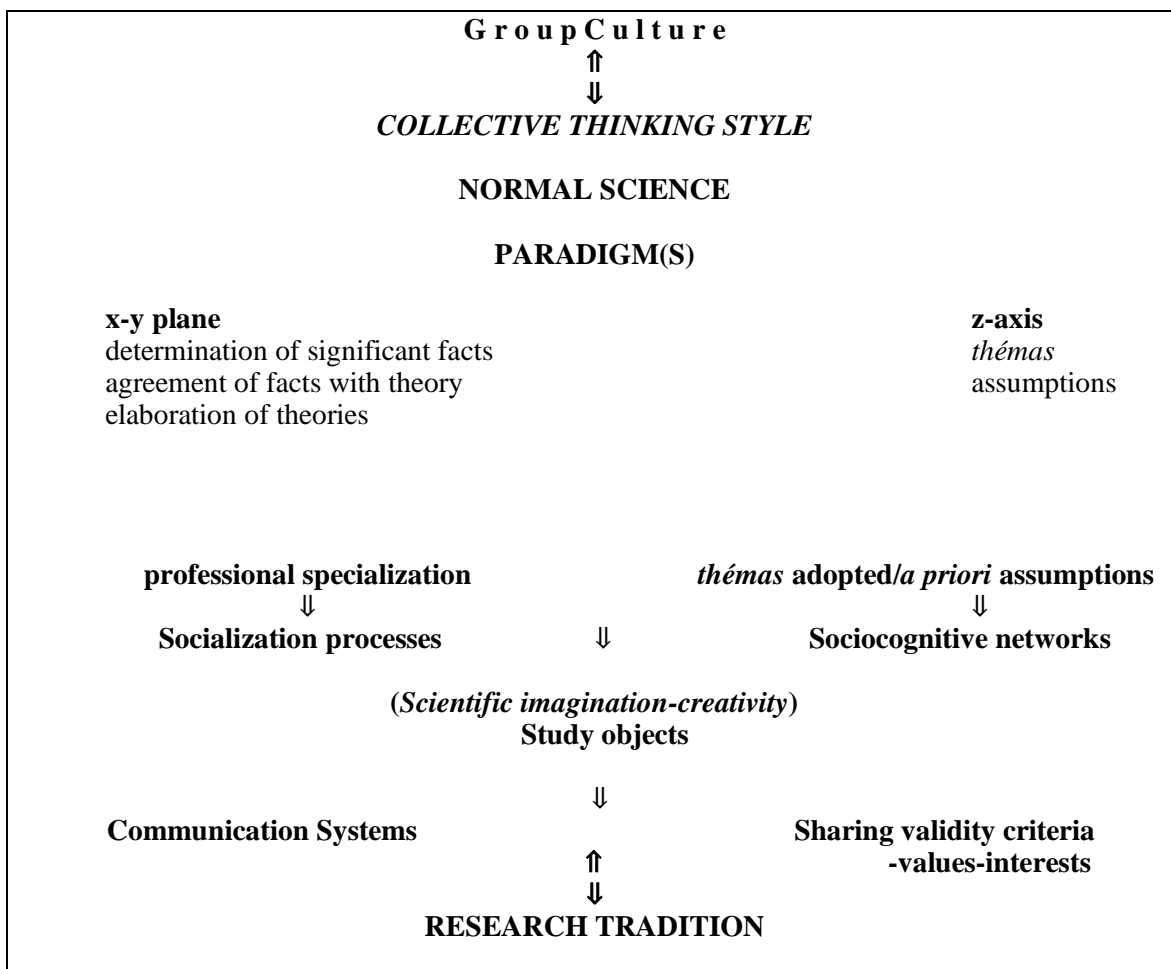
This third dimension is the dimension of fundamental presuppositions, notions, terms, methodological judgments, and decisions - in short, of *thémata* or themes, with more connection to the idiosyncratic dimensions of doing science. Thematic imagination will consist, in practice, of letting a fundamental presupposition - a *théma* - act as a guiding thread in the work of a researcher even if, sometimes, he does not have evidence to support it and, sometimes, even in the face of to instances that seem to contradict it, in this case, in an attitude of voluntary suspension of non-adherence.

Case studies show that choices and decisions of this type are often processed against the backdrop of a faithful anchoring of thematic assumptions (Holton, 1988a).

¹⁴ On the issue of styles of thought, from an anthropological perspective, cf. Douglas (1996).

¹⁵ Another perspective from the history of science on this issue, also based on the analysis of the genius Einstein, is that of Miller (1982; 1984; 2014). His analytical perspective, with great interest in understanding and explaining “mental models” in scientific creativity, refers to cognitive aspects, the role of visual images and the relationship between conscious and unconscious ways of thinking in Problem solving. At the same time, it also develops an interesting reflection on the way Einstein distinguished, or sometimes confused, the context of discovery (Popper, 1959) and the context of invention.

Figure 1 – Collective thinking style.



Source: The author, Carmen Diego Gonçalves.

The thematic analysis therefore consists of determining a particular letter of the various *themata* that, like fingerprints, can characterize a scientist taken in isolation or a part of the scientific community, at a given moment. Armed with this conceptual tool, the researcher will be able to seek to establish the assumptions that underlie scientific production, even if scientists are not generally aware - and do not need to be - of the *thémata* they use.

Any scientific discourse therefore starts from theoretical assumptions that do not reproduce facts in themselves, but are the product of the organization of experience and its interpretation, within a framework oriented according to pre-constituted meanings, by the reference paradigm.

In turn, and based on Habermas's (1986) theory of communicative action, we can consider that any expression of linguistic acts is based on validity requirements, that is, on reasons and legitimation references that give guarantees about the contents that are communicated.

For Habermas, there are three fundamental types of validity requirements: truth, to satisfy

existential demands corresponding to the objective world; correction, aimed at legitimizing the normative context of discourse about the social world; sincerity, referring to the subjective intentions of the speaker and corresponding to the subjective world.

Habermas thus proposes the distinction between action-oriented toward understanding, which is developed, through language, based on rationally motivated agreements about specific validity requirements, and action-oriented towards success, which includes the forms of instrumental action, or technical, “non-social” action, and strategic action, of a “social” type.

Accepting the aforementioned assumptions is admitting that the agent plays an important role in achieving prestige, visible in the more or less favorable comments about his work. In this sense, individual strategies will essentially refer to the adoption of communication logics where, predominantly, the tendency to reproduce a style of collective thinking will be inscribed, giving successive proof that it is up to accessing the different levels of recognition and obtaining scientific authority, in a logic that combines cognitive and instrumental interests.

From this perspective, scientific production is an activity of social construction, resulting from a series of social and cognitive activities. In this way, the social character of science is legitimized and it is demanded that its analysis equates in the same system the shared validity criteria, values, and interests that guide the activity of scientists in terms of disciplinary culture.

Conclusions

We are seeking an analysis that examines the relationship between scientific research processes and their resulting products, taking into account disciplinary, cultural, and communicational factors. Considering as the main factor, in the analysis plan, the *locus* of construction of scientific facts and theories, which provides the means of understanding the organizational factors of scientific activity, in function of paradigms and rational specificities and the nature of scientific tasks. An analysis that examines the relationship between scientific research processes and their resulting products, taking into account disciplinary, cultural, and communicational factors., having as its basic assumption the themes and assumptions that motivate individual creativity, enabling socio-cognitive interactions within the scope of a collective *thinking style*.

Seeking to understand, to describe, a scientific research workgroup allows us to identify many possible dimensions of analysis, within the scope of the sociology of science, but which, as they go beyond the scope of this reflection, have not been deepened or even considered here. However, clues for possible future work are recorded.

Thus, it would be interesting to design studies that would deepen: (a) the problem of Kuhn's concepts of “paradigm” and “disciplinary matrix”, seeking to articulate the perspective of “fuzzy logic”, used by us, with the perspective of research programs of Lakatos (1983). Developing the articulation between “positive heuristics” or “hard-core” and a “negative heuristics” associated with research programs, indicating the lines of investigation to be pursued and the recommended methods, seeking to integrate different theoretical perspectives to interrelate and deepen the concepts of “trans epistemic arenas”, “socio-cognitive networks”, “translation”, “sharing”. (b) The aspects that relate to the importance of the contexts of discovery, justification, and invention for the production of *types* of scientific knowledge. Seeking to articulate the different types of imagination (thematic, visual, metaphorical) referred to by Holton, this by reference what, for example, theoretical physicists who work with the theory of relativity, call “the famous intuition in physics”, closely related to mathematics. (c) The importance of schools, styles, and leaders for the production of scientific knowledge, seeking to deepen the changes, so to speak, that these concepts have registered over time and what factors, contingent and idiosyncratic, have contributed to this.

As a brief overview based on fieldwork, this work will be further developed to structure the historical evolution of the proposed themes and each of the perspectives studied by different groups or tendencies of the sociology of science and knowledge. The reflection will be enriched by presenting other equally important models, highlighting, in particular, the social actor within the framework of symbolic interactionism, how the theories of networks were born, namely in Michel Callon, making this work more complete and complex according to the state of the art of sociology of science and knowledge in its conceptual and historical evolution.

Acknowledgments

I am grateful to all the scientists and organizations that allowed me to carry out a case study and extract the reflections presented here. I would especially like to thank Professor Paulo Crawford, responsible for accessing and supporting the group of physicists I studied.

References

- ÁVILA, Patrícia (1997). “A distribuição do capital científico: diversidade interna e permeabilidade externa no campo científico”. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 25: 9-49.
- BARNES, Barry (1974), *Scientific Knowledge and Sociological Theory*, London, Boston, Routledge and Kegan Paul LTD.

- GONÇALVES, Carmen Diego (2023), “Construction of scientific knowledge: some reflections on a cultural process”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 53 – 68
- BEN-DAVID, Joseph (1971), *The Scientist’s Role in Society, a Comparative Study*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- BLOOR, David (1976), *Knowledge and social imagery*, London, Routledge and Kegan Paul.
- BOURDIEU, Pierre (1976). “Le champ scientifique”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2-2-3: 88-104.
- CALLON, Michel; LATOUR, Bruno (1991), *La science telle qu’elle se fait*, Paris, Éditions la Découverte.
- COLE, Jonathan; COLE, Stephan (1973), *Social Stratification in Science*, Chicago, Chicago University Press.
- COLLINS, Harry (1982), “Tacit knowledge and scientific networks”, in Barry Barnes and David Edge (eds.), *Science in Context. Readings in the Sociology of Science*, England, Open University Press, pp: 44-64.
- COLLINS, Harry; YEARLEY, Steven (1992). “Epistemological chicken”, in Andrew Pickering (ed.), *Science as Practice and Culture*, Chicago, University of Chicago Press, pp: 301-326.
- CRANE, Diana (1972), *Invisible Colleges. Diffusion of Knowledge in Scientific Communities*, Chicago, University of Chicago Press.
- CROZIER, Michel; FRIEDBERG, Erhard (1977), *L’Acteur et le système*, Paris, Éditions du Seuil.
- DOUGLAS, Mary (1996), *Thought Styles*, London, Thousand Oaks, New Delhi, Sage, Publications.
- EDGE, David; MULKAY, Michael (1976), *Astronomy Transformed*, New York, Wiley.
- FLECK, Ludwik (1981), *Genesis and Development of a Scientific Fact*, Chicago and London, University of Chicago Press.
- GILBERT, Nigel; MULKAY, Michael (1982). “Warranting Scientific Belief”, *Social Studies of Science*, 12: 383-408.
- HABERMAS, Jürgen (1986), *Théorie de l’agir communicationnel*, Paris, Fayard.
- HAGSTROM, Warren (1982), “Gift giving as an organizing principle science”, in Barry Barnes and David Edge (eds.), *Science in Context. Readings in the Sociology of Science*, England, The Open University Press, pp: 21-34.
- HAGSTROM, Warren (1965), *The scientific community*, New York, Basic Books.
- HOLTON, Gerald (1998), *Science en gloire, science en procès. Entre Einstein et aujourd’hui*, France, Éditions Gallimard.
- HOLTON, Gerald (1988b), *Thematic origins of scientific thought. Kepler to Einstein*, Revised Edition, Cambridge, Massachusetts and London, England, Harvard University Press.
- HOLTON, Gerald (1988a), *The scientific imagination. Case studies*. Cambridge, Cambridge University Press.

- GONÇALVES, Carmen Diego (2023), “Construction of scientific knowledge: some reflections on a cultural process”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 53 – 68
- KNORR-CETINA, Karin (1995), “Laboratory Studies: the cultural approach”, in Sheila Jasanoff (ed.), *Handbook of Science and Technology Studies*, Los Angeles, Sage Publications, pp: 140-166.
- KNORR-CETINA, Karin (1982), “Scientific Communities or Transepistemic Arenas of Research? A Critique of Quasi-Economic Models of Science”, *Social Studies of Science*, 12 (1): 101-130.
- KNORR-CETINA, Karin (1981), *The Manufacture of Knowledge. An essay on the constructivist and contextual nature of Science*, Oxford, Pergamon Press.
- KNORR-CETINA, Karin (1977). “Producing and Reproducing Knowledge: descriptive or constructive? Toward a Model of Research Production”, *Social Science Information*, 16 (6): 669-696.
- KNORR-CETINA, Karin; MULKAY, Michael (1983), “Emerging Principles in Social Studies of Sciences”, in Karin Knorr-Cetina and Michael Mulkey (ed.), *Science Observed*, London, Sage Publications. pp: 1-18.
- KUHN, Thomas (1989), *A Tensão Essencial*, Lisboa, Ed. 70.
- KUHN, Thomas (1983), *La Structure des Révolutions Scientifiques*, Paris, Flammarion.
- KUHN, Thomas (1982), “Normal measurement and reasonable agreement”, in Barry Barnes and David Edge (eds.), *Science in Context. Readings in the Sociology of Science*, Cambridge, MIT Press, pp: 75-93.
- KUHN, Thomas (1979), “A função do dogma na investigação científica”, *História e Prática das Ciências*, Lisboa, Regra do Jogo.
- LAKATOS, Irme (1983), *La Metodologia de los Programas de Investigacion Cientifica*, Madrid, Alianza Editorial.
- LATOUR, Bruno (1989), *La science en action*, France, Éditions Gallimard.
- LATOUR, Bruno (1984), *Les microbes: guerres et paix*, Paris, Editions A.M. Metaillié.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve (1982), “The cycle of credibility”, in Barry Barnes and David Edge (eds.), *Science in Context. Readings in the Sociology of Science*, England, Open University Press, pp: 35-46.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve (1979), *Laboratory Life. The Social Construction of Scientific Facts*, USA, Sage Library of Social Research.
- LEMAINE, Gérard (1980), “Science normale et science hypernormale. Les stratégies de différenciation et les stratégies conservatrices dans la science”, *Rév. française de sociologie*, 21(4): 499-527.
- LYNCH, Michael (1993), *Scientific practice and ordinary action: ethnomethodology and England*, New York, Cambridge University Press.

- GONÇALVES, Carmen Diego (2023), “Construction of scientific knowledge: some reflections on a cultural process”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 53 – 68
- LYNCH, Michael (1985), *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, London, Routledge et Kegan Paul.
- MARTINEZ, Margarida; ÁVILA, Patrícia; COSTA, António (1994), “A tensão superficial: ciência e organização num centro de investigação científica”, *Sociologia-Problemas e Práticas*, 16: 75-109.
- MERTON, Robert, (1977), *La sociología de la ciencia*, Madrid, Alianza Editorial.
- MERTON, Robert, (1970), *Sociologia. Teoria e Estrutura*, São Paulo, Ed. Mestre Jou.
- MERTON, Robert, (1968), “The Matthew effect in science”, *Science*, 159 (S): 59–63.
- MILLER, Arthur (2014), "Einstein's First Steps Toward General Relativity: *Gedanken* Experiments and Axiomatics", *Physics in Perspective*, 1: 85-104 (ed. orig. 1999).
- MILLER, Arthur (1984), *Imagery in Scientific Thought: Creating 20th-Century Physics*, Bóston, Birkhauser.
- MILLER, Arthur (1982), “On Einstein’s Invention of Special Relativity”, *PSA*, 2 (2): 376-402.
- MINTZBERG, Henry (1982), *Structure and Dynamique des Organisations*, Paris, Les Éditions d’Organisation.
- MULKAY, Michael (1991), *Sociology of Science: A Sociological pilgrimage*, Berkshire, Open University Press.
- PATRÍCIO, Teresa; STOLEROFF, Alan (1996), “A Organização Interna da Produção Científica: Gestão e Participação nas Equipas Estruturadas em Torno de Projectos”, in Maria Eduarda Gonçalves (coord.), *Ciência e Democracia*, FEPASC, Lisboa, Bertrand Editora, pp: 223-249.
- PETERS, Tom; WATERMAN, Robert (1987), *In Search of Excellence*, Lisboa, Publ. D. Quixote.
- PICKERING, Andrew (1982), “Interest and analogies”, in Barry Barnes and David Edge (eds.), *Science in Context. Readings in the Sociology of Science*, England, The Open University Press, pp: 125-146.
- PINCH, Trevor (1992), “Opening Black Boxes: Science, Technology and Society”, *Social Studies of Science*, 22 (3): 487-510.
- PINCH, Trevor (1990), “Le Rôle de communautés scientifiques dans l’évolution des sciences”, *Impact: science et société, Unesco, digital library*, vol. 159, pp: 253-261. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000088535_fre>.
- POPPER, Karl (1959), *The logic of scientific discovery*, New York, Harper (ed. orig. 1934).
- STORER, Norman (1966), *The Social System of Science*, New York, Holt, Rinehart and Winston.

GONÇALVES, Carmen Diego (2023), “Construction of scientific knowledge: some reflections on a cultural process”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 53 – 68

TRAWEEK, Sharon (1992), *Beamtimes and Lifetimes. The World of High Energy Physicists*, England, Harvard University Press.

WOOLGAR, Steve (1988), “Reflexivity is the ethnographer of the text”, in Steve Woolgar S. (ed.), *Knowledge and Reflexivity. New Frontiers in the Sociology of the Knowledge*, London, Sage Publications, pp: 15-34.

YEARLEY, Steven (1993), “A Sociologia do Conhecimento e a Sociologia da Comunidade Científica”, in Maria Eduarda Gonçalves (coord.), *Comunidade Científica e Poder*, FEPASC, Lisboa, Edições 70/FEPASC. [Em consulta no ACT].

ZUCKERMAN, Harriet (1988), “The Sociology of Science”, in Neil J. Smelser, *Handbook of Sociology*, Newbury Park, Sage Publications.

ZUCKERMAN, Harriet (1977), *Scientific Elite Nobel Laureates in the United States*, New York, The Free Press.

Carmen Diego Gonçalves. Institute of Sociology, University of Porto (IS-UP), collaborator of the Research Subgroup: Artistic Creation, Cultural Practices and Policies. Faculty of Letters of the University of Porto, Via Panorâmica, s/n 4150-564, Porto, Portugal. Telephone contact: 00 351 966441533. Correspondence e-mail: cdiegogoncalves@gmail.com

Artigo recebido a 12 de outubro de 2023 e aceite a 24 de janeiro de 2024

A multidisciplinarietà dos métodos etnográficos: o caso do *Espaço Raiz*

Maria Beleza Juncal

Universidade do Porto (Porto, Portugal)

Resumo

Este artigo aborda a multidisciplinarietà dos métodos etnográficos na leitura do espaço urbano, social e cultural, confluindo os caminhos da história da arte e da sociologia. A partir da realidade do *Espaço Raiz – Centro Comunitário de Ramalde* (Ramalde, Porto), apresenta-se uma reflexão *in loco* da relação entre ação social e conhecimento – potenciado pelo espaço envolvente –, enquanto vetores de desenvolvimento comunitário. Considera-se, assim, que o diálogo entre cultura e educação encerra em si um valor de aprendizagem na comunidade envolvida - i.e., na construção do *indivíduo* (coletivo), nas práticas de sociabilidade e nos laços de pertença - e, consequentemente, o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Centro Comunitário, Conhecimento, Cultura.

The multidisciplinary nature of ethnographic methods: the case of Espaço Raiz

Abstract

This article discusses the multidisciplinary nature of ethnographic methods in the reading of urban, social and cultural space, joining the paths of art history and sociology. From the reality of *Espaço Raiz - Community Center of Ramalde* (Ramalde, Porto), presents a reflection *in loco* of the relationship between social action and knowledge - enhanced by the surrounding space -, as vectors of community development. Thus, it is considered that the dialogue between culture and education contains in itself a learning value in the community involved - this is, in the construction of the individual (collective), in the practices of sociability and in the bonds of belonging - and, consequently, its development.

Keywords: Community Center, Knowledge, Culture.

La pluridisciplinarité des méthodes ethnographiques: le cas de l'Espaço Raiz

Résumé

Cet article aborde la pluridisciplinarité des méthodes ethnographiques dans la lecture de l'espace urbain, social et culturel, confluent les chemins de l'histoire de l'art et de la sociologie. A partir de

la réalité de l'*Espaço Raiz*- Centre Communautaire de Ramalde (Ramalde, Porto), on présente une réflexion sur place du rapport entre action sociale et connaissance - renforcé par l'espace environnant -, en tant que vecteurs de développement communautaire. On considère ainsi que le dialogue entre culture et éducation comporte une valeur d'apprentissage dans la communauté impliquée - c'est-à-dire dans la construction de l'individu (collectif), dans les pratiques de sociabilité et dans les liens d'appartenance - et, par conséquent, son développement.

Mots-clés: Centre Communautaire. Connaissance. Culture

La multidisciplinarietà de los métodos etnográficos: el caso del Espaço Raiz

Resumen

Este artículo aborda la multidisciplinarietà de los métodos etnográficos en la lectura del espacio urbano, social y cultural, confluyendo los caminos de la historia del arte y de la sociología. A partir de la realidad del *Espaço Raiz* - Centro Comunitario de Ramalde (Ramalde, Porto), se presenta una reflexión *in loco* de la relación entre acción social y conocimiento - potenciado por el espacio envolvente -, como vectores de desarrollo comunitario. Se considera, así, que el diálogo entre cultura y educación encierra en sí un valor de aprendizaje en la comunidad implicada - es decir, en la construcción del individuo (colectivo), en las prácticas de sociabilidad y en los lazos de pertenencia - y, consecuentemente, su desarrollo.

Palabras-clave: Centro Comunitario. Conocimiento. Cultura.

Introdução

A leitura do espaço urbano permite-nos interpretar dinâmicas e transformações que transcendem o espaço físico territorial, tornando-se refletora de uma narrativa histórica e de uma identidade que contribuem para a definição de *space* (espaço) como "specific sites [...] that are shaped by human beings and shape the lives of human beings."¹ (Chen, Orum & Paulsen, 2012: 3). Esta contextualização do território, refletora de comportamentos sociais díspares na forma e no tempo, caracteriza a evolução do espaço, mas, também, a influência da envolvente em quem nele habita.

Mais do que o urbanismo e as arquiteturas edificadas, a noção de espaço urbano assenta em conceitos como território, humanidade, relações, lugar, identidades e consumo. Esta rede orgânica de influências, pautada por uma forte interculturalidade, revela-se um contributo para a operacionalização da *cidade* e para o desenvolvimento da comunidade, uma vez que "apela à colaboração diferenciada, mas ativa dos vários atores implicados, única via suscetível de favorecer a emergência construtiva, partilhada e pessoalmente formadora de práticas e aptidões culturais e sociais" (Carvalho & Baptista, 2004: 65).

¹ "locais específicos [...] que são moldados pelos seres humanos e moldam a vida dos seres humanos." (tradução livre)

A problemática aqui colocada é a da relação entre conhecimento (potenciado pela cultura) e ação social, na medida em que os diferentes olhares da história da arte e da sociologia, na sua dimensão etnográfica, atentam para conceitos contextualizadores do comportamento em sociedade. A simbiose entre o que é cultural, social e histórico evidencia a organização própria de cada sociedade, confluindo num processo complexo de descoberta-produção-criação, no qual os recetores “grow up to be cultural beings”² (Gaskins, Miller & Corsaro , 1992: 6). Claude Rivière justifica igualmente que:

“Uma vez que a historicidade é inerente ao social, convém não forçar a oposição entre, por um lado, a etnologia, caracterizada pela oralidade, a espacialidade, a alteridade, o inconsciente, e, por outro lado, a história, delimitada pela escrita, a temporalidade, a identidade e a consciência.” (Rivière, 1995: 21)

O estudo do território enquanto objeto sociológico, moldado por “experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada indivíduo” (Peralta, 2007: 19) assenta igualmente em “quadros de significação e em contextos culturais específicos” (Peralta, 2007: 19). Este interacionismo entre indivíduo-lugar e indivíduo-cultura manifesta valores, crenças, saberes e tradições singulares, mas, também, caracteriza a respetiva comunidade à luz de um sistema económico, político e religioso, bem como práticas quotidianas, linguísticas e artísticas. Por isso, o espaço e a produção de sentidos culturais (identidade coletiva) transportam-nos para o significado cultural dos lugares que, consecutivamente, se tornam lugares de conhecimento, possibilitando compreender a dinâmica proxémica de uma comunidade, influenciando a sua interação comportamental, social e cultural (Juncal, 2023: 36).

Ao aliarmos dois campos do saber distintos, mas complementares, como a sociologia e a história da arte, caminhamos para uma análise mais rica relativamente ao envolvimento e desenvolvimento da comunidade e do território. Considera-se, assim, que a etnografia é um instrumento multidisciplinar fulcral na interpretação das condicionantes da urbe, tanto ao nível urbano, como social e cultural, sendo reforçada pelo debate atual a importância do conhecimento cultural para o desenvolvimento comunitário em ordem à sua potenciação, como refere a Agenda 2030, nomeadamente “[...] por meio da educação [...] e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.” (BCDS, 2022).

Não obstante, o conceito de *conhecimento*, na sua subjetividade, decorre de diversas fontes de aprendizagem e de referência, podendo ser entendido como o “somatório do que se sabe; o conjunto das informações e princípios armazenados pela humanidade” (Houaiss & Villar, 2001: I: 1041). Para tal, a “familiaridade adquirida pela experiência” (Houaiss & Villar, 2001: I: 1041) estabelece-se com a “noção que cada um tem da sua própria existência e das pessoas familiares, coisas [ou]

² “crescem para serem seres culturais” (tradução livre)

factos do dia-a-dia” (Houaiss & Villar, 2001: I: 1041). Tendo como foco o conhecimento potenciado pelo espaço envolvente e pela dinâmica urbana, resultante em identidades e sentidos culturais particulares, torna-se possível interpretar o desenvolvimento social territorial através dos distintos autores que justificam “o processo participativo de produção de conhecimento social” (Azevedo & Baptista, 2010: 39). Destacam-se W. F. Whyte, ao contrariar a ideia de que “o problema das áreas pobres e degradadas, dizem alguns, é que são comunidades desorganizadas” (Whyte, 2005, p. 276); Fran Tonkiss, ao afirmar que a urbe, apesar das grandes dimensões que possui, tem “informal modes of urban order, and the formation of diferente urban subcultures”³ (Tonkiss, 2005, p.14), e a carta da *Associação Internacional das Cidades Educadoras*, ao alertar para o facto de que “a cidade, grande ou pequena, dispõe de incontáveis possibilidades educadoras, mas também podem incidir nelas forças e inercias deseducadoras” (AICE, 1990).

Face ao exposto, apresenta-se o caso do *Espaço Raiz – Centro Comunitário de Ramalde*, situado na freguesia de Ramalde (Porto). Com este estudo procuramos compreender o respetivo funcionamento do Centro Comunitário, os métodos de atuação e os contributos da entidade relativamente ao desenvolvimento da comunidade local. Inserido no Programa Escolhas, o Projeto Raiz foi implementado em 2002, tendo como mote a intervenção sociocomunitária pela inclusão social de crianças, jovens e famílias dos bairros de Ramalde e das Campinas.

A associação fomenta atividades de cariz pedagógico, segundo uma perspetiva interventiva no campo da educação/formação, participação social/comunitária e mediação familiar, visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais assentes em valores. À época da investigação, a entidade promotora, a Obra Social do Sagrado Coração de Maria (coordenada pelo Colégio de Nossa Senhora do Rosário) e o seu consórcio de instituições atuavam já na 8ª geração.

De acordo com Fátima Carvalho, os projetos comunitários enquanto estratégia de intervenção são fulcrais para pensar “não só nos problemas e nas necessidades, mas também nas potencialidades da comunidade que são instrumentos importantes para a mudança” (Carvalho, 2018: 30). Assim sendo, o principal contributo de um Centro Comunitário, como o Espaço Raiz, prende-se à consciencialização da participação e iniciativa local, “acenando com a possibilidade de padrões e recompensas” (Whyte, 2005: 122) face à mobilidade social e à formação da Pessoa, provocadas pelo espaço urbano e respetivas redes de comunicação. Ao incitar valores prospetivos nas gerações mais novas, a estratégia do Programa Escolhas é concordante com a ideia de W. A. Corsaro ao referir:

“a major change in children’s worlds is their movement outside the family. By interacting with playmates [...] children produce the first in a series of peer cultures in which knowledge

³ “modos informais de ordem urbana e a formação de diferentes subculturas urbanas” (tradução livre)

and practices gradually are transformed into the knowledge and skills necessary to participate in the adult world."⁴ (Corsaro, 1992: 162)

Segundo a estratégia de coesão social, definida pelo Conselho da Europa em 2008, importa responder "to demographic change and multiculturalism by building confidence in a common and secure future for all"⁵ (in Conselho da Europa, 2008: art.º 38). Também na perspetiva patrimonial a cultura é entendida como uma criação humana orientada para as pessoas, mais do que para os objetos⁶, tal como sublinha a *Convenção Quadro* de Faro (2005), apontando para as questões *porquê?* e *para quem?* esclarecendo que:

"O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam [...] como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo." (in Conselho da Europa, 2005: art.º 2)

Contudo, atente-se para o facto da cultura e do saber serem ainda entendidos socialmente como preocupações secundárias na vivência/construção da Pessoa, pelo que a escolha do tema assenta numa reflexão sobre a importância da cultura para o desenvolvimento individual e social. Sendo o indivíduo *produto e produtor de cultura* (Carvalho, 2018: 29), considera-se que a aprendizagem transcende o papel familiar e escolar, integrando a cidade enquanto laboratório instigador de uma formação presente, inclusiva e ativa no seio de uma comunidade intergeracional (Juncal, 2023: 42), o que vai ao encontro do próprio conceito de *culturalismo*, ao definir a cultura como um "sistema de comportamentos aprendidos e transmitidos pela educação, a imitação e o condicionamento (enculturação), num dado meio social" (Rivière, 1995: 43).

Colocou-se, então, como questão de partida: Como é que o conhecimento potencia o desenvolvimento comunitário? A partir daqui estabeleceram-se objetivos específicos, nomeadamente: 1) caracterizar o espaço nas vertentes territorial, social e cultural; 2) compreender o caráter operacional da cultura para o desenvolvimento urbano; e 3) interpretar as relações intergeracionais.

Para o efeito, o presente artigo estrutura-se em três pontos: 1) Contextualização; 2) Metodologia; e, por fim, 3) Escalas de observação. Em primeiro lugar, reflete-se sobre a malha

⁴ "uma grande mudança no mundo das crianças é o seu movimento fora da família. Ao interagir com os colegas [...] as crianças produzem o primeiro de uma série de culturas de pares em que o conhecimento e as práticas são gradualmente transformados em conhecimentos e habilidades necessárias para participar do mundo adulto." (tradução livre)

⁵ "à mudança demográfica e ao multiculturalismo, construindo confiança num futuro comum e seguro para todos" (tradução livre)

⁶ Entenda-se bem ou prática cultural.

urbana e a disparidade dos *modos de viver* dentro da freguesia. De seguida, apresenta-se o processo de investigação, desde a seleção do tema, até à recolha e organização de dados. Por último, a leitura comparada entre os conteúdos teóricos e os dados recolhidos é feita com base nas distintas escalas de observação aplicadas no decurso da investigação.

1. Contextualização

A freguesia de Ramalde, pertencente à cidade do Porto desde 1895⁷, caracteriza-se como uma “terra de contrastes” (Cortezão, Neves & Sampaio, 2013: 36) na dupla perspetiva de espaço urbano e social.

Atualmente, Ramalde caracteriza-se por uma paisagem de edificações variadas, essencialmente marcada por “residenciais de gama média-alta, bairros sociais, ilhas, habitações com feição rural, bairros construídos por cooperativas de habitação, áreas comerciais, de serviços, espaços agrícolas e algumas indústrias” (Matos & Rodrigues, 2009: 42), contrastando os bairros sociais das décadas de 50, 60 e 80 com as luxuosas residências dos anos 80 e 90.

De notar que, na década de 50, a necessidade de habitações económicas urge na cidade, à qual a Câmara Municipal do Porto dá resposta com o Plano de Melhoramentos (1956), com o intuito de extinguir as *ilhas* em prol da construção de bairros, iniciando-se um novo modelo urbano que visava melhorar as condições de salubridade. Apesar de o plano não ter sido concretizado na sua totalidade, foi um instrumento fundamental para a valorização das áreas periféricas da cidade do Porto.

A extensa malha urbana constitui, assim, um conjunto de relações sociais numa “freguesia sociologicamente com assimetrias” (Manuel Maio *in* Cortezão, Neves & Sampaio, 2013: 36), acentuada por artérias que se cruzam, como, por exemplo, a Av. Antunes Guimarães e a Av. Vasco da Gama, sendo nesta última que se localiza a associação em estudo.

Se, por um lado, a expansão das vias de comunicação contribuiu para o desenvolvimento económico, demográfico e urbano da freguesia, por outro, não favoreceu as “tradicionais relações de vizinhança e solidariedade” (Teobaldo, Lopes & Batista, 2008: 5), uma vez que a mobilidade potenciada *hoje*, por exemplo, pela VCI, a Circunvalação ou a linha de metro, permitiu uma maior dispersão e interação entre os habitantes e as distintas áreas da cidade.

Conforme os Censos de 2021, entre os 38 849 habitantes da freguesia, há um crescente número da faixa etária +65 anos, relativamente aos dados de 2011, sendo que a faixa etária trabalhadora (25-64) reduziu. Tal como referem Teobaldo, Lopes e Batista (2008), verifica-se uma

⁷ Até então pertencia ao Julgado de Bouças-Matosinhos.

“quebra de sociabilidade e relação de vizinhança, pelo facto de parte significativa da população activa trabalhar fora da freguesia, mantendo assim, contactos privilegiados em diferentes espaços”, pelo que a questão da mobilidade se torna uma ferramenta para pensar o espaço urbano e, conseqüentemente, como este se encontra em permanente mutabilidade social.

Não obstante a crescente mobilidade, o “cenário da cidade”⁸ (Benevolo, 1984: 14) no seu todo, i.e., na sua dimensão territorial, social, associativa e cultural, justifica a organização das pessoas no espaço e as respetivas interações sociais. Ao observar e interpretar os seus comportamentos torna-se possível recolher, não só as “relações informais de grupos”, mas, também, perceber o “ajustamento do indivíduo à sua sociedade” (Whyte, 2005: 272-73).

Segundo o diagnóstico social do Projeto Raiz, fornecido pelo informante privilegiado⁹, os bairros supracitados são descritos como áreas caracterizadas pela escassez de equipamentos sociais, baixas qualificações escolares – resultantes de uma forte desvalorização escolar –, desemprego, contextos familiares desestruturados, pobreza e a socialização no contexto de “rua” e grupo de pares. Mas, também, destaca positivamente o espírito de hospitalidade, as práticas de solidariedade, a capacidade de escuta e diálogo e a participação positiva.

No que diz respeito ao *Espaço Raiz*, mais do que um espaço de sociabilidade, este revela-se um agente de desenvolvimento comunitário, na medida em que promove a comunicação, a formação e a informação entre crianças e jovens de contextos socioeconómicos desfavorecidos.

2. Metodologia

O presente artigo é o culminar de um processo de investigação, no qual a exposição de resultados deriva do acesso ao terreno e conseqüente reflexão sobre a problemática teórica *in loco*. Numa confluência de áreas disciplinares – história da arte e sociologia – os métodos etnográficos acompanham a metodologia de análise relativamente ao desenvolvimento comunitário potenciado pelo Programa Escolhas.

⁸ O arquiteto Leonardo Benevolo, na obra “A Cidade e o Arquiteto” (1984), acentua o papel do espaço envolvente na leitura e compreensão da comunidade, afirmando que “A forma física corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas - movendo-se no cenário da cidade, ou, melhor ainda, nele residindo (...)”. (Benevolo, 1984: 13-14)

⁹ Identificado e justificado no ponto 2.

Definido o tema e o respetivo campo de estudo determinou-se a pergunta de investigação – Como é que o conhecimento potencia o desenvolvimento comunitário? – e estruturaram-se os objetivos gerais, já mencionados, concordantes com a mesma.

Nesta linha, o levantamento bibliográfico foi essencial para fazer um recorte das sucessivas camadas que permitem observar e interpretar o território, tendo como eixos a etnografia, a sociologia, a historiografia, a arquitetura e o urbanismo, conceitos que sistematizaram a consulta de fontes.

Dentro da sociologia e da etnografia, destaca-se a leitura da *Sociedade de esquina*, de William Foote Whyte (1943), visto debruçar-se sobre a “ação social lida com as interações entre os indivíduos” (Velho, 2005: 11); da *Introdução à Antropologia*, de Claude Rivière (1995), e da *Antropologia Cultural*, de Marvin Harris (1993), obras introdutórias aos conceitos e estudos sociológicos relacionados com os fenómenos sócio-culturais; da obra *Introduction to cities. how place and space shape human experience* (Chen, Orum & Paulsen, 2013), a propósito da noção de espaço e dos respectivos usos e significados que lhe são atribuídos; das *Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica*, na qual Elsa Peralta (2007) aborda a relação entre memória e sociedade; bem como o *Diagnóstico Social do Porto*, de Joaquim Azevedo e Isabel Baptista (2010), direcionada mais concretamente para a área de estudo.

Na ótica urbanística e arquitetónica sublinham-se as obras *Análise morfológica de alguns espaços públicos: Cidade do Porto 1910-1974*, de Helena C.N. Henriques (2012); e *Ouvindo Ramalde: Memórias e Registos*, de Luiza Cortezão, Francisco Coelho Neves e Maria da Luz Sampaio (2013), na medida em que se direcionam para uma leitura focalizada da freguesia.

Paralelamente ao campo teórico, o caráter operativo deu-se, numa primeira fase, com a observação exploratória e, posteriormente, com a observação participante, beneficiando do registo e organização de dados em diário de campo. Para além das referidas ferramentas do método etnográfico, recorreremos ainda a uma outra abordagem desta área de estudo – a autoetnografia –, na qual o etnógrafo “use their own experiences as a route through which to produce academic knowledge”¹⁰ (Pink, 2009: 64). Neste caso, tendo como base formativa a história da arte, convocamos a ideia de Sarah Pink de que a subjetividade sensorial de um investigador – face ao seu caso de estudo – leva-nos a refletir “how this subjectivity might be implicated in the production of ethnographic knowledge”¹¹ (Pink, 2009: 52), justificando a tónica da temática apresentada.

¹⁰ “usam as suas próprias experiências como um caminho através do qual produzem conhecimento académico.” (tradução livre)

¹¹ “como é que essa subjetividade pode estar implicada na produção de conhecimento etnográfico” (tradução livre)

Com o intuito de conhecermos a composição da malha urbana, optou-se inicialmente pela circulação nos espaços centrais, à partida de maior sociabilidade, como a zona da igreja e da Junta de Freguesia. Na sua extensão, a forte incidência na habitação resulta num variado leque de serviços comerciais, escolares e associativos, revelando-se um desafio a seleção do campo de estudo. Todavia, a seleção do *Espaço Raiz* resulta da consonância entre a própria atuação associativa e os objetivos gerais ambicionados, bem como pela sua centralidade na freguesia e pela realidade contrastante com algumas das áreas envolventes.

As visitas ao terreno decorreram entre os dias 07 de março e 09 de maio de 2022. Partindo de uma observação exploratória, paulatinamente, passamos para uma observação participante, começando a integrar as dinâmicas do Centro – como, por exemplo, ir buscar as crianças do 1.º ciclo à escola e/ou auxiliar no apoio ao estudo¹². O Espaço Raiz reúne crianças e jovens de faixas etárias (6 aos 18 anos) e anos de escolaridade distintos (1.º ano ao 12.º ano), pelo que também os horários em que frequentam o espaço difere consoante os respectivos horários escolares – das 14h às 17h encontram-se os jovens mais velhos (do 5.º ano ao 12.º ano) e, a partir das 17h30, as crianças do 1.º ciclo.

Relativamente à definição do informante privilegiado, o Rui Amado, um dos coordenadores e o criador conceptual do projeto, deve-se ao facto de ter sido o primeiro membro a quem foi apresentada a proposta de estudo e o responsável pela apresentação à equipa, ressaltando-se ainda a partilha de informações essenciais para a fundamentação teórica do Programa Escolhas.

No decurso do estudo de campo, o registo em diário de campo seguiu a estrutura¹³: notas de observação, notas temáticas, notas sobre terminologia e notas “fragmentárias e fugazes”¹⁴. Recorreu-se, ainda, à realização de quatro entrevistas semiestruturadas, realizadas na sede da associação a elementos da equipa técnica¹⁵. Por fim, a análise e exposição de resultados teve como eixos interpretativos as distintas escalas de observação: recetividade (no Espaço Raiz), equipa (técnica), utentes (do Espaço Raiz) e problemática (no caso de estudo).

¹² Após o horário escolar, já no Espaço Raiz, as crianças agrupam-se por anos de escolaridade, recebendo apoio da equipa na realização dos trabalhos de casa.

¹³ O presente estudo foi desenvolvido no âmbito da unidade curricular “Etnografia Urbana e Desenvolvimento Comunitário” (FLUP), pelo que a estrutura apresentada segue as diretrizes propostas pela docente em contexto de sala de aula.

¹⁴ As notas “fragmentárias e fugazes” referem-se a expressões ou comentários resultantes de situações pontuais relevantes para a contextualização do estudo.

¹⁵ Desenvolvidas no ponto 3. *Recolha e análise de dados*.

3. Recolha e análise de dados

A interpretação das dinâmicas relacionais e de atuação no Espaço Raiz baseiam-se na observação de eventos e de relações individuais, anotadas em diário de campo e aprofundadas nas quatro entrevistas individuais realizadas na sede da associação. Em termos metodológicos, as entrevistas semi-estruturadas partiram de um guião, sendo a sequência das perguntas flexível e, ainda, suscetível a alterações consoante o decurso das mesmas. Curiosamente, o tempo das entrevistas variou de entrevistado para entrevistado, entre os 15 minutos e as 2 horas e 30 minutos, conforme se verificou nas gravações, posteriormente transcritas e apresentadas parcialmente.

A organização dos dados em distintas escalas de observação – recetividade, equipa, utentes e problemática – facilitou a análise por camadas dos distintos elementos que justificam o funcionamento do espaço, ou seja, as redes de comunicação e de sociabilidade, bem como a própria significação do lugar. Neste ponto dedicado à recolha e análise de dados são apresentados, simultaneamente, excertos do diário de campo, designada D.C., e excertos das entrevistas.

Numa abordagem holística, a frequência de idas ao terreno salientou denominadores comuns de comunicação-ação, presentes na exposição de resultados, como, por exemplo, a utilização de termos como: 1) *Monitores e Professores* – referentes à equipa técnica; 2) *Utentes* – referente às crianças e jovens; e 3) *Escolhas* – referente ao espaço.

Recetividade (no Espaço Raiz). Como referido na contextualização, há no Espaço Raiz um forte *espírito de hospitalidade*, igualmente descrito em diário de campo, no qual se regista um “espírito de acolher os outros muito presente, mesmo nos mais novos” (D.C.; 30-03-2022), visto que as crianças colocaram sucessivamente questões como “Vens todos os dias?” e “Quando é que voltas?”.

Há, pois, um envolvimento pessoal inerente ao longo da investigação, evidenciado no papel de observador participante, neste caso, manifestado no apoio ao estudo do 1º ciclo ou no auxílio na dinamização de atividades. O caráter ativo ultrapassa a mera observação, tendo-se denotado, ao longo do processo de investigação, que “a recetividade da equipa é cada vez maior. Há uma clara familiaridade com a minha presença.” (D.C.; 22-04-2022). Esta nota de observação é complementada com o comentário de um dos membros da equipa ao dizer:

A.: Tu já fazes parte da equipa. (22-04-2022)

Todavia, a experiência alargada da equipa técnica, que assume um papel quotidiano na imposição de regras, e não apenas de auxílio pontual, demonstra que a recetividade:

M.: De início é difícil [...] Eles desafiam-te até ao máximo dos teus limites e aí tu tens duas formas: ou encaras e bates nariz com nariz, ou então comesças a aceitar que a melhor forma é a paciência e é o amor. E é mostrar-lhes não vás por aí, porque eu não estou aqui para vos desafiar [...]. (02-05-2022)

Z.: Porque eles não vão gostar de ti, vão-te testar, vão-te pôr à prova [...] porque os miúdos daqui... repara, quando tu tens que batalhar pela vida desde que nasceste, apanhas manhas. Ninguém te dá nada [...] instintivamente é muito complicado [...]. (06-05-2022)

Equipa (técnica). As ações definidas pela equipa técnica são fundamentais na dinamização de boas práticas associadas ao papel social do Centro Comunitário, no qual “há um forte investimento por parte da equipa em criar atividades, como, por exemplo, colónias ou convívios.” (D.C.; 06-04-2022). De salientar a pluralidade dos membros, não só na dimensão formativa, mas, sobretudo, nas distintas formas de interação com os jovens, originando elos de confiança, tal como destaca um dos membros mais antigos da equipa ao dizer que:

Z.: há um capital de confiança que vem do tempo, que vem do respeito [...] Há um capital de importância mútua que é o que faz do Raiz aquilo que o Raiz é [...]. (06-05-2022)

Na sua diacronia, o Espaço Raiz cresceu com um núcleo técnico bastante coeso, contribuindo para fomentar relações de confiança mútuas entre a equipa e a comunidade ao longo dos quase vinte anos de existência, conforme sublinham alguns dos entrevistados:

M.: [...] tens aqui pessoas que os pais também já frequentaram [...] É natural que eles que confiem muito em nós [...]. (02-05-2022)

Z.: Nós somos quase que avós, não é? Nós temos miúdos nossos que eram miúdos na altura... e que tiveram filhos e já temos filhos deles [...] Repara, eu digo muitas vezes isto... nós não estamos a trabalhar para os que estão aqui, nós estamos a trabalhar para os filhos dos que estão aqui. (06-05-2022)

R.A.: É preciso uma continuidade no tempo e uma perseverança entre várias coisas. E uma das coisas que também é necessário, na medida do possível, é que as equipas técnicas se mantenham. Sejam as mesmas pessoas também ao longo do tempo que vão criando esses elos de ligação, esses elos de confiança com as pessoas, porque se tens uma equipa que todos os anos está a mudar, quer dizer... é muito difícil depois também voltar a fazer todo o trabalho do 0. E nós mal ou bem tivemos sempre grupos da equipa técnica muito estáveis. (02-05-2022)

Utentes (do Espaço Raiz). Verifica-se, assim, a criação de elos de ligação entre as famílias e a equipa, refletindo uma envolvimento incitada no tempo longo, pelo que “os monitores assumem muito um papel de conselheiros” (D.C.; 08-04-2022), muitas vezes pela necessidade de fomentar mecanismos de *saber ser* e *saber estar*, repetidamente mencionado como um dos objetivos da associação.

De salientar a problemática relacional/educacional, sublinhada pelo testemunho informal de uma das estagiárias:

A.: Não estão habituados a ouvir um não e quando temos de lhes dizer reagem mal. Ou choram ou gritam ou insultam. (06-04-2022)

Trata-se de realidades complexas, muitas vezes desde fases primárias do crescimento/desenvolvimento e, tendencialmente, reagem de forma negativa à aplicação de regras. A postura dos jovens revela, ainda, “uma necessidade de afirmação através de bens materiais. Existe muito o discurso em torno do dinheiro.” (D.C.; 22-04-2022).

A título de exemplo, destaca-se uma situação em que um dos *utentes* confronta um colega com o comentário “Só estas calças comprava-te essa roupa umas trinta vezes” (F.; 06-04-2022), sobre a qual uma das monitoras elucida:

A.: Vais ver.... eles estão sempre a comparar roupa. Ver quem tem a melhor, a melhor marca... (06-04-2022)

Problemática (no caso em estudo). Considerando a heterogeneidade dos utentes, marcada por uma acentuada interculturalidade, por exemplo, com a presença de famílias de etnia cigana, de descendência africana e/ou muçulmanos, importa refletir sobre a perceção de sentidos culturais promovida nas atividades da Associação. Como refere a atual dinamizadora social (ex-*utente*):

R.: Opá, aqui há várias culturas para começar. Até, todos os anos... agora não temos feito por causa do covid, mas nós fazemos aqui um almoço com culturas. Imagina... famílias que vêm de Angola, elas cozinham comidas de Angola que, tipo, não vêm aqui. Imagina que vêm da China... Pronto, há todos os anos aqui um almoço que é entre culturas. Imagina, tu trazes o que tu comias no teu país. Então juntamos tudo. Mas isto aqui há várias culturas [...] olha, por exemplo, [...] uma família [...] eles estiveram a contar-nos a história deles e que há dias em que eles não podem mesmo comer carne. Que há dias que eles não podem sair por causa da lua. Olha, é uma cena muito estranha, é coisas que ficam na cabeça. Mas o que mais me ficou na cabeça foi que eles estiveram a explicar às pessoas que não comem carnes, entre outras coisas [...] Tipo, os miúdos ficam... e especialmente

do 1º ao 4º “O quê? Não comes carne? Eu como carne quase todos os dias.”. Agora já estamos habituados que eles já andam aqui há algum tempo. Mas no início os miúdos reagem “O quê? Não podes comer carne? Nós podemos comer o que quisermos aqui”. Não associam. (16-05-2022)

Para além das atividades socioculturais, registou-se como nota temática a valorização da educação informal, na medida em que se procura inculcar valores e, sobretudo, segurança. Ou seja, as atividades no exterior, como, por exemplo, jogar à bola, são mais importantes do que “lhes dar na cabeça” ou “estarem fechados numa sala à frente do livro” (Z.). (D.C.; 06-04-2022)

Na dialética *cidade-cultura-educação* a aprendizagem transcende o papel familiar e escolar, pelo que o próprio *Escolhas* se transforma num agente educativo, ultrapassando a ideia convencional de uma educação formal, como é relatado nas entrevistas:

M.: Nós somos um projeto comunitário que visa servir materialmente, mas que também visa formar [...] nós somos um complemento, ou seja, uma valorização [...] depois aí vai entrar outra questão que é: *Quantos destes miúdos é que nós vemos que no futuro se formem, se licenciem?* Não serão muitos. Mas então nós aí estamos como complemento para lhes mostrar outros caminhos. (02-05-2022)

R.A.: A certa altura tens muitos resultados positivos, mas [...] o problema é tão complexo [...] não é a tua ação que vai mudar a estrutura social de um país ou de uma cidade [...] por exemplo, uma grande frustração que eu tenho é que ao longo destes 20 anos quase... pá os miúdos só conseguem estudar até ao secundário, pouco mais [...] nem sequer é visível para eles essa questão de percurso a longo prazo [...] É-lhes difícil ter essa capacidade de projetarem-se no futuro. (02-05-2022)

A partir da questão colocada nas entrevistas: *Como é que acha que a cultura é entendida aqui?*, um dos coordenadores, nascido e criado num bairro social, destacou a ideia de que:

Z.: A cultura é ótima para quem tem a barriga cheia, para quem tem o que comer ao fim do dia [...] posto isto, a cultura é fundamental por causa do belo. O que lhes pode dar uma dimensão verdadeiramente nova na vida deles é a noção do belo e não apenas do útil. *Porque é que a cultura é uma coisa para quem tem a barriga cheia?* Porque quem não a tem vive em função do útil [...] mesmo que tu tenhas mais dinheiro, os teus interesses vão sempre [...] para aquilo que tu entendes como fundamental [...] Se olhares para a maior parte das famílias do bairro, a questão delas não é a falta de dinheiro [...] a questão é que eles não têm

noção da cultura. Não têm noção que há vida para além daquilo que é básico.
(06-05-2022)

De acordo com Whyte, “o quadro fica claro quando se observa a maneira como as pessoas representam simbolicamente [o] seu mundo para si mesmas” (Whyte, 2005, p. 273), evidenciando-se o testemunho do coordenador anteriormente mencionado:

Z.: Eu sou parte da casa, porque lá está, como eu sou de um bairro social [...] há uma linguagem que é do bairro que é minha desde sempre, entendes? [...] Aquela base do nós e dos outros. Para nós é permitido tudo, para os outros não é permitido nada. (06-05-2022)

Dentro desta leitura do *nós* e dos *outros*, a forma como o Sujeito interpreta o sítio onde vive foi corroborada ao longo do processo de investigação, destacando-se dois comentários de jovens no decurso de conversas informais:

T.: Não são como nós [...] o que eu quero dizer é que são pessoas com mundo.
(30-03-2022)

E.: Eu sou do bairro [...] Vou-lhe mostrar o que é ser bairrista! (09-05-2022)

A dinâmica social resulta de interações, redes de contacto e laços de pertença que potenciam esta ideia de núcleo fechado, com base em relações habituais e de familiaridade, conferindo a ideia de segurança e proteção. Manifesta-se, então, uma mentalidade intrínseca à comunidade, espelhada no próprio Centro, visto que “há muito um espírito de irmandade e os mais velhos assumem bastante um papel de responsabilidade” (D.C.; 30-03-2022) e, portanto, “os mais velhos são monitores dos mais pequenos, mas só o podem ser se se comportarem, não só no centro, mas também lá fora.” (D.C.; 06-04-2022). De salientar que dentro do Programa Escolhas, como referiu o informante privilegiado:

R.A.: Há uma parte sempre do orçamento que é destinada, se os projetos assim o entenderem, a poderem contratar alguém que seja da comunidade para ser monitor no próprio projeto [...] o nome que o programa lhe dá é dinamizador comunitário, mas é um bocado isso... é educação pelos seus próprios pares. Porque nós acreditamos que a aprendizagem pode ser mais facilitada se estiver a ser feita por alguém que é do meu contexto pessoal, social, cultural. (02-05-2022)

Se, por um lado, “adoram todos ser monitores cá”, promovendo uma determinada conduta nos jovens mais velhos, por outro lado, o Z. referiu igualmente que:

Z.: Pá, tu vês miúdos que chegam aqui com 6 anos e tu foste vê-los ir para a cadeia. Há um envolvimento teu que às vezes é desespero [...] Tu podes dar as condições todas, certo? Há de haver uma altura em que não depende de ti [...] E tens de ter a capacidade de não te sentir culpado por causa disso, sabes? Que também é difícil [...] No dia-a-dia às vezes dói muito, sabes? Dói, porque vês vidas a serem desperdiçadas. E vidas com potencial, sabes? (06-05-2022)

Tendo como missão “servir a comunidade e inculcar valores” (M.; 02-05-2022), bem como “dar capacidades e dar-lhes outra coisa” (R.A.; 02-05-2022), importa atentar que a concretização destes objetivos depende, não tanto da capacidade de resposta do Espaço, mas, principalmente, da vontade da própria comunidade em utilizar estas ferramentas no seu quotidiano. A propósito das ações estimuladas pelo Centro em prol do desenvolvimento comunitário é igualmente relevante, segundo um dos monitores, compreender que:

M.: [...] nós existimos para servir e para agregar da forma que as pessoas acharem que nós podemos fazer [...] Nós somos um projeto para acrescentar, sim. Para ajudar, não. [...] Nós vamos mudar estes miúdos? Se eles quiserem... Mas isso tem de partir deles, estás a entender? (02-05-2022)

Considerações Finais

A dualidade interpretativa apresentada ao longo do artigo prende-se à ideia relacional dos caminhos da história da arte com os da sociologia que, ao confluírem na própria leitura do espaço, denotam a importância da etnografia como uma ferramenta de análise multidisciplinar. Esta combinação de diferentes campos do saber reporta-nos, por exemplo, para a afirmação de Claude Rivière de que:

“Antropólogos e historiadores trabalham de braço dado num campo de actividade comum, embora com diferenças nas heranças, nas aprendizagens, nas carreiras e na textura da profissão.” (Rivière, 1995: 22)

Deste modo, o confronto entre os objetivos gerais estipulados e os resultados adquiridos, assentes nas fontes de referência das respetivas áreas científicas, permitem estruturar breves considerações face ao exercício etnográfico no *Espaço Raiz - Centro Comunitário de Ramalde*.

A partir de uma lógica sinérgica, o “fazer sociedade” e o “fazer cidade” (Carvalho & Baptista, 2004: 39) são práticas devedoras da acuidade face aos problemas urbanos, tornando-se fulcral conhecer as pessoas no espaço em que se movem. Para o efeito, a “visão cultural e relacional da

cidade” (Carvalho & Baptista, 2004: 53) resulta das variadas constituintes do lugar que retratam uma estrutura física, um sistema de organização social e um conjunto de atitudes. Note-se que o território não é, *à priori*, o objeto de estudo, mas antes, o contexto de estudo que, todavia, acaba por emergir como objeto ao longo do processo de investigação.

Conclui-se que a caracterização do espaço nas vertentes territorial, social e cultural apresenta uma disparidade, não só ao nível da malha urbana – acentuada pelas habitações –, como, também, ao nível dos valores prospetivos e das ambições das comunidades que frequentam núcleos urbanos distintos. A partir daqui a perceção dos diferentes tipos de acesso e, sobretudo, de interesses relativamente às fontes de conhecimento, principalmente a desvalorização escolar, reforçaram a reflexão sobre o carácter operacional da cultura para o desenvolvimento comunitário.

As dinâmicas de sociabilidade e culturais justificam a construção de identidades coletivas, promotoras de laços de pertença que, no entanto, são mutáveis na conceção tempo-espaço. Seguindo a *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais* (2005), destaca-se a importância de “fomentar a interculturalidade de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos” (UNESCO, 2005: alínea d)). De modo a perceber estes elos de ligação, as metodologias de análise possibilitam compreender as pessoas em sociedade, isto é, grupos, lugares, práticas e redes que frequentam, através de um paulatino processo de observação, registo e interpretação.

Surgiu, assim, a questão: Como é que se justifica o desinteresse pelo conhecimento e pela cultura no caso de estudo? Tal como explica um dos coordenadores, apresentado no ponto anterior, a problemática prende-se à própria noção da cultura, sendo que o conceito é em si variável na sua subjetividade. Embora se verifique, atualmente, um crescente fluxo de informação potenciado pelo mundo digital, este não garante que haja um efetivo conhecimento por parte do indivíduo, verificando-se uma falta de acesso e valorização decorrente, muitas vezes, de problemáticas motivacionais (Juncal, 2023: 40-42).

Não obstante, a cultura do conhecimento como meio de desenvolvimento comunitário impõe um olhar amplo face ao próprio conceito de conhecimento, ou antes conhecimentos. No caso do conhecimento gerado pela cultura, este está associado, essencialmente, a sistemas simbólicos que organizam a vida gerada por hábitos que formam e justificam o próprio conceito de relativismo cultural (Juncal, 2023: 41).

Apesar da pluralidade dos referentes culturais dos diferentes participantes do *Espaço Raiz*, desde *monitores*, *utentes* e *voluntários*, o funcionamento do espaço converge numa dinâmica social baseada em premissas comuns, considerando-se como principal papel do Centro Comunitário, a promoção da qualidade de vida baseada na educação do *Ser* através de uma coexistência

JUNCAL, Maria Beleza (2023), “A multidisciplinidade dos métodos etnográficos: o caso do *Espaço Raiz*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 69 - 86

sociocultural positiva. Assim, o Espaço Raiz, mais concretamente o Programa Escolhas, serve como um ativo para o desenvolvimento, pelo seu caráter pedagógico sendo, por isso, “indissociável do seu sentido transformador.” (Carvalho & Baptista , 2004: 75)

Numa lógica de participação-desenvolvimento, o sentido de comunidade estimulado pelas organizações e instituições conflui no seu papel ativo direcionado para o desenvolvimento comunitário, pressupondo as potencialidades e debilidades estruturais das comunidades locais. Trata-se, pois, de um processo coletivo de consciencialização, no qual o Sujeito (coletivo) é produto e produtor da transformação.

Em suma, o processo de evolução da Pessoa pode traduzir-se na história da cultura vinculada ao fenómeno social, na medida em que a inter-relação entre cultura e educação promove a construção e participação cidadã, encerrando em si um valor de aprendizagem na comunidade envolvida e, consequentemente, o seu desenvolvimento.

Referências bibliográficas

I CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (1990), *Carta das Cidades Educadoras*, Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), Barcelona.

AZEVEDO, Joaquim; BAPTISTA, Isabel (2010), *Porto Solidário: Diagnóstico Social do Porto*, Porto, Universidade Católica Portuguesa.

BCSD (2022), *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* [consultado a 16 de junho de 2022] Disponível em <www.ods.pt>.

BENEVOLO, Leonardo (1984), *A Cidade e o Arquitecto*, Editora Perspectiva.

CARVALHO, Adalberto Dias; BAPTISTA, Isabel (2004), *Educação Social: Fundamentos e Estratégias*, Porto, Porto Editora.

CARVALHO, Fátima de Jesus Maciel da Silva (2018), *Olhar o bairro a partir de dentro: estudo das perceções dos moradores do Bairro Social do Sobreiro*, Tese de Mestrado em Ciências da Educação, Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.

CHEN, Xiangming, ORUM, Anthony M.; PAULSEN, Krista E. (2012), *Introduction to cities. how place and space shape human experience*, 2.^a edição, 2018, John Wiley & Sons.

CONSELHO DA EUROPA (2005), *Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a Sociedade*, Faro.

CONSELHO DA EUROPA (2008), *Report of High-Level Task Force on Social Cohesion. Towards an Active, Fair and Socially Cohesive Europe*, Strasbourg.

- JUNCAL, Maria Beleza (2023), “A multidisciplinariedade dos métodos etnográficos: o caso do *Espaço Raiz*”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 69 - 86
- CORSARO, W. A. (1992), “Interpretive Reproduction in Children's Peer Cultures”, *Social Psychology Quarterly*.
- CORTEZÃO, Luiza; NEVES, Francisco Coelho; SAMPAIO, Maria da Luz (2013), *Ouvindo Ramalde: Memórias e Registos*, Porto, Edição Junta de Freguesia de Ramalde.
- «Decreto-lei n.º 217/1933, Série I de 1933-09-23, páginas 1664 – 1671». Publicado em Diário da República a 23 de setembro de 1933.
- GASKINS, Suzanne; MILLER, Peggy J.; CORSARO, William Arnold (1992), *Theoretical and Methodological Perspectives in the Interpretive Study of Children*, San Francisco, Jossey-Bass Publishers.
- JUNCAL, Maria Beleza (2023), *Ramalde (Porto): o património de proximidade na construção de um território educativo*, Tese de Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- MATOS, Fátima Loureiro de; RODRIGUES, Rosa M^a Veloso Vieira (2009). “As Ilhas do Porto: Lugares de Resistência”, *OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia*, Uberlândia, 1(1), 33-57.
- PERALTA, Elsa (2007), *Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica*, Arquivos da Memória, 2 (nova série): 4-23.
- PINK, Sarah (2009), *Doing sensory ethnography*, SAGE Publications Inc.
- RIVIÈRE, Claude (1995), *Introdução à Antropologia*, Edições 70.
- TEOBALDO, Izabela Naves Coelho; LOPES, João Teixeira; BAPTISTA, Luís António Vicente (2008), *Leituras espaciais e diversidade social*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- TONKISS, Fran (2005), *Space, the City and Social Theory: Social Relations and Urban Forms*, Polity Press.
- UNESCO (2005), *Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris.
- WHYTE, William Foote (2005), *Sociedade de esquina*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Maria Beleza Juncal. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal, mariabelezajuncal@gmail.com, 918553180. <https://orcid.org/0000-0002-1880-7481>

Artigo recebido a 13 de novembro de 2023 e aceite a 12 de janeiro de 2024.

Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto

André Ries Xavier Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

Este artigo analisa os impactos de um projeto sócio-desportivo na promoção da inclusão social e no desenvolvimento de competências socioemocionais na Escola EB 2,3 Marques Leitão, na cidade de Valbom, uma comunidade escolar desfavorecida no distrito do Porto. Com um enquadramento teórico sobre a inclusão social e o desporto, utilizou-se uma metodologia qualitativa no estudo através de entrevistas semi-diretivas, observação participante e *focus group*. As conclusões apontam que o desporto é uma poderosa ferramenta para enfrentar desafios educacionais e sociais, fornecendo oportunidades únicas para a aprendizagem não-formal e a criação de um ambiente inclusivo. Isso tem implicações significativas para futuras iniciativas que busquem melhorar a vida dos alunos por meio do desporto e educação, particularmente em contextos desfavorecidos.

Palavras-chave: inclusão social, desporto, competências socioemocionais.

Football for Citizenship: a sport-based project for social intervention

Abstract

This article examines the impacts of a sport-based project on promoting social inclusion and the development of socio-emotional skills in a school of underprivileged community in the city of Valbom, district of Porto. With a theoretical framework in social inclusion and sports, the study used a comprehensive qualitative methodology through semi-directive interviews, participant observation and focus groups. The findings indicate that sports are a powerful tool for addressing educational and social challenges, providing unique opportunities for non-formal learning and the creation of an inclusive environment. This has significant implications for future initiatives aiming to improve students' lives through sports and education, particularly in disadvantaged contexts.

Keywords: social inclusion, sports, socio-emotional skills.

Football pour la Citoyenneté : un projet d'intervention sociale par le sport

Resumé

Cet article examine les impacts d'un projet basé sur le sport sur la promotion de l'inclusion sociale et

du développement des compétences socio-émotionnelles dans une école d'une communauté défavorisée de la ville de Valbom, district de Porto. Avec un cadre théorique sur l'inclusion sociale et le sport, l'étude a utilisé une méthodologie qualitative complète à travers des entretiens semi-directifs, l'observation participante et des groupes de discussion. Les résultats indiquent que le sport est un outil puissant pour relever les défis éducatifs et sociaux, offrant des opportunités uniques d'apprentissage non formel et de création d'un environnement inclusif. Cela a des implications significatives pour les initiatives futures visant à améliorer la vie des étudiants grâce au sport et à l'éducation, en particulier dans les contextes défavorisés.

Mots-clés: inclusion sociale, sport, compétences socio-émotionnelles.

Fútbol para la Ciudadanía: un proyecto de intervención social a través del deporte

Resumen

Este artículo examina los impactos de un proyecto deportivo en la promoción de la inclusión social y el desarrollo de habilidades socioemocionales en una escuela de una comunidad desfavorecida de la ciudad de Valbom, distrito de Oporto. Con un marco teórico en inclusión social y deporte, el estudio utilizó una metodología cualitativa integral a través de entrevistas semidirectivas, observación participante y grupos focales. Los hallazgos indican que los deportes son una herramienta poderosa para abordar los desafíos educativos y sociales, brindando oportunidades únicas para el aprendizaje no formal y la creación de un entorno inclusivo. Esto tiene implicaciones importantes para futuras iniciativas destinadas a mejorar la vida de los estudiantes a través del deporte y la educación, particularmente en contextos desfavorecidos.

Palabras clave: inclusión social, deporte, habilidades socioemocionales.

Introdução

No contexto global atual da educação e da sociedade, a temática da inclusão social e educacional revela-se de suma importância. A busca por estratégias que promovam a equidade e o desenvolvimento de competências socioemocionais torna-se premente, especialmente em contextos onde a exclusão social e as desigualdades educacionais se manifestam de maneira acentuada.

A exclusão social, um problema que transcende as fronteiras geográficas e culturais, continua a ser um desafio geral. Muitos indivíduos, especialmente crianças e jovens, encontram-se à margem do sistema educacional e enfrentam barreiras que limitam seu acesso pleno à aprendizagem e ao desenvolvimento de suas potencialidades. Essa exclusão pode ser resultado de fatores socioeconômicos, culturais, étnicos ou de gênero, entre outros.

A educação não-formal, por sua vez, ganha destaque como um complemento essencial à educação formal. Ela oferece espaços e oportunidades para o desenvolvimento de competências socioemocionais, como a inteligência emocional e respeito à diversidade, que são fundamentais para o sucesso na vida e na sociedade. Projetos sócio-desportivos, que combinam o desporto com abordagens educacionais, surgem como uma ferramenta valiosa na intervenção social e no desenvolvimento dessas competências.

Este artigo tem como objetivo central explorar as interseções entre a intervenção social e o

desporto, por meio da análise do projeto Futebol para Cidadania implementado numa escola do município de Gondomar, distrito do Porto, participante do Projeto Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP). O projeto representa um exemplo significativo de como o desporto pode ser utilizado como um veículo para promover a inclusão social e o desenvolvimento de competências socioemocionais em contextos educacionais desafiadores.

Por meio deste estudo, buscamos lançar luz sobre as potenciais implicações e aplicações de programas desportivos que visam a inclusão social e o desenvolvimento de competências socioemocionais, proporcionando conhecimento que pode ser valioso tanto no campo académico quanto nas práticas sociais e desportivas.

1. *Futebol para Cidadania: projeto sócio-desportivo em contexto escolar*

O projeto “Futebol para Cidadania” foi concebido e dinamizado durante o ano letivo 2022/2023 na Escola EB 2,3 Marques Leitão, do Agrupamento de Escolas de Valbom (AEV) localizada na cidade de Valbom, nos limites do concelho de Gondomar, distrito do Porto. Surgiu da identificação de uma necessidade e da co-construção que envolveu alunos, professores, técnicos e encarregados de educação.

A escola, participante do projeto TEIP3 desde 2012, na terceira fase do programa de educação compensatória em Portugal, está enquadrada em um contexto socioeconómico caracterizado por desafios, incluindo uma alta taxa de desemprego, famílias de estratos sociais médio e baixo e uma população com níveis de escolaridade variados, mas tendencialmente humildes. Embora tenha havido melhorias na escolaridade da população nos últimos anos, o desemprego mantém-se significativamente alto (Projeto Educativo do AEV, 2016).

Sendo idealizado como um clube de futebol não-competitivo, o projeto tinha como missão utilizar o desporto como uma ferramenta de integração, aprendizagem e desenvolvimento pessoal, além de promover a atividade física entre os alunos. Pretendia-se minorar, através das atividades, problemas como o uso excessivo do telemóvel, a falta de atividades lúdicas e de oportunidades de socializar, o comportamento e linguagem violentos, o tempo demasiado em sala de aula e nas explicações e os poucos exemplos de liderança positiva. Em termos de objetivos, o projeto tinha como escopo cinco pretensões: melhorar o rendimento académico dos alunos participantes; promover a integração, diminuir a violência e o absentismo dos alunos (caso houvesse sinalização de “risco de abandono”); desenvolver conhecimentos e competências de autoconhecimento, liderança e cidadania ativa; promover a equidade de género; promover a integração entre encarregados de educação, professores e funcionários.

O projeto Futebol para Cidadania teve oito meses de duração, entre outubro de 2022 e maio de 2023. Ocorria três vezes por semana, às segundas, quartas e sextas-feiras. Todas as sessões aconteciam na parte da tarde, fora do horário curricular dos alunos. Apesar do nome, o desporto praticado foi, na verdade, o futsal, tendo em conta que o projeto decorria no Pavilhão Ricardinho – espaço polidesportivo gerido pela Junta de Freguesia de Valbom, localizado dentro do terreno da escola. Contou com 66 sessões de treino com duração de 1h30min cada. Participaram, em média, por semana, 44 alunos, sendo que 34 eram do 2º ciclo e 10 alunos do 3º ciclo. Destes, 12 eram meninas, o que representa 27% dos participantes.

As sessões estavam organizadas em duas dinâmicas que aconteciam simultaneamente: atividades pedagógicas e jogos de futsal. Cada sessão contava com um grupo de mais ou menos 15 alunos, que era dividido em três equipas e, enquanto duas jogavam a bola, uma realizava a atividade pedagógica. Denominamos atividade pedagógica o momento em que era realizada algum tipo de jogo, dinâmica, conversa ou exercício que explorava temas relacionados ao autoconhecimento, gestão emocional, interculturalidade, igualdade de género, sustentabilidade, ensino superior, entre outros. No total, 16 atividades pedagógicas foram realizadas ao longo do projeto. Alguns dos temas foram também abordados durante ou após os jogos de futsal, como o caso da gestão emocional e da igualdade de género, por meio de reflexões e debates em grupo.

Além das sessões realizadas semanalmente, organizaram-se dois eventos comunitários e uma visita ao Estádio do Dragão e Museu do Futebol Clube do Porto – como celebração do fim do ano letivo e do projeto. Os eventos comunitários ocorreram em dois sábados pela manhã, com estrutura semelhante: atividade pedagógica e jogo de futsal entre adultos e crianças. Estima-se que no primeiro evento estiveram presentes 20 alunos e 25 adultos (encarregados de educação e familiares), enquanto que no segundo em torno de 30 alunos e 40 adultos. A visita de encerramento teve a presença de 60 alunos da escola, além dos técnicos e professores responsáveis pelo grupo.

2. O diálogo entre a inclusão social, o desporto e o *Futebol para Cidadania*

A inclusão social consiste num processo multidimensional que relaciona as desigualdades de classe social, étnica, de género, de orientação sexual e outras (Mota & Lopes, 2017). Segundo Berg e Ostry (2011), a desigualdade é parte integral da economia de mercado e reflete-se nos mais pobres, restringindo o acesso destes a diversas oportunidades de financiamento, investimento e empreendedorismo ao longo do tempo. É no contexto de exclusão e falta de oportunidades, onde a instituição escolar contribui direta e indiretamente, que os programas de inclusão social procuram por métodos alternativos de educação dirigidos à crianças e jovens vulneráveis (Paulos *et al.*, 2012).

A cidade de Valbom, local em que se insere a Escola Marques Leitão, pertence à União das

Freguesias de Gondomar (São Cosme), Valbom e Jovim – uma das sete freguesias que compõem o concelho de Gondomar, no distrito do Porto. Embora a freguesia esteja assinalada pela Carta Educativa de 2007 em uma posição económica favorável, o Projeto Educativo (PE) de 2016 do AEV diz que a realidade de muitos alunos do agrupamento é de grande dificuldade socioeconómica, oriundos de famílias que pouco valorizam a escola e os seus saberes.

Esta situação desigual, de exclusão, não se restringe apenas ao fenómeno da pobreza, mas também se relaciona com fatores sociais e cívicos, manifestando-se através da ausência de certos grupos e pessoas das dimensões ambiental, cultural, política, económica e social (Paulos *et al.*, 2012). Além disso, esta situação objetiva (recursos e benefícios da vida em sociedade) associa-se um caráter subjetivo de sentimento, de pertença e da representação de identidade, reconhecível também pelos outros, e que se expressam num conjunto de disposições duráveis e estruturadas (maneira de sentir, agir, pensar e fazer) que também são transmissíveis no decurso das interações (Mota & Lopes, 2017).

Segundo o PE (2016), os Censos de 2011 mostravam que a taxa de desemprego de Valbom situava-se em 17,89%, a terceira mais alta do concelho de Gondomar, superior em 4,71% à média nacional. Pode-se inferir que essa situação se devia ao nível de ensino existente, pois, segundo os mesmos censos, dos 14.407 habitantes da cidade, 48,8% tinham habilitações iguais ou inferiores ao 2.º ciclo, 17% ao 3.º ciclo, 17,1% ao ensino secundário e apenas 14,4% possuía habilitações ao nível do ensino superior. Além disso, Valbom apresentava uma taxa de 3,74% de analfabetismo, média acima do concelho (3,27%).

Contudo, a inclusão social é um processo contínuo e não um estado final (Quick & Fieldman, 2011 *in* Junior *et al.*, 2014), e é a partir desta consciência que o termo remete às ações e aos meios para combater a exclusão social, refletindo sobre suas causas e características (França, 2020). Conforme Mota e Lopes. (2017), “*uma trajetória bem-sucedida de inclusão social poderá favorecer processos de mobilidade social se acarretar a incorporação de certas disposições e competências*”. A inclusão social envolve, portanto, que grupos desfavorecidos participem em atividades que seriam excluídos (Junior *et al.*, 2014). Mais ainda, remete ao ato ou efeito de integrar os indivíduos na sociedade, permitindo uma participação ativa e a satisfação de vários aspetos inerentes aos próprios indivíduos (França, 2020).

De modo que a pobreza e a exclusão social têm sido persistentes em Portugal, especialmente entre grupos mais vulneráveis, como idosos, desempregados, migrantes e pessoas com deficiência (Borba & Lima, 2019), a inclusão social, por sua vez, pode ser alcançada por meio de políticas e programas que promovam o acesso a recursos e oportunidades, bem como a participação ativa na vida social e política. Porém, tendo em conta que o Estado já não consegue atender às demandas e deixa diversas lacunas mesmo com suas políticas públicas, a sociedade civil e outras instituições organizam-se e criam iniciativas para erradicar ou minimizar as injustiças enfrentadas e para alcançar melhores níveis de qualidade de vida.

É esta busca por soluções que permite o surgimento dos projetos sociais, fruto das próprias interações e percepções dos atores sociais com os desafios vividos (Junqueira, 2006 *in* Filho, 2011). Um projeto social pode ser entendido como um conjunto de tarefas e ações que têm como objetivo o desenvolvimento social e humano, criando impacto sobre indivíduos ou grupos, a partir da reflexão e diagnóstico dos próprios atores sociais sobre uma determinada problemática de exclusão ou desigualdade, por meio de atividades tecnológicas, artísticas e desportivas (Filho, 2011).

É neste esforço por novas respostas que projetos sociais têm utilizado, de maneira intencional, o desporto como ferramenta pedagógica não-formal para alcançar objetivos de desenvolvimento e inclusão social (Paulos *et al.*, 2012; Junior, 2014; Parada, 2017; França, 2020). Pedagógica, por se tratar de uma modalidade de ensino-aprendizagem, e não-formal porque ocorre em espaços informais, na escola ou no exterior, com organizações não-governamentais, instituições religiosas, associações de bairro, entre outras, a dinamizar diversos tipos de atividades. E, assim, um projeto que utiliza o desporto como elemento facilitador num modelo interventivo de educação não-formal com um fim de inclusão social é o que designamos de *projeto sócio-desportivo* (Paulos *et al.*, 2012; Junior, 2014).

Ora, o desporto, e antes dele, o jogo, é algo que faz parte fundamental da experiência humana, sendo encontrado em toda história da humanidade e em todas as culturas (Huizinga, 2000), precedendo até mesmo qualquer tipo de organização social (Costa, 1992). Então, o universo ludo-desportivo pode ser considerado um excelente campo de observação e análise social, como também um meio de compreensão do sentido de existência do homem e de suas aspirações (Costa, 1992).

Ainda, sendo legítimo dizer que estudar a história de uma sociedade será estudar a sua história ludo-desportiva (Costa, 1992), podemos verificar que os comportamentos desportivos são marcados pelos costumes e mentalidades do ambiente que pertencem (Freitas, 2000). Dessa maneira, outro motivo pelo qual o desporto passa a ser empregado na vida cotidiana é justamente, e curiosamente, para dela sair. Assim, o desporto acaba por se tornar um espaço de relaxamento do autocontrolo e libertação das emoções (Marivoet, 1997), permitindo uma sensação de controlo, realização e prazer, por um lado, ou de raiva e destruição, por outro (Freud *in* Starn, em 17 de abril de 2023). É neste processo de “fuga” que o desporto se encontra com a inclusão/exclusão social.

Embora o contexto desportivo também reproduza os problemas da sociedade, é muitas vezes nele que se compreendem as suas estruturas e se expressam os desejos para uma sociedade mais justa e fraterna (Costa, 1992). Quando jogamos, encontramos um espaço de refúgio da vida e dos seus problemas, assumindo um campo que permite idealizar e sonhar (Parada, 2017). A prática desportiva, *a priori*, é um agente de inclusão social, pois o desporto não exclui nenhum tipo de indivíduo; é irrelevante qual o grupo social, etnia ou religião de um atleta (Parada, 2017). Sendo irrelevante, e havendo oportunidade, um sujeito socialmente excluído que pratica desporto vai sentir justamente o

contrário, ao se sentir aceite, útil e integrante de algo que vai para além da sua própria individualidade (Marivoet, 2014). Isto se verifica mais facilmente nos desportos coletivos, mas também nos desportos individuais, quando enquadrados em alguma instituição social (Parada, 2017).

Já na Grécia antiga, Platão indicava na sua obra *A República* que os jovens deveriam ter sua educação aprimorada pelo desporto (ginástica) e pela música (Pereira, 2010). Mais recentemente, diria Nelson Mandela na cerimónia de recebimento do Prémio Laureus, em 2000, que o desporto tem a capacidade de mudar o mundo e de falar com os jovens numa linguagem que eles compreendem. Também a Comissão Europeia (CE) reconhece esta capacidade do desporto de não apenas criar benefícios para a saúde física, como também ser um promotor de desenvolvimento pessoal e social, de inclusão e integração (CE, em 20 de fevereiro de 2023).

Logo, o desporto assume-se como um instrumento distinto para a coesão social, ao permitir a partilha de experiência entre pessoas unidas por um mesmo objetivo e ao possibilitar a construção de laços sociais (Marivoet, 2014). O desporto pode ser utilizado para quebrar barreiras sociais e culturais, promovendo a integração de indivíduos marginalizados ou excluídos, e permitindo que eles sejam parte de uma comunidade desportiva inclusiva.

Por isso, o desporto tem sido uma das ferramentas mais utilizadas na aprendizagem e desenvolvimento das crianças e jovens, assim como um recurso à inclusão social tanto em outros países como em Portugal (Paulos *et al.*, 2012). O seu crescente uso e importância se deve a diversos fatores, como a melhoria da saúde física e os benefícios psicossociais (Ferreira, 2017). Segundo Paulos *et al.* (2012), o desporto pode ajudar a promover a inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo oportunidades de aprendizagem em diversas áreas.

Assim, através da Educação Física e do desporto, o processo de socialização das pessoas pode ser potencializado, uma vez que, como citado anteriormente, as sociedades são também definidas pelos desportos que praticam e, conseqüentemente, pelos valores transmitidos por eles (Claro, 2016). Justamente na integração à prática desportiva que o projeto Futebol para Cidadania pretendia que os alunos pudessem se desenvolver na sua globalidade, aperfeiçoando as suas múltiplas dimensões, aumentando a sua participação em sociedade, interagindo com outros grupos sociais e combatendo estereótipos e preconceitos (Pereira, 2010; França, 2020; CE, em 20 de fevereiro de 2023).

Um projeto sócio-desportivo que pretenda realizar uma intervenção social com públicos excluídos, deve planear e estruturar as suas atividades de acordo com as necessidades e potencialidades da população envolvida (Paulos *et al.*, 2012), possibilitando a sociabilidade e a partilha de experiências entre crianças e jovens de distintas origens sociais e étnicas (Claro, 2016). Assim surgiu o projeto Futebol para Cidadania, fruto de um trabalho de auscultação à comunidade escolar por meio de conversas, inquéritos e dinâmicas, assim como de um processo de reflexão pessoal do autor.

Este torna-se um espaço privilegiado de experimentação social, onde há real igualdade de oportunidades, sem nenhuma discriminação no acesso – seja dos alunos participantes, seja dos colaboradores e técnicos (Marivoet, 2014). E, portanto, promovendo valores como a tolerância, respeito, solidariedade e inclusão. Além disso, o desporto ao ser praticado possibilita o desenvolvimento de uma série de competências fundamentais para a vida em sociedade, tais como o trabalho em equipa, a disciplina, persistência, dedicação, saber ganhar e perder, e respeito pelas regras comumente partilhadas (Paulos *et al.*, 2012; Claro, 2016).

Em Portugal, o desporto tem sido utilizado como uma ferramenta de inclusão social por meio de iniciativas de educação não-formal e tem-se mostrado como um país que valoriza a prática desportiva. Por exemplo, o projeto “Projeto Bola P’ra Frente”, um projeto inovador no que concerne à aplicação do Futebol de Rua enquanto agente de inclusão social no e pelo desporto, através da metodologia do treino social, com objetivo o desenvolvimento pessoal e social de jovens em situação de vulnerabilidade social, através da prática desportiva (Paulos *et al.*, 2012).

De acordo com Paulos *et al.* (2012), o desporto em Portugal tem sido utilizado como meio de integração social e como resposta às necessidades das comunidades locais. Os autores destacam a importância da participação ativa das comunidades, na medida em que se cria um sentimento de pertença e responsabilidade. Destaca-se, ainda, a importância da valorização da autoestima, do espírito de equipa e do respeito pelo outro, como competências adquiridas através do desporto.

Portanto, ao somar competências físicas e motoras – inerentes à atividade física – às competências pessoais e sociais, o desporto transcende o local de prática e desempenha um papel muito importante na formação da identidade de um atleta, integrando toda a sua realidade social (Parada, 2017). Quando baseado na co-construção de estratégias de intervenção social, o desporto poderá gerar resultados positivos para as populações excluídas, promovendo o desenvolvimento humano e comunitário (Paulos *et al.*, 2012). Foi nesta perspectiva que surgiu o projeto Futebol para Cidadania.

3. Metodologia de análise e avaliação do impacto do projeto

De modo a compreender o impacto do projeto, o estudo procurou responder à seguinte questão: “Quais foram os impactos do projeto "Futebol para Cidadania" na integração, inclusão e desenvolvimento de competências socioemocionais dos alunos da Escola Marques Leitão no ano letivo 2022/2023?”.

O objetivo da análise foi fornecer informações sobre o impacto do projeto "Futebol para Cidadania" na inclusão e integração social e no desenvolvimento de competências socioemocionais dos alunos, identificar e descrever os saberes e competências adquiridos pelos alunos durante a sua

participação. Além disso, pretendia oferecer *insights* sobre a importância de práticas educativas não-formais e projetos sócio-desportivos como complementos à educação formal, promovendo a integração e a socialização dos alunos.

O estudo adotou uma abordagem metodológica baseada na pesquisa qualitativa devido à sua capacidade de explorar as complexidades dos fenómenos sociais, permitindo uma compreensão profunda e contextualizada. Este tipo de metodologia valoriza a subjetividade, a diversidade de perspectivas e a complexidade dos fenómenos sociais (Creswell, 2014). Três métodos de coleta de dados foram selecionados para obter informações ricas e detalhadas sobre o projeto de pesquisa: entrevista semi-diretiva, observação participante e *focus group*.

A entrevista semi-diretiva envolveu a elaboração de um roteiro com perguntas abertas e fechadas, permitindo obter informações específicas do ponto de vista dos participantes (Minayo, 2010). As entrevistas individuais foram realizadas, gravadas e transcritas na íntegra, promovendo a obtenção de informações profundas e significativas. Foram selecionados intencionalmente dez alunos entre 10 e 12 anos, o que significa uma amostra de aproximadamente 23%, tendo em conta o número de participantes do projeto. O grupo foi equilibrado em termos de género, com cinco alunos do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Além disso, esses alunos tinham um histórico de participação no projeto de pelo menos doze semanas. As origens dos alunos eram diversas: cinco alunos com origem portuguesa, uma aluna luso-brasileira, dois alunos brasileiros, um aluno inglês e uma aluna angolana.

Com relação à observação participante, o autor desempenhou um papel ativo no projeto como co-criador e coordenador. De acordo com Hammersley e Atkinson (2007), a observação participante é uma técnica que envolve o pesquisador em interações sociais com os participantes, sendo necessário estabelecer relações de confiança e respeito mútuo. A observação participante, realizada por meio de um diário de campo, ofereceu uma perspectiva interna e acesso a informações e experiências que não seriam identificadas por outras técnicas de coleta.

Já o *focus group* envolveu uma discussão em grupo com a coordenadora da escola, um professor de Educação Física, uma estagiária participante de Educação Social e o presidente da Associação de Pais da escola – todos participantes diretos ou indiretos em atividades do projeto. Segundo Krueger e Casey (2000), o *focus group* é uma técnica valiosa para obter informações a partir da perspectiva dos participantes, bem como para entender melhor as opiniões e atitudes dos membros de um grupo em relação a um determinado tópico. O *focus group* permitiu obter informações valiosas sobre o projeto e as perspectivas dos diferentes envolvidos, além de identificar problemas e gerar ideias para melhorias.

Os procedimentos de recolha de dados envolveram a obtenção de consentimento dos participantes e de seus encarregados de educação, a definição de critérios de inclusão e a realização

das entrevistas individuais. Durante as entrevistas, foi adotada uma postura empática e de escuta ativa, garantindo um ambiente acolhedor e de confiança para que os alunos compartilhassem suas experiências e percepções.

A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, uma técnica que busca identificar padrões e categorias de significado nas respostas dos entrevistados. Para realizar a análise de conteúdo, foi necessário seguir um processo que envolveu várias etapas, como a transcrição das entrevistas, diário de campo e *focus group*, a codificação, a categorização e a interpretação dos dados (Flick, 2009). Foram definidas categorias de análise relacionadas aos objetivos da pesquisa, incluindo os benefícios do projeto, dificuldades enfrentadas pelos jovens, relações estabelecidas e a influência do projeto na vida dos participantes.

4. Resultados e análise do projeto Futebol para Cidadania

Os dados coletados por meio das entrevistas semi-diretivas, da observação participante e do *focus group* ofereceram uma visão aprofundada sobre o projeto Futebol para Cidadania, explorando as experiências dos alunos e revelando as contribuições significativas do projeto para a comunidade escolar.

Como referenciado no ponto 3 do artigo, selecionou-se intencionalmente dez alunos entre 10 e 12 anos, abrangendo quatro alunos do 5º ano e seis alunos do 6º ano. O grupo foi equilibrado em termos de gênero, com cinco alunos do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Além disso, esses alunos tinham um histórico de participação no projeto de pelo menos doze semanas. As origens dos alunos incluíam Portugal, Inglaterra, Brasil e Angola.

A diversidade da amostra reflete, de maneira abrangente, o contexto multifacetado da comunidade escolar da cidade de Valbom e, em conjunto com a participação de agentes da escola no *focus group* e a observação participante, proporciona uma base representativa para análises que capturam as nuances e as experiências variadas dos envolvidos.

4.1. Família e Educação: diversidade e perspectivas

Os relatos dos alunos revelaram que as estruturas familiares variavam amplamente, desde famílias com ambos os pais, apenas a mãe, até aquelas que incluíam avós e outros parentes. As narrativas evidenciam a riqueza e complexidade socioeconômica de suas realidades. Isso se observa na fala de uma aluna ao explicar o porquê de viver na casa da avó: “*Porque eu gosto de ter um quarto só para mim.*”.

Além disso, destacou-se o impacto da dinâmica familiar na transmissão de valores culturais e

nas perspectivas de futuro. Por exemplo, conforme a fala de uma aluna “*O meu pai desde pequena, ele sempre me ensinou que os estudos são... são uma forma boa de nos fazer crescer mais, aprender mais coisas para termos um bom futuro*”, fica evidente, segundo os alunos, a importância dada pelos pais ao estudo e ao desenvolvimento educacional deles. As respostas contradizem aquilo que o Projeto Educativo do AEV (2016) defendia, sobre as famílias não valorizarem o saber e a escola.

A investigação ainda examinou as perspectivas dos alunos sobre a escola e revelou uma gama de sentimentos complexos e influências variadas. Por um lado, as aulas tradicionais são menos apreciadas pelos alunos, que expressaram o desejo de não apenas ouvir o professor, mas de se envolver em atividades mais práticas e interativas: “*Tem vezes que é umas aulas que ninguém suporta, daí a professora não vem. É melhor que a gente não precisa ficar lá.*”. Por outro lado, foi ressaltada a convivência com os amigos e o tempo para brincar, especialmente durante os intervalos e os “furos” (quando há falta de algum professor). Como explica um aluno: “*Porque é mais tempo para eu brincar. (...) A maioria das vezes eu vou brincar lá em cima. (...) Fico correndo pelos montes. (...) E a gente finge que tá caçando um monstro que tem lá cima.*”. Essa fala alinha-se com o argumento de Marques (2021) sobre a educação não-formal como um meio de desenvolver a imaginação e o pensamento crítico, da mesma forma com o objetivo do projeto de minorar a falta de atividades lúdicas e de oportunidades de socializar.

4.2. Influências e motivações na prática desportiva

A influência da família e as motivações para a prática desportiva foram elementos centrais nesta pesquisa. Os resultados revelaram que a família desempenha um papel significativo na participação desportiva dos alunos. Muitos alunos mencionaram familiares envolvidos em atividades desportivas, seja como praticantes, treinadores ou entusiastas, como se observa na fala de uma aluna: “*Meu pai joga num clube e a mãe também tinha sempre... Já jogou como o meu pai.*”. Essa conexão familiar desempenha um papel fundamental no apoio à participação dos alunos nos projetos desportivos e no desenvolvimento de seu interesse pelo desporto. Estudos anteriores corroboram essa influência positiva da família na participação desportiva dos jovens (Marivoet, 1997; Paulos *et al.*, 2012).

O futebol (ou futsal, neste caso), como desporto nacional, desempenhou um papel importante na escolha do projeto, refletindo a profunda paixão e identidade cultural de Portugal associada a esse desporto, conforme os relatos dos alunos sobre jogar e também praticar futebol fora da escola, nas ruas e bairros: “*Às vezes eu jogo no bairro (da Giesta) aqui em cima.*” e “*Jogar, eu jogo na... na minha casa, fora do prédio. (...) com os meus primos, eu vou sempre lá todos os sábados.*”. A socialização por meio do futebol também se alinha com as ideias de Costa (1992), que destaca o desporto como um espaço onde os valores sociais são transmitidos e internalizados. Através do

futebol/futsal, os alunos têm a oportunidade não apenas de aprimorar suas habilidades físicas, mas também de aprender sobre cooperação, respeito e *fair play*, aspetos fundamentais para uma participação ativa em uma sociedade diversificada.

A motivação para participar em projetos desportivos, especificamente no projeto de Futebol para Cidadania, mostrou-se multifacetada. A pesquisa destacou que a motivação dos alunos era alimentada pela necessidade de uma oferta desportiva mais ampla e lúdica, bem como pela motivação extra que o desporto proporciona em relação às aulas tradicionais. Conforme explica um aluno: “*Porque como eu nunca tinha treinado em lugar nenhum e eu não tinha uma chance agora de ir p’ra algum porque minha mãe ainda estava com pouco dinheiro e esse aqui (projeto) não precisava pagar e eu também gostava de jogar muito bola e eu não tinha amigo aqui, eu não saía de casa, só vinha p’ra escola, então...*”. Para outra aluna, a relação próxima com o técnico foi importante: “*Eu já tinha convivido com você (autor) durante um ano, entende? E já conhecia você.*”. Para além disso, um projeto deste género pode ajudar na relação e perspectiva sobre a escola, conforme partilha do professor de Educação Física: “*Tudo bem, que a parte educacional, as aulas são fundamentais, no crescimento deles, ok, mas o que é que os vai ligar à escola? Tem que se motivar, tem que se motivar para... precisam ter uma motivação extra.*”.

4.3. Futebol para Cidadania: benefícios psicossociais e aprendizagens

Como explicado no ponto 1, os encontros do projeto consistiam em atividades pedagógicas e jogos de futsal. Para o estudo, era importante compreender os efeitos do projeto na promoção das competências socioemocionais e identificar os saberes e competências adquiridos pelos alunos durante a participação no clube.

As respostas dos alunos destacaram a compreensão de como a prática desportiva contribui para o seu bem-estar geral. Eles reconhecem a relação entre a atividade física e a saúde, evidenciando os benefícios físicos, como um estilo de vida ativo e melhor forma física. A resposta de uma aluna corrobora: “*Tipo, p’ra mim fazer esportes me ajuda mais a ficar mais calma, a ter mais controle do que eu faço e do que eu penso fazer. E tipo, ultimamente... Eu ‘tava me sentindo um pouco sozinha, tipo com depressão, né? Mas aí quando eu entrei no futsal, eu comecei a melhorar, a ter mais vontade de fazer as coisas e isso.*”. Isso está alinhado com as descobertas de Parada (2017) sobre como a participação em atividades desportivas pode promover o bem-estar emocional e a resiliência em jovens.

Além dos benefícios físicos e mentais, a pesquisa revelou os benefícios sociais do projeto. Os alunos aprenderam a trabalhar em equipa, a respeitar-se uns aos outros e a lidar com conflitos. Isso contribuiu para seu crescimento como indivíduos. A participação em atividades desportivas é vista como uma oportunidade para desenvolver habilidades sociais, promovendo a empatia, a cooperação

e o respeito pelos outros. Segundo o professor de Educação Física, o projeto se diferenciou neste sentido das iniciativas do Desporto Escolar: “*Nós temos o desporto escolar, e o desporto escolar não tem essa dinâmica. Não tem a dinâmica do teu projeto, não tem. Tem a parte desportiva, tudo bem, nós temos algum tempo, criamos ligações com os miúdos, mas não tem o mesmo foco, não tem o mesmo objetivo. E não tendo mesmo objetivo, os resultados nunca são os mesmos. Mesmo ensinando as regras, mesmo ensinando a parte competitiva e o saber lidar com a frustração. Falta depois aquela parte social, aquela parte de verem-se crescerem como pessoas.*”. Esta visão alinha-se, por um lado, e se contrapõe, por outro, com um estudo sobre o contributo dos Jogos Desportivos Escolares no processo sócio-desportivo de crianças e jovens em idade escolar, onde verificou-se o favorecimento do processo de socialização e da formação de novas amizades (Simão *et. al*, 2016).

Com relação aos saberes e competências adquiridos, explorou-se principalmente nas entrevistas quais aprendizagens os alunos levaram por meio das atividades pedagógicas.

4.3.1. Autoconhecimento e Inteligência Emocional

O projeto concentrou-se inicialmente na individualidade dos alunos, posteriormente introduzindo temas sobre o grupo. Os temas do autoconhecimento e da inteligência emocional foram abordados nas primeiras semanas. Algumas menções dos alunos indicam um aumento na consciência de si mesmo e de suas emoções, o destaque para a importância de gerir as emoções e evitar reações violentas, procurar ajuda e aliviar o estresse, enfatizando a gestão emocional como chave para o autoconhecimento, assim como a empatia. É o caso da fala de uma aluna: “*Sobre as nossas emoções. (...) Bem, o que eu aprendi lá é que nós devemos aprender a controlar as nossas emoções, seja qual for o momento ou circunstância, nós devemos sempre... controlar as nossas emoções, se estivermos nervosos. Não é para nós descontarmos em outras pessoas, mas sim, procurar ajuda, conversar e aliviar o estresse, se estivermos tristes. É só fazer aquilo que nós gostamos que nos deixa mais felizes, e não ficar tristes.*”.

No entanto, o diário do investigador indicou que ainda há desafios, principalmente na gestão emocional durante as práticas desportivas, com alunos demonstrando comportamentos instáveis, frustrações e raiva: “*A gestão emocional durante as partidas é muito fraca, os alunos apresentam comportamentos instáveis ao longo das situações de jogo, não conseguindo conter suas frustrações e raivas.*” (Diário de campo, semana 18). Foram implementadas soluções, como o uso do cartão branco para incentivar o *fair play*, que mostrou melhorias, mas a continuidade do projeto é considerada essencial para consolidar o aprendizado.

As respostas dos alunos sugerem que o projeto não apenas promoveu o desenvolvimento de competências de autoconhecimento e inteligência emocional, mas também demonstraram como essas competências podem ser aplicadas na vida cotidiana dos alunos. Assim, projetos sócio-desportivos

podem contribuir para o bem-estar emocional e social dos alunos, ajudando-os a compreenderem-se a si mesmos e aos outros, e a responder de forma mais eficaz às situações que enfrentam.

4.3.2. O Ensino Superior e os modelos de referência no futebol

A atividade "Jogadores de Futebol que Foram para a Universidade" desempenhou um papel fundamental no projeto, proporcionando aos alunos uma visão inspiradora sobre a combinação do Ensino Superior com uma possível carreira no futebol. Durante essa atividade, exemplos de jogadores de futebol que também concluíram cursos universitários foram apresentados, destacando a ideia de que educação e desporto podem coexistir e até se complementar.

A Teoria da Aprendizagem Social de Bandura (1986) suporta a discussão dos modelos de comportamento, enfatizando que exemplos de indivíduos bem-sucedidos podem ser poderosos impulsionadores para inspirar os alunos a considerarem oportunidades educacionais. Alguns dos pontos trazidos pelos alunos mencionaram que a atividade promoveu a ideia de que o Ensino Superior não é mutuamente exclusivo de uma carreira no desporto e como uma oportunidade para entenderem as suas aspirações futuras e expandir as suas opções, contribuindo para o desenvolvimento de uma perspectiva de futuro mais informada e consciente, conforme diz uma das alunas: “*Ah, foi da vossa universidade, isso. (...) É p’ra nós sabermos aquilo que nós queremos ser no futuro e nos ajudar a ter mais escolhas.*”.

No contexto global, as desigualdades no acesso ao Ensino Superior são uma preocupação significativa, com disparidades acentuadas entre países de baixa e alta renda. Segundo dados do Relatório de Monitoramento Global da Educação da UNESCO de 2020, apenas cerca de 38% dos jovens em países de baixa renda têm acesso ao ensino superior, em comparação com 74% em países de renda alta. Em Portugal, dados do Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) mostram que, em 2019, apenas cerca de 35% dos jovens de famílias com baixo nível educacional matricularam-se no ensino superior, enquanto a taxa de matrícula para jovens de famílias com níveis educacionais mais elevados foi significativamente maior, aproximando-se de 80%.

Atividades deste género são uma ferramenta valiosa na promoção do Ensino Superior como uma opção viável para os alunos, e abordam a desigualdade educativa, ressaltando a importância de informar e motivar os alunos, especialmente aqueles inseridos em comunidades sub-representadas, a buscar o Ensino Superior como uma maneira de superar barreiras sociais e económicas. As respostas dos alunos demonstram a importância dessa atividade para a revisão de suas expectativas em relação a uma carreira no futebol e a compreensão de como a educação superior pode ser uma escolha valiosa. Isso é especialmente significativo, considerando as desigualdades no acesso ao Ensino Superior, tanto em escala global, como em Portugal.

4.3.3. Interculturalidade

A Interculturalidade é um tema de crescente relevância no contexto escolar contemporâneo, especialmente em sociedades caracterizadas pela crescente diversidade cultural e étnica. Este tema é uma realidade nas escolas, onde estudantes de diferentes partes do mundo se encontram, trazendo consigo identidades culturais únicas. Não apenas a Escola Marques Leitão, mas o próprio projeto contava com alunos de diferentes nacionalidades e, assim, procurou-se abordar a questão da interculturalidade de uma forma saudável e atrativa para os alunos, aproveitando o contexto do Mundial de Futebol 2022.

A realização de um *quiz* com perguntas sobre curiosidades das culturas dos países participantes permitiu aos alunos aprender sobre diferentes culturas, compartilhar experiências e construir pontes de compreensão e respeito mútuo. A interação diária com colegas de diferentes origens culturais desempenhou um papel crucial na promoção da interculturalidade no ambiente escolar, desafiando estereótipos, celebrando diferenças e cultivando empatia. Isso se observa na fala de um aluno: “*Na Índia... tipo lá, o [nome] (aluno participante) falou comigo que ele não come vaca, nem peixe, não come carne. Por isso que ele na hora do almoço ele só come batata ou arroz.*”.

Além disso, o contexto desportivo foi destacado como uma linguagem comum em ambientes multiculturais. O envolvimento em atividades desportivas, independentemente da origem cultural, língua materna ou bagagem étnica, permitiu que os participantes compartilhassem o interesse em comum pelo desporto, superando barreiras culturais e linguísticas de maneira orgânica. O desporto não só promoveu conexões sociais, mas também proporcionou um senso de pertença, sendo uma ferramenta valiosa para combater a desigualdade.

Também, estudos como de Filho (2011) e Marivoet (2014) destacam que a participação em atividades desportivas promove habilidades como liderança, trabalho em equipa, resolução de conflitos e autoconfiança. Essas competências são essenciais para a integração bem-sucedida na sociedade hospedeira e para a obtenção de melhores oportunidades de educação e emprego.

4.3.4. Igualdade de género e o futebol misto

As atividades pedagógicas relacionadas à igualdade de género desempenharam um papel fundamental na promoção da conscientização sobre a importância da igualdade entre meninos e meninas, inclusive no contexto desportivo. Ainda neste contexto, investiga-se como o futebol misto, que envolve meninos e meninas jogando em equipas conjuntas, influencia a percepção das crianças sobre as diferenças de género, bem como os desafios e benefícios dessa prática. Os resultados das atividades destacam a relevância da educação não-formal como uma ferramenta poderosa para

desconstruir estereótipos de género e abordar as desigualdades entre os sexos.

Nas entrevistas, os alunos ressaltaram a importância de garantir que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades, independentemente do seu género. A disparidade salarial entre homens e mulheres foi abordada, destacando a necessidade de igualdade salarial. Como enfatiza um dos alunos: “*Igualdade género. (...) Os homens deviam receber a mesma coisa que as mulheres, salário.*”. Suas palavras ecoam as conclusões do trabalho de Dias (2007), que analisa as desigualdades de género no contexto familiar e de trabalho, destacando a persistência de estereótipos e desigualdades salariais, sendo o reconhecimento dessas desigualdades um passo fundamental para a mudança.

A conscientização sobre a violência de género emergiu como outra preocupação dos alunos, por exemplo na fala de outro aluno: “*Não baterem nas mulheres. Respeitar as mulheres.*”. Eles ainda destacaram situações em que as mulheres são impedidas de realizar atividades devido ao controlo exercido pelos maridos, ressaltando a importância de não bater nas mulheres e de respeitá-las. Essa consciencialização é fundamental para promover a igualdade e contribuir para uma mudança cultural.

Além disso, os alunos aprenderam que ambos os géneros são igualmente capazes de realizar as mesmas tarefas e atividades. Segundo afirmação de uma aluna: “*Eu gosto da igualdade de género. (...) Porque as raparigas também podem fazer coisas que os rapazes fazem. Sim. Não é só os rapazes que são mais fortes, conseguem as coisas mais rápido que as raparigas, as raparigas podem fazer as mesmas coisas que eles podem fazer.*”. Isso é particularmente relevante no contexto do desporto, onde as meninas têm a oportunidade de jogar futebol/futsal, desafiando a ideia de que certas atividades são exclusivas para um género. Como Marivoet (2014) argumenta, atividades como o desporto podem ajudar a desconstruir estereótipos prejudiciais sobre o que é apropriado para cada género, promovendo uma visão mais igualitária da sociedade.

No entanto, algumas crianças reconhecem discrepâncias percebidas nas áreas emocionais. Muitos meninos tendem a adotar uma abordagem mais competitiva, enquanto várias meninas veem o jogo como uma oportunidade para diversão e socialização, como diz uma aluna: “*Mais ou menos, o menino é mais bruto, a menina é mais... ‘Ah, estou a perder, mas não faz mal’, tipo...*”. Ainda, algumas crianças também expressaram visões mais tradicionais, sugerindo que as meninas não são tão boas quanto os meninos no futebol, o que pode ser influenciado por estereótipos de género. No entanto, quando instigados a refletir mais profundamente, reconhecem que, se as meninas se esforçarem, podem ter sucesso no desporto. Assim, um dos alunos partilha: “*Se as meninas esforçassem... bem, eu nem sei quanto se esforçam... mas se esforçassem o mesmo e conseguiriam o mesmo.*”.

Autores como Parada (2017) examinaram as dinâmicas de género no desporto, incluindo o futebol, e enfatizaram a necessidade de criar espaços desportivos inclusivos e equitativos. A questão de dividir meninos e meninas em grupos separados foi debatida entre os alunos. Alguns apoiam a

ideia de grupos exclusivos para meninas, argumentando que isso pode criar um ambiente onde as meninas se sintam mais à vontade e empoderadas para jogar. Uma das alunas justifica: “*Sim, muito. (...) Porque as raparigas... porque eu sou rapariga e aí com outras acho que estava melhor eu me sentia tão... (...) Os rapazes ficam só com eles, com os grupinhos deles e assim com as raparigas todas elas.*”. No entanto, outros defendem o futebol/futsal misto, argumentando que isso promove a igualdade de género no desporto e desconstrói estereótipos, conforme fala de outra aluna: “*Não. Porque p’ra mim, tipo, jogar só com meninas não vai ser divertido. Tem que ser tipo, meninos e meninas. P’ra ter mais... não sei, p’ra ter mais vontade de ir, tipo, p’ra ser mais divertido. P’ra estar com todos no caso, não é? P’ra ser igualdade de género, tipo, não faz sentido ter só de meninas.*”.

Em resumo, o projeto "Futebol para Cidadania" desempenhou um papel importante na promoção da igualdade de género no desporto. As crianças envolvidas no projeto têm uma compreensão crescente e reconhecem a importância de criar um ambiente esportivo inclusivo. A discussão sobre dividir meninos e meninas em grupos separados reflete diferentes perspectivas sobre como alcançar a igualdade de género no desporto, reconhecendo que ambas as abordagens têm vantagens e desvantagens significativas. Esses resultados demonstram que a educação não-formal, apoiada pelo desporto, é uma ferramenta eficaz na promoção da igualdade de género e na desconstrução de estereótipos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

4.4. O impacto do projeto no comportamento e conflitos entre alunos

Segundo a análise, o projeto teve um impacto positivo no comportamento dos alunos, de modo que as atividades pedagógicas e desportivas desempenharam um papel fundamental na promoção de competências comportamentais e na gestão construtiva de conflitos entre os alunos.

A coordenação da escola registou uma diminuição significativa nas visitas à coordenação devido a comportamentos inadequados, o que sugere que as atividades do projeto efetivaram num comportamento mais adequado e responsável. Ela aponta: “*De uma maneira geral acho que a maioria deles deixam de ter aquela frequência na coordenação que tinham, que era quase semanalmente, iam à coordenação, tinham um tipo de comportamento menos adequado e agora acho que este ano esses alunos deixaram de o fazer.*”.

O projeto também desenvolveu a empatia entre os alunos, ajudando-os a compreender que os outros também podem enfrentar problemas que afetam seu comportamento. O desporto é uma plataforma valiosa para o desenvolvimento dessas habilidades comportamentais, além de ensinar respeito e colaboração. A estagiária de Educação Social argumenta: “*Nota-se que já não têm tanto conflito entre eles, um dos outros, mesmo no futebol, nas frustrações que eles sentem. Porque o André dá aquele cartão branco, então eles querem aquele cartão branco, porque... pronto. É um pouco*

lutar por algo que lhes vai criar atenção, que estas crianças também... dá para perceber que não têm atenção.”.

Embora o projeto tenha tido um impacto positivo na redução da violência escolar e na promoção de competências socioemocionais, os alunos ainda relataram situações de conflito. Como explica um aluno: *“Tem quando ah... o [nome do aluno]... ele disse, ‘És uma merda’.. Gritou isso três vezes na minha cara porque eu não tinha defendido um gol. Ok, é aquela coisa que também... os teus colegas às vezes ficam um bocadinho... é, é por isso que eu estou.. me preocupo a não fazer asneiras.”.* Isso é entendido à luz do desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos, bem como do contexto socioeconómico em que vivem. Como mencionado por Gohn (2007), o contexto também desempenha um papel significativo na promoção da violência e da desigualdade. Crianças que crescem em comunidades subdesenvolvidas muitas vezes estão expostas a condições de vida desfavoráveis, incluindo falta de acesso a recursos e modelos positivos de referência.

No entanto, dentro daquilo que foi possível analisar, o projeto contribuiu para a redução dos conflitos e para o desenvolvimento das competências socioemocionais dos alunos. Eles aprenderam a autorregular emoções, a lidar com a frustração e a trabalhar em equipa. Em última análise, o projeto ilustra como a educação não-formal, apoiada pelo desporto, é uma ferramenta eficaz na promoção de valores positivos, competências comportamentais e na gestão construtiva de conflitos. Além de melhorar o desempenho académico, o projeto visava moldar indivíduos responsáveis, respeitosos e preparados para enfrentar os desafios da vida de maneira construtiva.

5. Integração e socialização: o papel do projeto na comunidade escolar

A integração, o sentido de pertença e as conexões estabelecidas entre o projeto e a escola são aspectos essenciais para compreender como a educação não-formal e as atividades desportivas podem afetar a vida dos alunos, além de explorar a relação entre o projeto e a comunidade. Ao questionar os alunos sobre o seu relacionamento com outros participantes e pessoas envolvidas no projeto, foi possível constatar a forma como o projeto contribuiu para a integração e a socialização dos alunos.

Em primeiro lugar, os alunos destacaram que o projeto teve um impacto altamente positivo na promoção da socialização e na formação de novas amizades. Muitos alunos mencionaram ter feito novos amigos como resultado da sua participação no projeto. Além disso, o projeto parece ter contribuído para a integração de alunos recém-chegados à escola, mostrando como atividades não-formais e desportivas podem promover a inclusão social. Como se observa na partilha de um aluno de 5º ano: *“(Ajudou) A adaptar-me. (...) Porque no caso que eu não ia conhecer ninguém e com o projeto eu conheci várias pessoas.”.* Isso realça o papel fundamental da educação não-formal e do desporto como ferramentas de integração, oferecendo oportunidades para jovens que podem não se

sentir completamente integrados no ambiente escolar tradicional (Marques, 2021).

Uma observação relevante é que os próprios alunos desempenharam um papel ativo na promoção da integração, convidando outros a se juntarem ao projeto, conforme diz um aluno: “*Ele (colega) só começou a ir porque eu fui chamar ele. Falei: ‘fala com seu pai p’ra ver se ele deixa’.*”. Isso demonstra como os jovens não são apenas beneficiários, mas também agentes de mudança na comunidade. Eles não apenas desfrutam da socialização, mas também contribuem para a expansão do projeto.

Essa oportunidade de socialização não só cria laços de amizade entre os alunos, como também promove uma relação mais estreita dos jovens com a escola. Como diz o professor de Educação Física: “*Porque eles ligam os miúdos à escola. São neste tipo de atividades que ligam os miúdos à escola. Que eles se passam a identificar. (...) Quando eles dizem, esta é a minha escola, eles identificam-se com tudo aquilo que se passou, com as pessoas, com o que passaram na vida deles. (...) E esta mensagem, e eles perceberem que a escola é um porto seguro, é um porto em que eles vão ganhar uma base para o resto da vida, quer a nível de conhecimento, quer a nível de ligações.*”. A escola se torna um porto seguro, e os alunos passam a se identificar com ela, o que é fundamental para o seu sucesso académico e desenvolvimento pessoal.

Outro aspeto abordado pela investigação foram os eventos comunitários realizados como parte do projeto Futebol para Cidadania. Esses eventos tinham o objetivo de fortalecer os laços entre as famílias, alunos e a escola, promovendo a integração comunitária. Eles ocorreram duas vezes ao longo do ano letivo e contaram com a presença de familiares, funcionárias da escola, representantes da comunidade e membros da administração escolar.

Esses eventos desempenham um papel fundamental na construção de parcerias efetivas entre a escola e a comunidade. Eles demonstram que a escola valoriza a participação ativa dos pais e da comunidade, mostrando que a educação é uma responsabilidade compartilhada. Os eventos criaram um ambiente onde a comunidade se sentiu valorizada e parte integrante do processo educativo, o que, por sua vez, pode contribuir para a redução da violência e desigualdade (Mota & Lopes, 2017).

As respostas obtidas durante as entrevistas e o *focus group* indicaram que esses eventos tiveram um impacto significativo nos participantes, tanto nos alunos quanto nos seus familiares, como se observa na fala de uma aluna: “*Eu achei divertido, nós vemos com os nossos pais e... jogarmos com eles.*”. Isso não só fortalece a autoestima dos alunos, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia e comunicação. O presidente da Associação de Pais também partilha: “*Mas sim, eu também acho que esta parte de envolver os pais... ajuda a comunidade. E... mas a questão é uma coisa, é que... estes projetos que tragam os pais à escola, eu não digo que são os interessados, mas digo que são os pais que estão mais atentos, que vêm à escola, participam nestes projetos, vão transmitir a outros pais.*”.

O envolvimento dos pais e da comunidade é fundamental para programas de educação compensatória que visam atender às necessidades específicas dos alunos em contextos subdesenvolvidos. Essa abordagem reconhece que a educação não se limita às salas de aula, mas é um processo que envolve toda a comunidade escolar e local.

6. Inclusão e desporto: lições aprendidas e recomendações futuras

Após uma análise abrangente do projeto Futebol para Cidadania na Escola EB 2,3 Marques Leitão do Agrupamento de Escolas de Valbom durante o ano letivo 2022/2023, várias conclusões e recomendações surgem para orientar o futuro de projetos e investigações sobre inclusão social e desporto.

- **Relevância da Educação Compensatória:** o projeto demonstrou ser uma iniciativa altamente relevante no contexto da educação compensatória. Este projeto ofereceu oportunidades valiosas para os alunos que enfrentavam desafios académicos e socioeconómicos significativos. Além de promover a educação não-formal e a aprendizagem através do desporto, atuou como um catalisador para o desenvolvimento de competências socioemocionais.
- **Desenvolvimento de competências socioemocionais:** o projeto ajudou os alunos a desenvolver competências socioemocionais, como o autoconhecimento, a inteligência emocional e a gestão de conflitos. Isso é essencial para seu sucesso académico e pessoal. A abordagem educacional não-formal, ao combinar atividades desportivas e pedagógicas, mostrou-se eficaz na promoção dessas competências.
- **Promoção de hábitos de vida saudáveis:** além das dimensões educacionais e socioemocionais, o projeto contribuiu para a promoção de hábitos de vida saudáveis, incluindo a atividade física e a alimentação equilibrada, que são cruciais em contextos desfavorecidos.
- **Socialização e bem-estar dos alunos:** o projeto proporcionou oportunidades valiosas para a socialização entre pares, criando um ambiente onde os alunos puderam brincar, desfrutar da companhia de amigos e, assim, promover seu bem-estar emocional e psicológico.
- **Promoção da igualdade de género:** o futebol misto desempenhou um papel importante na promoção da igualdade de género ao desafiar estereótipos arraigados e promover uma cultura de igualdade e respeito entre meninas e meninos. Os alunos demonstraram apoio à ideia de jogar em conjunto, independentemente do género, e aprenderam sobre a importância da igualdade de género.

- **Eventos comunitários para integração:** os eventos comunitários representaram oportunidades valiosas para a integração e socialização dos alunos, conectando a escola com a comunidade circundante e fortalecendo os laços entre a escola e as famílias.
- **Desafios na participação dos professores e funcionários:** a falta de envolvimento ativo dos professores e funcionários da escola foi um desafio significativo. A participação desses profissionais é essencial, não apenas como educadores, mas também como modelos e mentores.

Com base nestas conclusões, pode-se também indicar algumas recomendações, como por exemplo a continuidade de projetos deste âmbito. As vozes dos próprios alunos, que expressaram o desejo de que o projeto Futebol para Cidadania continuasse, devem ser ouvidas e consideradas com seriedade pelas partes interessadas. A continuidade é essencial para consolidar as aprendizagens dos alunos. Para além disto, a recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos deve ser usada para avaliar o impacto do projeto a longo prazo. Isso permitiria uma compreensão mais profunda do seu efeito e ajudaria a identificar áreas que podem ser aprimoradas. Estudos longitudinais que acompanhem o progresso dos alunos ao longo de vários anos podem fornecer *insights* mais abrangentes sobre o impacto do projeto a longo prazo.

Outra sugestão é desenhar projetos com foco em temas específicos, que sejam considerados importantes e relevantes no contexto considerado, como igualdade de género, educação financeira, cidadania ativa e saúde mental. Isso permitiria que os alunos adquirissem conhecimentos práticos relacionados com questões relevantes. Por outro lado, para abordar questões de inclusão social de forma abrangente, seria importante realizar pesquisas específicas com públicos que historicamente foram marginalizados ou enfrentaram desafios únicos, como por exemplo o caso de imigrantes e refugiados ou jovens de casas de acolhimento.

Finalmente, de modo a avançar na área da inclusão social através do desporto, poderia ser interessante construir uma metodologia multidisciplinar incluindo contributos da Sociologia, da Pedagogia, da Psicologia e do Desporto, trazendo diversas perspetivas e *insights* valiosos. Desenvolver métodos de execução e avaliação de desempenho que vão além das habilidades físicas e desportivas poderão fornecer uma compreensão mais completa dos resultados e impactos do desporto na inclusão social.

Referências bibliográficas

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALBOM (2016), *Projeto Educativo*.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALBOM (2018), *Plano Plurianual de Melhoria*.

- RIES, André (2023), “Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 87 - 110
- BANDURA, Albert (1986), *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*, New Jersey, Prentice-Hall.
- BERG, Andrew; OSTRY, Jonathan (2011), *Inequality and Unsustainable Growth: Two Sides of the Same Coin?*, International Monetary Fund Staff Discussion Note.
- BORBA, Andreilcy; LIMA, Herlander (2011), Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n° 106, pp. 219-240, [em linha]. [consultado a 12.OUT.2023]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura”, in M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs.), *Escritos de Educação*, Petrópolis: Vozes.
- CALLOIS, Roger (1958), “Man, Play and Games”, in K. Salen & E. Zimmerman (Eds.), *The Game Design Reader, A Rules of Play Anthology* (pp. 123-155), Cambridge/London: The MIT Press.
- CLARO, Vanessa (2016), *Percursos de jogadores de futsal portugueses: uma pesquisa sobre socialização*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- COSTA, António. (1992), “Desporto e análise social”, *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Série I, 02, 101-109 [consultado a 30.OUT.2023]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6671.pdf>.
- CRESWELL, John (2014), *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.), California, Sage Publications.
- DIAS, Isabel (2007), “Família e trabalho feminino: o género das desigualdades”, *Revista ex aequo*, 15, pp. 149-166. Local: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [em linha]. [consultado a 25.OUT.2023]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25432>
- DIAS, Isabel (2010), “Estruturas Familiares e Desigualdades Educacionais: O Caso Português”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, (62), 109-125.
- FERREIRA, Francisco (2017), *Processos Identitários no Desporto: o caso específico do Futebol de Praia*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FILHO, Delcivaldo (2011), *A importância dos projetos sociais desportivos na sociedade brasileira – Análise do projeto Riacho Doce, Belém-Pará, Brasil*, Tese de Mestrado em Ciências do Desporto especialização em Gestão Desportiva, Porto, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.
- FLICK, Uwe (2009), *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.), Porto Alegre: Artmed
- FRANÇA, Ricardo (2020), *Inclusão, Desporto e Deficiência*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- RIES, André (2023), “Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 87 - 110
- FREITAS, Clara. (2000), *O Significado Social do Desporto nas Classes Sociais: uma análise do fenómeno*, Tese de Doutoramento em Ciências do Desporto, Porto, Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.
- GOHN, Maria da Glória (2007), “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas”, *Educação & Sociedade*, 28(100), 1083-1101.
- HAMMERSLEY, Martyn; ATKINSON, Paul (2019), *Ethnography: Principles in practice*. Routledge.
- HUIZINGA, Johan. (2000), *Homo Ludens* (4^a ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- JUNIOR, Reinildo *et al.* (2014), *Inclusão Social Através do Desporto. Estudo do Programa "Pintando a Liberdade e Cidadania", em Feira de Santana, Bahia – Brasil*. Licere, Belo Horizonte, 17(3).
- KRUEGER, Richard; CASEY, Mary Anne (2000), *Focus groups: A practical guide for applied research* (5th ed.), California, Sage Publications.
- LOPES, João Teixeira (2000), *Tristes escolas: conclusões de um estudo sobre práticas culturais estudantes*, Oeiras, Celta Editora
- LOPES, João Teixeira (2012), *Escolas singulares: estudos locais comparativos*, Porto, Edições Afrontamento.
- PEREIRA, Antonino (2010), “O sentido (pedagógico) do desporto”, *Revista da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto*, 1(1).
- MARIVOET, Salomé (1997), “Dinâmicas sociais nos envolvimento desportivos”, *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, 23, 101-113.
- MARIVOET, Salomé (2014). *Inclusão social no desporto. Contributos para uma nova área de investigação*, in Congresso Português de Sociologia, VIII, Évora, 2014 - 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas (pp. 1-12).
- MARIVOET, Salomé; RAMALHO, Vanda (2018), *Estudo de Avaliação do Projeto socio desportivo 'Bola Pr'a Frente E6G' no Bairro Padre Cruz em Lisboa*, in 5º Congresso Nacional de Serviço Social - Serviço Social e Desenvolvimento Humano.
- MARQUES, Tânia (2021), *Contextos não formais e informais: recursos educativos a explorar com crianças dos 3 aos 6 anos*, Tese de Mestrado em Educação Pré-Escolar, Coimbra, Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra.
- MINAYO, Marília Cecília (2010), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (12^a ed.), São Paulo: Hucitec.
- MOTA, Graça; LOPES, João Teixeira (Eds.). (2017), *Crescer e Tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.
- PARADA, Luciano (2017), *Género e Identidades no futsal português*, Tese de Mestrado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

RIES, André (2023), “Futebol para Cidadania: um projeto de intervenção social através do desporto”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 87 - 110

PAULOS, Ana *et al.* (2012), *Bola Social, Futebol de Rua: Manual de Recurso Bola P'ra Frente*. Associação Nacional de Futebol de Rua.

SIMÃO, Paulo, SAAVEDRA, Francisco; GONÇALVES, Francisco (2016), O contributo dos jogos desportivos escolares no processo sócio-desportivo de crianças e jovens em idade escolar. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu.

UNESCO (2020), *Global Education Monitoring Report 2020: Inclusion and Education – All means all*. UNESCO Publishing.

Websites consultados

European Commission. (s.d.). *Social Inclusion*. <https://sport.ec.europa.eu/policies/sport-and-society/social-inclusion>

Instituto Nacional de Estatística (INE), Portugal. (2020). Education Statistics. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

ONU. (2020). *Desigualdade sobe para mais de 70% da população global, mas pode ser combatida*. [Artigo]. <https://news.un.org/pt/story/2020/01/1701331>

Starn, O. (s.d.). Sports and Society. Coursera. <https://www.coursera.org/learn/sports-society>

André Ries Xavier Pereira. Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Telefone: 919755742. Endereço para correspondência: Rua Luís de Camões 908 3º, 4420-490 Valbom, Portugal. E-mail: andre.ries@hotmail.com

Artigo recebido a 9 de novembro de 2023 e aceite a 12 de janeiro de 2024.

Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital

Francisco Manuel Moreira da Silva Fontes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Resumo

Os influenciadores digitais influenciam a intenção de compra de bens e serviços e atuam como mediadores ou (re)produtores das mais variadas ideologias. Ao alcançarem um amplo espectro populacional, disseminam crenças, valores e representações e moldam as atitudes e comportamentos das suas audiências em múltiplas esferas da vida social. Através de uma incursão teórico-empírica a estudos de várias áreas das ciências sociais, sugerem-se algumas pistas analíticas relacionadas com as estratégias simbólico-ideológicas mobilizadas por estes indivíduos nas suas práticas.

Palavras-chave: Influenciadores digitais, mediadores, ideologias

Digital influencers: the new symbolic-ideological mediators of the digital age

Abstract

Digital influencers influence the intention to buy goods and services and act as mediators or (re)producers of the most varied ideologies. By reaching a broad spectrum of the population, they disseminate beliefs, values and representations and shape the attitudes and behaviour of their audiences in multiple spheres of social life. Through a theoretical-empirical foray into studies from various areas of the social sciences, we suggest some analytical clues related to the symbolic-ideological strategies mobilised by these individuals in their practices.

Keywords: Digital influencers, mediators, ideologies

Les influenceurs numériques: les nouveaux médiateurs symbolico-idéologiques de l'ère numérique

Résumé

Les influenceurs numériques influencent l'intention d'achat de biens et de services et agissent comme médiateurs ou (re)producteurs des idéologies les plus variées. En touchant un large spectre de la population, ils diffusent des croyances, des valeurs et des représentations et façonnent les attitudes et les comportements de leurs publics dans de multiples sphères de la vie sociale. A travers une incursion théorique-empirique dans des études issues de différents domaines des sciences sociales,

nous proposons quelques pistes d'analyse relatives aux stratégies symbolico-idéologiques mobilisées par ces individus dans leurs pratiques.

Mots-clés: Influenceurs numériques, médiateurs, idéologies

Influenciadores digitais: los nuevos mediadores simbólico-ideológicos de la era digital

Resumen

Los influencers digitales influyen en la intención de compra de bienes y servicios y actúan como mediadores o (re)productores de las más variadas ideologías. Al llegar a un amplio espectro de la población, difunden creencias, valores y representaciones y moldean las actitudes y comportamientos de sus audiencias en múltiples esferas de la vida social. A través de una incursión teórico-empírica en estudios de diversas áreas de las ciencias sociales, sugerimos algunas pistas analíticas relacionadas con las estrategias simbólico-ideológicas movilizadas por estos individuos en sus prácticas.

Palabras clave: Influenciadores digitales, mediadores, ideologías

Introdução

Com o advento das tecnologias digitais e o surgimento da *Internet*, o informacionalismo instaurou-se enquanto paradigma económico que privilegia a produção da informação como bem comercial (Castells, 2002). Paralelamente, a *Web 2.0* permitiu o surgimento das redes sociais *online* e potenciou a emergência de novas formas de comunicação e relacionamento interpessoal, num contexto de digitalização da vida quotidiana (Fussey & Roth, 2020). Possibilitou, igualmente, que cada utilizador assumisse um duplo papel enquanto recetor/consumidor e criador/produzidor de informação. Desde que possua um dispositivo tecnológico com acesso à *Internet*, qualquer indivíduo passa não só a poder aceder, como publicar conteúdos *online* de forma independente. A ubiquidade do digital foi rapidamente percebida pelas empresas como uma excelente oportunidade para a obtenção de lucro (Teodoro *et al.*, 2019). Foi nesse contexto que surgiram os Influenciadores Digitais (ID), indivíduos que não só se destacam como intermediários privilegiados de processos comerciais com o público, utilizando as suas redes sociais para fins publicitários, como também enquanto mediadores das mais variadas ideologias de dominação social capitalista e representações de poder (Abidin, 2015; García *et al.*, 2016).

Este artigo começa por apresentar alguns dos fatores que potenciaram a emergência dos ID na contemporaneidade, bem como algumas das características inerentes às suas atividades. Segue-se uma discussão acerca do papel dos ID enquanto mediadores simbólico-ideológicos. Fazendo um particular enfoque nas ideologias da autenticidade, capitalistas neoliberais (particularmente, o empreendedorismo e auto empoderamento) e políticas que estes indivíduos veiculam nos conteúdos que produzem e partilham e nas suas práticas quotidianas, apresentam-se as principais conclusões de alguns estudos empíricos relacionados com estas problemáticas.

1. A emergência dos ID na era digital

As últimas décadas têm sido pautadas pela predominância de um capitalismo global associado a modelos industriais pós-fordistas, de comunicação em rede e do aumento dos regimes de trabalho e acumulação mais ‘flexíveis’ (Castells, 2002; O’Meara, 2019). A *Internet* foi legitimando e (re)forçando a sua presença e as redes sociais *online* foram conquistando cada vez maior relevância na vida quotidiana, trespassando a esfera comercial e passando a apresentar-se como montras publicitárias de bens e serviços (Sanz-Marcos *et al.*, 2021).

A era digital tem potenciado, igualmente, uma procura incessante de novos estímulos visuais. As imagens funcionam como (re)programadores subjetivos dos modos de vivência em sociedade e a linguagem imagética apresenta-se como uma representação abstrata do real, uma “nova forma de racionalidade imanente ao mundo humano: a digitalização da ideia como forma de o sujeito vivenciar a experiência social.” (Araújo, 2021, p. 477). A realidade social torna-se cada vez mais determinada pela ‘sensação’, pelo ‘espetacular’ ou ‘chamativo’. As relações sociais, desenvolvidas nas redes sociais *online*, logo, mediatizadas através de imagens e conteúdos visuais, atuam como ‘espetáculos’ repletos de inúmeras “ideologia(s) por excelência, (que) expõe(m) e manifesta(m) em sua plenitude a essência de todo o sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição, e negação da vida real.” (Debord, 1997, pp. 138-139). A título exemplificativo, a rede social *Instagram*, pela sua ênfase nos apelos visuais e estéticos, não só dota os utilizadores, sobretudo os ID, de competências fundamentais para a criação de autorretratos (que serão vistos por um alargado número de utilizadores), como também possui, por si só, uma capacidade persuasiva patente na lógica algorítmica (Abidin, 2018; Annisa, 2022).

Diante deste cenário, a ‘abertura de portas’ ao alcance e visibilidade de qualquer pessoa em ambiente digital potenciou o surgimento dos ID, indivíduos que divulgam bens e serviços nos seus perfis de redes sociais com o objetivo de influenciar a tomada de decisão de compra dos seus seguidores e que vislumbram um novo mercado de trabalho e novas possibilidades de emprego alinhadas com ‘carreiras digitais’ (McRobbie, 2002; Abidin, 2015; Oliveira, 2018). Ao invés de princípios argumentativos elaborados, a difusão e a intermediação ideológicas, na contemporaneidade, privilegiam a aparência e os conteúdos das imagens digitais (e as suas representações) como formas de restrição e persuasão dos indivíduos e das suas ações (Nichols, 1981; Araújo, 2021).

O trabalho dos ID constitui um ato performativo comercial e afetivo que não depende unicamente deles. Faz parte de uma rede, sendo coproduzido por outros públicos: os ID produzem e publicam os seus conteúdos, mas os empregadores, as marcas ou a imprensa dão-lhes visibilidade e

os seus seguidores colocam *likes*, escrevem comentários ou fazem partilhas desses conteúdos (Abidin, 2015; Ribeiro, 2021). Os ID são considerados ‘microcelebridades’ da *Internet*, uma vez que se tornaram populares nas redes sociais, não só através da divulgação de conteúdos patrocinados, mas também da partilha informal dos seus desabafos, pensamentos, vidas pessoais e experiências. Daí que a sua comunicação, contrariamente à da publicidade tradicional, seja mais autêntica e eficaz (Duffy, 2020).

Detentores de um forte capital social e cultural, estes indivíduos, pelas suas capacidades de seleção, controlo e transmissão da informação, têm sido igualmente associados a ‘líderes de opinião’ (Lazarsfeld, 1944; Bourdieu, 1986). Adotam práticas comunicativas que vão ao encontro de novos valores culturais que influenciam as representações sobre o consumo, sendo capazes de mobilizar um elevado número de seguidores habitualmente associado a nichos de mercado ou a grupos específicos da sociedade (Abidin, 2018; Araújo, 2021). Esta diluição das fronteiras entre os domínios pessoal e profissional reforça, por isso, a necessidade de os ID projetarem as suas imagens pessoais como marcas ou modelos empresariais (Khamis *et al.*, 2017). Através da construção de uma reputação positiva que lhes confira credibilidade e uma imagem pessoal com valor de troca para as empresas, os ID apresentam-se como ‘mercadorias’, num claro processo de ‘comodificação’ ou mercantilização do eu (Kapitan & Silvera, 2016; Karhawi, 2017).

2. Os ID como mediadores simbólico-ideológicos

As práticas levadas a cabo pelos ID permitem-nos pôr em prática o exercício de uma sociologia da mediação que sublinha o papel do social e, particularmente, dos ID, não enquanto ‘intermediários’ (transmissores passivos), mas como ‘meta-intermediários’ ou mediadores de informação. De facto, estes indivíduos não só traduzem conteúdos e significados, como também os (re)produzem, modificam e (re)criam, desempenhando um papel ativo nos processos comunicativos (Castells, 2002; Silverstone, 2006; Cardoso & Quintanilha, 2013). Os investigadores têm recorrido à sociolinguística, socio semiótica ou estudos críticos do discurso para compreenderem de que forma os ID recorrem à linguagem para elaborar determinado tipo de discursos culturais, repletos de significados sociais e simbólicos. Discursos eficazes e ‘poderosos’ que influenciam os indivíduos (seguidores) não apenas no domínio comercial, mas também nos planos social e cultural, na forma como estes se entendem a si mesmos e perspetivam os mundos sociais em que se inserem e que os rodeiam (Cardoso & Quintanilha, 2013; Teodoro *et al.*, 2019; Droz-dit-Busset, 2022). A influência social dos ID, decorrente da difusão das suas opiniões, valores, crenças, ideologias, representações, identidades, estilos de vida, atitudes e comportamentos, amplifica-se pelo facto de estes possuírem acesso direto ao *feedback* e opinião dos seus seguidores (através dos comentários às publicações, às

mensagens diretas ou às transmissões ao vivo, podem, em tempo real, adaptar as suas mensagens) (Parsons, 1963; Batista *et al.*, 2020; Arnesson, 2022). As fronteiras comerciais e profissionais inerentes às práticas dos ID são rapidamente ultrapassadas pela difusão de princípios ideológicos, económicos e capitalistas, tanto por parte das empresas com as quais estabelecem parcerias comerciais, como para interesses e benefícios próprios (Arnesson, 2022; Ortiz, 2022). Nas palavras de Arnesson (2022, p. 540), “personificando e promovendo um estilo de vida que é inspirador, aspiracional e profundamente ideológico”, os ID são considerados os novos mediadores ou (re)produtores simbólicos-ideológicos, por excelência, da era digital.

2.1. As ideologias da autenticidade

A autenticidade constitui uma estratégia fundamental para o trabalho comercial e ideológico dos ID. Embora esta competência remeta diretamente para princípios éticos e morais básicos (já que qualquer indivíduo deve, *à priori*, ser ‘verdadeiro’ consigo próprio e com o seu público), os ID apenas conseguem criar e manter, de forma consistente, uma marca pessoal forte, estável e ‘única’, se forem autênticos (Khamis *et al.*, 2017; Whitmer, 2021). Apesar de nem todos os ID serem capazes de cultivar ou manter uma personalidade autêntica, esta ‘forma de trabalho’ ideológica é determinante para que consigam estreitar a proximidade com os seus seguidores e promover outras ideologias específicas (Abidin, 2015; Wellman *et al.*, 2020; Arnesson, 2022). Enquanto figuras de grande poder persuasivo, os ID desempenham uma ‘performance de intimidade’ com os seus seguidores, estabelecendo conexões íntimas, personalizadas e de confiança e fazendo-os sentirem-se ‘únicos’ e ‘especiais’, logo, mais recetivos às mensagens e valores que transmitem (Giles, 2018). De facto, embora o trabalho de autenticidade dos ID possa parecer individualizado, este apenas se torna bem-sucedido se for codesenvolvido com os seus seguidores. Para Enli (2015), os ID e os seguidores estabelecem um ‘contrato de autenticidade’ assente em ‘ilusões de autenticidade’, em que ambas as partes concordam com um conjunto de convenções e técnicas subjacentes às práticas dos ID.

Para Shifman (2018), devem equacionar-se duas grandes dimensões ou tipos de autenticidade: a autenticidade externa, manifesta nos conteúdos publicados pelos ID, é avaliada pelos seus seguidores e/ou outros atores externos, que distinguem as informações ‘reais’ ou ‘falsas’ das suas práticas; a autenticidade interna privilegia a perceção da autenticidade por parte de cada ID e a capacidade interior de este ser ‘verdadeiro’ consigo próprio. Tal pressupõe uma coerência entre as suas afirmações, opiniões, atitudes e comportamentos e o seu lado ou ‘essência’ emocional e interior. A autenticidade interna parece ser alvo de maior preocupação por parte dos ID, já que o seu trabalho depende maioritariamente da autorrepresentação e marca pessoal (Arnesson, 2022).

No que diz respeito à autenticidade externa, os estudos empíricos sugerem que os seguidores percebem a autenticidade dos ID tendo por base uma construção multidimensional constituída por cinco elementos: sinceridade, transparência do patrocínio ou grau de envolvimento com as marcas, visibilidade (facto de exporem a sua vida privada), experiência ou perícia (conhecimento/domínio em relação ao produto) e singularidade/originalidade (distinção face aos outros) (Lee & Eastin, 2021). Numa pesquisa, que procurou identificar as estratégias discursivas, mobilizadas por quatro ID suecos, nas publicações patrocinadas por duas empresas privadas, Arnesson (2022) concluiu que estes, seja de forma consciente (ou não), personificam e promovem um estilo de vida inspirador, aspiracional e ideológico através do recurso a estratégias de autenticidade como a transparência (partilhando detalhes das suas vidas privadas e quotidianas), divulgação promocional (possuindo abertura em relação aos conteúdos que patrocinam) ou experiência pessoal (divulgando, apenas, produtos/serviços que apreciam e utilizam no dia-a-dia). A intimidade (cultivo de uma relação com os seguidores baseada na acumulação de narrativas pessoais e memórias partilhadas), a relacionabilidade e a consistência são estratégias que “contribuem para apresentar o influenciador, a marca parceira e os serviços que prestam de uma forma específica.” (Arnesson, 2022, p. 540).

McRae (2017) e Wellman *et al.* (2020) identificaram, nos seus estudos, outras características do trabalho de autenticidade dos ID. É o caso do profissionalismo e credibilidade (mantendo-se fiéis a si próprios e aos seus públicos), da coerência e consistência na ação e estilo (dos conteúdos, imagens e linguagem), da originalidade e espontaneidade dos conteúdos. Do ponto de vista discursivo, muitos utilizam um estilo conversacional informal ou um tom confessional convidativo a um diálogo entre amigos. Também a estética amadora das publicações, a manifestação de uma certa vulnerabilidade e a aparente produção de conteúdos que não obedece a um guião fixo/pré-estabelecido são outras das estratégias de promoção e reforço da autenticidade mobilizadas pelos ID.

Todavia, uma vez que desenvolvem práticas relacionáveis e íntimas com os seus seguidores em plataformas que remetem para locais de fantasia e escape da realidade, os ID podem, a certa altura, ser alvo de algum tipo de ‘crise’, ‘dilema’, ‘perda’ ou ‘confusão’ de autenticidade. Tal verifica-se quando os seguidores possuem consciência de que o desempenho da autenticidade dos ID se resume a um ato meramente performativo, uma prática ‘teatralizada’ ou ‘fabricada’. Nesses casos, os seguidores podem conseguir identificar a autenticidade política e promocional dos ID, exigindo-lhes responsabilidades e politizando as suas colaborações comerciais, conteúdos e publicações (Arnesson, 2022). Para analisar se os ID são, ou não, verdadeiramente ‘autênticos’, os seguidores articulam, (in)conscientemente, a transparência, solidez e consistência das publicações dos ID com as suas marcas pessoais e imagens públicas. Uma articulação que pode ser percebida

como ‘de marca’ (motivada por interesses económicos) ou simplesmente genuína (McRae, 2017; Primo *et al.*, 2021). De igual forma, para evitarem ‘beliscar’ a sua autenticidade, os ID utilizam, também, alguns mecanismos discursivos, optando por se referir a ‘colaborações’ com empresas/marcas, em vez de acordos comerciais ou publicitários (Banet-Weiser, 2012; Arnesson, 2022). Sempre que os imperativos económico-financeiros e éticos entram em conflito, rejeitam estabelecer parcerias comerciais ou divulgar produtos que não estejam alinhados com a sua marca pessoal e tipos de conteúdos, princípios e valores (Duffy, 2020; Wellman *et al.*, 2020).

Incidindo particularmente sobre a autenticidade interna (ou autopercebida) dos ID, Balaban & Szabolics (2022), na sua pesquisa sobre a forma como os ID definem e percebem o papel da autenticidade na sua profissão, apuraram, desde logo, que a sua profissionalização não exclui a sua autenticidade, e verificaram a existência de três níveis ou componentes de autenticidade. São eles: a autenticidade da fonte (autoconsciência autêntica), que remete para a sinceridade, especialização ou domínio/conhecimento da marca e dos produtos, singularidade/diferenciação e compromisso com os próprios valores; a autenticidade da mensagem (autoexpressão autêntica), que inclui a visibilidade, estilo de comunicação coerente, apoio transparente e criativo à marca e espontaneidade; e a autenticidade da interação (autoconsciência e autoexpressão autênticas), que resulta da proximidade/compromisso com os seus seguidores, respondendo constantemente às suas perguntas, publicando conteúdos e interagindo com eles.

2.2. As ideologias neoliberais: o empreendedorismo e o auto empoderamento

Atendendo às suas características históricas e múltiplas dimensões, o neoliberalismo afigura-se um conceito ideológico de elevada complexidade, podendo ser entendido, em traços gerais, como um sistema económico impulsionador da mercantilização e do consumismo, assente num mercado ‘livre’ expansível aos mundos público e privado (Archer, 2019).

Nos últimos 30 anos, a economia política do trabalho, no cenário do capitalismo neoliberal, sofreu algumas transformações, desde logo, ao nível da alteração das representações tradicionais das palavras ‘emprego’, ‘profissão’ ou ‘trabalhador’. Por exemplo, contrariamente a um artesão que, há muito, se dedica ao aperfeiçoamento de uma tarefa ou competência específica, qualquer indivíduo, num contexto neoliberal, pode tornar-se um ‘negócio’ ou ‘marca’, sensível e flexível às exigências do mercado, sendo capaz de se desdobrar em múltiplas atividades (Gershon, 2016).

Um dos aspetos-chave do neoliberalismo remete para a importância da responsabilidade e valor individuais, ou seja, na capacidade de qualquer indivíduo poder e saber competir num mercado repleto de forças (Archer, 2019; Chang, 2020). Os indivíduos tornam-se autorreguladores, racionais

e calculistas, assumindo “plena responsabilidade pela sua biografia de vida, por mais severos que sejam os constrangimentos à sua ação.” (Gill, 2007, p. 163). Daí que, num contexto liberal, qualquer pessoa possa escolher a profissão que mais aprecia e com a qual mais se identifica ou, até, criar o seu próprio emprego (Archer, 2019; Chang, 2020). Ora, o trabalho dos ID parece enquadrar-se na conjuntura do neoliberalismo económico (Oliveira, 2018; Arnesson, 2022). No seu estudo, Abidin e Gwynne (2017) verificaram a existência de uma estreita relação entre o trabalho das *bloggers* e os ideais típicos do capitalismo neoliberal, sustentando que estas possuem maior confiança no consumismo do que nelas próprias. O *modus operandi* do trabalho dos ID marca, assim, a “extensão de uma ideologia e orientação consumistas a praticamente todos os domínios da vida cultural contemporânea e a ascensão totalizante de valores, ideais e pressupostos largamente neoliberais.” (Khamis *et al.*, 2017, p. 200).

Além disso, o trabalho dos ID, embora pressuponha o estabelecimento de múltiplas relações com várias audiências, constitui um regime de trabalho específico, profundamente individualizado (ou hiperindividualizado), criativo e ‘sedutor’ (McRobbie, 2002; Hearn & Schoenhoff, 2015). Daí que a mobilização de discursos neoliberais característicos do individualismo, alinhados com ideologias de auto empoderamento, empreendedorismo, autoconfiança e auto governação, constitua uma das principais características do seu trabalho (Banet-Weiser, 2018). Ao reforçarem a possibilidade de sucesso individual, encorajam os seguidores a perseguirem os seus sonhos e as suas paixões, a desenvolverem os seus projetos empresariais (partilhando estratégias de criação de empresas), a ultrapassarem barreiras e a lutarem contra quaisquer obstáculos que impeçam os seus crescimentos pessoais, sucessos e liberdades financeiras (Banet-Weiser, 2018; Oliveira, 2018; Arnesson, 2022). Ideais neoliberais de sucesso individualista, inovação, aventureirismo e possibilidade de uma mobilidade social ascendente que acabam por legitimar os ID e as suas práticas profissionais (Mapes, 2018; Droz-dit-Busset, 2022). Simultaneamente, há que destacar a criatividade enquanto competência fundamental no trabalho dos ID. Criar e produzir inovação em torno dos bens e serviços que divulgam é determinante para o sucesso desta ‘classe criativa’ de indivíduos que procura, acima de tudo, atrair o interesse e captar a atenção das suas audiências (Florida, 2012).

Todavia, vale a pena ressaltar que, embora, para muitos, possa significar um emprego de ‘sonho’, os ID enfrentam elevados níveis de instabilidade laboral, salarial e contratual. Um cenário de ‘economia cultural’ ou ‘economia da atenção’ que não assegura quaisquer garantias sociais e económico-financeiras para estes indivíduos, pelo que a sua autopromoção, autodisciplina e marketing pessoal constituem princípios ideológicos neoliberais determinantes para o seu sucesso profissional (Florida, 2012; Marwick, 2015; Khamis *et al.*, 2017; Oliveira, 2018).

Pinheiro e Oliveira (2023), numa pesquisa que avaliou como os ID da área das relações

públicas, formados no sul do Brasil, utilizam a produção de conteúdos no *Instagram* para fortalecerem a sua marca pessoal, concluíram que esta estratégia se mostra eficaz, já que lhes permite destacarem-se no mercado e conquistar visibilidade, novos clientes e oportunidades de negócio, tornando-se referência para os seus seguidores. Num estudo sobre nove mulheres empreendedoras da área da moda, na região de Pernambuco, que utilizam o *Instagram* para divulgar as suas peças de roupa e aumentar as vendas, Silva *et al.* (2020) concluíram que estas ID conseguem não só criar uma grande interação com as suas seguidoras (consumidoras), maioritariamente mulheres, como também promover uma maior proximidade e união entre elas, quebrando estereótipos e preconceitos. Também Lemos *et al.* (2023), ao analisarem vídeos de *Youtube* publicados por ID das áreas da beleza e moda, encontraram recursos materiais, intelectuais e ideológicos de visibilidade, inclusão e empoderamento nos seus discursos, particularmente dirigidos a todos(as) aquelas(es) que se incluem fora dos padrões estéticos ou em grupos sociais minoritários e marginalizados, habitualmente excluídos dos espaços mediáticos e de poder, como é o caso das mulheres ou das pessoas LGBTQIA+. Discursos que incitam o debate, a sedimentação de ideias e o combate às estruturas hierarquizadas e que constroem novos modos de subjetivação. Contudo, as autoras verificaram alguns traços opressores e valores de consumo típicos da lógica de mercado nestes discursos, o que poderá ser explicado pelo facto de, independentemente das suas narrativas de empoderamento, a própria tendência de democratização da produção de conteúdos estar inserida num contexto capitalista que (re)produz discursos e valores hegemónicos associados ao consumo, ao patriarcado ou à heteronormatividade (Lemos *et al.*, 2023; Deslandes, 2018).

2.3. As ideologias políticas

Na última década, as redes sociais emergiram como canais eficazes de divulgação de apelos e campanhas políticas. Se, outrora, os média tradicionais atuavam como os principais disseminadores de valores e ideais políticos, atualmente, esse papel tem sido atribuído aos ID. Por esse motivo, a relação entre esta classe de indivíduos e a disseminação de ideologias políticas tem suscitado um interesse cada vez maior dos investigadores (Shah *et al.*, 2001; Robertson & Vatrapu, 2012). Em termos genéricos, na relação entre os trabalhos de influência e difusão de ideologias políticas, por parte dos média tradicionais e digitais, os autores têm-se posicionado em dois polos antagónicos: uns defendem a complementaridade entre os média tradicionais e digitais, capaz de encorajar os eleitores a envolverem-se mais ativamente na política (modelo de ‘influência social’); outros argumentam que a difusão restrita por parte de canais de comunicação específicos prejudica os conhecimentos públicos, o capital social e o envolvimento político dos cidadãos (modelo de ‘efeitos deslocados’) (Nowak *et al.*, 2010).

Apesar de os trabalhos ideológico e político dos ID parecerem resumir-se a uma atividade individual, a verdade é que estes os ultrapassam, já que são também os próprios seguidores que “exigem responsabilidade e politizam o conteúdo e as colaborações dos influenciadores com base na autenticidade política e promocional.” (Arnesson, 2022, p. 14). Até porque a quantidade (ou número) de seguidores de um ID, além de ser uma mercadoria a ser vendida aos anunciantes, representa um público que pode elogiar ou criticar o seu trabalho (Arnesson, 2022). Goodwin *et al.* (2023) defendem, inclusivamente, que as práticas desenvolvidas pelos ID envolvem três grupos de atores: os ID, os seus seguidores e as figuras políticas, segundo dinâmicas relacionais situadas em dois patamares. São eles a ‘coordenação’, um nível no qual participam todos os agentes (promovendo e publicando estrategicamente os conteúdos uns dos outros) e a ‘influência relacional’, respeitante às interações específicas entre os ID e os seus seguidores (Goodwin *et al.*, 2023). Enquanto indivíduos que ocupam um lugar de destaque na esfera pública, os ID são igualmente capazes de estabelecer a ponte entre a sua orientação e comportamento políticos e outras figuras de grande relevo na sociedade, sejam, ou não, da esfera política (Kim *et al.*, 2016).

Sejam conservadores, ambientalistas ou progressistas, os ID investem no cultivo e atenção dos seus públicos, em estratégias de marca pessoal e manipulação da atenção tendo por base complexas características técnicas e recursos sociais. Por força de um investimento emocional e relacional, os ID vinculam, geralmente, todas essas estratégias a um conjunto específico de crenças ideológicas, incorporando as suas preferências, identidades e valores políticos nas publicações (Marwick, 2015; Abidin, 2018; Maly, 2020; Lewis, 2020).

Apesar da parca investigação empírica relacionada com a ascensão dos ID políticos, alguns estudos têm salientado a influência destes sujeitos na formação da opinião pública e na educação, informação e envolvimento políticos dos seus seguidores, sobretudo os mais jovens, e na forma como estes veem, compreendem, interpretam e agem em relação às questões políticas. Ao tornarem a comunicação política fácil e acessível, os ID despertam o interesse das suas audiências em torno de assuntos políticos e utilizam a sua popularidade para amplificar debates relacionados com temáticas importantes para a sociedade (Riedl *et al.*, 2021).

Por exemplo, Donhauser e Beck (2021) constataram, nos seus estudos, que certas campanhas políticas, desenvolvidas e promovidas por ID em ambiente digital, podem aumentar o interesse dos estudantes por conteúdos científicos. A capacidade de mobilização dos seguidores em torno de causas políticas específicas constitui outro dos impactos mais eficazes dos ID. Alguns autores atribuem-lhes, inclusivamente, a designação de ‘influenciadores políticos relacionais’, ou seja, “criadores de conteúdo que promovem causas políticas e sociais junto das suas audiências, manifestando o seu apoio a essas causas e apoiando-as implícita ou explicitamente.” (Goodwin *et*

al., 2023, p. 1616). Estes indivíduos podem, por exemplo, incentivar os seguidores a participarem em campanhas e movimentos políticos *online* ou a envolverem-se em atividades ou movimentos políticos, como protestos ou petições (Goodwin *et al.*, 2023). Outra fileira de estudos empíricos relacionados com os ID políticos sugere que a sustentabilidade e as alterações climáticas constituem outro dos tópicos bastante abordado por estes indivíduos. Apostam numa aparência casual, informal e realista (que mantenha a credibilidade junto dos seus seguidores) e tornam a comunicação política fácil e acessível ao entendimento de qualquer pessoa para influenciarem as opiniões, atitudes e comportamentos políticos das suas audiências (Riedl *et al.*, 2021). No seu estudo, Ziewiecki e Ross (2021) verificaram que os ID políticos, além de produzirem e publicarem vídeos em torno de um certo produto ou empresa, utilizam o seu alcance e popularidade para incentivarem discussões relacionadas com o ativismo político e as alterações climáticas, apelando os seguidores a adotarem uma vida sem plástico, um comportamento de consumo consciente e sustentável e um estilo de vida amigo do ambiente.

Todavia, nem todos os impactos dos ID, ao nível da difusão de ideologias políticas, são positivos. Ao manifestarem opiniões que englobam todo o espectro político, podem promover pontos de vista e ideologias extremistas, antidemocráticas ou teorias da conspiração, aumentando a polarização política dos indivíduos e divisões na sociedade (Riedl *et al.*, 2021). Considerando as orientações políticas dos ID, Lewis (2020) e Maly (2018) verificaram, nas suas pesquisas, que os de direita tendem a construir uma identidade e performance digitais cujos aspetos das vidas privadas estão associados às vicissitudes das suas carreiras e aos seus cargos públicos. Já Kessler *et al.* (2022), no seu estudo, concluíram que os ID políticos conservadores mais bem-sucedidos são aqueles que articulam a sua autopromoção (marca pessoal), o debate de ideias, as polémicas em que se envolvem, as redes de contactos e as alianças públicas que estabelecem com outros políticos ou figuras de relevo na sociedade, e com a agenda temática que mobilizam. Enquanto fenómeno de natureza comunicativa e movimento antissistema, o populismo tem sido igualmente associado a um modelo ou estilo de comunicação política adotado pelos ID como forma de captar a atenção das audiências. Sempre que se verifica uma crise de hegemonia e representação políticas, ou quando as formações de compromisso vigentes entram em declínio, as estratégias populistas apresentam-se como críticas às elites ideológicas passíveis de compreensão por indivíduos de qualquer estrato social (Sevignani, 2022). Nos discursos políticos tipicamente populistas, a argumentação centra-se no *ethos*, em palavras/afirmações sobre o carácter moral e as características individuais tendo por base a sua categoria social – por exemplo, um homem, mulher, elemento do ‘povo’, jornalista ou feminista (Freedon, 2012). Neste contexto, os seguidores avaliam os pressupostos de ‘quem’, ‘o quê’ e ‘porque o diz’ com base em processos de categorização moral e social, em que os indivíduos são convidados a tornarem-se fãs de uma política através da identificação com o(s) sujeito(s) que a encarna(m).

Este reforço da importância do *ethos* permite que os ID satisfaçam, com poucos recursos e a baixo custo, todo o tipo de preferências e gostos políticos (Finlayson, 2022).

Considerações finais

Ao amplificarem vozes, mobilizarem comunidades e influenciarem as suas perceções, crenças, representações, atitudes e comportamentos, não restam dúvidas de que os ID se apresentam como protagonistas comerciais e mediadores simbólico-ideológicos, por excelência, da era digital. Contudo, a sua análise afigura-se complexa e apresenta desafios a vários níveis (Arnesson, 2022). Desde logo, rastrear a autenticidade dos ID exige um esforço que nem todos os seguidores estão em condições, ou dispostos, a enfrentar. Com o aumento do mercado de ID e da sua competitividade, muitos optam por desenvolver práticas questionáveis, comprando seguidores ou criando um estilo de vida artificial apelativo às audiências e aos patrocinadores. Tendências que complexificam e reforçam a permeabilidade da concetualização dos ID, até porque muitos deles autointitulam-se como tal, mas não desenvolvem práticas suficientemente interativas e mobilizadoras de um público alargado (Primo *et al.*, 2021). Identificar ID autênticos requer a adoção de uma postura crítica, de questionamento da sua legitimidade, de verificação e avaliação dos factos e das informações partilhadas, de análise da consistência das suas publicações e padrões de comportamento *online*, não só ao nível dos conteúdos, mas também das interações e *feedback* da comunidade (Duffy, 2020; Wellman *et al.*, 2020).

Além da ênfase na autenticidade, os discursos tipicamente neoliberais dos ID incentivam as suas audiências a superarem desafios, ultrapassarem adversidades, procurarem independência, acreditarem em si próprias, explorarem o seu potencial, criarem os seus próprios negócios e assumirem o controlo das suas trajetórias de vida (Banet-Weiser, 2018; Mapes, 2018; Droz-dit-Busset, 2022). Discursos que vão ao encontro do carácter de horizontalidade que os ID associam aos seus públicos, organizando-os e colocando-os numa posição social igualitária ao nível da estrutura social como forma de aumento das relações de proximidade (Karhawi, 2022). Contudo, estes incentivos ocultam o facto de nem todos os ID possuírem conhecimentos e competências económico-financeiras, técnicas, sociais e culturais para serem suficientemente eficazes no seu trabalho, o que acaba por perpetuar várias formas de desigualdade (McRobbie, 2002; Florida, 2012; Annisa, 2022). Urge, por isso, a necessidade de educação e consciencialização de todos(as) aqueles(as) que consomem e interiorizam (muitas vezes, de forma inconsciente), as informações económicas, políticas ou culturais, transmitidas pelos ID, sem qualquer tipo de filtro, como se de verdades inquestionáveis se tratassem. Vale a pena enfatizar, ainda, a responsabilidade social deste

FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129

grupo de indivíduos, incentivando o debate em torno das suas potencialidades no combate às desigualdades sociais, ao preconceito ou discriminação, ao analfabetismo, aos conflitos sociais e à promoção de um consumo informado e consciente (Batista *et al.*, 2020).

Referências bibliográficas

ABIDIN, Crystal (2015), “Communicative Intimacies: Influencers and Perceived Interconnectedness”, *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, 8, pp. 1-16. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/26365>.

ABIDIN, Crystal; GWYNNE, Joel (2017), “Entrepreneurial Selves, Feminine Corporeality and Lifestyle Blogging in Singapore”, *Asian Journal of Social Science*, 45, pp. 385–408. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44508093>.

ABIDIN, Crystal (2018), *Internet Celebrity: Understanding Fame Online*, Bingley, Emerald Publishing.

ANNISA, Firly (2022), “Performance of Micro Celebrities: From Digital Meritocracy to Neoliberalism”, *Journal of Contemporary Islamic Communication and Media*, 2(2), pp. 49-75. Disponível em: <https://jccicom.usim.edu.my/index.php/journal/article/view/57>.

ARAÚJO, Wecio Pinheiro (2021), “A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas tecnológicas de dominação social”, *Ethic@*, 20(2), pp. 461-488. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2021.e82589>.

ARCHER, Catherine (2019), “Social media influencers, post feminism and neoliberalism: How mum bloggers’ ‘playbour’ is reshaping public relations”, *Public Relations Inquiry*, 8(2), pp. 149-166. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2046147X19846530>.

ARNESSON, Johanna (2022), “Influencers as ideological intermediaries: promotional politics and authenticity labour in influencer collaborations”, *Media, Culture & Society*, pp. 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01634437221117505>.

BALABAN, Delia Cristina; SZAMBOLICS, Julia (2022), “A Proposed Model of Self-Perceived Authenticity of Social Media Influencers”, *Media and Communication*, 10(1), pp. 235-246. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/mac.v10i1.4765>.

BATISTA, Karen; HEBER, Florence; LUFT, Maria Conceição; SILVA, Manuela Ramos (2020), “Reflexões sobre a sociedade de consumo: como os influenciadores digitais afetam o consumo na pós-modernidade?”, *CPMARK: Caderno Profissional de Marketing*, vol. 8, n.º 1, pp. 176-197. Disponível em: <https://www.cadernomarketingunimep.com.br/ojs/index.php/cadprofmkt/article/view/241>.

BANET-WEISER, Sarah (2012), *Authentic tm: the politics of ambivalence in a brand culture*, New York, New York University Press.

- FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129
- BANET-WEISER, Sarah (2018), *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*, Durham, USA, Duke University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1984), *Distinction. A social critique of the judgement of taste*, London, Routledge.
- BOURDIEU, Pierre (1986), “The forms of capital”, in John G. Richardson (ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York, Greenwood Press, pp. 241–58.
- CARDOSO, Gustavo; QUINTANILHA, Tiago Lima (2013), “Introdução”, in Gustavo Cardoso (coord.), *A Sociedade dos Ecrãs. Sociologia dos Ecrãs, Economia da Mediação*, Lisboa, Tinta-da-china, pp. 13-23.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. I. A Sociedade em Rede, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHANG, Ethan (2020), “Digital Meritocracy: Intermediary Organizations and the Construction of Policy Knowledge”, *Educational Policy*, 34(5), pp. 760–784. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0895904818802116>.
- DEBORD, Guy (1997), *A sociedade do espetáculo*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- DESLANDES, Suely Ferreira (2018), “O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política”, *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(10), pp. 3133-3136. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.21122018>.
- DONHAUSER, Dominik; BECK, Christina (2021), “Pushing the Max Planck YouTube Channel with the Help of Influencers”, *Frontiers in Communication*, 5, pp. 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2020.601168>.
- DROZ-DIT-BUSSET, Olivia (2022), “So-called influencers: Stancetaking and (de)legitimation in mediatized discourse about social media influencers”, *Discourse, Context & Media*, 49, pp. 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2022.100629>.
- DUFFY, Brooke Erin (2020), “Social Media Influencers”, *The International Encyclopedia of Gender, Media, and Communication*, John Wiley & Sons, Inc. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781119429128.iegmc219>.
- ENLI, Gunn (2015), “Trust Me, I Am Authentic!: Authenticity Illusions in Social Media Politics”, in Axel Bruns, Gunn Enli, Eli Skogerbo, Anders Larsson, Christian Christensen (eds.), *The Routledge Companion to Social Media and Politics*, London, Routledge.
- FINLAYSON, Alan (2022), “YouTube and Political Ideologies: Technology, Populism and Rhetorical Form”, *Political Studies*, 70(1), pp. 62-80. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0032321720934630>.
- FLORIDA, Richard (2012), *The Rise of the Creative Class*, New York, Basic Books.

- FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129
- FREEDEN, Michael (2012), “The Morphological Analysis of Ideology”, in Michael Freeden e Stears Marc (eds.), *The Oxford Handbook of Political Ideologies*, Oxford, Oxford University Press, pp.115–137.
- FUSSEY, Pete; ROTH, Silke (2020), “Digitizing Sociology: Continuity and Change in the Internet Era”, *Sociology*, 54(4), pp. 659-674. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0038038520918562>.
- GARCÍA, Miguel del Fresno; DALY, Alan J.; SÁNCHEZ-CABEZUDO, Sagrario Segado (2016), “Identificando a los nuevos influyentes en tiempos de Internet: medios sociales y análisis de redes sociales”, *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 153, pp. 23-42. Disponível em: <https://doi.org/10.5477/cis/reis.153.23>.
- GERSHON, Ilana (2016), “I’m not a businessman, I’m a business, man”. Typing the neoliberal self into a branded existence”, *HAU, Journal of Ethnographic Theory*, 6(3), pp. 223-246. Disponível em: <https://doi.org/10.14318/hau6.3.017>.
- GILES, David (2018), *Twenty-First Century Celebrity: Fame In Digital Culture*, United Kingdom, Emerald Insight.
- GILL, Rosalind (2007), “Postfeminist media culture: Elements of a sensibility”, *European Journal of Cultural Studies*, 10(2), pp. 147–166. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1367549407075898>.
- GOODWIN, Anastasia et al. (2023), “Political Relational Influencers: The Mobilization of Social Media Influencers in the Political Arena”, *International Journal of Communication*, 17, pp. 1613-1633. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/18987/4070>.
- HEARN, Alison; SCHOENHOFF, Stephanie (2015), “From Celebrity to Influencer. Tracing the Diffusion of Celebrity Value across the Data Stream”, in P. David Marshall, & Sean Redmond S. (eds.), *A Companion to Celebrity*, Hoboken, New Jersey, John Wiley & Sons.
- KAPITAN, Sommer; SILVERA, David H. (2016), “From digital media influencers to celebrity endorsers: Attributions drive endorser effectiveness”, *Marketing Letters: A Journal of Research in Marketing*, 27(3), pp. 553–567. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11002-015-9363-0>.
- KARHAWI, Issaaf (2017), “Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão”, *Revista Comunicare*, 17, pp. 46-61. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/341983923> Influenciadores digitais conceitos e praticas em discussao.
- KARHAWI, Issaaf (2022), “Autenticidade, intimidade e coconstrução: mapeamento das características da produção de conteúdo dos influenciadores digitais”, in 45.º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 05-09 Setembro 2022.
- KESSLER, Gabriel; VOMMARO, Gabriel; PALADINO, Martín (2022), “Antipopulistas reaccionarios en el espacio público digital”, *Estudios Sociológicos De El Colegio De México*,

FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129

40(120), pp. 651-692. Disponível em: <https://doi.org/10.24201/es.2022v40n120.2213>.

KHAMIS, Susie; ANG, Laurence; WELLING, Raymond (2017), “Self-branding, ‘micro-celebrity’ and the rise of Social Media Influencers”, *Celebrity Studies*, 8(2), pp. 191–208. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/19392397.2016.1218292>.

KIM, Tonghoon; ATKIN, David J.; LIN, Carolyn A. (2016), “The Influence of Social Networking Sites on Political Behavior: Modeling Political Involvement via Online and Offline Activity”, *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 60(1), pp. 23-39. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08838151.2015.1127242>.

LAZARFELD, Paul F. (1944), “The controversy over detailed interviews - an offer for negotiation”, *The Public Opinion Quarterly*, 8(1), pp. 38–60. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/265666>.

LEMONS, Bruna Nubile Maynard; FAVARETO, Ariane da Silva; IMBRIZI, Jaquelina Maria (2023), “O discurso de beleza de digital influencers: empoderamento ou opressão?”, *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 2, pp. 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.59099/prpub.2023.24>.

LEE, Jung Ah; EASTIN, Matthew S. (2021), “Perceived authenticity of social media influencers: scale development and validation”, *Journal of Research in Interactive Marketing*, 15(4), pp. 822–841. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/jrim-12-2020-0253>.

LEWIS, Rebecca (2020), “This Is What the News Won’t Show You”: YouTube Creators and the Reactionary Politics of Micro-celebrity”, *Television & New Media*, 21(2), pp. 201-217. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1527476419879919>.

MALY, Ico (2018), “Populism as a mediatized communicative relation: The birth of algorithmic populismo”, *Tilburg Papers in Culture Studies*, 213. Disponível em: <https://research.tilburguniversity.edu/en/publications/populism-as-a-mediatized-communicative-relation-the-birth-of-algo>.

MALY, Ico (2020), “Metapolitical New Right Influencers: The Case of Brittany Pettibone”, *Social Sciences*, 9(7), 113, pp. 1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/socsci9070113>.

MAPES, Gwynne (2018), “(De)constructing distinction: Class inequality and elite authenticity in mediatized food discourse”, *Journal of Sociolinguistics*, 22(3), pp. 265–287. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/josl.12285>.

MARWICK, Alice E. (2015), “Instafame: Luxury Selfies in the Attention Economy”, *Public culture*, 27(75), pp. 137–160. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/08992363-2798379>.

MCRAE, Sarah (2017), “Get Off My Internets: How Anti-Fans Deconstruct Lifestyle Bloggers’ Authenticity Work”, *Persona Studies*, 3(1), pp. 13–27. Disponível em: <https://doi.org/10.21153/ps2017vol3no1art640>.

MCROBBIE, Angela (2002), “From Holloway to Hollywood: Happiness At work in the new Cultural Economy?”, in Paul Du Gay e Michael Pryke (eds.), *Cultural Economy: Cultural*

FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129

Analysis and Commercial Life, London, Sage Publications, pp. 97-114.

NICHOLS, Bill (1981), *Ideology and the Image: Social Representation in the Cinema and Other Media*, Bloomington, Indiana University Press.

NOWAK, Kristine L.; HAMILTON, Mark A.; ATKIN, David J.; RAUH, Christian (2010), “Uses of political communication websites by college students: Implications for knowledge gaps and political involvement”, *Journal of Media Psychology Theories, Methods and Applications*, 3(1), pp. 5-31. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285838238_Uses_of_political_communication_websites_by_college_students_Implications_for_knowledge_gaps_and_political_involvement.

OLIVEIRA, Alice Roberte de (2018), “Influenciadores Digitais: Trabalho, Estilo de Vida e Consumo”, in 7.º Encontro de GTs de Pós-Graduação – Comunicon (Congresso Internacional em Comunicação e Consumo), São Paulo, 10-11 Outubro 2018.

O’MEARA, Victoria (2019), “Weapons of the Chic: *Instagram* Influencer Engagement Pods as Practices of Resistance to *Instagram* Platform Labor”, *Social Media + Society*, 5(4), pp. 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305119879671>.

ORTIZ, Renato (2022), “Influenciadores, intelectuais, mediadores simbólicos”, *Rumores*, 16(31), pp. 279-289. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/200396>.

PARSONS, Talcott (1963), “On the concept of influence”, *The Public Opinion Quarterly*, 27(1), pp. 37-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/267148>.

PINHEIRO, Amanda; OLIVEIRA, Danielle Antunes de (2023), “Produção de conteúdo no Instagram como estratégia da marca pessoal dos empreendedores digitais em relações públicas”, *Cadernos de Comunicação*, 27(1), pp. 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2316882X70989>.

PRIMO, Alê; MATOS, Ludimila; MONTEIRO, Maria Clara (2021), “Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais”, *Coleção Cibercultura*, Salvador, EDUFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34395>.

RIBEIRO, Sandra Stephanie Holanda Ponte (2021), “Sobre repovoar narrativas: O trabalho dos influenciadores digitais a partir de uma abordagem sociotécnica”, *Civitas, Revista De Ciências Sociais*, 21(2), pp. 271–281. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39918>.

RIEDL, Magdalena; SCHWEMMER, Carsten; ZIEWIECKI, Sandra; ROSS, Lisa M. (2021), “The Rise of Political Influencers – Perspectives on a Trend Towards Meaningful Content”, *Perspective, Frontiers in Communication*, 6, pp. 1-7. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fcomm.2021.752656>.

ROBERTSON, Scott P.; VATRAPU, Ravi K. (2012), “Digital government”, *Annual Review of Information Science and Technology*, 44(1), pp. 317-364. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aris.2010.1440440115>.

FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129

SANZ-MARCOS, Paloma; JIMÉNEZ-MARÍN, Gloria; ELÍAS ZAMBRANO, Rodrigo (2021), “Aplicación y uso del Modelo de Resonancia o Customer-Based Brand Equity (CBBE). Estudio de la lealtad de marca através de la figura del influencer”, *Methados, Revista de Ciencias Sociales*, 9(2), pp. 200-218. Disponível em: <https://doi.org/10.17502/mrcs.v9i2.471>.

SEVIGNANI, Sebastian (2022), “Digital Transformations and the Ideological Formation of the Public Sphere: Hegemonic, Populist, or Popular Communication?”, *Theory, Culture & Society*, 39(4), pp. 91-109. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/02632764221103516>.

SHAH, Dhavan V.; KWAK, Nojin; HOLBERT, R. Lance (2001), “Connecting” and “Disconnecting” With Civic Life: Patterns of Internet Use and the Production of Social Capital”, *Political Communication*, 18, pp. 141-162. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/105846001750322952>.

SHIFMAN, Limor (2018), “Testimonial rallies and the construction of memetic authenticity”, *European Journal of Communication*, 33(2), pp. 172–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323118760320>.

SILVA, Emanuela Ana Paula da; COSTA, Marconi Freitas da; MOURA, Maria Raiza Ferreira de (2020), “Mulheres empreendedoras e Estratégias de Marketing nas Redes Sociais: Um estudo no segmento da moda do Agreste Pernambucano”, *Journal of Perspectives in Management - JPM*, 4, pp. 52-67. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2594-8040.2020.246076>.

TEODORO, Cristiano Gil; ALTURAS, Bráulio; PINHEIRO, Alessandro M. (2019), “Influenciadores digitais e seguidores portugueses: o caso Cameron Dallas”, in 14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI), Coimbra, IEEE, 19-22 Junho 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760753>.

WELLMAN, Mariah L.; STOLDT, Ryan; TULLY, Melissa; EKDALE, Brian (2020), “Ethics of authenticity: Social media influencers and the production of sponsored content”, *Journal of Media Ethics*, 35(2), pp. 68–82. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23736992.2020.1736078>.

WHITMER, Jennifer M. (2021), “Between a Regular Person and a Brand”: Managing the Contradictions of the Authentic Self-Brand”, *The Sociological Quarterly*, 62(1), pp. 143–160. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00380253.2020.1724058>.

ZIEWIECKI, Sandra; ROSS, Lisa (2021), *Like, Comment, Share: Choosing the Right Influencers and Platforms for Influencer Marketing Campaigns*, London, SAGE Publications. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781529753479>.

Francisco Manuel Moreira da Silva Fontes. Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e Bolseiro de investigação FCT. Integra, ainda, o subgrupo de investigação “Criação Artística, Práticas e Políticas Culturais” do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP). Contacto telefónico: 914 488 449. Correio eletrónico: franciscodasilvafontes@gmail.com.

FONTES, Francisco (2023), “Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 111 -129

Artigo recebido a 12 de novembro de 2023 e aceite a 26 de dezembro de 2023.

Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology

Nino Zhghenti

School of Governance and Social Sciences, Free University of Tbilisi

Abstract

This article argues for a new paradigm in understanding social behavior through the application of a mixed methods design within social network analysis (SNA). By understanding SNA as a field of study and integrating quantitative and qualitative methodologies within it, the article proposes a comprehensive research design capable of constructing social mechanisms that has the potential to elucidate explanations at micro, meso, and macro levels. The article thoroughly examines SNA as a field of study where both methodological traditions are equally valued and needed. The implications offer a robust approach for scholarly pursuits investigating social phenomena in sociology.

Key words: social network analysis, mixed methods design.

Aproveitando a análise de redes sociais para uma fusão de metodologias em sociologia

Resumo

Este artigo defende um novo paradigma na compreensão do comportamento social através da aplicação de um design de métodos mistos na análise de redes sociais (ARS). Ao compreender a ARS como um campo de estudo e integrar nele metodologias quantitativas e qualitativas, o artigo propõe um desenho de pesquisa abrangente capaz de construir mecanismos sociais que tenham o potencial de elucidar explicações nos níveis micro, meso e macro. O artigo examina minuciosamente a SNA como um campo de estudo onde ambas as tradições metodológicas são igualmente valorizadas e necessárias. As implicações oferecem uma abordagem robusta para atividades acadêmicas que investigam fenômenos sociais em sociologia.

Palavras-chave: análise de redes sociais, abordagem de métodos mistos

Tirer parti de l'analyse des réseaux sociaux pour une fusion de méthodologies en sociologie

Résumé

Cet article plaide en faveur d'un nouveau paradigme dans la compréhension du comportement social à travers l'application d'une conception de méthodes mixtes au sein de l'analyse des réseaux sociaux

(SNA). En comprenant le SNA comme un domaine d'étude et en y intégrant des méthodologies quantitatives et qualitatives, l'article propose un modèle de recherche complet capable de construire des mécanismes sociaux susceptibles d'élucider des explications aux niveaux micro, méso et macro. L'article examine en profondeur le SNA en tant que domaine d'étude où les deux traditions méthodologiques sont également valorisées et nécessaires. Les implications offrent une approche solide pour les recherches scientifiques étudiant les phénomènes sociaux en sociologie.

Mots clés: analyse des réseaux sociaux, approche méthodes mixtes

Aprovechar el análisis de redes sociales para una fusión de metodologías en sociología

Resumen

Este artículo aboga por un nuevo paradigma en la comprensión del comportamiento social mediante la aplicación de un diseño de métodos mixtos dentro del análisis de redes sociales (SNA). Al entender el SCN como un campo de estudio e integrar dentro de él metodologías cuantitativas y cualitativas, el artículo propone un diseño de investigación integral capaz de construir mecanismos sociales que tiene el potencial de dilucidar explicaciones a niveles micro, meso y macro. El artículo examina exhaustivamente el SCN como un campo de estudio donde ambas tradiciones metodológicas son igualmente valoradas y necesarias. Las implicaciones ofrecen un enfoque sólido para las actividades académicas que investigan los fenómenos sociales en sociología.

Palabras clave: Análisis de redes sociales, enfoque de métodos mixtos.

Introduction

Mixed methods research, which combines both qualitative and quantitative methods, has garnered significant attention from sociology scholars. This approach aims to achieve a comprehensive understanding of complex issues by leveraging the strengths of both types of data while preserving their unique qualities (Wellman *et al.*, 1988; Provan & Milward, 1995; McLean, 1998; Diani & McAdam 2003; Smith, 2005; Small, 2009). Within this context, the domain of social networks (SN), encompassing multifaceted interactions among individuals and groups, emerges as a relevant field for this methodological paradigm. It not only covers observable structural dimensions, but also includes the insider perspectives of participants within the network. This enhances the comprehension of social relationships, the broader social fabric, and insights into social behaviors derived from such interactions. Consequently, by providing a strong foundation for relational, descriptive and explorative explanations, it becomes a source of the development of social mechanisms. The scholarly discourse within the field of sociology seldom engages in an in-depth examination of the mixed methods design, specifically tailored to encompass rigorous research analysis steps, as applied within the domain of social network analysis. Therefore, this paper posits that the integration of social network analysis (SNA) with a mixed methods design establishes a novel paradigm for generating comprehensive data. This approach aids in elucidating social behavior across micro, meso, and/or macro levels, ultimately holding the potential to contribute to the development of social mechanisms.

SNA, which is a prevalent analytical tool utilized by scholars to examine social networks across various contexts, predominantly adheres to a quantitative orientation in its pursuit of comprehending and decoding social phenomena (Carrington *et al.*, 2005; Wasserman & Faust, 1994). This makes an impression that SNA implies exceptionally quantitative research. Notwithstanding the under-recognition of the complete potential of qualitative dimensions, there are still some important work done in qualitative social network analysis (Ahrens, 2018, Hollstein, 2011, Carpentier & Ducharme 2005, 2007). Nowadays, even an ascending trajectory is evident in the convergence of qualitative and quantitative methodologies within a singular research endeavor (Crossley, 2010; Fuhse & Mützel, 2011; Froehlich *et al.*, 2020). Most of the existing sociological scholarship is focused either one or another methodological dimension and usually is limited to single or multiple variable based explanations.

In this scholarly backdrop, this paper argues that SNA serves as a conceptual and methodological framework implying both quantitative and qualitative research methods in a cyclic scheme of research design. The later bears the capacity to operate as a source of dual-faceted mechanism, facilitating and integrating both explanatory and exploratory methods, effectively capitalizing on the mutually beneficial relationship inherent in both methodological traditions. All of this creates complex and rich data that has the potential to generate a mechanism-based understanding of social phenomena.

In particular, this paper thoroughly examines the concept of social network and social network analysis as a non-methodological tradition but the conceptual and methodological framework where both quantitative and qualitative methods are equally valued (Nooraie, 2020; Carrington, 2014). The paper further elucidates a specific mixed methods research design within SNA that collects data from micro to macro levels. Through this careful analysis, the paper enhances our understanding and application of SNA with a mixed method design for building social mechanisms related to social phenomena in scholarly pursuits in sociology and beyond.

1. Literature Review: From Mono to Mixed Methods Approach in SNA

1.1. SNA as a Field of Study

SNA is built on the fundamental idea that social structure emerges from the intricate web of relationships in which individuals, groups, and other social actors participate. A fundamental facet of SNA involves discerning giver and receiver relationships, termed in-degree and out-degree ties in the realm of social networks. SNA offers a systematic approach for studying a wide array of social networks, encompassing friendships, communication, collaborations, and information flows, among

others (Scott, 2000). Through the examination of these networks, researchers gain valuable insights into how information, influence, resources, and other elements circulate and are distributed within a social system (Newmann, 2010). A nuanced comprehension of these ties is essential for grasping how the research topic manifests within the context of a social system. SNA serves as both a methodological and theoretical framework for delving into the structures, patterns, and dynamics of these social networks.

Consequently, to gain insights into social structure or behavior shaped by it, one must focus on the study of social networks. In academic inquiries within this field, methodologies such as quantitative, qualitative, or a combination of both may be utilized. It is crucial to emphasize that SNA is not intrinsically characterized as either quantitative or qualitative; moreover, it does not inherently represent a synthesis of the two approaches (Carrington, 2014). Rather, its primary focus lies in the structural nature and characteristics. As Nooraie (2020) puts it, it is a "continuum of fusion in network research". The primary goal of SNA is to unravel the complexities of social structure through the examination of social network characteristics. While observing or quantifying aspects of social networks, like the average number of direct connections an individual has or the qualitative nature of social ties among individuals, can be valuable analytical techniques, the aim is to grasp the underlying structural aspects of the network, which are neither reducible to quantity nor quality (Carrington, 2014). Furthermore, SN research within SNA is concerned with data visualization, where social networks and their characteristics are clear and easily readable. This creates a field of wide range of research designs and methods and this is what makes this perspective, or if I may say, field of study, so unique.

Even though SNA with all its idea and characteristics is more a field of exploration or as usually scholars put it a research approach, it has a long history and tradition of quantitative methodology and methods. The reasons for this do not lie in fact that it is really a quantitative approach, but in the period when this approach, field of study emerged in sociology and was evolving step by step through an interdisciplinary collaborative effort of social psychologists, anthropologists, sociologists, mathematicians, physicians, and economists.

1.2. Evolution of SNA

SN as a social system is conditioned with the idea that all the individuals or social groups in any type of society are somehow (inter)related with each other and this relationship creates social context for social behavior on individual or group level. Due to this contextual and structural concept, even in times when there was no systematic approach and no practice of researching particularly social relations or social systems as such, scholars from different disciplines were still inadvertently

exploring patterns of social relationships on micro, meso or macro level (Durkheim, 1983; Malinowski, 1922; Lasswell, 1932; Lazarsfeld, 1944; Knight, 1921). Over time, this universality naturally created interest in systemic approaches, analytical tools and concepts of studying social networks in sociology and social science literature. The formal methods and terminology of social network analysis, as we understand them today, have developed gradually, and the term "social network analysis" itself was coined later (Barnes, 1954; Freeman, 2004). In early 1900s, anthropologists such as Henry Morgan (1818-1881), psychologists such as John C. Almack (1883-1953), and most prominently Jacob Moreno (1889-1974) used systematic approaches to study human interactions, mostly through blending of qualitative interviews and fieldwork with graphical presentation of patterns (Freeman, 2004).

Jacob Moreno (1932, 1934) was the first who used visual images to display the patterning of linkages among social actors (Freeman, 2000). In Moreno's images, each actor was represented by a point, and each link was shown by a line connecting a pair of points. He characterized the image as delineating a social group wherein two prominent individuals exhibit a robust unity, establishing direct and indirect connections with other members. Consequently, Moreno construed the imagery as not only conveying a sense of cohesiveness, denoted by their pronounced unity, but also encapsulating the embodiment of social roles inherent in the dominating individuals (Freeman, 2004). This created the whole new paradigm of data understanding and, as a result, SNA approach has been targeted not only on social networks, but it has been applied also for explaining diverse social behavior and social phenomena. After Moreno, Researchers from Manchester University brought about a significant shift in SNA. Unlike prior focuses on societal norms and institutions, these scholars directed their attention to understanding the intricate dynamics of relationships driven by power and conflict among individuals (Scott, 1993). John Barnes, a notable sociologist, significantly advanced SNA by exploring how social structures and interpersonal connections impact various facets of society, including the flow of information, social support, and the transmission of cultural norms and behaviors (Barnes, 1954). Building upon Barnes's ideas, Siegfried Nadel furthered the field with his foundational work on role analysis (Nadel, 1957). Nadel's contributions, alongside Barnes and their contemporaries, expanded the understanding of the complex web of social connections and their implications in sociology and related fields (Pattison, 1993).

In the years that followed, Harvard became a hub for significant progress in SNA, witnessing key advancements in theory and formal methodologies. During that period, sociology was still in the process of establishing itself as a discipline. The scientific method primarily involved quantitative approaches that accessed reality through deduction. Sociologists were actively instilling this tradition as it was the only way through which how scientific knowledge was possible to achieve. Harrison C. White, along with his research team, extended the exploration of roles by delving deeply

into the mathematical and formal aspects of SNA (White, 1963). They utilized graph theory and semigroup algebra to formalize the varied structural relationships within groups. White emphasized prioritizing emergent role structures over predetermined categories, placing a strong emphasis on genuine relationships among nodes (Lorrain & White, 1971; White, Boorman & Breiger, 1976). The evolution of the quantitative tradition in sociological research was a response to the growing need for scientific methodology. Mark Granovetter's study on the impact of weak ties, especially in contexts like job searches, left a profound mark on the field (Granovetter, 1973). His insights brought about a transformation in research methodologies, underlining the importance of these less influential connections in diverse social settings.

At present, SNA predominantly emphasizes quantitative approaches. Nevertheless, there is a discernible shift in emphasis, with an increasing exploration of qualitative methods and aspects of mixed methodologies within the realm of SNA. This evolving trend has garnered heightened attention in recent times.

1.3. Quantitative Methods in SNA

SNA concepts encompass various key elements like strong and weak ties (Granovetter, 1973, 1974), bridge ties, structural holes (Burt, 1992), centrality measures, network constraint, and more. These concepts significantly influence the network's structure and offer vital insights into both individual actors and the overall social system, as documented by Carpenter *et al.* (2012) and Tasselli, Kilduff & Menges (2015). These foundational concepts evolved over time, primarily within the realm of quantitative SNA, gradually refined by diverse scholars. Its strong association with quantitative methods was drawn from graph theory, a mathematical discipline specializing in the analysis of connections among entities (Moreno, 1934; Barnes, 1954). It emerged as a response to the need for systematic analysis of empirical data, particularly in sociology. SNA's graphical representation made complex social structures understandable, while quantitative metrics allowed measurement and comparison of network properties. This approach introduced scientific rigor, enabling hypothesis testing and statistical analysis. SNA's adaptability led to its interdisciplinary use in various fields of social sciences, and advancements in technology made large-scale data analysis practical and efficient.

In the current landscape of SNA, characterized by its graphical representations, mathematical models and computational methods remain foundational elements shaping its contemporary state (Freeman, 2004). Advocates of the quantitative approach in SNA assert that these methods provide a rigorous and systematic means to examine the structure and patterns within social networks (Wasserman & Faust, 1994; Borgatti & Everett, 2006). Indeed, mathematical perspective was pivotal

in SNA development as it implied quantitative analysis and excelled at capturing the form and characteristics of relationships, including their strength and frequency. Case studies conducted by Schipperera and Spekkinkb (2015) once again illustrated the benefits of quantitative SNA when studying complex social systems. Quantitative analyses unveil system-level patterns that might remain obscured in a purely qualitative approach. For instance, these patterns encompass numerous indirect relationships and hidden information flows between actors in small and large social systems. This is, for sure, where the quantitative tools of SNA shine. However, it's important to note that quantitative SNA may be less suitable for capturing the content of relationships, such as individual interests and motivations (Schipperera & Spekkinkb, 2015). Complex social systems are inherently dynamic, involving numerous motivational and intentional factors that quantitative methods alone may not fully detect. This often results in SNA representations appearing static and purely descriptive, limiting their capacity to explain the underlying social mechanisms that drive the observed patterns.

1.4. Qualitative Methods in SNA

In more recent times, there has been a notable upsurge in using qualitative research approaches into SNA. This shift is exemplified by the works of scholars like Hollstein (2014) and Ryan & D'Angelo (2018). Qualitative research in SNA diverges significantly from traditional quantitative methodologies by adopting an exploratory nature. A qualitatively oriented approach does not allow for the same statistical rigor, but it holds its own advantages and reveals sheds the light on different side of data. As Crossley (2010) points out, many different mechanisms are at play in complex systems and the interactions between mechanisms make it difficult to isolate specific mechanisms responsible for the observed outcomes. Because we cannot always know in advance which mechanisms account for the emergence and development of complex social systems, it may be necessary to rely on qualitative observations to understand how mechanisms manifest and operate in a specific context (Byrne & Callaghan, 2022; Crossley, 2010). This can even lead to the discovery of new mechanisms (Crossley, 2010).

Qualitative SNA allows researchers to move beyond descriptive patterns and delve into the insights of social interactions and relationships. The data collection process extends beyond the mere identification of interactions between individuals; rather, it empowers researchers to gather comprehensive data on relationships, their inherent characteristics, and the broader contextual landscape in which they transpire. Embracing this exploratory perspective, qualitative methods facilitate the collection of nuanced insights from the perspectives of respondents.

1.5. Mixed Methods in SNA

Despite the historically clear division between qualitative and quantitative methodologies in Social Network Analysis (SNA), there is a burgeoning interest in adopting a mixed methods approach. Advocates of such an approach recognize the inherent benefits of combining both internal and external perspectives to attain a holistic understanding of social relationships and networks, as highlighted by Edwards (2010). Quantitative methods, with their numerical depictions of structural networks, offer an external vantage point on the network. In contrast, qualitative methodologies provide descriptions, perceptions, and interpretations of relationships, offering an insider's view into network practices. When these methods are complemented through visualizations, the typically abstract relationships within the network come to life, making the underlying processes more tangible to the reader (Ryan & D'Angelo 2018). The incorporation of mixed methods can be tailored in three distinct ways within the research process, contingent upon specific research objectives (Wald, 2014). First, qualitative approaches can be employed to enrich and provide context to quantitative data. Second, quantitative approaches can furnish complementary insights to enhance the understanding of qualitative data. Finally, a cohesive integration of both quantitative and qualitative methodologies can be pursued to achieve a comprehensive and synergistic analysis, as recommended by Edwards (2010). These three modes of utilization manifest across two primary stages: data collection and data analysis.

In his paper, Langer and his colleagues delineate three key data collection processes: name generating, name interpreting, and name inter-relating. In these processes, both quantitative and qualitative data synergize, collectively painting a comprehensive data landscape tailored to serve the research objectives rather than adhering to methodological traditions. In a separate academic exploration, Wissink and Mazzucato (2018) delved into the examination of transformations within migrant networks. Their approach encompassed a field study, employing an array of data collection techniques such as observations, interviews, and questionnaires to assemble pertinent network data.

Likewise, Rienties and Hosein (2015) investigated formal and informal learning within an academic development program through a two-step methodology. Initially, they employed a closed-ended method to generate quantitative data, focusing on factors like the frequency of contact and the nature of relationships. Subsequently, a qualitative reflection exercise was undertaken, employing an open-ended approach supported by visualizations. This reflection allowed participants, both individually and in groups, to delve into their networks, exploring how informal and formal learning were facilitated. This combined approach of name interpreting and inter-relating enabled data triangulation. The quantitative data illuminated quantifiable relationships, while the visualizations provided an external perspective on the network. Concurrently, the qualitative data offered an

insider's viewpoint into the network's inner workings. Through the harmonization of these three complementary methods, the researchers crafted a comprehensive dataset offering insights into the intricate relationships at play during the academic development program.

To summarize this section, SNA is more than a quantitative or qualitative method—it's a comprehensive field of study. It doesn't just focus on relationships and connections within networks but also delves into understanding social behavior through that lens. SNA uses both methods but goes beyond them by focusing on the structure, dynamics, and patterns within networks, investigating how these connections influence behavior, information flow, and societal outcomes. It's not solely a method; it's a comprehensive framework that delves into the intricate interplay among actors, their interactions, and the emergent properties of networks. This complexity necessitates a reliance on mixed methods when the aim is to construct a model, mechanism, or theory-based explanation.

2. Methodological Framework of Mixed Methods Design in SNA

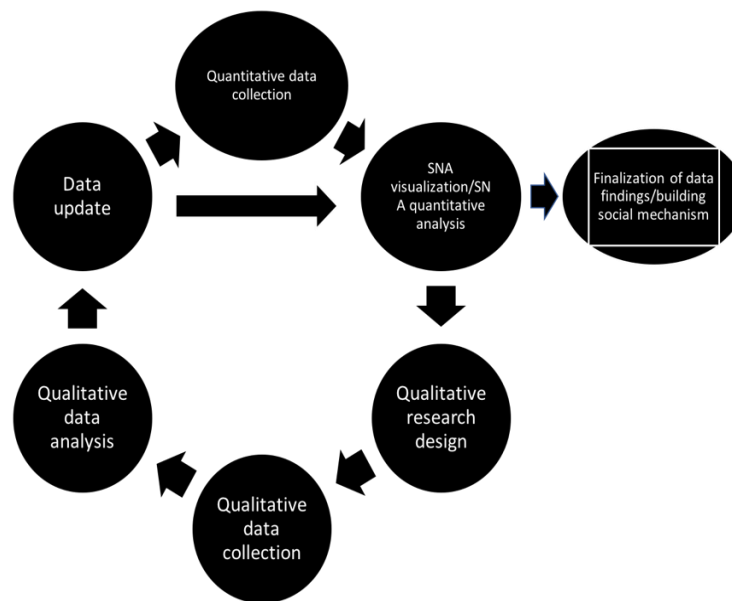
Mixed methods research within SNA presents a certain way to investigate research questions that cannot be adequately addressed by using only one methodological approach. In this section, I specifically focus on how the fusion of qualitative and quantitative methodological traditions, when applied to SNA, can open new avenues for overcoming missing data and developing holistic explanations that eventually can lead to social mechanism development. By utilizing mixed methods within SNA, researchers can delve into critical aspects of networks and other social constructs, examining them both in isolation, as a micro process and as a part of a larger system. The approach leads to the identification of network measures that contribute to revealing data on micro, mezzo and macro levels.

The presented research design model is derived from an ongoing research project titled "How Social Capital Affects Academic Performance: A New Approach to Higher Education," which is funded by the Shota Rustaveli National Science Foundation in Tbilisi, Georgia. The primary objective of this research is to comprehend the relationship between social interactions and academic performance among undergraduate students. The study encompasses comparative cases involving six undergraduate groups in Tbilisi, Georgia. For illustration in this paper, the research design of a singular case, focusing on a smaller group of undergraduate students (totaling 76 participants), is expounded upon.

The model of a mixed-method research design within SNA follows a cyclical process that integrates diverse methodological principles. Its rationale for data collection, reflection, and subsequent collection is reminiscent of the principles in Grounded Theory. Grounded Theory relies

on a continuous back-and-forth cycle of gathering data, organizing, categorizing, sorting, validating, and writing. Through this iterative process, a theory gradually takes shape (Fetters & Molina-Azorin, 2017). SNA with mixed methods design implies the same cyclic process of validation and advancement between and within quantitative and qualitative data collection and analysis methods. Diagram #1 provides a succinct overview of the intertwined process of data collection and analysis, facilitating the creation of an in-depth explanation. This, in turn, opens avenues for the development of social mechanisms within SNA.

Diagram #1 – Cycle of Data Collection and Data Analysis for Social Mechanism Development.



Source: Research Project - How Social Capital Affects Academic Performance: A New Approach to Higher Education – supported by Shota Rustaveli National Science Foundation, Tbilisi, Georgia. Free University of Tbilisi, Tbilisi, Georgia. 2019-to date.

As illustrated in the diagram, the data collection and analysis cycle consist of three phases that either lead to the finalization of findings or is a source of new cycle. Data collection begins with formal stages of data collection and analysis. These subsequently evolve into research cycles, facilitating ongoing data updates where the two methodological traditions complement and enhance each other to provide more comprehensive data on structure and individual level.

2.1. First Phase

The first phase covers two stages: quantitative data collection and SNA visualization/SNA quantitative analysis. Data collection for SNA is done through quantitative research methods that would be face-to-face or online surveys. A survey method is a valuable approach for visualizing social networks in SNA due to its speed and convenience (Agneessens & Labianca, 2022). It offers

advantages such as wide coverage, structured and controlled data collection, data consistency, suitability for quantitative analysis and the ability to briefly transform data into visual representations (Wasserman & Faust, 1994; Borgatti *et al.*, 2018; Scott, 2017; De Nooy *et al.*, 2018). These attributes make surveys an efficient and reliable means of collecting network data and creating visual representations that are central in understanding the relationships and structure within social networks. SN visualization with its quantitative analysis reveals prominent and influential persons, strong and weak ties, structural holes, social clusters, etc., of a network, depending on what is the objective of the research (Freeman, 1977, 1979). Hence, the first phase - or the first two stages - develop important data with preliminary insights that become a base for further exploratory research design in the subsequent phase.

To provide an empirical illustration, the investigation into the relationship between social interactions and academic performance initiated with the distribution of an online survey to a specific undergraduate cohort comprising 76 students. The survey included inquiries related to academic advice interactions, participation in pair work, collaboration in teamwork, and Grade Point Average (GPA). In the initial phase, only 52 students completed the survey, which proved inadequate for a comprehensive understanding of group dynamics (Borgatti, Carley, & Krackhardt, 2006). Consequently, the research protocol integrated a qualitative phase, involving in-person engagement with those students who had not participated in the initial survey. Simultaneously, the qualitative sample included those students already present in the network data, chosen based on the combination of their positions, ties, and GPA, rendering them particularly interesting to understand the student network (individually and group-based) in relation to GPA.

2.2. Second Phase

This phase is about developing qualitative research design and data collection and analysis. This phase starts with setting and implementing purposeful sampling criteria and data collection guide. Qualitative research sampling can be achieved through recruiting pertinent respondents for in-depth interviews and focus groups. Alternatively, sampling may involve selecting specific locations and/or activities for observation if participant observation is employed. If the primary source of analysis are documents, then purposeful sampling design of relevant documents will be developed. In all the cases, research guide will be developed with relevant research questions and objectives, based on sampling frame and visual and quantitative analysis of SN. Hence, this phase is directly determined by and dependent on the first phase. If in-depth interviews and focus groups are applied, respondents within the study group are selected based on their number of mentions, interactions and position in the network. In particular, some respondents are usually missing from the network data

due to non-completed questionnaires, inaccuracy or because of missing contact details. In-depth interviews and focus groups open new opportunities by engaging new respondents in research sample, thereby helping overcome data gaps. Such missing data, based on the same principle, may also be completed by observational data or document analysis, if such exists. Apart from filling gaps in existing data, qualitative research design is also used for discovering new patterns of study phenomena that were overlooked by deductive processes of research planning and implementation. These, I will call identification of additional micro processes. With the help of in-depth interviews and focus-groups, a researcher can grasp the subjective motives and meanings that members of the network imply while interacting within the group. In-depth interviews represent a powerful tool for exploring and understanding ego-centric networks (Miles & Huberman, 1994), as well as group-centric networks. Through face-to-face conversations, researchers gain a unique opportunity to explore an individual's relationships from their subjective perspective, encompassing both past and dynamic interactions. This format of data collection enables researchers to collect in-depth information on social relationships and interactions (Fontana & Frey, 2005). Focus groups also hold great value in examining social networks. Beyond offering insight similar to in-depth interviews, focus groups provide researchers with a platform to observe group dynamics and how interactions reflect upon one another. Real-time cross-checking of data within focus groups fosters an environment of deeper elaboration, resulting in a more comprehensive understanding of relationships and their characteristics. The participant observation method, involving observation, active engagement, and informal interviews, stands out as an effective approach for comprehensive data collection. This method employs a combination of structured observation and both formal and informal interviews to offer a nuanced perspective on relationships. It facilitates a holistic understanding of social dynamics, incorporating both subjective and objective viewpoints, meticulously documented in a field diary. Immersion in the social context enables researchers to acquire invaluable insights into the complexities of social networks (Clark & Trousdale, 2013).

Although document analysis does not provide first-hand subjective testimonies, it is still valid tool for the researcher to develop alternative and complementing ideas for data explanation. Document analysis can also have a critical role in enriching data for more comprehensive SNA analysis (Alfani & Gourdon, 2012; McLean, 2007; Padgett & Ansell, 1993). Researchers, by selecting documents that are pertinent to the social network they are studying, can approach and check the existing data through different sources such as social media or any other documents. Document analysis, like any other qualitative research method add a layer of depth to social network analysis by providing textual and contextual information that can enhance researcher's understanding of the network's structure, function, and the social processes at play within it. It allows to capture the "how" and "why" behind network connections and interactions. Unlike the adaptability observed in

various qualitative methodologies, document analysis, which encompasses archival research, adopts a more concentrated approach. This technique heavily depends on pre-existing content and does not possess the ability to create fresh data beyond the confines of the provided textual resources. Nevertheless, document analysis continues to serve as a valuable instrument for particular research goals and can be a valuable supplement to other qualitative techniques.

Qualitative data is processed in Qualitative Data Analysis Software (QDAS), which makes it easier to link it to already obtained SNA - the network diagram and corresponding, quantitative analysis.

Returning to the empirical example, qualitative interviews were most relevant technique to employ in this research to augment and enhance the dataset. Specifically, 23 in-depth interviews were selected from the initial pool of 76 students, with 11 participants drawn from those who had completed the survey and 13 from those who had not. In the former case, respondents were purposively selected based on their roles and positions within the social networks, encompassing students with the highest and lowest interactions in each category of interactions, considering both high and low GPA. The interviews were conducted using semi-structured interview guides, prompting students to share insights about their experiences and how various forms of interactions influenced their academic outcomes, specifically GPA. Conversely, the interviews with the remaining 13 students served a dual purpose: firstly, to gather survey responses in person, and secondly, to elicit reflections on their survey answers and discern how their interactions impact their academic performance.

As elucidated earlier, the acquisition of data pertaining to students' subjective interpretations of the influence of various interactions on their GPA constitutes a fundamental element of the proposed research design. This approach offers an insider perspective and phenomenological insights into the social network dynamics, thereby contributing to a nuanced comprehension of the intricate relationship between interactions and GPA at both individual and group levels.

2.3. Third Phase

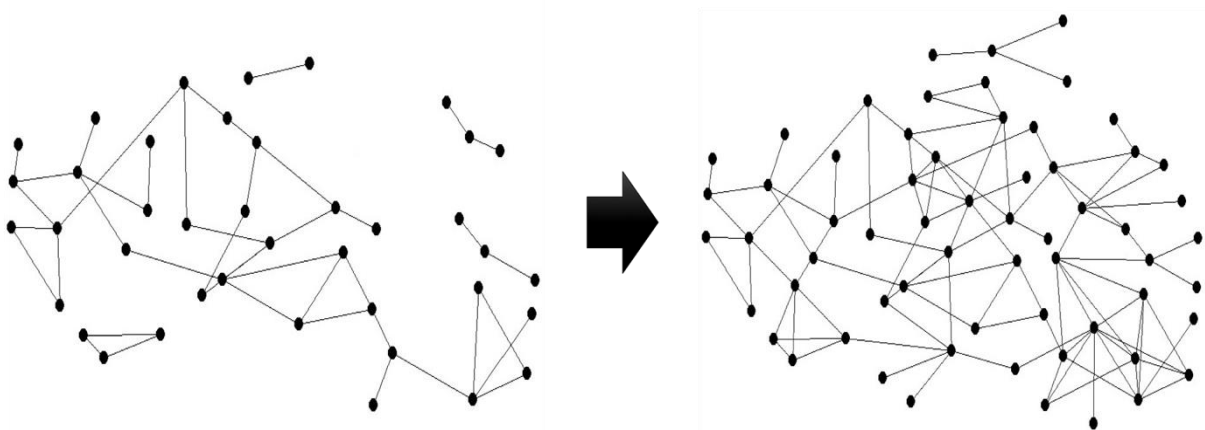
In this phase qualitative data results are integrated with existing SNA from the Phase#1. This means that new data a) completes the missing data, b) sheds light to puzzles and inconsistencies, c) reveals new patterns that are important for micro-macro model of the given social phenomenon, and d) eventually, new finalized network visualization and analysis achieved. Where actors (nodes) or ties are missing, relevant data is added to the SNA node/tie data and SN diagrams are updated

accordingly. As for other variables they are put in relation to network variables and explained in narrative, holistically.

Diagram 1 (see the page 12) illustrates how data updates can lead to either the culmination of final visualization/analysis or to further survey and/or qualitative data collection. This is where the grounded theory principle comes into play. When a researcher determines that it's time to construct an interconnected model of social behavior, the research process reaches its conclusion. The research output becomes a social mechanism featuring interrelated categories that elucidate the connection between macro and micro processes. However, if qualitative research and data updates give rise to additional questions, the entire data collection and analysis cycle recommences until the developed mechanism is comprehensive. This iterative process embodies triangulation, ultimately resulting in a robust and dependable explanatory framework.

In the empirical example portrayed in Diagram 2, a noticeable enhancement in the comprehensiveness of the network visualization is evident from qualitative research phase. The incorporation of new students resulted in a substantial alteration of the network structure, leading to a more intricate visualization and quantitative data analysis. Additionally, the insights shared by students regarding the influence of their relationships, interactions and interactions on academic performance contributed significantly to a more holistic understanding of the causal relationships underlying the variables. The interview data is highly detailed, encompassing various aspects related to individuals within the group context. Beyond merely filling in the gaps left by the online survey, the interviews provide a contextual understanding of interrelated factors in relation to the study variables.

Diagram #2 – Data Completion from the First to Second Phases



Source: Research Project - How Social Capital Affects Academic Performance: A New Approach to Higher Education – supported by Shota Rustaveli National Science Foundation, Tbilisi, Georgia. Free University of Tbilisi, Tbilisi, Georgia. 2019-to date.

The proposed research design integrates data from micro, meso, and macro processes by employing quantitative methods to understand individual connections (micro, meso, macro), followed by qualitative techniques that delve into group dynamics (micro, meso). The integration of these methodologies refines the overall network analysis, encompassing larger structures and patterns from larger to smaller context. This cyclic process continuously refines and merges insights from these levels, culminating in a holistic understanding of the social system.

Conclusion

This article advocates the SNA mixed design as a reliable tool for developing social mechanisms to explain phenomena. Sociology grapples with generating valid and reliable knowledge, prompting an ongoing exploration of effective research methods. The proposed SNA mixed methods design integrates micro, meso, and macro processes, using quantitative methods to explore individual connections, followed by qualitative techniques to delve into group dynamics. This integration refines network analysis, revealing larger structures and patterns, creating a comprehensive understanding. SNA as a field permits the fusion of deductive and inductive techniques, uniting different data types to create a more holistic picture, connecting subjective and objective viewpoints. This approach allows for the development of a comprehensive social mechanism, emphasizing the importance of integrating methodological traditions.

Bibliography

- AGNEESSENS, Filip; LABIANCA, Giuseppe (2022), "Collecting survey-based social network information in work organizations.", *Social Networks*, 68(3): 31-47.
- AHRENS, Petra (2018), "Qualitative network analysis: A useful Tool for Investigating Policy Networks in Transnational Settings?", *Methodological Innovations*, 11(1): 205979911876981
- ALFANI, Guido; GOURDON, Vincent (2012), "Entrepreneurs, Formalization of Social Ties, and Trustbuilding in Europe.", *Economic History Review*, 65 (3):1005-1028.
- BARNES, Arundel John (1954), "Class and committee in a Norwegian island parish.", *Human Relations*, 7(1): 39-58.
- BERNHARD, Stefan (2018), "Analyzing Meaning-Making in Network Ties—A Qualitative Approach.", *International Journal of Qualitative Methods*, 17(1):1609406918787103.

- ZHGHEINTI, Nino (2023), "Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 130 - 148
- BORGATTI, Stephen Peter; CARLEY, Kathleen M.; KRACKHARDT, David (2006), "On the Robustness of Centrality Measures under Conditions of Imperfect Data.", *Social Networks*, 28(2):124–136.
- BORGATTI, Stephen Peter; EVERETT, Martin G. (2006), "A Graph-theoretic perspective on centrality, Social Networks.", *Social Networks*, 28(4): 466-484.
- BUNGE, Mario (2004), "How Does It Work?: The Search for Explanatory Mechanisms.", *Philosophy of the Social Sciences*, 34(2):182–210.
- BURT, Ronald Stuart (1992), *Structural Holes: The Social Structure of Competition*, Harvard University Press.
- BYRNE, David; Callaghan, Gillian (2022), *Complexity Theory and the Social Sciences: The State of the Art*, London, England, Routledge.
- CARPENTIER, Normand; DUCHARME, Monique Francine (2005), "Support Network Transformations in the First Stages of the Caregiver's Career.", *Qualitative Health Research*, 15(3):289–311.
- CARPENTIER, Normand, DUCHARME; Monique Francine (2007), "Support Network Validity: the Example of the Social Network of Caregivers of Older Persons with Alzheimer-Type Dementia.", *Canadian Journal on Aging / La Revue Canadienne du Vieillissement*, 26(1): 103 – 116.
- CARRINGTON, J. Peter; SCOTT, John; WASSERMAN, Stanley (2005), *Models and Methods in Social: Network Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CLARK, Lynn; TROUSDALE, Graeme (2013), "Using Participant Observation and Social Network Analysis", in Manfred Krug, Julia Schlüter (eds.), *Using Participant Observation and Social Network Analysis*, Cambridge University Press, pp. 36-52.
- CROSSLEY, Nick (2010), "The Social World of the Network: Combining Qualitative and Quantitative Elements in Social Network Analysis.", *Sociologica*, 0-0.
- DANOWSKI, James A. (1993), "Network Analysis of Message Content", in G. Barnett, and W. Richards (eds.), *Progress in communication sciences XII*, Norwood, NJ: Ablex, pp.197-222.
- DURKHEIM, Emile (1893), *The Division of Labour in Society*, New York, The Free Press.
- FETTERS, Michael D.; MOLINA-AZORIN, Jose F. (2017), "The Journal of Mixed Methods Research Starts a New Decade: The Mixed Methods Research Integration Trilogy and Its Dimensions.", *Journal of Mixed Methods Research*, 11(3): 291-307.
- FONTANA, Andrea; FREY, James H., (2005), "The Interview: From Neutral Stance to Political Involvement", in Norman Kent Denzin, Yvonna Sessions Lincoln, *The Sage Handbook of Qualitative Research*, Sage Publications, pp. 695-727.
- FREEMAN, Linton Clarke (1977), "A Set of Measures of Centrality based on Betweenness.", *Sociometry*, 40(1): 35-41.

- ZHGHENTI, Nino (2023), "Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 130 - 148
- FREEMAN, Linton Clarke (1979), "Centrality in social networks: I. Conceptual Clarification.", *Social Networks*, 1(3): 215-239.
- FREEMAN, Linton Clarke (2000), "Visualizing social networks", *Journal of Social Structure*, 1(1). Available at: <http://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume1/Freeman.html>.
- FROEHLICH, Dominik E.; VAN WAES, Sara; SCHÄFER, Hannah (2020), "Linking Quantitative and Qualitative Network Approaches: A Review of Mixed Methods Social Network Analysis in Education Research.", *Review of Research in Education*, 44(1): 244-268.
- FUHSE, Jan; MÜTZEL, Sophie. (2011), "Tackling Connections, Structure, and Meaning in Networks: Quantitative and Qualitative Methods in Sociological Network Research.", *Quality and Quantity*, 45:1067–1089.
- GRANOVETTER, Mark S. (1973), "The Strength of Weak Ties.", *American Journal of Sociology*, 78(6):1360–1380.
- GRANOVETTER, Mark S. (1974), *Getting a Job: A Study of Contacts and Careers*, Cambridge (MA), Harvard University Press.
- GRANOVETTER, Mark S. (1985), "Economic Action and Social structure: The problem of Embeddedness.", *American Journal of Sociology*, 91(3): 481-510.
- HOLLSTEIN, Betina (2011), "Qualitative Approaches", in Scott John; Peter J. Carrington (eds), *Sage Handbook of Social Network Analysis*, London, New Delhi, India: SAGE, pp. 404–417.
- IVANA, Greti-Iulia (2017), "Fake It Till You Make It: Imagined Social Capital.", *The Sociological Review*, 65(1): 52–66.
- KASPER, Eric (2021), "Seeing Change in Urban Informal Settlements with Social Network Analysis.", *Environment and Urbanization*, 33(1): 151–172.
- KATZ, Elihu (1957), "The Two-Step-Flow of Communication. An Up-to-Date Report on a Hypothesis.", *Public Opinion Quarterly*, 21(1):61 – 78.
- KNIGHT, Frank H (1921); "Risk, Uncertainty and Profit", University of Illinois at Urbana-Champaign's Academy for Entrepreneurial Leadership Historical Research Reference in Entrepreneurship, Hart, Schaffner, and Marx; Houghton Mifflin.
- LÄNGLER, Manuel; BROUWER, Jasperina; GRUBER, Hans (2019), "Data Collection for Mixed Method Approaches in Social Network Analysis", in Domenik E. Froehlich, Martin Rehm, Bart C. Rienties (eds.), *Mixed Methods Social Network Analysis (1st ed)*, Routledge, pp. 25–37.
- LASSWELL, Harold D. (1932), "The Triple Appeal Principle.", *American Journal of Sociology*, 37(4): 523–538.
- LAZARSFELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel (1944), *The People's Choice*, New York: Free Press.

- ZHGHENTI, Nino (2023), "Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 130 - 148
- LORRAIN, Francois; WHITE, Harrison C., (1971), "Structural Equivalence of Individuals in Social Networks.", *Journal of Mathematical Sociology*, 1(1): 49-80.
- MALINOWSKI, Bronislav (1922), *Argonauts of the Western Pacific*, London, George Routledge & Sons Ltd.
- MARTÍNEZ-MONÉS, Alejandra; DIMITRIADIS, Yannis.; AVI, Bartolome R.; GOMEZ-SANCHEZ, Eduardo; De LA FUENTE, Pablo (2003), "Combining Qualitative Evaluation and Social Network Analysis for the Study of Classroom Social Interactions.", *Computers & Education*, 41(4): 353-368.
- MCLEAN, Paul D. (2007), *The Art of the Network*, Durham, Duke University Press.
- MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael (1994), *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*, Sage Publications.
- MORENO, Jacob (1934), *Who shall Survive?*, New York, Beacon Press.
- NADEL, Siegfried Frederick (1957), *The theory of Social Structure*, London, Cohen and West.
- NEWMAN, Mark (2010), *Networks. An Introduction*, Oxford University Press.
- NOORAIE, Yousefi Reza; Sale, Joanna E. M.; MARIN, Aelxandra; ROSS, Lori E. (2020), "Social Network Analysis: An Example of Fusion Between Quantitative and Qualitative Methods.", *Journal of Mixed Methods Research*, 14(1):110–124.
- OKADA, N. (1986), "The Process of Mass Communication: a Review of Studies on the Two-Step Flow of Communication Hypothesis.", *Studies of Broadcasting*, 22:57 – 78.
- PADGETT, John F.; ANSELL, K. Christopher (1993), "Robust Action and the Rise of the Medici, 1400-1434.", *America Journal of Sociology*, 98(6): 1259-1319
- PATTISON, Philippa (1993), *Algebraic Model for Social Networks*, Cambridge (MA), Cambridge University Press.
- PESCOSOLIDO, B. A., PERRY, B. L. & BORGATTI, S. P. (Eds.). (2018), "Sociocentric and Egocentric Approaches to Networks", in *Egocentric Network Analysis: Foundations, Methods, and Models*, Cambridge University Press, pp. 20–34.
- RYAN, Louise (2016), "Looking for Weak Ties: Using a Mixed Methods Approach to Capture Elusive Connections: Looking for Weak Ties.", *The Sociological Review*, 64(4): 951-969.
- RYAN, Louise; D'ANGELO, Alessio (2018), "Changing Times: Migrants' Social Network Analysis and the Challenges of Longitudinal Research.", *Social Networks*, 53:148–158.
- SCHEPIS, Daniel (2011), "Social Network Analysis from a Qualitative Perspective", in Conference: Australian and New Zealand Marketing Academy Conference, Perth, Australia, 28-30 Nov, 2011.

ZHGHEINTI, Nino (2023), "Leveraging Social Network Analysis for a Fusion of Methodologies in Sociology", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 130 - 148

SCHIPPER, Danny; SPEKKINK, Wouter (2015), "Balancing the Quantitative and Qualitative Aspects of Social Network Analysis to Study Complex Social Systems.", *Complexity, Governance & Networks*, 2(1): 5-22.

SCOTT, John (2000), *Social Network Analysis: A Handbook, Second Edition*, London, Sage Publications.

WASSERMAN, Stanley; FAUST, Katherine (1994), *Social Network Analysis: Methods and Applications (Structural Analysis in the Social Sciences)*, Cambridge, Cambridge University Press.

WHITE, Harrison C. (2008), *Identity and Control: How Social Formations Emerge (Second Edition)*, Princeton University Press.

WHITE, Harrison C. (1963), *An Anatomy of Kinship: Mathematical Models for Structures of Cumulated Roles*, (NJ), Prentice-Hall.

WHITE, Harrison C.; BOORMAN, Scott. A.; BREIGER, Ronald L. (1976), "Social Structure from Multiple Networks. I. Blockmodels of Roles and Positions.", *American Journal of Sociology*, 81(4): 730-780.

Acknowledgements

The paper was developed within the framework of the research project titled "How Social Capital Affects Academic Performance: A New Approach to Higher Education," funded and supported by the Shota Rustaveli National Science Foundation (SRNSFG) in Tbilisi, Georgia. Grant Number: YS19-439.

Nino Zhghenti. School of Governance and Social Sciences. Free University of Tbilisi, Tbilisi, Georgia. Email: n.zhgenti@freeuni.edu.ge. Tel: +995599226069. Kakha Bendukidze Campus, 240 David Aghmashenebeli Alley, Tbilisi, 0131, Georgia

Artigo recebido a 12 de novembro de 2023 e aceite a 25 de janeiro de 2024.

FÓRUM

Sobre a génese de *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana. Esboço de análise sociológica*. Entrevista por Virgílio Borges Pereira¹

Por

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A publicação de *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana. Esboço de análise sociológica*, o mais recente livro de José Madureira Pinto, Professor aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, é o motivo para uma longa conversa onde se procura situar a génese da obra e documentar as principais preocupações analíticas que estiveram na sua origem. Fruto de um prolongado estudo de Sociologia da Ciência dedicado à investigação económica de John Kenneth Galbraith, o livro em apreço envolve uma incursão aprofundada sobre o campo académico da Economia norte-americana e sobre a vida de Galbraith neste. Ao longo das páginas que se seguem esclarecem-se inquietações iniciais, prioridades analíticas, potenciais ilações inscritas no livro e no trabalho desenvolvido em torno deste.

Virgílio Borges Pereira (VBP): *Para abertura de conversa, e para quem não conheça a história social desta pesquisa, julgo que seria muito interessante sabermos um pouco mais sobre a génese deste interesse pela obra do John Kenneth Galbraith. Para quem conhece o trabalho do Professor, este interesse não é uma surpresa. Tanto nas nossas conversas, ao longo do tempo, como em muitas das pesquisas realizadas pelo Professor, foi sempre claro para mim e para nós, que colaboramos com o Professor, o interesse genuinamente profundo que nutre pela análise sociológica dos fenómenos económicos. Este interesse tem uma entre várias particularidades: sendo sociologicamente informado, combina-se com um olhar também ele muito actualizado, próprio de um "insider", sobre as lógicas sociais subjacentes à estruturação dos fenómenos económicos, sem*

¹ A presente entrevista encontra-se redigida de acordo com o antigo Acordo Ortográfico.

perder de vista a lógica de funcionamento do campo académico da Economia. O interesse pela obra económica de Galbraith advirá desta forma específica de olhar, creio. Nesse sentido, quando e em que circunstâncias surgiu esse interesse pela obra de Galbraith? E quando e em que circunstâncias surgiu a ideia de escrever sociologicamente sobre ele?

José Madureira Pinto (JMP): Não me recordo de, durante os cinco anos que durou a minha formação universitária em Economia (1963-1968), ter tido contacto com a obra de John Kenneth Galbraith, apesar de, por essa altura, graças a um conjunto de artigos e de livros de Economia amplamente difundidos tanto entre o público leitor, em geral, como na comunidade científica, em particular, já a mesma se ter tornado bem conhecida e objecto de viva controvérsia na América e na Europa. Não creio, para ser mais preciso, que *American Capitalism. The Concept of Countervailing Power* ou *The Affluent Society*, livros publicados em 1952 e 1958, respectivamente, e que constituíram marcos sonantes no percurso académico-científico de J. K. Galbraith, tivessem tido eco perceptível no conjunto de textos e de referências intelectuais a que, como estudante de uma Licenciatura em Economia, fui acedendo. Tal não impediu, ainda assim, que, algum tempo após a conclusão do referido curso, e fora já do enquadramento bibliográfico escolarmente induzido, viesse a ler a segunda daquelas obras, entretanto traduzida em português pelo prestigiado professor de Economia Agrária, Henrique de Barros – uma leitura que, devo confessar, começou por me causar alguma estranheza.

Os primeiros Capítulos de *A Sociedade da Abundância* desenvolviam, num registo crítico e com grau de erudição que nem sempre me foi fácil acompanhar, a ideia de que o conhecimento científico cristalizado nas grandes obras e manuais de ensino da Economia tendia a estar sistematicamente desfasado em relação às dinâmicas concretas da vida económica. Um dos sinais mais reveladores dessa tendência seria, de acordo com Galbraith, a insistência dos economistas em atribuírem lógicas de tipo puramente concorrencial a comportamentos económicos que, de facto, há muito tinham perdido essa característica.

Só a cedência a um equívoco desse tipo justificava, por exemplo, que, não obstante terem vindo a generalizar-se, na esfera económica, ao longo do século XX, relações marcadas por profundas assimetrias e desigualdades (tanto em recursos como em poder ao alcance dos agentes envolvidos), nas quais patentemente se revelava, além disso, a presença actuante de múltiplas instituições do Estado e de outros actores colectivos, continuassem os economistas convencionais a sustentar (e a disseminar através do sistema de ensino) a ideia de que tal esfera se mantinha, no essencial, como um espaço de livre e equânime intercâmbio entre sujeitos económicos autónomos.

Argumentava-se ainda em *A Sociedade da Abundância* que igualmente irrealista e despropositado seria o relevo que, entre os detentores e promotores da “sabedoria económica convencional”, continuava a ser dado, em meados do século XX, ao pressuposto segundo o qual os

agentes económicos estavam naturalmente sujeitos a ter de enfrentar situações de escassez generalizada de recursos, com isso legitimando, aliás, duas outras ideias: em primeiro lugar, a de que seriam a produtividade e o crescimento, muito mais do que a distribuição de rendimentos ou a reprodução de desigualdades económicas, os problemas que a Economia devia prioritariamente enfrentar; em segundo lugar, a de que a chave para os resolver residiria na (ou emanaria da) lógica competitiva espontânea universalmente associada ao(s) mercado(s).

Sendo aceitável que aquele pressuposto tivesse sido acolhido pelos Clássicos da Economia, uma vez que a escassez generalizada de recursos foi um facto com que muitos deles reiteradamente se confrontaram, a verdade é que, observava Galbraith, a “*tradition of despair*” nele inspirada deixara de fazer sentido a partir da altura em que a análise económica passou a tomar como referente privilegiado sociedades que claramente haviam ultrapassado um estágio de penúria generalizada.

Com a leitura de *A Sociedade da Abundância* ganhava força, por outro lado, a suspeita (que a crítica do consumismo gerado pelo modo de produção capitalista viria entretanto a aprofundar noutros quadrantes intelectuais) de que o sistema de necessidades do consumidor, um pólo da vida económica que a sabedoria convencional tem tendência a isentar de qualquer problematização (naturalizando-o), não podia senão ser encarado como lugar de intersecção de dinâmicas económico-sociais com traços e história próprias, entre os quais, em lugar de destaque, aqueles que se prendem com estratégias de afirmação e consolidação do poder das grandes empresas. Em vez de se limitar a satisfazer necessidades e procuras de um consumidor tido como “soberano”, o que, bem pelo contrário, tenderia a acontecer – garantia Galbraith - é que a “tecnoestrutura” que materializa esse poder procurasse adaptar este último aos objectivos de sobrevivência e crescimento empresariais. Em vez de se limitar, como se dá a entender numa lógica de “*accepted sequence*”, a satisfazer procuras espontaneamente emanadas dos consumidores, a tecnoestrutura tenderia, isso sim, a *construir/induzir* tais procuras, adaptando-as aos seus objectivos através do controlo das incertezas de mercado. É o que, para marcar distâncias em relação ao sacralizado princípio da soberania do consumidor, leva Galbraith a falar em “*revised sequence*”, invocando, além disso, uma efectiva “soberania *do produtor*”. Na sua perspectiva, a decisão sobre o que deve ser produzido pertence, não ao consumidor “soberano”, que, por via do mercado, ajustaria os mecanismos económicos à sua irrevogável vontade, pertence, sim, em última análise, à grande organização produtiva - é esta que submete o consumidor (a necessidades que, afinal, são as dela e não as dele).

Elidir o processo de indução de necessidades, padrões e normas de consumo em que o pólo dominante do campo económico-empresarial participa activamente (“*dependence effect*”) tem, entre outras implicações ideológicas e práticas, salvaguardar “*the paramount position of production*” - esse apego por um incremento incondicional da produção de que, como já se disse a propósito da “*tradition of despair*”, a sabedoria convencional em Economia está fortemente impregnada, e que,

segundo Galbraith, é legítimo considerar, no caso de sociedades de capitalismo industrial avançado, uma das contrapartidas “convenientes” dos interesses económicos instalados (“*the growth lobby*”). É um tópico que emerge, em *The Affluent Society*, em articulação com uma visão pioneira sobre os processos de reprodução da pobreza e sobre os riscos ambientais associados ao crescimento económico.

A acentuação das dimensões simbólico-ideológicas do processo de indução de necessidades e da procura não impede o autor de prestar a devida atenção às suas componentes propriamente financeiras, nomeadamente as que se manifestam na ligação íntima entre “*want creation*” e “*consumer debt*”, e na tendência para que a marcha em direcção a padrões médios de vida mais elevados seja acompanhada, nessas mesmas sociedades, por níveis crescentes de endividamento (a que, aliás, o espectro da inflação furtivamente se juntará) - um tema sempre actual que, no entanto, tende a ser subvalorizado ou mesmo recalcado, por inconveniente, noutros quadrantes teóricos. Em *The great crash, 1929*, obra publicada em 1954, e, mais tarde, em *A short history of financial euphoria* (1994), são várias as indicações dadas por Galbraith sobre a forma de encarar com a necessária lucidez os fenómenos de desregulação e especulação dos mercados financeiros, bem como do endividamento das famílias e das empresas e respectivos efeitos de desestabilização na “*economia real*”.

À medida que, em fase de conclusão de uma formação em Economia, o meu centro de interesses intelectuais se foi alargando a domínios relativamente afastados do então dominante “núcleo duro” da disciplina (graças em boa parte ao desvendamento, algo encantado mas muito inspirador, de dimensões sociais da economia que alguma familiaridade com o marxismo pusera ao meu alcance), iam-me entrando na consciência argumentos que Galbraith aprofundara noutras obras (nomeadamente em *The New Industrial State*, datada de 1967, e *Economics and the Public Purpose*, publicada em 1973).

Sendo certo que alguns desses argumentos se limitavam a retomar a crítica genericamente dirigida pelo autor ao recalçamento das relações de poder no estudo dos fenómenos económicos, outros envolviam já uma especificação, que me pareceu muito pertinente, dos fundamentos e mecanismos de poder imputáveis, em sociedades de capitalismo industrial avançado, à tecnoestrutura e burocracia empresariais, bem como às relações (“convenientes”) por estas mantidas com o Estado e as engrenagens sociais de dominação simbólico-ideológicas. Igualmente válida se me afigurou a teorização proposta por Galbraith acerca do carácter dual e das principais contradições estruturais do sistema económico, em particular as decorrentes do desequilíbrio entre provisão privada e provisão pública de bens e serviços que se teria instalado nas economias contemporâneas; como adequado me pareceu ainda o diagnóstico (tão surpreendente como cáustico) por si formulado a propósito da tendência do pensamento económico dominante para desvalorizar, quando não elidir

drasticamente, quer a contribuição das mulheres para o processo de desenvolvimento, quer, noutra dimensão, as consequências impostas pela estrutura de desigualdades sociais na distribuição de rendimentos.

À medida que se consumava a conversão da minha formação de economista na de sociólogo (um processo que se desenvolveu, depois de 1974, e sob a sábia e muito amigável direção do professor Armando Castro, em acumulação com o ensino de questões epistemológicas e metodológicas das Ciências Sociais na Licenciatura em Economia da Faculdade de Economia do Porto), acabei por regressar regularmente, embora sem a sistematicidade que se exigiria a um justo e rigoroso ajuste de contas com aprendizagens passadas, ao conjunto de tópicos e modos de problematização sugeridos pela obra de John Kenneth Galbraith. Mais precisamente, o apelo galbraithiano a uma crítica do paradigma dominante em Economia que assentasse numa abordagem histórica e sociologicamente informada dos seus pressupostos e conceitos acabou por vir a estar muito presente nas tarefas de ensino a que no referido contexto académico me dediquei – embora não creia, em bom rigor, que tenha sido esse o vector que mais decisivamente as estruturou.

Acontece que, em 2012, quando já era professor aposentado da Faculdade de Economia e membro do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, recebi um convite para fazer a Conferência Inaugural do Programa de Doutoramento em Sociologia organizado conjuntamente pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da então Universidade Técnica de Lisboa, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a indicação adicional de que, em caso de anuência, teria como receptores/interlocutores prováveis estudantes com formações académicas de base em Economia ou em Sociologia.

Aceite o encargo, seguiu-se um período em que, a par de actividades de investigação mais urgentes, fui tentando delinear mentalmente, de forma tateante, o tema da intervenção a que me comprometera. Foi então que voltei a cruzar-me com a figura e a obra de John Kenneth Galbraith. É difícil saber se, no misterioso processo abduutivo desencadeado por tal retorno, terei sido eu “a cair em Galbraith” ou terá sido “Galbraith a cair em mim”. A verdade é que o conteúdo da intervenção que haveria de concretizar-se em Novembro de 2012 no ISEG foi tomando forma, ao mesmo tempo que lhe fui associando, por extensão, um título provisório: “*Em louvor da Economia Política: um guião sociológico a partir de John Kenneth Galbraith*”.

A “Questão Orientadora” a que decidi submeter-me ganhava, entretanto, também ela, contornos relativamente precisos: “*Pode um ‘regresso’ à Economia Política pela mão de John Kenneth Galbraith contribuir para enriquecer a agenda teórica da Sociologia e inspirar programas*

de investigação interdisciplinar sobre os factos sociais?”.

Nesta linha, o primeiro ponto que me permiti enfatizar foi o de que, perante a complexidade dos factos sociais e a natureza das “crises” que neles tendem a perpetuar-se, abordar a “dimensão económica” dos mesmos é uma exigência incontornável, sendo por isso ilegítimo que tal se faça sem estudar “Economia”. Mas não deixei de afirmar a seguir que estudar Economia para compreender sociologicamente a crise obriga a conviver de perto com concepções económicas alternativas às que constituem o multi-resistente paradigma (neo)clássico da disciplina.

Este último ter-se-á construído e imposto como saber erudito respeitável tomando por base um conjunto de pressupostos que dificultam, se é que não inviabilizam, um diálogo construtivo com as principais correntes da sociologia contemporânea. Obnubilados pela ambição de serem acolhidos nos círculos e circuitos das ciências exactas, os economistas deixaram-se enredar frequentemente na teia de um conjunto de pressupostos e procedimentos analíticos que, podendo exibir requisitos de rigor formal, retiram realismo aos modelos interpretativos propostos. Dir-se-á, para usar terminologia cara ao próprio Galbraith, que o “cientismo mimético” a que os economistas tão frequentemente cedem, faz com que muitos dos modelos por si propostos intervenham, no campo científico e no espaço social em geral, como “ficções convenientes”.

Se, não obstante o que acaba de ser dito, continua a fazer sentido que se apele a que os sociólogos estudem e mobilizem nas suas pesquisas, sem inibições e reticências de princípio, conhecimentos produzidos e validados no âmbito da Economia, tal decorre de se reconhecer que, ainda que em posição subalterna, continua a haver nesta última disciplina linhas de reflexão teórica e de pesquisa empírica cujos fundamentos são não apenas epistemologicamente congruentes, como por vezes surpreendentemente complementares relativamente aos modos de abordagem sociológica da realidade: é o caso, entre outros, de múltiplas variantes da chamada Economia Institucionalista, do(s) Keynesianismo(s), da Teoria da Regulação, para não falar já de correntes de inspiração marxista associadas sobretudo à “Economia Radical”.

John Kenneth Galbraith insere-se, ainda que de modo singular, neste universo intelectual alternativo, sendo que uma das marcas fundamentais do seu trabalho consiste em sempre ter sabido fazer preceder e acompanhar as suas principais realizações teórico-analíticas de uma crítica cerrada aos pressupostos, conceitos e corolários político-ideológicos da Economia (Neo)Clássica. Quanto propriamente ao conteúdo das principais propostas galbraithianas de análise das economias de capitalismo avançado que expus na lição, não surpreenderá que ele se tenha aproximado das considerações que já deixei registadas a esse propósito nesta entrevista.

Sem poder avaliar a eficácia que a minha prelecção terá tido nos trabalhos posteriormente desenvolvidos pelos doutorandos seus destinatários, decidi, pela minha parte, não perder a oportunidade de, concluída a tarefa que me havia sido cometida, pensar um pouco mais, e sob um prisma renovado, na intrigante questão que, relendo Galbraith, passara a prender-me a atenção: por que razão (logo me pareceu, aliás, que, em boa verdade, seriam várias e do foro eminentemente sócio-institucional as “razões” que iria ter de procurar...), tendo Galbraith sido um dos economistas mais lidos e discutidos, dentro e fora da América, na segunda metade do século XX, acabou por ser tão discreto e secundário o lugar que a literatura e as instâncias de consagração académica, entretanto dominantes na Economia, lhe reservaram?

Foi a tentativa de dar resposta cabal a tal questão que esteve na origem de *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana. Esboço de análise sociológica*, o livro sobre que se debruça a presente entrevista.

A primeira observação a fazer a este propósito é dirigida àqueles que, perante o título e, sobretudo, o sub-título da obra, possam estranhar que, reivindicando-se ela do estatuto de “análise sociológica”, tenha sido, afinal, sobre a carreira como economista de *um indivíduo singular* (concretamente, *John Kenneth Galbraith*, nascido em 1908 em *Iona Station*, Ontario, Canadá, e falecido noventa e oito anos depois, em Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos da América) que a atenção e o empenhamento analítico do autor se concentraram.

São muitos aqueles que, tolerando mal a pretensão de objectivar cientificamente o mundo social e, por maioria de razão, o (“inefável”) domínio dos conhecimentos, saberes e impressões subjectivas que sobre esse mundo se tenham eventualmente formado, entendem que, a querer insistir-se em tal tipo de indagação, deveria ela restringir-se, quando muito, ao enunciado de umas tantas proposições e evidências sobre a natureza, as funções e o funcionamento de entidades reconhecidamente “colectivas” (“família”, “profissão”, “etnia”, “grupo/classe social”, “meio social”, etc.) que nele manifestamente se evidenciem. Nessa perspectiva, o tipo de problematização a que uma disciplina como a Sociologia poderia legitimamente aspirar deveria limitar-se à invocação dos sistemas, grupos ou outras entidades “colectivas” associados, por uma ou outra razão, aos objectos sob escrutínio – nunca pelo enunciado de traços e modelos explicativos reportados a *indivíduos*, a relações *entre indivíduos* ou a práticas *individuais* concretas.

Ora, aparentemente, foi uma orientação deste último tipo aquela que, em bom rigor, seguimos na nova fase do estudo. Com efeito, em vez de nos termos limitado aí a procurar identificar “agregados” a que o sujeito/economista sob escrutínio tivesse estado associado, ou então “propriedades globais” de que, em última instância, “tivessem dependido essencialmente” os seus comportamentos (acreditando poder “deduzir”, a partir dos traços assim retidos, os “verdadeiros”

geradores das suas práticas), o que, ao longo do livro, quisemos fazer foi estudar a carreira científica e profissional de um *indivíduo concreto* (no caso, o economista “*John Kenneth Galbraith*” tomado na sua inescapável *singularidade*), problematizando-a e equacionando-a à luz do *sistema estruturado de relações* familiares, escolares, classistas, culturais, académico-científicas, políticas (chamemos-lhes em termos genéricos *relações sociais*) cujos contornos, pertinência e poder explicativo se fossem metodicamente desvendando e legitimando ao longo da pesquisa. Foi à luz de tais relações, e não da mera justaposição de alegadas “propriedades essenciais” atribuíveis a colectivos implicados no itinerário descrito, que se definiu, ao longo da obra, a pertinência, enquanto objecto sociológico e agente social historicamente influente, do personagem estudado.

Não se tratou, com a postura assumida, de, ao pensar, desde logo, a infância e juventude do biografado, apagar da análise do seu percurso de vida referências explícitas à família, ao grupo social, à comunidade local de origem ou a qualquer outra entidade colectiva a que o mesmo tenha estado ligado, quando jovem, no espaço rural canadiano. Optou-se, sim, por assumir que, do ponto de vista sociológico, mais importante do que assinalar genericamente tais pertenças (ou o “poder explicativo” de que, em abstracto, alegadamente elas seriam dotadas), seria identificar as *relações* (estruturais e estruturantes) de intercâmbio económico, sociabilitário, cultural e até político que o jovem John Kenneth pôde (ou não pôde) experienciar nessa fase da sua existência: ligações (efectivas, imaginadas ou ambicionadas) com as grandes cidades vizinhas (Ontario, Buffalo, Detroit), com o sistema escolar canadiano e estado-unidense (através da frequência do *Ontario Agricultural College*, em Guelph, ou da interiorização de um projecto de prossecução de estudos de nível superior numa universidade norte-americana de referência) ou mesmo com o sistema político-partidário americano, no caso, por intermédio e influência de seu pai (figura liderante na comunidade de origem e referência familiar marcante).

Foi ainda este modelo relacional de indagação o privilegiado quando, para dar conta da carreira que Galbraith veio a desenvolver mais tarde, já na condição de economista e académico, nos detivemos nos padrões e lógicas dos espaços intelectuais e sociais específicos com que se cruzou (antes, durante e após o *New Deal*, durante e após a II Guerra Mundial, antes e depois da emergência do Keynesianismo nas políticas económicas correntes, durante os anos de Guerra Fria, etc.). Tratou-se, em todos os momentos analíticos considerados, de identificar e caracterizar as relações que o economista, político e cidadão John Kenneth Galbraith estabeleceu nesses e com esses espaços, e não de querer desvendar marcas ou propriedades “essenciais” pretensamente imputáveis à sua personalidade ou aos lugares sociais que foi ocupando na carreira científico-profissional que abraçou (e que, reciprocamente, o terá abraçado a ele...).

Sabe-se que, para problematizar sociologicamente as redes de relações entre cientistas e a especificidade das respectivas práticas, Pierre Bourdieu recorreu ao conceito de *campo científico*.

Através dele, quis o sociólogo furtar-se quer aos riscos de uma abordagem dos factos em causa que se limite ao enunciado, sempre um tanto vago, dos seus alegados geradores ou determinantes macro-sociais (“modo de produção”, “ideologia”, “cultura” ou “consciência de classe”, entre outras), quer, por outro lado, à tentação de se deixar prender nas armadilhas de uma restituição pretensamente exaustiva das respectivas incidências “micro” (a qual, nem mesmo quando é exemplarmente minuciosa, evita ceder, por efeito de uma espécie de fetichismo impressionista avesso a dar conta de enquadramentos relevantes, às mais vãs ilusões do empirismo).

Na concepção bourdieusiana, para analisar qualquer processo de produção cultural e, como é óbvio, os respectivos produtos (os quais, no caso das ciências, incluem desde interpretações teóricas de grande alcance a resultados de pesquisa empírica bem circunscritos, passando por proclamações metodológicas mais ou menos ambiciosas ou mesmo por propostas de intervenção prática “cientificamente fundamentadas”, entre outras modalidades de expressão possíveis), não basta dar conta, ainda que com aparente exaustividade, dos processos de trabalho, operadores e conteúdos “teóricos” que neles se concretizam, do mesmo modo que, simetricamente, não fará sentido tentar “deduzir” directamente a natureza de tais expressões a partir do contexto social global em que emergiram postulando, neste caso, isomorfismos mais ou menos estritos entre o pólo ou bloco dos processos sócio-económicos globais, por um lado, e o pólo ou bloco dos processos científicos concretos, por outro. De acordo com o sociólogo francês, existe entre os dois pólos ou blocos um universo intermédio – o “campo científico” – onde estão inseridos os agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem a ciência. Sendo um universo social como qualquer outro, o campo científico rege-se por lógicas sociais relativamente autónomas e específicas. Pode e deve por isso ser encarado como um microcosmo que, não escapando a constrangimentos impostos pelo macrocosmo em que se insere, dispõe relativamente a este de uma autonomia parcial, mais ou menos marcada. E foi nessa perspectiva que o percurso académico-científico e a obra de John Kenneth Galbraith foram encarados no livro.

VBP: *Fica clara a gênese do interesse e o percurso que levou à construção do ponto de vista sociológico bourdieusiano sobre Galbraith levado a cabo no livro. Uma das outras especificidades deste último reside, como já se percebeu, nesta convocatória da Sociologia do campo científico inspirada em Bourdieu para o desenvolvimento da investigação proposta. O modus operandi subjacente à realização de pesquisas sociológicas deste teor é especialmente exigente. Neste caso, para além do domínio do corpus analítico da Economia, a “Ciência das Obras” a que Bourdieu apela implicou a construção de uma competência sobre os trabalhos de Galbraith, assim como uma incursão no campo académico disciplinar, perspectivando o percurso do autor estudado neste. Entre a procura de fontes e a análise da própria obra do Galbraith, quais foram os principais desafios que se colocaram à concretização da pesquisa?*

JMP: Na pesquisa sobre a obra e o percurso académico do economista John Kenneth Galbraith, uma primeira decisão prático-metodológica que se entendeu necessário adoptar teve a ver com a delimitação do arco temporal a contemplar na análise. Ora, sem deixar de ter presente a evidência empírica correspondente ao facto de Galbraith ter nascido em 1908 e morrido em 2006 (quase cem anos de vida, portanto), optou-se, em nome dos interesses de pesquisa, por abdicar da análise das incidências do referido percurso que tivessem ocorrido após a passagem de John Kenneth à situação de Professor Aposentado da Universidade de Harvard, consumada em 1975.

Tal opção implicou, entre outras consequências, que o exame panorâmico aqui proposto acerca do desenvolvimento da Economia, em geral, e da Economia norte-americana, em particular, tendo de atender, por exigências de contextualização diacrónica, ao período anterior ao início do século XX, viesse, pelo contrário, a desinteressar-se de estádios mais avançados desse desenvolvimento, incluindo os que, com Galbraith já retirado da actividade regular em Harvard, coincidiram com as duas últimas décadas do mesmo século. É certo que, dada a longevidade do biografado, tomada tanto em sentido literal como enquanto período durante o qual manteve o estatuto de “voz autorizada” na disciplina, a sua intervenção no campo da Economia prolongou-se, de facto, para além da fronteira temporal assinalada; tratou-se, ainda assim, nesse caso, de uma participação bem menos influente do que a concretizada no período de cerca de quase meio século (iniciado, *grosso modo*, com a preparação e obtenção de um doutoramento em Berkeley e concluído após a fase de discussão pública de *Economics and The Public Purpose*, o seu último grande livro), ao longo do qual, John Kenneth Galbraith foi dando a conhecer, junto do público leitor em geral e dos especialistas, em particular, a sua original e pouco ortodoxa perspectiva sobre a natureza e dinâmica dos fenómenos económicos, bem como sobre o modo como os economistas convencionais tendem a encará-la.

Esclarecidos os fundamentos da opção relativa ao intervalo de tempo privilegiado no estudo, outros comentários sobre particularidades do quadro teórico-metodológico adoptado merecem ser formulados.

Um dos mais relevantes prende-se com o facto de, ao decidir encarar o campo científico como um microcosmo dotado de “lógicas sociais relativamente autónomas e específicas”, termos feito questão de eleger o *poder* como dimensão privilegiada de tais lógicas – uma exigência contra a qual, aliás, sempre tantos frontalmente se insurgiram em nome, desde logo, da virtuosa neutralidade axiológica de que presumivelmente está, ou deveria estar, imbuído o conhecimento construído pelas ciências.

Assumir a centralidade analítica do poder no nosso estudo obrigou a esclarecer que, no microcosmo específico sobre o qual o mesmo se debruça, as relações de força e as lutas institucionais relevantes passam pela detenção de uma forma específica de capital – o capital “simbólico” que se presume advir e ser legitimado, aí, pela competência/autoridade científica social e institucionalmente

outorgada aos agentes individuais ou colectivos que nele actuam (aos quais sintomaticamente se atribui a designação genérica de “pares”).

Foi justamente em torno da detenção dessa forma peculiar de capital e da respectiva génese que se definiram, nos estádios do campo académico-científico da Economia analisados no livro, fenómenos e dimensões tão cruciais como: a hierarquização (estabilizada ou em vias de reconstrução) das instituições académicas envolvidas; as ligações (acopladas, sempre que possível, a nexos de causalidade verosímeis) entre pertenças institucionais e tomadas de posição teórica modais dos agentes mais influentes no campo disciplinar considerado; o processo de imposição/rejeição de paradigmas instalados ou emergentes no campo (como foi o caso, a que demos especial relevo, da, inicialmente difícil, mas depois vertiginosa, imposição da teoria keynesiana em baluartes académicos tão determinantes na definição da legitimidade científica na Economia norte-americana como já então era, e continuaria a ser, a mítica *Harvard University*).

A nossa digressão através de tais tópicos nunca deixou de ter como referente e foco central de atenção elementos da formação discursiva em que se exprimiram. Com efeito, foi sempre com apoio em textos subscritos pelo próprio Galbraith ou então por autores que os tenham tomado como referente e/ou como objecto de crítica privilegiados que delineámos o essencial das nossas convicções e propostas interpretativas a seu respeito. A tarefa de coligir tais textos garantindo condições adequadas de abrangência e exaustividade só se tornou viável, aliás, por termos podido adicionar ao conjunto mais difundido e acessível de trabalhos do autor uma extensa colecção de escritos com autoria de, ou sobre, John Kenneth Galbraith, que, tendo embora sido objecto de publicação, sob forma dispersa, em revistas especializadas ou noutros meios de comunicação de âmbito restrito, foram integrados na colectânea dedicada à obra do autor que Stephen Dunn organizou para a Routledge em 2012² (colectânea essa que fizemos questão de relevar e saudar logo na Nota Prévia com que o nosso livro se inicia).

Compreensivelmente, elegemos como foco de atenção privilegiado do nosso estudo o conjunto de textos de maior fôlego, nomeadamente os grandes livros sobre temática económica escritos pelo próprio John Kenneth Galbraith; mas não ignorámos, nesse exame, outras publicações, nomeadamente ensaios mais próximos do pólo da divulgação e da intervenção política do que propriamente do da produção erudita de conhecimento, de que o mesmo Galbraith também foi responsável.

Fizemos questão, além disso, de ter em devida conta, no exercício de análise sociológica proposto, a expressão discursiva de tomadas de posição genéricas ou pontos de vista analíticos mais circunscritos emitidos por outros protagonistas do campo da Economia, desde que nela constassem

² Stephen Dunn (org.), *John Kenneth Galbraith. The economic legacy*, Vols I, II, III e IV, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2012

marcas suficientemente expressivas ora de uma adesão complacente às teses sobre os fenómenos e as dinâmicas económicas enunciadas por Galbraith, ora, pelo contrário, como frequentemente aconteceu, de rejeição mais ou menos extremada das mesmas. Omitir este lado do universo discursivo que na Economia norte-americana foi forjado a propósito de Galbraith equivaleria a deixar escapar da análise dimensões fundamentais que justamente pretendíamos invocar, em particular as que revelassem a ubiquidade e eficácia social própria das relações de poder na “comunidade científica” sob investigação.

No livro que dedicou à história da Economia norte-americana no período entre guerras, Yuval P. Yonay refere-se ao conflito entre as correntes institucionalista e neoclássica que então terá percorrido a disciplina como “*The Struggle Over the Soul of Economics*”, vistosa fórmula que, aliás, escolheu como título da referida obra³. Ora, nada mais adequado para caracterizar de forma expressiva o vigor do debate teórico-ideológico que envolveu a produção científica de John Kenneth Galbraith do que recorrer a metáforas belicistas como a que, a propósito da discussão entre “pares” ocorrida no período considerado na disciplina, foi proposta por Yonay.

Com efeito, os debates que, na sequência da publicação dos quatro grandes livros de Economia de sua autoria, foram realizados, inclusive nas instâncias mais solenes e consagradas da excelência académica legitimada, tendo em vista debater as teses aí enunciadas revestiram-se quase sempre, como pretendemos demonstrar através de copiosa documentação, de uma virulência que não fica aquém, antes supera, em muitos casos, a que genericamente é imputada por Yonay aos conflitos entre “institucionalistas” e “neo-clássicos” desencadeados na América durante a primeira metade do século XX. E o que esses debates também revelam, pelo menos junto dos que estejam mais atentos às pertenças e trajectos sócio-institucionais passados e virtuais dos protagonistas envolvidos, é o facto de ao conteúdo e tom por ele adoptados estarem sistematicamente associados conflitos entre instituições, entre posições institucionais ocupadas pelos respectivos porta-vozes (nomeadamente sob a forma da oposição incumbente/*challenger* que com frequência se tem invocado, na sociologia da ciência, para dar conta das transformações que emergem neste campo de actividade) ou mesmo conflitos em torno da legitimidade de diferenças e hierarquias disciplinares (como o que envolve as alegadas fronteiras entre a Economia e a Sociologia).

Ilustração particularmente elucidativa das múltiplas e dramáticas incidências que tais debates assumiram no campo da Economia norte-americana é a que, a propósito do diferendo teórico-ideológico entre John Kenneth Galbraith e Robert Solow desencadeado na sequência da publicação de *The New Industrial State*, aqui descrevemos. Mas o que, baseando-nos em tal ilustração, também quisemos deixar dito – e este ponto é crucial para justificar a ênfase e o número de páginas que

³ Yuval P. Yonay, *The Struggle Over the Soul of Economics. Institutional and Neoclassical Economists in America between the Wars*, Princeton/Nova Jersey, Princeton University Press, 1998.

reservámos no Capítulo I do livro, quer à caracterização da especificidade do conhecimento científico e das polémicas que a seu propósito podem ser desencadeadas, quer às condições de “rectificação do erro” e de superação de impasses ideológicos com que o avanço desse conhecimento regularmente se depara – é que o debate científico não tem de ficar encerrado, como sugerem os mais radicais adeptos do relativismo epistemológico, nos círculos inevitável e indefinidamente viciosos dos preconceitos, falsas evidências e intrincados operadores ideológicos que assolam “o progresso da razão”. A distinção entre disputa, discussão e controvérsia científicas a que no referido Capítulo demos um destaque que, aliás, muitos considerarão excessivo permitiu-nos justamente sustentar, com argumentos testáveis no plano empírico, uma posição sobre a polémica em causa “objectivamente” mais sustentada e conseguida, cremos nós, do que as que podem ser derivadas de um debate genérico sobre as virtualidades e limitações de princípio do conhecimento produzido na Economia e nas Ciências Sociais, em geral.

Para quem, não obstante todas as demonstrações da utilidade e pertinência da invocação do conceito de poder em pesquisas sobre a natureza e o funcionamento das ciências, persista em considerá-la deslocada ou abusiva por profanar um espaço de afirmação do conhecimento que se presume estar liberto, por inerência essencial, de influências e enviesamentos não controlados racionalmente, vale a pena pensar, inspirando-nos em múltiplas passagens do livro, nas implicações que, em termos de conhecimento alcançável na Economia, decorre da distinção entre duas modalidades de poder materializadas no campo disciplinar em causa: as que radicam na detenção de capital científico “*puro*”, por um lado, e de capital científico “*de instituição*”, por outro

Foi a essa distinção a que no livro se recorreu para caracterizar a figura do economista agrário John D. Black, alguém ligado desde cedo à construção da carreira de John Kenneth Galbraith. Sendo ele um especialista cuja competência propriamente científica (isto é, baseada no domínio de um conjunto particular de saberes teóricos, técnicas e métodos de investigação de excelência) era unanimemente reconhecida entre os pares – o que nos levou a afirmar que seria detentor de um elevado nível de capital científico “*puro*” –, John D. Black tornou-se, além disso, figura destacada na hierarquia académica da *Harvard University*, bem como, ainda, elemento-chave no acesso e distribuição, a nível nacional, dos recursos financeiros destinados à realização de estudos de pesquisa empírica na sua área de especialidade, o que dele fazia personagem do campo da Economia fortemente dotada também, de acordo com a referida proposta terminológica, em capital científico “*de instituição*”.

Pois bem: o que aqui demonstrámos é que, ao conseguir uma aproximação “feliz”, em termos profissionais e pessoais, a uma figura que, como Black, beneficiava de um posicionamento duplamente privilegiado no campo da Economia, John Kenneth Galbraith pôde beneficiar, logo em

início de carreira, de algumas vantagens relativas, nomeadamente em termos de acesso à publicação de textos em revistas da especialidade – um factor que, na América, se revelara, desde cedo, ser crucial para concretizar as pretensões dos candidatos mais jovens a uma entrada e progressão bem sucedidas no campo científico.

Acontece que, dissemo-lo também, foi ainda graças à tenaz intervenção do mesmo John D. Black, agindo ele dessa vez na qualidade de destacado professor e investigador da *Harvard University*, que o mesmo Galbraith conseguiu aceder ao almejado estatuto de “*tenured professor*”, porta de entrada segura para uma fase da carreira académica que, nas duas décadas seguintes, se viria a revelar particularmente produtiva, quer em termos de resultados científicos publicados, quer no plano de recompensas simbólicas e políticas extra-académicas de que pôde beneficiar (plano nada despreciando, aliás, para quem sempre se viu a si próprio, e foi sendo visto no espaço público, como intelectual empenhado em usar “as armas da Economia” para mudar o mundo).

A mesma dicotomia capital científico “de instituição” / capital científico “puro” pôde aliás ser invocada ainda para caracterizar outro tipo de figuras notáveis no campo científico. Foi o que fizemos quando, por exemplo, nos referimos a economistas que, tendo alcançado posições institucionais de destaque, quer no mundo académico propriamente dito (através, por exemplo, de uma prolongada presença, com funções de ensino e de direcção de investigação, em Universidades prestigiadas), quer, na área científico-editorial (assumindo eventualmente a direcção de revistas influentes na disciplina), quer ainda no movimento de enquadramento associativo da disciplina - não chegaram, contudo, a ocupar posição igualmente destacada na hierarquia do capital científico “puro” detido no campo, nem a deixar marca relevante na história da disciplina por factos que pudessem ser imputados à sua contribuição para o desenvolvimento científico na área. Tal não impediu, frisámo-lo também, que tivesse sido significativa a influência que tais figuras exerceram, ao promover - nomeadamente através da protecção e apoio pessoal dado a personalidades heterodoxas ou mesmo ostensivamente dissidentes na disciplina - algumas características que se viriam a revelar eminentemente “progressivas” (como, por exemplo, a que, no campo da Economia norte-americana, esteve na base da franca abertura ao pluralismo teórico nele preservada até, pelo menos, meados do século passado).

Sendo inegável que a concretização de tal papel nunca é indiferente ao conjunto de traços de personalidade dos agentes envolvidos no campo, à rede de afinidades ideológico-disposicionais que entre eles se for tecendo, bem como às próprias especificidades organizacionais e interaccionais dos cenários concretos em que se enquadre a sua actividade -, parece razoável, ainda assim, aceitar que, em termos genéricos, essa mesma concretização esteja ao alcance sobretudo de actores que disponham de uma forte dotação em capital científico “de instituição”. Em certas circunstâncias, a acção destes últimos (beneficiando do acesso a recursos financeiros avultados, a informação crítica sobre as tendências emergentes no campo ou a poderes discricionários associados ao pólo das

posições institucionais dominantes no campo) pode mesmo revelar-se crucial na construção de comunidades científicas mais democráticas e solidárias – logo, mais propensas, também, a generalizar entre os seus membros a internalização de uma espécie de pulsão epistemológica reformista que os leve a recusar uma adesão passiva e conformada aos ditames, rotinas intelectuais e rituais de consagração dos paradigmas metodológico-conceptuais estabelecidos.

Acentuar, através do conceito de campo científico, a especificidade e eficácia das componentes institucionais do trabalho das ciências na produção dos objectos que lhe são próprios, equivale, já por si, à afirmação de que estes nunca são independentes do respectivo enquadramento social. Acresce que, como no livro também se demonstrou, sendo os próprios “limites de possibilidade” de tais lógicas institucionais indirectamente determinados (ou mesmo, como se dizia em linguagem althusseriana, determinados “em última instância”) pelos estádios e mudanças estruturais globais (como aqui se demonstrou a propósito da incidência, nos conteúdos e horizontes teóricos da disciplina, de traços e dinâmicas da sociedade e da Economia norte-americanas do período considerado - “*Grande Depressão*”, “*New Deal*”, “*Grande Compressão*”, “*Guerra Fria*”, etc. - pode então considerar-se, sem risco assinalável de infirmação, ser nula a eventualidade de, neste tal como noutros âmbitos disciplinares, se chegar a construções intelectuais isentas em absoluto de determinações (“interferências”) “extra-científicas”.

Perante a constatação desta *dupla determinação* do trabalho científico (pelas condições institucionais propriamente ditas e pelas condições sociais globais), outra questão que se impõe é então a seguinte: admitindo, como regra geral, que a autonomia científica nunca é absoluta (antes, sempre, parcial ou relativa), será, ainda assim, legítimo e realista admitir que um campo disciplinar - nomeadamente o da Economia - possa organizar-se por forma a minimizar os efeitos negativos da sua dependência face aos “constrangimentos externos”, promovendo uma espécie de reflexividade reformista (crítica e auto-crítica)?

A posição de Pierre Bourdieu quanto a este ponto é inequívoca, valendo a pena retomar aqui a citação que, a seu propósito, invocámos no livro:

(...) é indispensável escapar à alternativa entre “ciência pura”, totalmente liberta de qualquer necessidade social, e “ciência servil” (“*science serve*”), submetida a todas as procuras político-económicas. O campo científico é um mundo social e, enquanto tal, exerce constrangimentos, solicitações, etc. que, no entanto, são relativamente independentes dos constrangimentos do mundo social global envolvente. Na verdade, não se exercendo senão por intermédio do campo, os constrangimentos externos, seja qual for a sua natureza, são mediados pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo, é a sua capacidade para *refractar*, retraduzindo-os sob uma forma específica, os constrangimentos ou as procuras externas (Pierre

Bourdieu, *Les usages sociaux de la science. Pour une sociologie clinique du champ scientifique*, Paris, INRA Éditions, 1997, p. 15).

Levar a sério a ideia de que qualquer campo científico minimamente estruturado dispõe de um “*poder de refração*” capaz de endogeneizar, sob a forma de objectos e problemas de conhecimento específicos, procuras e constrangimentos sociais eminentemente “externos” não deve impedir que, ao analisar sociologicamente uma formação científico-disciplinar concreta, se procure definir os *limites* de autonomia de que a mesma dispõe face a outros campos de relações sociais particulares. Se, no domínio das “Ciências Exactas”, por exemplo, o grau dessa autonomia tende a ser elevado, já o mesmo não poderá dizer-se de uma disciplina como a Economia, que sempre manteve, embora de forma frequentemente não assumida pelos respectivos protagonistas, relações densas e marcantes com o Estado e o campo político, o campo ideológico-mediático, o campo empresarial, entre outros contextos “*extra-científicos*”.

Ter em conta e procurar objectivar o conjunto de determinações globais (económicas, políticas, ideológico-culturais) que, a montante e a jusante do campo sócio-institucional específico em causa, impõem, ainda que difusa e mediadamente, limites objectivos ao horizonte de possíveis intelectuais e de práticas legitimamente accionáveis em Economia, torna-se assim uma exigência incontornável da análise sociológica da produção científica na disciplina. Por isso é que, tendo embora consciência de que algum excesso de atenção concedido à influência das condições sociais globais da prática científica conduziu frequentemente, numa perspectiva eminentemente “externalista”, a visões mecanicistas (de tipo economicista ou “conspiracionista”) sobre as dinâmicas do conhecimento, faz sentido levar a sério a influência que, no caso concreto da sociedade norte-americana, essas mesmas condições (constrangimentos e oportunidades) foram tendo, a vários títulos, ainda que sob forma “refractada”, no desenvolvimento do campo específico da Economia. Daí o destaque que entendemos conceder-lhe, a propósitos vários, nas páginas do livro.

VBP: *A conversa, plena de ensinamentos e de pistas para reflexão, já vai longa, mas, no seguimento, precisamente, desta resposta e da reflexão que se lhe associa, não resisto a colocar-lhe uma última questão, que, na verdade, se pode desdobrar em três. O livro retrata as condições de possibilidade da Ciência Económica praticada por Galbraith. Ainda que uma resposta efectiva não dispense a leitura do livro, convocando a proposta analítica de Bourdieu, que muito reflectiu sobre as especificidades das relações entre Economia e Sociologia - sendo Galbraith também acusado, por alguns dos seus pares, de deriva sociológica -, que Ciência Económica é esta? Quais são as grandes prioridades de análise que movem Galbraith? E o que faz, hoje, a sua originalidade?*

JMP: Não obstante ser verdade, como se reconhece no enunciado desta Questão, que John Kenneth Galbraith chegou a ser acusado de ter abandonado o terreno da Economia, e de, além disso, se ter refugiado, para fazer valer os seus argumentos, em domínios aparentados com a Sociologia e outras “suspeitas” formas de saber, a verdade é que, sempre que ele veio a terreno defender as suas heterodoxas teses, nunca abdicou de o fazer usando terminologia bem sintonizada com o vocabulário correntemente utilizado na disciplina em que se formara (e que, em simultâneo, o formara a ele).

Assim, como que rebatendo por antecipação o argumento de infidelidade aos fundamentos da “verdadeira” Economia que os adversários estariam dispostos a esgrimir para anular a eficácia das suas propostas, Galbraith fazia questão de formular estas últimas na linguagem canónica da disciplina (“oferta”, “procura”, “preços”, “inflação”, “função produção”, “custo de produção”, “propensão ao consumo”, “poupança”, “investimento”, “taxa de juro”, “imposto progressivo sobre o rendimento”...), não hesitando, além disso, em louvar em termos gerais a utilização pelas ciências de códigos linguísticos específicos por entender que da capacidade de ajustamento da linguagem especializada destas últimas às particularidades dos respectivos códigos teóricos resultariam, em princípio, vantagens efetivas em termos de progressão do conhecimento sobre a realidade.

Na génese de tão patente e assumida fidelidade de Galbraith aos padrões lexicais estabelecidos da Economia terá estado, entre outros factos, o de a sua formação universitária nesta área do saber (concretizada, como se sabe, em Berkeley, Universidade da Califórnia), nada ter contido de muito extravagante face aos padrões adoptados nos vários quadrantes do ensino universitário europeu e norte-americano. Na fase de aprendizagem da disciplina, Galbraith contactou, na verdade, de perto, com as obras (e terminologias) quer dos economistas mais consagrados da Grande Tradição Clássica e Neoclássica, quer dos autores da Escola Histórica Alemã ou do próprio Karl Marx, bem como ainda, de forma muito intensa, com a celebrada e então muito difundida síntese de teoria económica proposta por Alfred Marshall em *Principles of Economics*.

Sem, desde cedo, deixar de questionar alguns dos pressupostos, conceitos e proposições em que esta última assentava – para o que terá contribuído o clima de abertura intelectual presente em boa parte dos cursos ministrados em Berkeley, tanto quanto o interesse empenhado que ele próprio ia votando aos circunstancialismos concretos da vida económica e política envolvente –, Galbraith não terá assumido em relação à canónica síntese marshaliana, pelo menos na fase inicial da sua formação académica, a atitude de demarcação mais ou menos radical que outros, fora do estrito círculo da ortodoxia Clássica e Neo-Clássica, iam manifestando. A fazer fé nos seus próprios depoimentos sobre o assunto, é de crer, aliás, bem pelo contrário, que ele tenha encontrado nos *Principles* materiais decisivos para a consolidação da sua formação em Economia e, por extensão, para a convicta adesão à condição de economista que virá a assumir.

A referência reservada nesses mesmos depoimentos à influência sobre si exercida pela figura e obra de Thorstein Veblen dá, entretanto, força à ideia de que tais processos não terão deixado de incorporar, para além do património academicamente consagrado da disciplina, elementos desenvolvidos no âmbito de correntes menos canónicas da Economia, em particular as que, na América, consubstanciaram o “Movimento Institucionalista”.

Para tanto, muito terá contribuído a circunstância de a Universidade da Califórnia ter participado, desde cedo, em redes de intercâmbio científico que incluíam centros de ensino e de investigação onde o referido movimento mais avançara e se havia consolidado (como foi, entre outros, o caso das Universidades de Chicago e Wisconsin, da *Columbia University* ou do *National Bureau of Economic Research*).

A difusão de orientações conotadas com o Institucionalismo não terá sido indiferente, por outro lado, ao facto de, entre 1903 e 1913, Wesley Mitchell, que foi colega e discípulo de Veblen na Universidade de Chicago e se tornará uma das mais eminentes figuras dessa corrente, ter ensinado e desenvolvido trabalho científico relevante em Berkeley. Vários estudos de Mitchell sobre a emergência e o desenvolvimento da economia monetária e das instituições pecuniárias, que incluíam uma análise, com sabor vebleniano, dos efeitos inintencionais de longo prazo que o uso progressivo do dinheiro impõe a nível de hábitos de pensamento, foram realizados (e difundidos no campo da Economia) durante, justamente, a sua permanência em Berkeley. Podendo considerar-se elementos preparatórios do que viria a ser o contributo do autor para a análise dos ciclos económicos, os referidos estudos são ainda relevantes pelo facto de conterem uma reflexão sobre a racionalidade económica que, demarcando-se criticamente do modelo abstracto e a-histórico que, a esse respeito, dominava a Economia de matriz clássica, fazia questão de a entender como produto eminentemente institucional. A chamada “racionalidade económica”, longe de poder ser considerada um atributo já-dado do comportamento humano, era, para Mitchell, o resultado historicamente determinado da incorporação pelos agentes de disposições induzidas pelo uso generalizado do cálculo monetário. Ora, o facto de alguns membros das equipas com quem trabalhou terem mantido posições de relevo na orgânica do ensino e da investigação em Berkeley durante e depois da sua ligação à instituição dá a entender que a influência de Mitchell terá subsistido, ainda que de forma dispersa, nos programas e métodos de ensino com que Galbraith e os estudantes seus contemporâneos aqui contactaram.

Entre os economistas que foram recrutados pela Universidade no primeiro terço do século XX contam-se vários que, sendo próximos do Institucionalismo, vieram a ter responsabilidades tanto na leccionação de cursos frequentados por Galbraith, como, mais tarde, pela própria orientação de actividades profissionais em que este veio a participar. O facto de, além disso, boa parte do investimento académico que realizou neste primeiro ciclo da carreira se inserir no quadro da Economia Agrária terá contribuído também para uma aproximação de John Kenneth Galbraith ao

modo de abordagem dos fenómenos económicos característico do Institucionalismo. Distinguindo-se, com efeito, aquela área de conhecimento por forte inclinação para a análise empírica e a intervenção prático-política, não surpreenderá que a familiarização com as problemáticas, metodologias e propostas de acção nela desenvolvidas gerasse entre os seus praticantes fortes afinidades com as orientações da referida corrente teórica, em especial as que implicavam uma clara rejeição do formalismo e da a-historicidade dos modelos analíticos da Economia convencional, a par de um forte empenhamento na aplicação de conhecimentos económicos com intenção explicitamente reformista.

Aceite a ideia de que Galbraith nunca terá tido relutância em dialogar com as correntes dominantes da disciplina recorrendo para tanto ao vocabulário em que estas normalmente se exprimiam, não é legítimo omitir, por outro lado, que o quadro mental dentro do qual ele passou a mover-se à medida que as convicções expressas nos seus livros ganharam densidade e consistência teóricas acabou por divergir significativamente, mau-grado coincidências terminológicas várias, de boa parte das teses sustentadas no argumentário convencional da disciplina.

No Capítulo intitulado “*Crítica galbraithiana da razão económica: Em busca de uma Economia Política ‘política’*”, são enunciadas as grandes linhas de fractura teórico-epistemológica que o quadro teórico proposto por Galbraith veio inscrever no edifício convencional da Economia. Decorrem elas, como já antes foi apontado, de divergências quanto, em primeiro lugar, ao modo como em Economia se lida com o processo de permanente mudança das circunstâncias e objectos concretos sob escrutínio; quanto, por outro lado, ao papel atribuído às relações de poder na análise do funcionamento e estruturação da vida económica; quanto, ainda, à necessidade de concentrar esforços na detecção dos efeitos da soberania do produtor (contrariando assim o conjunto de inércias intelectuais que, na disciplina, foram assentando no pressuposto convencional da soberania do consumidor); quanto, por fim, à tendência para, nos modelos de interpretação económica, se adoptar mimeticamente, em nome de um pretenso rigor científico, procedimentos de formalização e modelos explicativos concebidos no âmbito das Ciências Físicas e Lógico-Matemáticas mais prestigiadas.

Procurando responder directamente ao repto contido na parte final da Questão 3, impõe-se passar a enunciar agora as principais contribuições que, no plano *teórico-substantivo*, procuraram responder no sistema galbraithiano às ambições de demarcação *crítico-epistemológica* assinaladas.

Ao fazer notar, em *American Capitalism. The Concept of Countervailing Power*, livro publicado em 1952, que a economia norte-americana desse tempo, não obstante ter-se transformado num campo de forças em que grandes empresas oligopolistas assumiam posições cada vez mais destacadas, não só continuava a mover-se, como dava sinais de inédita pujança, quis John K. Galbraith enfatizar que, ao contrário do que no pensamento económico dominante se pressupunha, a preservação de uma economia baseada numa miríade de pequenas empresas, empreendedores

independentes e consumidores soberanos alegadamente ligados, em condições de eficiência máxima, pela harmonia e bondade intrínsecas de um “mercado livre” não era condição necessária nem suficiente para o bom funcionamento da economia e a obtenção de níveis crescentes de riqueza. Na base das manifestações de prosperidade económica evidenciadas nas sociedades de capitalismo avançado, teria estado, isso sim, segundo Galbraith, a emergência de um processo de *balanceamento compensatório* do poder de monopólio e dos efeitos perversos da concentração empresarial que, actuando como uma espécie de equivalente funcional do estímulo concorrencial, viera mostrar-se capaz de regular eficientemente o mercado. A existência de poder de mercado, garantia Galbraith em *American Capitalism*, incentiva a organização de outras posições de poder que, por sua vez, neutralizariam, pelo menos parcialmente, o primeiro.

Teria sido, aliás, graças a este processo de balanceamento que, em mercados dominados por grandes empresas, se chegara, por exemplo, à equilibração de poderes entre detentores do capital e vendedores de força de trabalho, os quais, sendo embora portadores de interesses antagónicos e protagonistas de um processo baseado objectivamente em relações de exploração, acabaram por coexistir, conjugando as respectivas estratégias de actuação sem pôr em causa, bem pelo contrário, a eficiência do sistema económico na sua globalidade. Dando como exemplo a indústria norte-americana do aço, um sector onde no início dos anos 1920 se chegara a trabalhar doze horas por dia e setenta e duas por semana, com apenas uma paragem de vinte e quatro horas em cada quinzena quando havia mudança de turno, assinala Galbraith que a melhoria de condições laborais posteriormente garantida só se tinha tornado possível graças à reacção (*counteraction*) que o exacerbamento das condições de exploração patronal gerara entre os trabalhadores.

O facto de não existirem casos de sindicalização consequente na agricultura norte-americana, o sector que mais se aproximava do modelo idealizado de concorrência, não seria por isso accidental. A principal razão para que tal acontecesse, observava Galbraith, não residia propriamente em dificuldades de organização por parte dos trabalhadores – embora, no caso, elas também existissem –, mas sim na circunstância de os agricultores, além de não terem poder sobre a sua força de trabalho, dificilmente chegarem a alcançar margens de poder de mercado a que um sindicato, por seu lado, podia ambicionar.

Outro domínio onde, segundo o nosso economista, teriam sido criados incentivos ao desenvolvimento de formas de poder compensatório com funções latentes de regulação fora o das relações entre retalhistas e os seus fornecedores. Diversamente do que dão a entender os modelos formais de teoria económica, lembra ele, os bens não circulam de forma directa entre produtores e consumidores, antes sim através de uma rede de intermediários onde é possível vislumbrar importantes dinâmicas de exercício de poder e contra-poder económicos. Ora, sendo o sector retalhista um dos campos de actividade que menos restrições colocam à entrada de novas unidades,

a vantagem competitiva ao alcance das empresas que o integram passa pela capacidade que em geral elas tenham para comprimir custos e praticar preços baixos. O recurso a formas organizativas inovadoras, tais como cadeias de vendas, grandes armazéns, cooperativas, entre outras, corresponde a estratégias desse tipo. O poder de mercado que por essa via seja obtido pelos retalhistas pode por sua vez actuar como contra-poder por eles exercitável na relação que estabeleçam com fornecedores ou mesmo fabricantes, compelindo ao limite estes últimos, sob a ameaça de os primeiros desenvolverem eficazes modalidades de oferta própria, a baixarem preços. Os problemas que se colocam nos circuitos de distribuição de bens são pretexto para Galbraith assinalar o facto de o desenvolvimento do poder compensatório nas actividades económicas exigir, na generalidade, um mínimo de sentido de oportunidade e de capacidade de organização. Se, em economias como a norte-americana, as grandes empresas retalhistas não tivessem promovido as formas de contra-poder em favor dos consumidores finais que de facto vieram a ficar-lhes associadas, teria recaído nestes últimos a tarefa de as organizar - o que, aliás, se verificou com enorme sucesso noutros contextos nacionais, nomeadamente, por via cooperativa, nos países escandinavos.

Embora com menor visibilidade, também se observam fenómenos de poder compensatório no interior do campo específico da produção de bens industriais. No caso da indústria automóvel, por exemplo, aconteceu que os grandes construtores foram capazes de limitar, durante anos, o poder das fornecedoras de aço (desde logo em termos de fixação de preços), organizando-se (ou ameaçando fazê-lo) para produzirem e fornecerem eles próprios a referida matéria-prima, do mesmo modo que, integrando (ou ameaçando integrar) a distribuição dos produtos no âmbito das suas próprias actividades, conseguiram furtar-se ao contrapoder potencialmente exercido pelos retalhistas.

A formação e estabilização de certas modalidades de contra-poder no campo económico norte-americano, em particular nos domínios da agricultura e das relações de trabalho, nunca teriam, contudo, segundo Galbraith, chegado a consumir-se na ausência de oportunas intervenções governamentais em seu favor. Tanto os agricultores como os trabalhadores receberam ajuda governamental, quer sob a forma de apoio directo ao seu poder de mercado, quer como apoio à organização que, por sua vez, tornou o poder de mercado possível. Por outras palavras, os governos foram apoiando, através do seu próprio poder, o poder compensatório de trabalhadores e agricultores, assim garantindo parte da auto-confiança, do sentimento de equidade e do bem-estar de que os grupos sociais em causa passaram a usufruir. Perante tal constatação, acreditava Galbraith, justificar-se-ia, aliás, que se repensasse em termos genéricos a natureza e amplitude das funções de regulação que ao Estado cabe assumir nas sociedades. Em vez de se orientar, como acontece na perspectiva de elaboração de legislação *anti-trust*, no sentido de sustentar o poder empresarial que tende a emergir num quadro de concorrência monopolista, a acção do Estado deveria privilegiar o apoio ao desenvolvimento de poderes compensatórios face ao poder económico original, desse modo fortalecendo a capacidade de auto-regulação da economia e tornando menos prementes as pressões e

das grandes empresas, uma forte exigência de planeamento. Não deve surpreender então que, sempre que envolva processos especialmente complexos, a produção coloque problemas cuja resolução, deixando de estar ao alcance das empresas industriais, mesmo as mais poderosas, acabe por ser transferida para a órbita do Estado – o qual passará a absorver grande parte dos riscos associados a tais empreendimentos, constituindo-se assim, conjuntamente com aquelas, em agente privilegiado de “planeamento”.

Num quadro de relações económicas em que, como acontece no mundo empresarial submetido ao “imperativo tecnológico”, o tempo de produção dos bens se dilata e aumenta tendencialmente o capital nele investido, deixa de poder confiar-se, como por princípio se admite na Economia convencional, numa tendência dos consumidores para actuarem espontaneamente de acordo com a lei da oferta e da procura. Ao contrário do que tenderá a ocorrer em segmentos da economia que tenham preservado traços eminentemente concorrenciais (sobre os quais Galbraith se deterá em obra posterior), nada garante, com efeito, que a procura dos potenciais consumidores de produtos industriais, como, por exemplo, um automóvel, ou um seu modelo específico, se mantenha estável – daí, a necessidade de planear todo o ciclo de actividades que vai da aquisição de factores (trabalho, matérias-primas, equipamento) até à venda do produto, passando pelas várias fases da produção propriamente dita. Para as empresas em causa, trata-se, afinal, de substituir o mercado por planeamento, englobando-se neste, para além do processo interno de acomodação de longo prazo às influências de mercado, o próprio planeamento das condicionantes exógenas dos preços e da produção.

Entre as estratégias a que as grandes empresas recorrem para lidar com as incertezas do mercado e reduzir o risco global a que estão sujeitas, contam-se as que combinam aumento da dimensão com diversificação de linhas de produção; mas elas também podem passar pela imposição de preços ou de quantidades a vender ou a comprar. Uma das modalidades accionáveis nesta perspectiva consiste em procurar “eliminar o mercado” por “integração vertical”: trata-se de, alargando o âmbito original de operações da empresa, tentar assegurar o controlo do processo de abastecimento de matérias-primas e/ou do escoamento de produtos através de uma endogeneização de decisões que de outra forma lhe escapariam. Outra variante de imposição de preços e quantidades ao alcance de empresas poderosas consiste em pressionar os fornecedores, ameaçando reduzir ou anular encomendas, ou em condicionar as margens de actuação empresarial nos circuitos de vendas, nomeadamente por indução da procura final dos consumidores baseada em publicidade e/ou noutras técnicas de *marketing*. Objectivo idêntico pode ser obtido com a realização de contratos que especifiquem as quantidades e preços de mercadorias a fornecer ou adquirir durante períodos de tempo mais ou menos alargados – uma estratégia como que de “adormecimento do mercado”. São modalidades de actuação que, não obstante a sua diversidade, convergem para a ideia, já manifestada por Galbraith em trabalhos anteriores, segundo a qual, no quadro de crescente complexificação do

sistema de necessidades e aspirações de consumo, por um lado, e das soluções tecnológicas crescentemente sofisticadas que lhe vieram a corresponder, por outro, a emergência de grandes empresas é, por razões de eficiência económica, uma inevitabilidade - como inevitável tenderá a ser, algo ironicamente, a própria convergência entre as práticas de planificação das grandes empresas capitalistas e das economias socialistas.

O desenvolvimento tecnológico traz consigo, como já se sugeriu, importantes exigências em termos de capital, daí decorrendo um recurso acrescido por parte das grandes empresas a meios de financiamento que, também nesta componente, minimizem a sua dependência face ao mercado. Não é de esperar que, muito embora o sistema industrial surja associado a sociedades que tendem a consagrar o nível de consumo como critério privilegiado de realização social (“*social accomplishment*”), seja a poupança privada a financiá-lo. É a poupança realizada pelas empresas (a qual, no conjunto da economia, tende a superar claramente a poupança doméstica) que constitui, ela sim, fonte de financiamento particularmente adequada a garantir, em condições de custo e risco mínimos, o capital necessário para concretizar investimentos estratégicos e expandir a actividade industrial. O facto de, em economias de capitalismo industrial avançado, ser no âmbito das grandes empresas que se tomam as decisões mais influentes em termos do estabelecimento do nível global de poupança canalizável para investimento revela, aliás, uma vez mais, algum paralelismo com o processo de formação de poupança nas economias oficialmente planificadas.

A ligação que, ao longo do tempo, se foi estabelecendo entre factores de produção e respectivos detentores, por um lado, e exercício do poder, por outro, é um dos tópicos que, ao reflectir sobre as dinâmicas de longo prazo da economia, John Kenneth Galbraith mais valoriza. Se, durante séculos, foi a propriedade da terra, recurso economicamente estratégico, a garantir privilégios e poder, nomeadamente poder político, tal traço ter-se-á desvanecido à medida que novas e imensas extensões de terra rentável foram disponibilizadas e que, ademais, certos progressos técnicos nos domínios da metalurgia e da mecânica passaram a garantir ao capital, em articulação com determinadas formas de recrutamento de mão-de-obra, múltiplas aplicações rentáveis. O capital foi-se tornando fonte de poder nos locais de trabalho e, por extensão, noutros domínios sociais. À medida que, nas sociedades industriais, se foi consolidando o lugar de grandes corporações tecnologicamente avançadas e aptas a planear globalmente as suas actividades, ter-se-á assistido, de acordo com Galbraith, à transferência de poder dos proprietários para os “gestores”, mais precisamente, para um conjunto de “talentos especializados” que as referidas organizações não podem, por si próprias, formar, mas que, por outro lado, nunca chegam a consumir-se plenamente senão no quadro organizacional específico em que venham a inserir-se (daí poderem ser designadas como “inteligência organizada”).

Sublinhe-se que a ideia segundo a qual, na realização de importantes actividades económicas empresariais, o poder da organização se foi sobrepondo ao poder dos indivíduos (incluindo os

detentores do capital) não escapara a alguns dos economistas que, especialmente na perspectiva do Institucionalismo, se tinham proposto pensar, antes de Galbraith, as dinâmicas em curso na sociedade norte-americana nas primeiras décadas do século XX. Sendo certo que *The New Industrial State* retoma alguns desses aspectos, é patente a preocupação nele manifestada de se desvendarem outros, que, em meados dos anos 1960, estariam a marcar, com cambiantes inéditos, a estrutura, o funcionamento e as funções económico-sociais das grandes corporações.

No sistema industrial moderno, vem Galbraith afirmar, grande parte das decisões mais importantes obrigam a dominar informação (ela própria dependente de conhecimento científico e técnico especializado, de experiência específica acumulada ou mesmo de intuições e sentido estético peculiares) que não está ao alcance de indivíduos isolados. Múltiplos grupos de trabalho, actuando como uma “hierarquia de comissões”, são, por isso, criados e depois colectivamente mobilizados para recolher, coligar, analisar e interpretar a informação relevante para as tomadas de decisão exigidas pelo normal funcionamento das empresas.

Ora, num quadro de delegação e de partilha de poder com estas características, não são os dirigentes e administradores situados no topo da hierarquia formal quem toma as decisões cruciais para o funcionamento da empresa: o poder efectivo de decisão está difundido entre os técnicos, as equipas de planificação e outro pessoal especializado, assistindo-se a um progressivo divórcio objectivo entre quem, de um lado, detém a propriedade do capital ou formalmente o representa no organograma estatutário das firmas e quem, de outro, garante a direcção efectiva das empresas. O empresário tradicional deixou de existir enquanto detentor de poder de decisão e de comando efectivos. A própria expressão “gestão de empresa” (*management*), ao remeter para uma entidade colectiva sem fronteiras estritamente definidas mas actuante (na qual se englobam desde gestores muito qualificados a discretos chefes de departamento ou mesmo trabalhadores indiferenciados com funções de execução, passando por dirigentes intermédios com responsabilidades em sectores especializados), surge cada vez mais, no discurso corrente dominante sobre questões económico-empresariais, como alternativa à de “empresário”, outrora bem mais difundida. A ideia que a nova expressão transmite é a de ser o extenso grupo dos que trazem conhecimento especializado, talento ou experiência aos processos de decisão colectiva – a “tecnoestrutura”, como lhe chama Galbraith -, e não o grupo restrito de dirigentes empresariais, que constitui “o cérebro” da empresa. Nestas condições, as realizações, por vezes impressionantes, da moderna indústria não são, como por equívoco ainda se admite, o resultado da acção de indivíduos “geniais” ou mera emanação da vocação de uns tantos predestinados. Se assim fosse, garante Galbraith, poucas delas teriam alguma vez surgido e feito o seu caminho.

Na altura em que publicou *The New Industrial State*, a maior parte dos estudos sobre a empresa continuava, segundo Galbraith, a caracterizá-la à luz da imagem legal-formal que sobre ela se formara

no imaginário económico comum: a de uma associação de pessoas com personalidade jurídica própria, capacidade para efectuar negócios e legitimidade para deter propriedade e contrair dívidas. Nessa perspectiva, essencialmente normativa, a grande empresa moderna, com a sua ostensiva tendência para constantemente se expandir e diversificar actividades e para mobilizar em proveito próprio o poder que daí advém nas relações que, como compradora ou vendedora, estabelece com outras empresas, emerge como figura algo anómala, quando não manifestamente desviante, da ordem económica.

Ora, lembra o mesmo Galbraith, se quisermos ater-nos a economias de capitalismo industrial avançado, não faz sentido analisar a estruturação do campo empresarial tomando por referência uma empresa-padrão. O que nesse contexto acontece de facto, diz ele, é coexistirem, dentro de um quadro legal comum, que, no entanto, é flexível e altamente adaptável, vários tipos de empresas: algumas delas continuam, ainda que sob diferentes formas, a estar amplamente submetidas às determinações do mercado, enquanto outras, adoptando modalidades específicas de planeamento industrial e reinventando-se enquanto tecnoestrutura, se emancipam objectivamente face a tais determinações.

Dada a natureza colectiva, tecnicamente fundamentada e ajustada a objectivos específicos, que caracteriza as decisões da grande empresa, a tecnoestrutura terá de pugnar pela preservação de uma grande margem de autonomia na gestão e por conter a interferência de entidades (e, *a fortiori*, autoridades) externas, pouco conhecedoras, em princípio, dos constrangimentos impostos pelo contexto de risco em que a empresa se move.

Um primeiro tipo de interferência a evitar é o que poderia decorrer da participação do Estado no processo de decisão da empresa – objectivo que, no essencial, será viabilizado graças ao próprio quadro normativo que define a personalidade jurídica da empresa, nomeadamente enquanto sociedade anónima. Na perspectiva dos que ocupam posições-chave na tecnoestrutura, indesejadas serão ainda, compreensivelmente, eventuais interferências protagonizadas por aqueles que, em termos jurídico-formais, detêm o poder nas empresas, isto é, os seus accionistas. A verdade é que a capacidade de intervenção destes últimos na definição das orientações de gestão das grandes corporações, sendo embora indiscutivelmente legal, foi-se contraindo em termos efectivos à medida que as lógicas da tecnoestrutura se foram impondo no campo económico e, em paralelo, se intensificou o processo de dispersão da detenção de acções representativas do capital. O accionista pode legalmente votar, mas, em termos práticos, o seu voto passou a ter, com frequência, valor muito reduzido.

Sobre os exactos termos em que se processa a repartição do poder entre accionistas e gestores de topo nas grandes corporações, não existe consenso, o que, pelo menos em parte, se justificará pelo facto de as modalidades de tal repartição terem oscilado ao longo do tempo em função da própria recomposição das lógicas globais do campo económico-empresarial. De acordo com Galbraith, tal

repartição era, na altura em que *The New Industrial State* foi publicado, claramente favorável ao pólo da gestão, ainda que a vida da empresa pudesse projectar, no plano cerimonial, imagem bem diferente. Nestas condições, o risco de, ao analisar momentos relativamente solenes da vida empresarial como são as reuniões dos conselhos de administração, confundir “ratificações” com “decisões” é, advertia ele, elevado: importa perceber que, na vida das empresas, as cerimónias mascaram, de forma mais ou menos deliberada, a realidade.

Num quadro de actividade em que grandes empresas dirigidas por uma tecnoestrutura eficaz adquiriram capacidade de intervenção que lhes permite dominar, dentro de limites controláveis, as incertezas técnico-económicas e financeiras com que se deparam, o mercado deixa de ser (e de, realisticamente, poder ser considerado) o regulador espontâneo dos “comportamentos económicos” que lhes dizem respeito; paralelamente, deixa também de fazer sentido que a maximização do lucro – o objectivo que, segundo a sabedoria económica convencional, será universalmente prosseguido pelas empresas – continue a impor-se, no plano ideológico-cognitivo, como princípio orientador fundamental da sua conduta. Não deixando de mobilizar a atenção interessada dos detentores de capital (seus beneficiários “naturais), a verdade é que, na óptica dos que, integrando o aparelho de “conhecimento organizado” constitutivo da tecnoestrutura, detêm o poder de decisão “que conta”, o lucro terá perdido – contundente heresia galbraithiana! - o estatuto de indicador que a empresa deve imperativamente maximizar.

Sem abandonar o essencial das teses sobre a natureza e funções das grandes corporações que defendeu em *The New Industrial State*, John Kenneth Galbraith procurará em *Economics and the Public Purpose* não só retocar algumas delas, como chamar a atenção para o carácter eminentemente relacional do campo económico-empresarial do capitalismo avançado – não sem, além disso, acompanhar o novo tipo de reflexão da formulação de um programa de reforma do Estado e de planeamento da economia que, uma vez mais, se distanciará polemicamente das orientações então dominantes.

Uma das inovações trazidas por *Economics and the Public Purpose* consiste no facto de, procurando responder construtivamente a várias críticas que, tanto no universo dos economistas mais sintonizados com a “Tradição Central da Economia”, como em franjas heterodoxas da disciplina, haviam sido dirigidas a algumas das suas mais enfáticas propostas de caracterização da natureza e objectivos da tecnoestrutura, Galbraith vir agora dar mais ênfase ao lugar e funções correspondentes à “metade” das empresas que, não obstante ocuparem posições de alguma subalternidade e subordinação relativamente ao sistema empresarial planificado, não deixam de ser parte integrante do campo económico-empresarial do capitalismo moderno. Tratava-se, no novo livro, de dar maisatenção ao conjunto formado pelas unidades empresariais, normalmente de pequena dimensão, em que a concorrência tende a ser forte e a impor a sua lógica (“*market system*”) - um segmento da

economia relativamente ao qual o esquema interpretativo (neo)clássico sobre formação de preços manterá, no essencial, a sua pertinência e heurística.

Para Galbraith, mais importante do que simplesmente dar conta do carácter *bimodal* ou *dual* do sistema empresarial, será, contudo, revelar a estrutura de relações sociais tendencialmente inigualitárias que se estabelecem entre os dois sectores considerados. Neste sentido, não só fez questão de afirmar que as pequenas empresas, enquanto fornecedoras ou prestadoras de serviços, estão muitas vezes submetidas a lógicas comandadas pelo sector oligopolístico das grandes empresas, como, por outro lado, não deixou de assinalar o facto de o sistema empresarial de mercado ter, de modo geral, níveis de rendimento médio comparativamente inferiores e mais incertos, porque mais submetidos a variações conjunturais. Tornando claro, também a este propósito, que as questões do poder e da dominação estão sempre subjacentes e são determinantes na estruturação e transformações dos processos económicos, Galbraith dá ainda conta do processo de auto-exploração em que são envolvidos muitos pequenos empresários, os quais, ao adoptarem padrões inferiores em tempo de trabalho e em remunerações aos do sistema planificado, contribuem inintencionalmente para a segmentação do mercado de força de trabalho e do emprego, para acentuar a desigualdade de rendimentos e até, indirectamente, para perpetuar importantes desníveis em matéria de protecção sindical dos assalariados.

A obtenção de uma imagem realista do campo de relações económico-empresariais implica, entretanto, segundo Galbraith, que, além do eixo de estruturação que, como agora vimos, põe em relação, e em certa medida opõe, “sistema planificado” e “sistema de mercado”, se tenha em conta o modo como, em cada um destes sub-campos, se articulam as esferas privada e pública. Designando por Balanço Social (“*Social Balance*”) a relação de forças correspondente a este segundo eixo estruturante do campo, Galbraith não hesita então em denunciar o modo frequentemente insatisfatório e enviesado de acordo com o qual se definem os equilíbrios público/privado em múltiplos domínios económico-sociais – facto que terá perpetuado, segundo ele, situações de acentuada penúria de recursos disponíveis para garantir a um número significativo de cidadãos níveis mínimos de rendimento e de bem-estar.

É isto o que tende a acontecer em matéria de provisão de habitação, um domínio em que só uma boa articulação do sector privado da economia com uma multiplicidade de serviços públicos (disponibilização e infraestruturização de terrenos, criação de instrumentos financeiros de apoio ao crédito, promoção da construção de habitação a baixos custos, subsidiação do arrendamento, etc.) permitirá uma resolução satisfatória do problema. Na ausência de políticas públicas consistentemente orientadas nesse sentido, as respostas à procura e, sobretudo, às aspirações em matéria de alojamento dos grupos com recursos económicos limitados tendem a ser escassas e inadequadas. Tal

desequilíbrio tenderá, aliás, a agravar-se pelo facto de os padrões de necessidades dominantes, longe de obedecerem a qualquer princípio de hierarquização com fundamento natural ou de emanarem directamente da soberania do consumidor, serem, na perspectiva de Galbraith, fortemente influenciados pela acção persuasiva das grandes empresas e pelos interesses da tecnoestrutura, os quais tendem a sobrepor-se à voz dos menos poderosos e, por maioria de razão, às aspirações dos sectores sociais sem poder de interlocução (como serão tendencialmente os grupos mais pobres de uma população). À medida que, de acordo com o “princípio da consistência”, a que já aludimos no decorrer desta entrevista, a lógica dos interesses privados se insinua nas orientações e práticas do próprio Estado, este tenderá a revelar grande contenção em matéria de promoção de políticas e formas de provisão de bens e serviços capazes de satisfazer necessidades colectivas básicas, desequilibrando ainda mais, por consequência, o Balanço Social aqui em causa.

Os dois eixos do campo (“sistema planificado” / “sistema de mercado”, por um lado, “público/privado”, por outro) devem ser encarados tendo em conta as relações que entre si estabelecem.

Sendo certo que a sub-produção de bens e serviços públicos (em domínios como a construção de infraestruturas rodoviárias, a generalização de serviços de limpeza eficientes, a intervenção em espaços verdes tendo em vista preservar equilíbrios ambientais e a qualidade estética da paisagem, por exemplo) compromete a obtenção de patamares de bem-estar social que os níveis de afluência das sociedades contemporâneas de modo geral justificariam, também é verdade (como agora se disse a propósito da provisão de habitação) que ela pode prejudicar ou mesmo pôr em causa o próprio acesso a bens privados essenciais.

Dado que, por outro lado, são densas e de carácter cumulativo as relações de dependência e de condicionamento mútuos que o sistema empresarial planificado e o Estado tendem a estabelecer entre si, percebe-se que acabem por ser problemáticas e estreitas as margens de actuação utilizadas por este último na reequilibração do Balanço Social. Em sintonia com as lógicas empresariais dominantes, e em nome da necessidade de criar emprego a todo o custo, a máquina do Estado tende, com efeito, a interiorizar, nas suas orientações e modos de acção, lógicas segundo as quais o crescimento, independentemente do seu conteúdo, se torna a grande finalidade do sistema económico. Paralelamente, vão perdendo terreno velhos desígnios políticos que a Economia chegou, *malgré tout*, a incorporar nas suas rotinas analíticas, tais como a promoção de modos de vida não estritamente fundados em critérios estritos de eficácia, produtividade e crescimento ou mesmo a redução das desigualdades económicas. A retracção da intervenção pública em matéria de provisão de bens colectivos com elevado valor social, acompanhada pelo favorecimento dos interesses (privados) das grandes empresas, não deixa de conduzir, entretanto, como já se sugeriu, a algumas contradições notáveis.

Uma delas, na altura ainda pouco discutida, mas hoje considerada crucial, pelo menos no plano nominal, nas agendas política e económica, é a que se prende com os riscos e custos de natureza ambiental decorrentes dos modelos de crescimento dominantes. Ora, em “*General Theory of Reform*”, última Parte de *Economics and the Public Purpose* na qual o autor se propõe traçar um quadro de planeamento e de intervenção reformista global no âmbito das sociedades de capitalismo avançado, uma das secções é dedicada especificamente à problemática do ambiente (“*The Environment*”).

Para além da provisão de fundos públicos que garantam a disponibilização de serviços e equipamentos elementares, há, segundo Galbraith, três estratégias possíveis para a protecção do ambiente, duas das quais, no entanto, são por ele consideradas “*irrelevant or impractical*”. A primeira, fundada nos princípios de análise da economia neo-clássica, passa pela ideia de que, enquanto falha de mercado (“*defect in the market*”), os danos ambientais devem ser racionalizados como “deseconomias externas” (ou “externalidades negativas”) - “internalizáveis” enquanto custos, por produtores e consumidores. Acreditar que a disrupção ambiental pode ser eficazmente prevenida através de tal estratégia é algo que, ironiza o mesmo Galbraith, só a crença piedosa dos seus proponentes na “virtude universal do mercado” pode justificar. Uma segunda estratégia de protecção do ambiente – a que aponta para o estabelecimento de “limites ao crescimento” –, tem como grande limitação o facto de, assumindo-se como resposta a riscos efectivos ou iminentes, propor um objectivo não alcançável senão a longo prazo. Resta, de acordo com Galbraith, uma terceira solução: manter níveis elevados de crescimento económico (de preferência com uma efectiva atenuação de desigualdades), especificando, através de legislação adequada, o tipo de dano ambiental imposto pelo consumo e pela produção que, nesse patamar, se considere permissível.

Procurando mostrar que a solução preconizada, ao contrário do que possa parecer, não está condenada a tornar-se inócua ou ineficaz na perspectiva da defesa do interesse público, Galbraith salienta as vantagens que ela apresenta em relação a medidas antes experimentadas, como terá sido o caso das que, envoltas em compromissos e num pragmatismo inconsequente, em vez de consagrarem prescritivamente, por força da lei, um conjunto de objectivos, de procedimentos e, em caso de incumprimento, de sanções bem definidas, acabaram por contornar e perpetuar o problema, legitimando-se através de legislação regulamentar meramente indicativa sobre modos, tempos e margens de discricionariedade na aplicação das medidas preconizadas (a que, aliás, instâncias ditas “reguladoras”, entretanto capturadas por interesses económicos poderosos, terão dado o conveniente aval). Perante tudo o que tem sido dito, feito e omitido em matéria ambiental ao longo do meio século que passou desde a publicação de *Economics and the Public Purpose*, é difícil não considerar premonitórios e clarividentes os argumentos de Galbraith acima expostos.

Para caracterizar outra contradição notável que, segundo Galbraith, decorre do desequilíbrio do Balanço Social cronicamente associado às economias de capitalismo avançado, vale a pena destacar um conjunto de considerações que ele desenvolve a propósito do estatuto do trabalho doméstico e do papel das mulheres no processo de reprodução social – considerações essas que, revelando franca dissonância com o pensamento económico dominante no tempo em que foram formuladas, não deixam de suscitar, ainda hoje, alguma estranheza entre os praticantes da disciplina. A partir de um certo nível de bem-estar, observava ele, a posse e o consumo de bens obriga ao desenvolvimento de tarefas domésticas (confeção de alimentos, limpeza, manutenção e arranjo da casa, etc.) que, não podendo ser delegadas, se tornam penosas para quem daqueles usufrui.

Em “sociedades de abundância” dominadas pelas lógicas de planeamento empresarial e pelos interesses das grandes corporações, o espaço doméstico tornou-se um lugar central na gestão e manutenção integrada do consumo, graças à intervenção de um vasto conjunto de mulheres, retiradas ao mercado de trabalho formal, mas instruídas na “virtude social conveniente”, que fez delas uma espécie de exército doméstico de reserva, para invocar o léxico marxista, ou, na crua designação do próprio Galbraith, uma classe cripto-servil (*crypto-servant class*), tão dócil quão funcional.

Para que o efeito de reprodução social aqui implicado se pudesse efectivar, muito contribuiu o acrescido recurso que, na realização das tarefas domésticas, foi sendo dado a um extenso e muito diversificado conjunto de bens de consumo, serviços e equipamentos fornecidos por sectores da economia ligados directa ou indirectamente ao sistema industrial planificado. Escusado será sublinhar quanto esta discreta repartição de força de trabalho segundo o género contribuiu para “libertar” os “chefes de família” do sexo masculino para as “complexas” e “exigentes” tarefas de concepção e execução qualificada concentradas em grandes corporações da indústria e dos serviços, não sem garantir, em simultâneo, por sábia delegação no corpo (no duplo sentido da palavra, acrescentamos nós) das mulheres, o cumprimento das tarefas, eventualmente rotineiras mas imprescindíveis, do quotidiano doméstico, incluindo a “sagrada” educação e guarda dos filhos.

A contradição aqui em causa reside, segundo Galbraith, no facto de o desenvolvimento industrial e a própria elevação dos padrões de consumo gerarem, nas sociedades de capitalismo avançado, maior propensão para a autonomização das mulheres em relação aos seus papéis conjugais tradicionais, libertando-as, até certo ponto, do estatuto de *crypto-servant class* e da tenaz dependência funcional e afectiva em relação ao lugar de exercício por excelência da *convenient social virtue* que, tradicionalmente, garantia, sem oposição generalizada, a gestão e manutenção integrada no quadro doméstico do consumo das famílias.

Com a emancipação progressiva das mulheres, a estrutura deste último vai, com efeito, alterar-

se, passando algumas das tarefas tradicionalmente “femininas” a ser transferidas para fora da esfera doméstica (restaurantes, serviços ao domicílio, etc.), o que altera substancialmente as lógicas económicas e, portanto, as próprias exigências de planeamento das grandes corporações, reposicionando-as no quadro das relações que estabelecem com o “sistema de mercado” em sentido estrito.

Um outro aspecto, relacionado ainda com o lugar e peso específicos da esfera pública no sistema de relações económico-sociais capitalistas, que não escapou ao olhar de Galbraith foi o que se prende com a persistência de desigualdades e com o processo, que lhe é adjacente, de produção e reprodução da pobreza em contextos caracterizáveis, numa perspectiva global, como “afluentes”.

A redacção de *The Affluent Society* teve, aliás, origem, não obstante o título que o livro veio a receber, num projecto cujo objectivo central consistia em investigar as causas da emergência e persistência de bolsas de pobreza em diversas áreas dos EUA – um fenómeno de que a Economia convencional notoriamente se havia alheado. Uma vez que a obra acabou por acolher, como já foi assinalado nesta entrevista, uma longa reflexão sobre o que Galbraith considerava serem os limites, omissões e enviesamentos da Tradição Central da Economia na abordagem de “sociedades de abundância”, o espaço nela reservado à análise dos processos de empobrecimento e de reprodução da pobreza acabou, contudo, por ser limitado. Ainda assim, e porque o autor regressou ao tema em trabalhos posteriores, em particular sempre que quis enfatizar – e fê-lo com grande frequência – a crónica disparidade entre provisão e consumo de bens privados e de bens públicos (“*private affluence*” / “*public squalor*”), justifica-se que aqui se aluda ao seu contributo para a compreensão de tais processos.

Pronto a aceitar que existem manifestações de pobreza e de exclusão face a níveis mínimos de bem-estar que, no essencial, são imputáveis a características peculiares dos indivíduos ou das famílias envolvidos, tais como deficiência mental, saúde precária, alcoolismo, etc. (“*case poverty*”), Galbraith preocupa-se sobretudo quer com aquelas modalidades de pobreza que emergem e se consolidam, ainda que em situações relativamente circunscritas, no seio de sociedades com níveis médios de prosperidade relativamente elevados (“*insular poorness*”), quer com as que, em países menos desenvolvidos, assumem contornos de fenómeno tendencialmente massivo (“*mass poverty*”).

Ao contrário do que querem fazer crer todos os que vêem na pobreza a expressão de falhas e responsabilidades individuais ou o corolário inevitável de causas naturais, Galbraith encarava-a como o resultado de um processo estrutural, circular e acumulativo que, no entanto, podia ser prevenido e corrigido através de políticas públicas adequadas. Ameaçadas, em muitos casos, por processos de desintegração familiar, a que a ausência de serviços sociais de proximidade minimamente eficazes confere dramatismo acrescido, as pessoas que vivem em áreas pobres acabam, em muitos casos, por

aceitar a sua condição, deixando progressivamente de acreditar, e de participar de forma autónoma, na construção de soluções emancipadoras.

Antecipando modos de argumentação que a análise sociológica da exclusão mais tarde utilizará com frequência, Galbraith atribui grande relevância a este carácter circular das componentes objectiva e subjectiva da pobreza: é que, ao interiorizarem a sua impotência política, os mais pobres não só deixam de participar, enquanto actores relevantes, no combate às condições adversas com que se confrontam, como, por outro lado, contribuem para atenuar, junto da opinião pública em geral, o dramatismo das questões da desigualdade e exclusão sociais e a urgência em formular políticas de provisão de bens públicos que possam preveni-las e combatê-las de forma sistemática. Ora, garante Galbraith, sem uma contestação organizada (ou, como menos eufemisticamente também pode dizer-se, sem uma “reação violenta”) à ausência de políticas baseadas na provisão de bens públicos junto dos segmentos mais vulneráveis da população (o que, para existir, acrescentamos nós, pressuporia capacidade destes últimos para imporem no espaço público uma espécie de “princípio de *contra consistência*”), acabará por sair reforçada a tendência para que a definição de prioridades quanto ao que deve ser produzido numa economia seja dominada, em última instância, pelos interesses da tecnoestrutura. E assim se fecha, por inacção, um dos círculos decisivos da reprodução do poder económico.

José Madureira Pinto. Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, jpinto@letras.up.pt, +351226077100, Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/número, 4150-564 – Porto, Portugal.

Virgílio Borges Pereira. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, jpereira@letras.up.pt, +351226077100, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150-564 – Porto, Portugal .

Artigo recebido a 2 de janeiro de 2024 e aceite a 26 de janeiro de 2024.

RECENSÃO

MADUREIRA PINTO, José (2023), *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.¹

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica, da autoria de José Madureira Pinto, volume 117 da Biblioteca das Ciências Sociais - Sociologia, Epistemologia, das Edições Afrontamento, é mais um renovado contributo que o seu autor oferece para o apuramento da razão sociológica, desta vez e como se depreende do título, sobre o campo da Economia académica norte-americana e sobre um dos seus mais notáveis e, reconheça-se, paradoxais autores². Sem surpresas, com a prosa simultaneamente elegante, cristalina e profusamente informada a que José Madureira Pinto sempre nos habitou, o presente livro - constituído por 13 capítulos, um preâmbulo, um conjunto de notas finais e dois índices, um onomástico e outro temático - proporciona ao seu leitor, como o seu título deixa claro, uma incursão aprofundada sobre a vida e a obra do economista John Kenneth Galbraith. Enquanto exercício, o livro poderia ser entendido como uma biografia intelectual, mas, como se perceberá, sem nunca deixar de objetivar o percurso social e, por isso, biográfico, do autor estudado, o exercício contido no presente livro é, na realidade, bem mais específico e contempla um esforço, plenamente concretizado - ainda que a obra em análise o perspetive, discretamente, sob a forma de esboço -, de análise sociológica da relação entre um indivíduo socializado como economista num dos seus estados mais apurados e o campo académico e do poder em que este se moveu.

¹ A presente recensão encontra-se redigida de acordo com o antigo Acordo Ortográfico.

² O presente texto retoma, com adaptações, a intervenção efetuada na apresentação pública do livro aqui recensado e que ocorreu no dia 16 de outubro de 2023 na Casa Comum da Reitoria da Universidade do Porto, na presença do autor, José Madureira Pinto, do editor, António Sousa Ribeiro e de António Manuel Figueiredo, economista, que assegurou a primeira intervenção de apresentação.

Ainda antes de estabelecer o que contempla a leitura sociológica desse encontro entre a formação do *habitus* de economista de John Kenneth Galbraith e os campos académico da Economia e do poder nos Estados Unidos da América durante uma boa parte do século XX, deve salientar-se o ponto de vista sociológico específico que é, efetivamente, o motor da análise proposta no livro. Fiel ao programa epistemológico racionalista de Gaston Bachelard, John Kenneth Galbraith é interrogado como “um caso particular do possível”, num exercício de Sociologia da génese das disposições, das posições ocupadas e das tomadas de posição do indivíduo enquanto intelectual em campo, numa fiel aplicação do programa de análise sociológica de Pierre Bourdieu. Com efeito, uma das primeiras e principais realizações do livro em estudo passa pela demonstração da capacidade heurística de um tal programa sociológico, aplicando, neste caso, os seus princípios aos campos científico e académico como espaços sociais com autonomia relativa marcados por lutas em torno do reconhecimento gerado e garantido, para começar, por pares. Combina-se um tal programa com o propósito de estabelecimento de coordenadas precisas para ler o modo como os agentes sociais produzem conhecimento científico, com recurso a contributos sociológicos como os de Gérard Malglaive, entre outros, assim se definindo a Sociologia do campo da ciência económica praticada.

À luz deste quadro, a análise situa, com os detalhes necessários, o percurso biográfico e formativo de Galbraith, que se pode documentar como tendo nascido em 1908, com origens rurais, canadianas, nas margens do lago Erie, no Ontário, numa família de proprietários agrícolas, um aspeto a vários níveis decisivo na vida do autor estudado: efetivamente, comparando com o trabalho agrícola da sua infância e juventude, em matéria de exigência, nunca deixará Galbraith de encarar com tranquilidade qualquer tarefa acrescida com que se depara ao longo da vida. Numa família que valorizava a formação escolar, muito marcada pela ação do pai, figura influente do ponto de vista agrícola mas também na política local canadiana, ressalta a análise, Galbraith obtém formação universitária inicial, de cinco anos, no *Ontario College of Agriculture*, nos domínios da veterinária e da reprodução animal, que cedo combina com preocupações do foro económico, nomeadamente, em matéria de formação de preços de venda de gado, o que vem a determinar a sua conversão à disciplina económica. Visando prosseguir estudos, Galbraith ganha uma bolsa de Doutoramento em Economia para frequentar a *University of California* em Berkeley, financiada por uma fundação, com objectivos de promover investigação sobre agricultura e desenvolvimento rural.

O percurso de Galbraith na ciência económica é, assim, situado a partir de uma leitura sociológica aprofundada sobre o funcionamento do campo académico da Economia do primeiro terço do século XX. Numa tal leitura definem-se as condições que estão subjacentes à expansão e qualificação do sistema de ensino superior norte-americano e o lugar que a Economia vai ocupar nele, destacando-se os contributos específicos dos economistas que vão constituir o respetivo campo e as instituições e controvérsias que o marcam. À influência científica de Alfred Marshall, a partir de Cambridge, soma-se a ação de Sumner, Taussig, Bates Clark e Fisher a partir, respetivamente, de

Recensão: MADUREIRA PINTO, José (2023), *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica*. Porto: Edições Afrontamento, 479 páginas. Virgílio Borges Pereira (2023), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 182 - 186

Yale, Harvard, Columbia e Yale na definição da Economia clássica. Esta é disputada, desde relativamente cedo, por economistas institucionalistas como Veblen, Commons, Mitchell, ou Maurice Clark, com as bases universitárias mais significativas em Columbia e Wisconsin e com o respaldo do *National Bureau of Economic Research* dirigido durante muitos anos por Mitchell. Galbraith entra em Berkeley no início dos anos 1930, aí se doutorando, absorvendo, modificando, o essencial da Economia clássica. Mas o encontro “feliz”, citando o livro, que aqui se estabelece será, em grande parte, mediado pela aprendizagem de Economia Agrária realizada com Howard Tolley e John D. Black, o primeiro influente na relação com o *New Deal*, o segundo orientador de doutoramento de Galbraith e ambos antigos orientandos de John R. Commons, um dos autores centrais do institucionalismo; as razões de um tal encontro “feliz”, demonstra a leitura realizada, residem ainda no enquadramento pedagógico, no envolvimento político e comunitário que Galbraith encontra em Berkeley e nas oportunidades, sabiamente exploradas pelo seu orientador, de publicação científica e de ação profissional que concretiza.

A análise do percurso profissional de Galbraith é, por sua vez, devidamente informada pela definição do significado social da Grande Depressão e pela experimentação subjacente à implementação do *New Deal*, sendo este progressivamente marcado pelo recrutamento de economistas sensíveis a formações inspiradas nos segmentos menos ortodoxos do campo disciplinar. Recrutado provisoriamente, sob influência do seu orientador, como professor, entre 1934 e 1938, por Harvard, a análise do percurso de Galbraith na Universidade que se impunha no topo do campo académico estado-unidense é, novamente, motivo para conhecermos em profundidade os meandros do lugar da Economia neste espaço universitário durante os anos 1930 e, com este, o significado de momentos precisos, como os do ano de 1936, na carreira de Galbraith, envolvendo este ano também a publicação do emblemático *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de John Maynard Keynes, cuja leitura terá impacto significativo em Galbraith, implicando, nesta fase, a conversão deste - uma conversão não isenta de tensões - ao Keynesianismo. Por sua vez, o que se vislumbrava como um impasse de carreira, decorrente de dúvidas quanto à renovação do contrato em Harvard, leva Galbraith para Princeton, em 1939, mas, mais importante do que isso, leva-o a aceitar dois convites que, oriundos de um mundo menos reconhecido pelo campo académico, dotam, no entanto, Galbraith de uma posição especial no campo da Economia do país: o envolvimento na ação inscrita no *New Deal* e o trabalho na *American Farm Bureau Federation*, a que se somará um importante cargo de redator na revista *Fortune*, que lhe granjeiam um estatuto de economista “exotérico” e “eclectico”, mas que se conjuga com a publicação académica num registo de grande exigência, “esotérico”, portanto, e que lhe garante, em 1948, um regresso (atribulado), agora, contudo, como *tenured professor*, a Harvard.

O livro reconstitui este regresso e define o muito original posicionamento de Galbraith no campo académico da Economia. A partir da Economia Agrária, ramo não imediatamente valorizado

Recensão: MADUREIRA PINTO, José (2023), *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica*. Porto: Edições Afrontamento, 479 páginas. Virgílio Borges Pereira (2023), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 182 - 186

pelas instâncias dominantes do campo, mas com uma sólida colaboração intergeracional, Galbraith, “em sintonia com o pluralismo teórico-metodológico” da disciplina, não obstante as tensões a ele inerentes, combinando, num registo muito original, os legados de Marshall, Veblen e Marx, desenvolve uma perspetiva sensível aos fundamentos histórico-sociais da “racionalidade económica”, inscrevendo as dinâmicas organizacionais e os interesses fundados em relações de poder no centro das suas preocupações analíticas, demarcando-se, assim, do núcleo teórico clássico e neoclássico. Contudo, aliando o estudo de problemas práticos à definição de posicionamentos políticos claros, assim como a uma atitude permanente de reflexividade teórica, Galbraith distancia-se também criticamente do Keynesianismo, que, entretanto, e ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, se funde, via matematização da Economia, com o neoclassicismo metamorfoseado, entretanto, tornado Economia ortodoxa. Sem deixar nunca de reconstituir as lógicas que marcam a evolução do campo académico da Economia, José Madureira Pinto permite-nos compreender bem a original posição, “na margem, mas não à margem” (p. 246), que Galbraith vem a ocupar a partir de Harvard e a génese das suas obras de maturidade, *American Capitalism*, *The Affluent Society* e *The New Industrial State*, que se tornarão notáveis *best-sellers*, querendo isto dizer também que tornarão Galbraith num autor com grande autonomia económica - tão significativos eram os volumes de vendas aqui envolvidos. Compreende-se, neste âmbito, salienta a interpretação em análise, a ação específica de Galbraith, não apenas a relevância da crítica às inércias conceituais, alimentadas por cientismos miméticos e hierarquias académicas informadas por dominação ideológica, com o seu reduto na soberania do consumidor, mas também os fundamentos de uma proposta de emancipação face à ortodoxia económica alicerçada na atenção à soberania do produtor e a um renovado olhar sobre as relações de poder em que, no capitalismo do pós-guerra, se inscrevem as relações entre empresas e Estado. Aprofundam-se, assim, análises que se revelam especialmente incisivas, e hoje com renovada atualidade, se pensarmos na atenção que lhe tem sido consagrada por economistas como Thomas Piketty, sobre aspectos decisivos da estruturação do capitalismo avançado: a capacidade transformadora da inflação; a centralidade das grandes empresas e da respetiva capacidade de poupança e de planeamento, dos seus “dependence effects”, dos seus gestores; as lógicas duais inscritas no funcionamento da economia e as contradições estruturais que encerram; os riscos sociais e ambientais; entre outros aspetos. Nesta sequência, é também a extensa receção crítica destas proposições que a análise sociológica conceptualiza à luz dos efeitos de campo, destacando as controvérsias públicas protagonizadas, entre outros, com Robert Solow.

Estes e outros elementos, profusamente documentados, permitem-nos acompanhar o percurso subsequente de Galbraith, do lugar de embaixador americano na Índia durante a administração Kennedy, ao caminho de consagração, sempre disputado por segmentos não irrelevantes do campo, envolvido na ascensão à presidência da *American Economic Association*. Ocupando, não obstante esta presidência, um lugar específico de dissidência no campo académico da Economia, Galbraith,

Recensão: MADUREIRA PINTO, José (2023), *John Kenneth Galbraith e o campo da Economia norte-americana: esboço de análise sociológica*. Porto: Edições Afrontamento, 479 páginas. Virgílio Borges Pereira (2023), *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XLVII, pp. 182 - 186

ao longo das décadas seguintes, não deixou de prosseguir com o aprofundamento do conhecimento das modalidades de estruturação da atividade económica no capitalismo avançado, publicando significativamente e desenvolvendo uma continuada atividade de conferencista, que se poderia qualificar como própria de uma Economia Política verdadeiramente “Política”, que lhe granjeou um reconhecimento alargado no mundo das Artes e das Letras, enquanto “intelectual público”, sem que as controvérsias com economistas ortodoxos diminuíssem.

Acompanhando, na abordagem sociológica exigente e no estilo profundamente informado, obras como as que Christian Topalov, em *Histoires d'enquêtes*, dedicou a sociólogos marcantes como Maurice Halbwachs, Robert E. Park e Charles Booth (Topalov, 2015), ou como a que o próprio Bourdieu dedicou à pintura de Manet (Bourdieu, 2013), a leitura do presente livro envolve a descoberta de um mundo complexo e que o leitor atento não deixará de considerar fascinante. É particularmente significativo que a Sociologia portuguesa e o seu autor sejam capazes de gerar uma obra como esta, que obriga a um olhar aprofundado sobre uma outra Ciência Social, a Economia, num registo sociológico tão denso e intenso. Poucos autores estariam em condições de o fazer, mas José Madureira Pinto, recuperando a sua formação económica de origem, cumpriu plenamente a sua obrigação enquanto sociólogo e analista das relações entre Economia e sociedade e legou-nos um trabalho seguro, pleno de ensinamentos, que nos abre portas para uma obra económica e para um modo de conceber a Economia enquanto ciência social que se defrontou, nem sempre com o reconhecimento pleno dos pares, com os desafios da intervenção política num registo economicamente informado, politicamente ousado e cientificamente reflexivo. Portanto, eis um livro plenamente necessário e atual!

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. (2013). *Manet: une révolution symbolique*. Paris: Seuil.

TOPALOV, C. (2015). *Histoires d'enquêtes: Londres, Paris, Chicago (1880-1930)*. Paris: Classiques Garnier.

Virgílio Borges Pereira. Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, jpereira@letras.up.pt, +351226077100, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150-564 – Porto, Portugal .

Artigo recebido a 2 de janeiro de 2024 e aceite a 26 de janeiro de 2024.

Dulce Magalhães: caminhos cruzados¹

Texto apresentado no âmbito da sessão de entrega do “Prémio Dulce Magalhães” de dezembro de 2023.

Gaspar Martins Pereira

Professor aposentado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Caras e caros colegas e estudantes,

Permitam-me, antes de mais, que comece por agradecer ao Departamento de Sociologia da FLUP o convite para participar nesta sessão de entrega do «Prémio Dulce Magalhães». Quando o Professor Virgílio Borges Pereira me fez o convite, tinha consciência de que pouco ou nada de novo poderia dizer num encontro de sociólogos. Mas a memória saudosa da Dulce encarregou-se de responder por mim...

Por isso, aqui estou com muito prazer, pedindo-lhes a Vossa compreensão para as minhas palavras, que são as de um historiador andarilho, que sempre defendeu o diálogo, e até a vagabundagem transdisciplinar, entre todos os campos do conhecimento, e sobretudo entre todas as ciências sociais, em particular, entre a História e a Sociologia. Não o «diálogo de surdos», a que se refere Peter Burke², mas o que decorre da sua proposta de «uma história social ou uma sociologia histórica — a distinção é irrelevante — que deve estar relacionada tanto com a compreensão de dentro como com a explicação de fora; tanto com o geral como com o particular; e que consiga combinar o sentido apurado para a estrutura do sociólogo como o igualmente penetrante sentido de mudança do historiador»³.

Quando conheci a Dulce, há uns bons 35 anos — ela jovem socióloga, do grupo dos novos docentes do recém-formado curso de Sociologia da FLUP, liderado pelo Prof. Teixeira Fernandes desde a sua fundação em 1985; eu, poucos anos mais velho, historiador em busca de caminhos novos na História Social, que trocara, nesse ano de 1987, a Faculdade de Economia pela de Letras —, muitas das nossas conversas giraram em torno dessa relação problemática no seio das Ciências Sociais, das perspectivas de historiadores e sociólogos sobre temas comuns e de como poderiam conjugar-se. E também sobre o papel social dos académicos, a abertura do saber universitário à sociedade, a eficácia social do ensino superior e da investigação.

¹ O presente texto encontra-se redigido de acordo com o antigo Acordo Ortográfico.

² BURKE, Peter — *Sociologia e História*. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 9.

³ Idem, *ibidem*, p. 26.

Entre 1984 e 1987, eu tinha integrado o grupo de Ciências Sociais da Faculdade de Economia, liderado pelos Professores Armando de Castro e José Madureira Pinto, tendo como colegas mais velhos António Joaquim Esteves, António Almodôvar, Fátima Brandão e Augusto Santos Silva, sociólogos e historiadores, com quem partilhava boa parte das minhas preocupações sobre o papel da Universidade e das Ciências Sociais. Os meus impulsos de «cidadania activa», descomprometida mas empenhada na liberdade do «pensamento crítico», levavam-me a recusar as fronteiras, por vezes muros, entre a Universidade e a sociedade, assumindo que os problemas de ambas se entrecruzam e se contaminam.

Por essa altura, entre finais da década de 1980 e inícios da seguinte, de forma ainda sub-reptícia, a submissão a lógicas empresarialistas, o empreendedorismo, a desvalorização das humanidades e do pensamento crítico ou o enfraquecimento do espírito de comunidade começavam a afectar tanto a sociedade no seu conjunto como a Universidade, esmorecendo valores democráticos que a minha geração dera por adquiridos.

Eram sinais que nos preocupavam, enquanto tentávamos trilhar caminhos novos nas nossas áreas científicas. Entre a velha e a nova Faculdade, cruzava-me, a cada passo, com a Dulce e partilhávamos ideias e dúvidas sobre os temas e os trabalhos que tínhamos em mãos, e também sobre a instituição e o nosso papel como docentes e investigadores. A Dulce procurava compreender práticas sociais, desde o lazer (1991) à alimentação (1994), a sua diferenciação social e as trajectórias intergeracionais, enquanto eu enveredava pelos caminhos largos e inseguros da História Social, em especial pela História da Família, no âmbito do meu doutoramento (1993), em que mantive contactos frutuozos com os sociólogos e as sociólogas não só da FLUP mas também do Instituto de Ciências Sociais, de Lisboa, nomeadamente a Ana Nunes de Almeida e a Karin Wall, que me proporcionaram o contacto com a historiadora americana e então diretora do *Journal of Family History*, Tamara Hareven, cujos conselhos foram preciosos para a conclusão da minha tese *Famílias Portuenses na viragem do século (1880-1910)*. A recusa em aceitar «uma história social abstrata e homogeneizada, desprovida de carne e de sangue, e não convincente, apesar do seu estatuto científico», nas palavras de Steven Kaplan⁴, levava-me a rejeitar tanto os modelos como as dicotomias tradicionais da historiografia, «indivíduo-sociedade», «local-global», «acontecimento-estrutura» e outras. E a regressar aos ensinamentos mais prosaicos e prudentes de Marc Bloch, prestando atenção à terra e aos homens, a todos os homens, na sua diversidade⁵, obviamente sem exclusão das mulheres, a par da revalorização das fontes documentais e do trabalho de arquivo. E, também, à perspectiva biográfica, então pouco na moda, mas que eu tentava reforçar, valendo-me dos ensinamentos de

⁴ Cit. por GINZBURG, Carlo — «O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico». In *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991, p. 171.

⁵ BLOCH, Marc — *Introdução à História*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1974, p. 28.

Ginzburg e de Bourdieu, com a análise intensiva da micro-história e com a indispensável contextualização.

Em 1994, no ano em que a Dulce realizou as suas provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, envolvi-me na criação de um novo centro de investigação, o Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, muito estimulado por um amigo comum, o geógrafo François Guichard, de Bordéus, que, em finais da década de 70, fundara, em colaboração com o historiador Luís Oliveira Ramos, o CENPA – Centro de Estudos Norte de Portugal-Aquitânia, um espaço de investigação e de intercâmbio científico entre o Porto e Bordéus. Com uma obra notável sobre o Porto e o Norte de Portugal, a demografia, a problemática regional, as questões de identidade e de fronteira, a região do Douro e o vinho do Porto, as minorias religiosas, entre outras temáticas, Guichard era uma personalidade agregadora, com um espírito humanista, aberto a todos os questionamentos e a todas as áreas do conhecimento, com uma capacidade de trabalho impressionante, tanto nas bibliotecas e arquivos como no terreno. As conversas sempre estimulantes com Guichard, que passava temporadas no Porto, marcaram uma geração de geógrafos, historiadores e sociólogos, em que eu e a Dulce nos incluíamos. Provavelmente, sem a influência e o estímulo do François Guichard, nunca me teria lançado no estudo da história do Douro e dos seus vinhos, das quintas, das empresas, das marcas. E talvez a Dulce também não tivesse trilhado o percurso difícil que seguiu desde então, com o estudo intensivo das práticas de consumo e das sociabilidades nas tabernas do Porto e de Gaia, das representações sociais do vinho e da formação de gostos, que viria a constituir a sua tese de doutoramento em Sociologia, apresentada à FLUP, em 2005, *Dimensão simbólica de uma prática social: consumo do vinho em quotidianos portuenses* (mais de 900 páginas), parcialmente publicada, em 2010, pelas Edições Afrontamento, com o título *Vinhos: arte e manhas em consumos sociais. A apreensão de uma prática sociocultural em contexto de mudança*.

Permitam-me que leia uma breve passagem de um texto da Dulce sobre consumos e sociabilidades nas tabernas, para se perceber em que mundo inóspito ela teve a coragem de penetrar e aí realizar, durante anos, a sua investigação de campo:

A taberna é um espaço eleito por excelência por uma população masculina. Espaço fechado, restrito em tamanho e acesso, por ele passam vidas tradicionais, vidas ambíguas, vidas tristes; mas nele passam também vidas bizarras, vidas agressivas, enfim, vidas que se passeiam. Não é fácil penetrar-se em espaços destes, onde a diferença aglutina olhares, interrogações, estranheza — tudo isso agravado ainda pela diferença sexual que impede a diluição da investigadora nas gentes habituais.

Espaço masculino por tradição, nele se particularizam tipos de sociabilidades com características específicas. Note-se que impera aqui uma apropriação agressiva do espaço, brusca, voluntariosa — que vai da postura corporal à manipulação transgressora da linguagem

*expressa pelo (ab)uso do calão e do vernáculo mais duro. Os clientes conhecem-se uns aos outros, dado o ponto comum da sua rotina diária que culmina num ponto de encontro sem necessidade de marcação prévia.*⁶

Entretanto, o François Guichard tinha falecido, tragicamente, em 2002. E, desde finais dos anos 90, eu tinha-me envolvido na preparação da candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial e na instalação do Museu do Douro. Quando regresssei definitivamente à FLUP, em 2007, muitas coisas tinham mudado, e mudaram ainda mais a partir de então, nem sempre para melhor, com a integração no processo de Bolonha, o RJIES, a expansão dos cursos de 2.º e 3.º ciclos, as dificuldades financeiras da FLUP, a redução e envelhecimento do corpo docente, a criação dos serviços partilhados da UP, a deslocalização de funcionários, etc.

Nos últimos anos, sobretudo em 2016, as conversas com a Dulce acumularam momentos de desilusão e tristeza. Embora a Dulce trouxesse sempre o mesmo sorriso nos olhos e a esperança de melhores dias, não gostei de a ver com o lenço a cobrir-lhe a cabeça. Ficava-lhe bem, mas queria voltar a vê-la de cabelo solto, sem sinais da quimioterapia. Desgraçadamente, o tempo correu demasiado depressa contra ela. Em Outubro de 2016, um telefonema de uma amiga comum (se a memória não me trai, a Helena Vilaça), deixou-me em choque com a notícia da morte da Dulce...

A memória que dela guardo é a de uma colega generosa, sempre preocupada com os outros, a começar pelos estudantes. Por isso, fiquei contente quando soube da atribuição do seu nome a este Prémio, no último ano em que ainda trabalhei na FLUP. E fico-vos grato por se terem lembrado de mim na edição deste ano, e por me darem a oportunidade para recordar aqui a Dulce e os percursos cruzados que fizemos nesta Faculdade.

Permitam-me que finalize com algumas palavras sobre o livro⁷ que vai ser oferecido às estudantes premiadas. Trata-se de um livro em que procuro compreender a história de vida de um jovem dinamarquês, que se fixou no Porto com 15 anos, depois de ter fugido do barco em que seguia como grumete, e aqui deu origem quer a uma larga descendência, hoje espalhada por todo o país e por todo o mundo (EUA, Brasil, Chile, Inglaterra, França, Austrália, etc.), quer a uma empresa de sucesso. Não vou contar agora essa história, mas gostaria apenas de salientar que a abordagem biográfica que fiz procurou cruzar temporalidades diversas: o tempo individual e o tempo da família com o tempo empresarial e o tempo histórico, com atenção especial às transições, tal como aprendi com Tamara Hareven... Sem desprezar, claro, o nome, não só na perspectiva pessoal (mas que envolve identidades e relações múltiplas, no sentido que lhe deu a nossa querida Ana Luísa Amaral, num dos seus poemas — «Pergunto: o que há num nome? / De que espessura é feito se atendido, /

⁶ MAGALHÃES, Dulce — «Consumos e sociabilidades na taberna», *Revista de Sociologia*, 2001, p. 110.

⁷ PEREIRA, Gaspar Martins — *J. H. Andresen: a família, a empresa e o tempo (1841-1942)*. Porto: Edições Afrontamento, 2022.

que guerras o amparam, / paralelas?»⁸ —, mas sobretudo como nome de família e «capital social simbólico», na linha de Pierre Bourdieu, mesmo que muitos descendentes do primeiro Andresen já nem usem Andresen no apelido ou sobrenome. Mas reconhecem-se nele, guardam memórias dos seus ascendentes do Porto (basta ler o conto «Saga», de Sophia de Mello Breyner Andresen, ou a narrativa autobiográfica, *O Mundo à Minha Procura*, de Ruben A., ambos bisnetos de J. H. Andresen), trocam correspondência com «primos» e «primas», esforçam-se por manter a continuidade do «espírito de família» ou, nas palavras de Bourdieu, do «sentimento familiar, princípio cognitivo de visão e de divisão que é ao mesmo tempo princípio afectivo de coesão, quer dizer adesão vital à existência de um grupo familiar e dos seus interesses»⁹.

Claro que, na perspectiva do «capital simbólico» que o nome representa, se poderia avançar para outra discussão, sobre a diferenciação social dos usos do nome, tanto nas elites como nas camadas populares, seja o nome de família seja o nome próprio, como aponta o final de um texto luminoso de Virgílio Borges Pereira, em que associa o nome de alguns líderes de associações de moradores do Porto, após o 25 de Abril de 1974, ao «crédito que inspira[va]m entre os seus vizinhos»¹⁰.

Seria uma longa conversa, que deixo para quando tivermos mais tempo.

Obrigado!

Porto, 7 de Dezembro de 2023
Gaspar Martins Pereira

Gaspar Martins Pereira. Professor aposentado do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Correio eletrónico: gasparmp@sapo.pt. Contacto telefónico: 934 079 245. Endereço de correspondência: Rua Faria Guimarães, 661 - 3.º D.to / 4200-291 PORTO

Artigo recebido a 12 de dezembro de 2023 e aceite a 26 de janeiro de 2024.

⁸ AMARAL, Ana Luísa — *What's in a name?* Lisboa: Assírio & Alvim, 2017, p. 24.

⁹ BOURDIEU, Pierre — «À propos de la famille comme catégorie réalisée». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 100, Dezembro de 1993, p. 34.

¹⁰ PEREIRA, Virgílio Borges — «Sobre a importância de se chamar Ernesto, Avelino ou Amadeu». In MONTEIRO, Bruno; PEREIRA, Virgílio Borges (org.) — *A Política em Estado Vivo. Uma visão crítica das práticas políticas*. Lisboa: Edições 70, 2013, p. 251.

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).

9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.

11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.

12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.

b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.

c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.

e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.

f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em:

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine- Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:

revistasociologia@letras.up.pt